

António Almeida Calheiros

**GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.
Que futuro para os territórios desfavorecidos?**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Porto 2003**

Dissertação de Mestrado em
Planeamento Urbano e Regional,
apresentada à Faculdade de Letras do
Porto.

Introdução	6
1. Enquadramento Teórico e Conceptual	9
1.1. Lógica funcional das novas dinâmicas económicas e territoriais	9
1.1.1. Antecedentes históricos	9
1.1.2. Os grandes desafios da economia actual e consequentes incidências territoriais. Globalização e desenvolvimento local, movimentos dicotómicos ou dialécticos?	13
1.2. Desenvolvimento local: modelos e paradigmas	17
1.2.1. Paradigma funcionalista	17
1.2.2. Paradigma territorialista	19
1.3. Dimensão sociocultural do desenvolvimento regional / local	22
1.3.1. Cultura e identidade regional: conceitos e dinâmicas	22
1.3.2. Políticas e acções de desenvolvimento local em regiões desfavorecidas	24
1.3.3. Identidade regional e desenvolvimento	30
1.3.3.1. O associativismo: entre a comunidade e a sociedade global	30
1.3.3.2. Identidade, imagem do território e desenvolvimento	34
1.3.3.3. Ambiente, gestão do espaço e dos recursos naturais	40
1.3.3.3.1. A essência dos problemas ecológicos enquanto resultantes da acção do homem sobre a Natureza	40
1.3.3.3.2. Paradigmas de interpretação das relações do homem económico com o meio físico	42
1.3.3.3.2.1. O naturicismo ecológico	42
1.3.3.3.2.2. O fisicismo económico	45
1.3.3.3.2.3. O paradigma termodinâmico	47
1.3.3.3.2.4. O paradigma do vivo	49
1.3.3.3.3. Resenha histórica das relações entre a economia dos recursos naturais e do meio ambiente. A externalização dos custos ambientais à interdependência económica e ecológica	51
1.3.3.4. Crise ecológica, desenvolvimento sustentável e condições necessárias à sustentabilidade	54
1.3.3.5. Migrações e inserção	59
1.3.3.6. Perfil dos actores das regiões desfavorecidas	65
1.3.4. O papel das autarquias no desenvolvimento local	66
1.3.4.1. As autarquias como agentes de desenvolvimento local	66
1.3.4.2. As políticas de desenvolvimento regional em Portugal	69
1.3.5. Planeamento e ordenamento do território visto numa perspectiva de desenvolvimento humano sustentável	76
2. Estudo de caso: Terras de Bouro	81
2.1. Sistema territorial	81
2.2. População e emprego	83
2.2.1. Evolução e estrutura da população	83
2.2.2. População activa e emprego / desemprego	88
2.3. Economia	93
2.3.1. O Concelho de Terras de Bouro na economia do Vale do Cávado	93
2.3.2. Análise do tecido empresarial por sector de actividade	95
2.3.2.1. Agricultura, silvicultura, caça e pesca	95
2.3.3. Indústria transformadora	98
2.3.3.1. Indústria alimentar	98

2.3.3.2. Indústrias do vestuário	99
2.3.3.3. Indústrias da madeira e da cortiça	100
2.3.4. Electricidade, gás e água	101
2.3.5. Construção civil e obras públicas	101
2.3.6. Comércio, hotéis e restaurantes	102
2.3.6.1. Comércio por grosso	103
2.3.6.2. Comércio a retalho	104
2.3.6.3. Restaurantes e hotéis	105
2.3.7. Transportes	107
2.3.8. Bancos, seguros e serviços às empresas	108
2.3.9. Serviços à colectividade	109
2.4. Desenvolvimento social	110
2.4.1. Habitação e saneamento básico	110
2.4.2. Saúde	112
2.4.3. Ensino	115
2.4.4. Formação profissional	118
2.4.5. Segurança social	118
2.4.6. Acessibilidades, transportes e comunicações	120
2.5. Incidência dos fundos estruturais no Concelho de Terras de Bouro	121
2.5.1. Programas e iniciativas comunitárias	122
2.5.1.1. INTERREG	122
2.5.1.1.1. Nota introdutória	122
2.5.1.1.2. O programa INTERREG e o desenvolvimento e a cooperação ransfronteiriça	123
2.5.1.1.3. Objectivos gerais e específicos do INTERREG I e INTERREG II	125
2.5.1.1.4. Subprogramas do INTERREG I e do INTERREG II	126
2.5.1.1.5. Impacto do INTERREG em Terras de Bouro	128
2.5.1.2. PRONORTE	129
2.5.1.2.1. Investimentos do PRONORTE por Municípios do Vale do Cávado	131
2.5.1.2.2. Impacto do PRONORTE no Concelho de Terras de Bouro	132
2.5.1.3. Outras obras cofinanciadas no II QCA	133
3. A iniciativa privada em Terras de Bouro e principais potencialidades e constrangimentos neste território	134
3.1. Justificação dos inquéritos	134
3.2. Definição dos inquéritos	134
3.2.1. Objectivos	134
3.2.2. Características da amostra	135
3.3. Descrição dos resultados	139
3.4. Principais oportunidades e estrangulamentos do Concelho de Terras de Bouro	148
4. Crítica	154
Considerações finais	162
Bibliografia	163
Índice de tabelas	168
Índice de gráficos	171
Índice de figuras	172
Outras Fontes	167
Anexos	173

A realização desta dissertação só foi possível por ter relegado para segundo plano a minha família, os meus amigos e os meus tempos livres. Por isso, quero agradecer aqueles que, pelo seu exemplo, solidariedade e memória, tornaram possível a realização deste trabalho, a saber:

- a todos quantos, ao longo da minha existência, manifestaram amizade e companheirismo;
- ao meu amigo e mestre Luís Carvalho, para quem a palavra amizade rima com cumplicidade;
- ao meu orientador, Prof. Doutor Hélder Marques, pelo seu apoio, paciência, amizade, estímulo e colaboração efectiva;
- ao Prof. Doutor José da Silva Lima, exemplo eloquente de amizade crítica, liderança serena e sonho persistente que tudo alcança;
- aos meus ex-colegas de trabalho da Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, dignamente dirigida pelo Sr. Sérgio Silva e sabiamente assessorada pelo Dr. Laurentino Ferreira;
- aos meus colegas do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa, pela solidariedade, compreensão e amizade que sempre têm manifestado;
- ao Manuel Lopes, exemplo de amizade, entrega, dedicação e dignidade;
- à família do Manuel, pela simpatia, solidariedade e sentido de união que sempre revelaram;
- à família da minha esposa, minha sogra Olinda, tia Carmo, Agostinho e Dr^a Deolinda Machado, pela amizade, solidariedade e incentivos que nunca foram regateados;
- ao meu avô, passado vivido e presente na algibeira das minhas apropriações;
- à minha mãe e à minha esposa, exemplos eloquentes de um amor indelével e singelo que tudo oferecem e, no sentido mais exasperante do termo, nada esperam, animando este Sísifo que acredita na felicidade escondida no outro lado da montanha.

Por último, dedico este trabalho a ti PAI SAUDADE, a quem nada mais tenho a dizer senão:

PAI...

Já não me sinto dividido
Entre a angústia e a esperança
Provocadas pela dissonância
De um telefone qualquer...

Hoje, onde o espaço e o tempo se fundem em sentimentos densos, indeléveis, eloquentes e espectrais, arranco a máscara....

E apesar de tudo PAI....

Esta máscara, feita de inconformismo e com 37 anos de existência, nada ocultou e tudo revelou...

Porque a nobreza, quando nobre, tem a profundidade das coisas simples e a beleza radiante e progressiva de um novo amanhecer.

Hoje PAI...

Arranco a máscara e digo: AMO-TE!

AMO-TE....

Em nome dos valores, comportamentos e atitudes que manifestaste ao longo da vida e que, com a tua postura, lhe conferiste pleno significado e força afirmativa.

PAI...

A tranquilidade e dignidade com que enfrentaste a morte
Só é possível aqueles que partem sem pesos na consciência...
Porque souberam viver em função do AMOR!

Estes valores, que questionam e incomodam,
Obrigam-me a interpelar um mundo
À luz da recordação de um PAI bom, justo, solidário e corajoso.

Um PAI...

Onde um sim ou um não
Tinham a densidade das decisões solitárias
Só ao alcance dos grandes espíritos.

Um PAI...

Silencioso na doação,
Firme nos seus propósitos,
Grande na sua coragem,
Magnânimo nos seus gestos.

Um PAI...

Sem queixas e muitas lutas...
Com o qual procurei aprender a encontrar soluções
Onde existem problemas.

Um PAI...

Que foi PAI e AMIGO,
Que se sacrificou ao/pelo AMOR.

Um PAI...
Que soube dar significado
Ao conceito de PAI.

Por tudo isto PAI...
E apesar de ainda hoje me sentir dilacerado,
Vou reunir estes fragmentos e compô-los segundo a tua vontade...
Porque mais que digno do sofrimento de quem amas
És digno dos valores que procuraste transmitir,

PAI...
Que estás no CÉU!
Porque à imagem de CRISTO foste feito;
No silêncio da aurora...
Na turbulência da labuta...
Nas agruras e veracidade do confronto...
Na ambiguidade do ocaso...
Viverei para honrar a tua memória e dizer:
PAI SAUDADE obrigado!

INTRODUÇÃO

Os territórios desfavorecidos apresentam grandes dificuldades na criação de riquezas. Estes territórios procuram vencer a sua marginalidade através do aproveitamento dos recursos endógenos. São os agentes locais modeladores do território que unem esforços na valorização e promoção do seu espaço geográfico. É sobre esta problemática que pretendemos reflectir, dentro das limitações específicas do próprio trabalho. Abordaremos as implicações entre a esfera do local e a esfera global, caracterizaremos os paradigmas de desenvolvimento, as políticas de desenvolvimento a favor das regiões desfavorecidas, as condicionantes ao desenvolvimento, os instrumentos financeiros de apoio às políticas de desenvolvimento endógeno e o papel desempenhados pelos diferentes actores envolvidos neste processo.

O trabalho gira em torno de três grandes eixos que pretendemos triangular: enquadramento teórico-conceitual, estudo de caso sobre o concelho de Terras de Bouro, o qual pretende apenas ser meramente ilustrativo e, finalmente, uma crítica que, tendo em conta os aspectos anteriormente abordados, nos permita questionar acerca da validade das dinâmicas propostas e/ou impostas. Este último eixo será enformado por uma forte componente subjectiva, que nos coloca perante o objecto numa posição não neutral, contrariamente ao que definimos para os dois primeiros eixos.

A questão colocada leva-nos a efectuar um enquadramento teórico-conceitual das dinâmicas locais, os pontos chave que a estruturam e necessidade de se promover um desenvolvimento humano sustentável.

No primeiro capítulo pretendemos efectuar o enquadramento teórico-conceitual dos pontos chave que podem clarificar a problemática à qual pretendemos responder: *Globalização e desenvolvimento local. Que futuro para as regiões desfavorecidas?* Fazemos este enquadramento para melhor compreendermos as relações de parceria e competitividade em que a humanidade se vê envolvida e, simultaneamente, aferirmos o tipo de funcionamento orgânico da nossa sociedade.

Os fenómenos que estamos a viver não surgiram por acaso, mas têm profundas raízes históricas. Neste sentido, procuraremos enquadrar esta temática no devir histórico, aferindo a sua génese, evolução, metamorfoses e afirmação de dinâmicas "tidas" por irreversíveis.

Estudar este fenómeno é também caracterizá-lo no todo e nas partes em que se decompõem, nas dinâmicas territoriais, económicas, políticas, sociais e tecnológicas que lhe estão subjacentes e nos *outputs* que ele próprio suscita.

Quando hoje falamos do global não o podemos fazer sem referir o local. Nas dinâmicas *locais* predominam as relações de dominação e de fascínio, de concorrência e coesão territorial, de afirmação de culturas dominantes e culturas dominadas... Foi esta necessidade de afirmação

das culturas locais que veio a cimentar a necessidade de se promover um desenvolvimento endógeno a partir das potencialidades dos próprios territórios. Dos pontos críticos de sucesso mais relevantes deste paradigma temos a referir: a mobilização e a coordenação dos recursos endógenos, a solidariedade entre espaços contíguos, a defesa de um desenvolvimento integrado (tendo em atenção os aspectos económicos, sociais e culturais) e a integração do território no espaço global.

Ao falarmos de desenvolvimento e articulação territorial do desenvolvimento temos, forçosamente, que fazer referência ao confronto entre duas grandes correntes: a corrente funcionalista e a corrente territorialista. Falamos em confronto porque enquanto a corrente funcionalista afirma que o desenvolvimento é um fenómeno induzido do exterior, a corrente territorialista afirma que o desenvolvimento parte do próprio território, pela mobilização dos recursos materiais e humanos aí existentes. É sobre estas duas dinâmicas que nos vamos debruçar, enquadrando-as historicamente, referindo as problemáticas a que pretendiam dar resposta, os pressupostos de que partiam, os objectivos que se propunham realizar, os planos a partir dos quais se desenvolveram e os seus pontos de confluência.

Se até aqui vamos fazer referência á dimensão económica do desenvolvimento local, não poderemos olvidar também as dimensões culturais e ecológicas que o estruturam, quer seja nas suas potencialidades ou nos seus estrangulamentos. Ao nível da dimensão cultural serão objecto do presente estudo variáveis como: cultura e identidade regional, políticas e acções de desenvolvimento regional e identidade regional e desenvolvimento. Neste contexto merece especial destaque o conceito encruzilhada de cultura e identidade regional, resultante da dialéctica entre a sociedade, a pessoa humana e a história, ou seja, é a partir daquilo que cada um é, das expectativas satisfeitas, das solidariedades estabelecidas, dos projectos partilhados e das acções realizadas que se estruturam as identidades e o sentido de pertença. No que concerne à dimensão ecológica abordaremos temas como:

- ambiente, gestão do espaço e dos recursos naturais;
- resenha histórica das relações entre a economia dos recursos naturais e do meio ambiente (da externalização dos custos ambientais à interdependência económica e ecológica);
- crise ecológica, desenvolvimento sustentável e condições necessárias à sustentabilidade.

Faremos ainda referência ao perfil dos actores das regiões mais periféricas, as estratégias de marketing territorial, o papel das autarquias na promoção do desenvolvimento local e a inventariação das iniciativas comunitárias e dos programas de desenvolvimento regional e sectorial.

No segundo capítulo vamos efectuar um estudo de caso meramente ilustrativo para compreendermos as dinâmicas excluentes que se verificam nos territórios desfavorecidos, os quais se têm transformado paulatinamente em refúgio de pobres agarrados à sua própria terra. O estudo de caso aqui apresentado procura investigar todo o potencial endógeno e sinérgico e inventariar as opções estratégicas de desenvolvimento.

Os instrumentos utilizados para a aferição da realidade concelhia serão os elementos estatísticos disponíveis e a realização de um inquérito junto dos empresários do concelho.

Relativamente à primeira fonte de informação apercebemo-nos da sua escassez e sustentabilidade. No entanto, forneceu-nos informações pertinentes para compreendermos as dinâmicas específicas do território, as suas potencialidades e estrangulamentos. No que concerne à segunda fonte informação podemos constatar algumas surpresas relativamente à nossa percepção e conhecimento do território em estudo, nomeadamente no que diz respeito aos clientes e mercados, origem dos investimentos e áreas de aplicação, oportunidades de negócio oferecidas e opções estratégicas de desenvolvimento.

Com o intuito de analisarmos a realidade do concelho de Terras de Bouro foi realizado um inquérito dirigido aos empresários deste município. O levantamento realizou-se entre os meses de Agosto e Setembro de 2002. O tamanho da amostra foi de 107 inquéritos, que, para um intervalo de confiança de 3%, dá uma margem de erro de 5%.

O presente, porém, enquanto espaço de realização da humanidade, reflecte factos comunitários, temporais, não totalmente idênticos, relativamente necessários e não forçosamente fecundos. Por isso, as circunstâncias actuais podem comprometer um bem estar que se pretende generalizado e obstaculizar as realizações futuras. Torna-se necessário efectuar uma análise crítica do actual sistema neo-liberal, das dinâmicas que gera e das suas incidências económicas, sociais, culturais, políticas e territoriais. Neste sentido, no terceiro e último capítulo, será realizada uma crítica às actuais dinâmicas *glocals*, dentro, e reconhecê-mo-lo, de um quadro político-ideológico concreto que ordena e interpreta os dados que estiveram no enquadramento teórico-conceptual e na análise dos estudos de caso. Aventuramo-nos nesta digressão porque partimos do pressuposto de que nenhum sistema que tenha por base a exclusão e o autoritarismo em relação aos excluídos pode manter-se durante muito tempo.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

1.1. LÓGICA FUNCIONAL DAS NOVAS DINÂMICAS ECONÓMICAS E TERRITORIAIS

É famosa e, conseqüente, conhecida a máxima de Ortega e Gasset "o homem é ele e a sua circunstância". Esta frase (simples, sugestiva, ampla e densa) traduz as vicissitudes históricas da própria humanidade. Indica-nos claramente, entre muitas outras coisas, que o homem é um misto de tradição (produto da cultura) e de sonho (produtor de cultura), de ser individual (que não se dilui nos outros) e de ser social (que vive com e para os outros).

Estes pressupostos explicam, em nosso entender, as características mais marcantes da sociedade actual. Por isso, e quando pretendermos explicar a lógica funcional das novas dinâmicas económicas e territoriais, não o podemos fazer sem referir a forma como todo o contexto histórico cimentou o actual "**modus vivendi**" e "**modus operandi**" em que nos movemos.

1.1.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Antes da revolução industrial predominavam os "grupos dependentes de uma mesma autoridade estatal, ou seja, um mosaico de territórios económicos geralmente de pequena dimensão" (GIRAUD, 1996: 48). Vivia-se num período caracterizado por unidades territoriais muito segmentadas, em virtude da impossibilidade dos Estados constituírem espaços económicos unificados. Independentemente das dificuldades colocadas à mobilidade, as trocas comerciais não se reduziam à esfera local. "Agindo no seio de vários territórios e interligando-os, as actividades nómadas desenvolvem-se em redes de cidades. Na época, são ainda superestruturas leves que escoam o excedente das actividades sedentárias subjacentes, e não constituem senão uma camada que cobre uma massa enorme da produção não comercial" (GIRAUD, 1996: 48). A localização do sector produtivo estava apenas dependentes de factores fixos: as empresas instalavam-se em espaços geográficos onde abundavam as matérias-primas, a mão de obra e as forças motrizes transformadoras. Por outro lado, e devido à optimização da relação custos-benefícios, a mobilidade das mercadorias, com excepção das actividades muito lucrativas e de alto risco, circunscrevia-se a um território de base local.

As empresas localizavam-se junto dos cursos de água e nos locais onde o acesso às matérias-primas era mais fácil. Estas regiões criaram, paulatinamente, um resíduo histórico de crescente *know-how*, o qual foi determinante na passagem da actividade artesanal para a actividade industrial.

Com o intuito de optimizarem o lucro, as empresas procuravam criar, no seu espaço de acção, um ambiente competitivo." No quadro da teoria microeconómica já então dominante, que parte de comportamentos de maximização dos lucros e minimização dos custos, a resposta parece bastante simples. Cada bem a fornecer, cada serviço a prestar, possui um limiar óptimo de

escala de produção. A esse óptimo corresponde uma procura repartida pelo espaço homogéneo. Os custos de transporte (...) serão minimizados se o produtor servir um determinado círculo do espaço homogéneo. As produções urbanas tenderão pois a organizar-se em redes de *lugares centrais* cujas áreas de influencia cobrirão o espaço, o que se fará da melhor maneira se a rede for tipo hexagonal. A serviços cada vez mais raros (ou a produções com economias de escala cada vez maiores) corresponderão redes de hexágonos(...) com uma malha cada vez mais larga. Supondo que uma cidade se situa no nó da maior parte das redes, e fazendo rodar as redes em torno do centro desses nós, veremos surgir regularmente concentrações de nós, esboços de cidades de segunda categoria" (BENKO e LIPIETZ, 1994: 6).

Nestas cidades existiam os espaços de habitação, de comércio, de serviços... Estamos na presença de actividades capitalistas sedentárias. Estas já existiam e desenvolviam-se num espaço geográfico limitado, a que Wallerstein e Braudel chamam de "economia-mundo" (BENKO e LIPIETZ, 1994: 6)

"Do século XV ao século XVIII, estas economias-mundo apresentam duas características espaciais principais. Centram-se em torno de uma cidade e funcionam em seu benefício. São hierarquizadas. Estritamente ligado à cidade-centro por circulações intensas, o núcleo da economia-mundo tem a forma de uma rede de cidades. À sua volta, estendem-se zonas intermédias, ou semiperiféricas, um conjunto não necessariamente conexo de territórios, em que as circulações, tanto internas como externas, mantêm uma certa intensidade. Por sua vez, essas zonas intermédias estão inseridas em zonas periféricas mais vastas, uma justaposição de territórios em que domina a produção inframercantil"(GIRAUD, 1996: 49). As empresas tinham, assim, garantido o seu próprio mercado local e as cidades-centro trocavam entre si os produtos marginais. Por isso, estas cidades-centro eram cosmopolitas e tolerantes, em virtude de nelas se reunirem os agentes capitalistas de uma economia-mundo nómada.

A revolução industrial, que, teve na sua origem a descoberta da máquina a vapor, que se prolongou pelo motor de explosão e a energia eléctrica, marcou o início de uma nova época. Entramos num período marcado pelo evento das grandes metrópoles, como consequência da libertação da sociedade dos factores locativos tradicionais e da necessidade dos agentes produtivos promoverem o aparecimento de economias de escala e de aglomeração. Este período caracteriza-se pela perda de influência " das anteriores formas de economia local/regional, sobre o impacto da economia industrial baseada na aplicação sistémica dos princípios tayloristas e fordistas de produção e organização das forças produtivas.

Esta lógica , fundada sobre a busca de economias de escala, traduz-se no facto das economias tradicionais terem sido pulverizadas pelo aparecimento da economia manufactureira e industrial"(LOINGER, 1986: 14). As actividades económicas começaram assim a deslocar-se para os grandes aglomerados territoriais. Na base desta aglomeração está a crescente e progressiva divisão do trabalho e o aumento da interacção entre os diversos actores. Isto porque "as técnicas de transporte permitiam a mobilização para um polo dos factores dispersos sobre o território, enquanto que as técnicas de comunicação à distância entre actores interdependentes permaneciam muito pouco avançadas, e implicavam custos demasiado elevados para permitir às

forças de dispersão sobrepreem-se-lhes, favorecendo uma disjunção no espaço dos actores em comunicação recíproca" (PLANQUE, 1983: 9). Quando falamos de divisão do trabalho, não nos referimos apenas à sua divisão técnica, mas também social. Entende-se "por divisão social do trabalho o fraccionamento dos encadeamentos da actividade económica em unidades especializadas independentes ou, por outras palavras, a desintegração vertical da produção (...). O termo deve pois ser distinguido da divisão técnica de trabalho, a qual significa a fragmentação das tarefas no interior da mesma unidade de produção" (BENKO e LIPIETZ, 1984: 64). Esta divisão do trabalho, social ou técnica, criou condições, fosse pela mão de obra abundante e altamente especializadas ou pela redução dos custos de mobilidade, para o evento da sociedade urbana .

A primeira Grande Guerra Mundial veio romper com a ordem económica antiga, a qual se baseava no sistema monetário internacional designado padrão-ouro. De entre as virtualidades deste sistema destacamos a convertibilidade e estabilidade cambial das grandes moedas, que garantia a liberdade de circulação das mercadorias no quadro de direitos alfandegários não nulos mas estáveis e defendia a supressão dos riscos cambiais nas exportações de capitais e a estabilidade dos preços relativos entre territórios. Estávamos na época dos nacionalismos, onde os países, depois de terem criado espaços nacionais de livre troca, viam grandes oportunidades noutros territórios, nomeadamente nas colónias. A primeira Grande Guerra Mundial provocou uma ruptura monetária, uma vez que para financiar o esforço de guerra os países envolvidos emitiram papel-moeda em quantidades incompatíveis com a já referida convertibilidade e estabilidade cambial. Tal situação, conjugada com o aumento dos lucros das empresas, aplicados em investimentos que visavam o aumento da produtividade, sem o conseqüente aumento dos salários, conduziria ao *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929. A partir daí, fosse pela queda dos preços internacionais ou pela impossibilidade dos governos inverterem a lógica depressiva dos mecanismos cumulativos internos, "os capitalismos foram obrigados a fechar-se nos seus próprios territórios. Aos olhos da maioria dos economistas da época, assim como daqueles (muitas vezes os mesmos) que, para evitar o regresso deste 'pesadelo', delinearam a nova ordem monetária e comercial mundial do pós-guerra, este recuo e a cessação brutal da internacionalização dos capitalismos constituem a principal causa da crise económica dos anos 30. Na verdade este recuo constitui a causa fundamental do crescimento extraordinário do pós-guerra" (GIRAUD, 1998: 92). Este movimento, que se inicia já nos anos 20, quando Henry Ford pretendeu transformar os próprios trabalhadores em consumidores das riquezas que produziam, ficou conhecido por "fordismo", modelo económico que esteve na base do ciclo dourado de crescimento que se verificou entre 1945 e 1973 nas economias capitalistas centrais.

A racionalização da divisão do trabalho permitiu um aumento da produção, o consumo de massa (com a conseqüente diminuição dos preços) e a obtenção de rendimentos de escala crescentes. Verifica-se assim, no "fordismo", uma relação directa entre os ganhos de produtividade, o consumo e, uma vez que os salários estão indexados à evolução dos preços no consumidor, incorporando também os ganhos de produtividade, as normas salariais. Esta corrente contrasta com a taylorista, no sentido em que nesta os ganhos de produtividade não

tiveram incidência sobre a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, ou seja, verificou-se uma acumulação intensiva pelo lado da produção sem a correspondente preocupação com o incremento do consumo. Ao contrário, na corrente "fordista" existe uma articulação entre as normas de produção e as normas de consumo.

Outro aspecto característico do "fordismo" é a centralidade da empresa. Ela não é apenas o lugar central da produção, mas também de integração social. As empresas estabelecem as funções e as hierarquias internas de qualificações dos trabalhadores. Por isso, verifica-se uma progressão na carreira, não havendo a necessidade das unidades produtivas procederem ao recrutamento de trabalhadores nos mercados externos. Daí que o vínculo do trabalhador à empresa não tenha uma dimensão apenas contratual, mas também psicológica, a que podemos chamar de pertença. Verifica-se também a concentração da produção intramuros, comunicando a empresa com o meio exterior através dos aspectos financeiros e mercantis. Para obterem ganhos de produtividade as empresas recorrem à aquisição das novas tecnologias, como forma de garantirem o alargamento e o controlo da produção e alargarem o leque de oferta dos produtos.

Refira-se também o papel do Estado como mediador nas relações capital/trabalho. É a afirmação do Estado-Providência, que garante o crescimento dos rendimentos de modo a absorver a crescente produção. Para além disso, o Estado, com as verbas provenientes dos impostos, promoveu o terciário público, com o conseqüente crescimento do emprego, e desenvolveu um conjunto de infra-estruturas a favor do desenvolvimento sócio-económico das populações. O Estado assumia ainda o papel de regulador da partilha dos rendimentos, assegurando o equilíbrio entre salários, repartição de lucros e procura privada.

Os anos setenta marcaram o início de uma crise profunda: "a crise do fordismo (...), e a crise política e cultural ligadas a um modelo centrado sobre a regulação por cima e pelo centro" (LOINGER, 1986: 16). Refira-se, porém, que esta crise não foi somente provocada por aspectos externos ao "sistema fordista", mas também por aspectos internos. A nível interno é o próprio modelo de desenvolvimento que entra em crise, visto que a sua sustentabilidade dependia da "manutenção de um ritmo de crescimento elevado e da capacidade de reorganização permanente do processo de trabalho (da qual, aliás, a primeira também dependia). Em condições demasiado exigentes para que fossem cumpridas, em breve o crescimento abrandou em relação directa com a diminuição dos ganhos de produtividade e com a queda das taxas de lucro, do investimento e do emprego" (REIS, 1992: 36). As crises da oferta, onde o comércio internacional aumentava mais que a produção, o endividamento das empresas e os custos que os Estados foram obrigados a suportar com o desemprego, contribuíram para a deterioração de um *status quo* e o acentuar da recessão mundial. As crises petrolíferas e a mudança na filosofia do comércio internacional dos Estados capitalistas, onde da complementaridade se evoluiu para a concorrência, apenas vieram a agudizar esta crise e, conseqüentemente, a exigir um novo tipo de desenvolvimento. Este novo tipo de desenvolvimento assenta numa economia flexível e, segundo PERROUX (1987: 31), "quer-se 'global' 'integrado', 'endógeno'".

São as características deste novo modelo e as suas incidências territoriais que vamos analisar de seguida.

1.1.2. OS GRANDES DESAFIOS DA ECONOMIA ACTUAL E CONSEQUENTES INCIDÊNCIAS TERRITORIAIS. GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL, MOVIMENTOS DICOTÓMICOS OU DIALÉCTICOS?

A nomadização da economia é, como recordamos atrás, um fenómeno anterior à própria revolução industrial. Antes da eclosão deste período já existiam as "economias-mundo". No entanto, o fenómeno actual apenas é comparável em termos de princípio, sendo completamente diverso quanto à sua lógica e magnitude. Já no sec. XIX, as estratégias genéricas de mercado das multinacionais passavam pela entrega vertical de crescimento a montante (apropriação das matérias-primas, onde estas se encontrassem) e a jusante (penetração em mercados locais, a princípio através de filiais comerciais, e depois eventualmente através de filiais de produção).

Nos últimos vinte anos, assistimos à evolução de um fenómeno de natureza diferente, denominado globalização, fenómeno este que assenta em unidades produtivas globais ligadas em rede, que dominam as diversas fases do *marketing-mix* e escolhem os espaços geográficos de implementação em função das suas características operacionais. O espaço de origem, onde se localizavam as sedes das empresas e as funções de inovação e de estratégia, começou a sofrer a concorrência de outro espaços. Esta alteração teve como suporte o desenvolvimento dos transportes e das comunicações e, conseqüentemente, o aumento da mobilidade. Esta mobilidade provocou a concorrência entre os diversos territórios, a qual ainda se acentuou mais com a amenização, ou até eliminação, dos entraves legais às mobilidades por parte dos Estados. "Encontramo-nos frente ao fim do 'nacional' como ponto de partida e de chegada de pertinência estratégica para os actores científicos, económicos, sociais e culturais. O 'nacional' mantém-se um dos níveis de pertinência significativa, mas deixou de ser o nível estratégico principal para os actores-chave de inovação tecnológica e do crescimento económico" (PETRELLA, 1990, 32).

Assente numa lógica adversa ao protecçãoismo, o novo modelo de desenvolvimento caracteriza-se por um retorno à esfera local. É a partir do local que devem ser definidas e aplicadas as políticas de desenvolvimento. Existem inúmeras definições de desenvolvimento local. No entanto, as definições mais não são que aproximações parcelares à complexidade deste fenómeno. Estas aproximações indiciam "comportamentos positivos, alternativos, solidários, que englobam à vez as componentes económicas, territoriais, sociais, culturais e fazem referência a práticas como a solidariedade local em torno de um projecto global construído ao nível micro-regional, a valorização dos recursos locais, a concertação permanente (...), a cultura mobilizadora entre aqueles que partilham um património comum, o desenvolvimento económico a partir da base" (LANGEVIN, 1990: 119). Esta definição é suficientemente extensa para enquadrar os diversos aspectos primordiais que caracterizam o desenvolvimento local: mobilização e coordenação dos recursos endógenos, solidariedade entre espaços contíguos, defesa de um desenvolvimento integrado (tendo em atenção os aspectos económicos, sociais e culturais) e inclusão do território no espaço global.

TOFFLER (1983: 79), referindo-se á sociedade futura já presente, ainda que os efeitos da nova cultura emergente não fossem conhecidos na sua totalidade, dizia que "jamais, na história, a distância representou tão pouco, jamais os laços do homem com o lugar foram tão numerosos, frágeis e transitórios". Esta afirmação traduz, no essencial, as características culturais e económicas mais pertinentes da sociedade actual. O desenvolvimento tecnológico verificado nas últimas décadas e a mundialização dos mercados criaram um novo tipo de homem e de sociedade. A actual realidade económica e cultural está marcada pelo evento do efêmero, do reforço das vantagens territoriais, das parcerias capazes de tornarem as empresas competitivas à escala global... Neste sentido, interessa indagar acerca da relação entre o global e o local.

No plano abstracto verifica-se, em termos espaciais e temporais, um confronto entre estes dois movimentos. No entanto, este confronto é mais dialéctico que dicotómico. As virtualidades do espaço local estão dependentes de um conjunto de qualidades que conjugam a identidade cultural dum território com as exigências de um capitalismo nómada que procura reforçar a sua competitividade, a qual depende da optimização do binómio qualidade-preço. A importância do local derivou da afirmação do global, dado o facto das características específicas de um dado território poderem contribuir para o reforço dos mecanismos globais.

Entre a esfera local e a esfera global existe uma relação de dominação e fascínio. O global, determinado pela sua força, necessidade e vitalidade, dita as regras de jogo a que terão de se submeter os diversos agentes locais modeladores do território, os quais têm por função criar as condições necessárias para a captação de investimentos que permitam desenvolver actividades económicas potenciadoras da esfera local e que desenvolvam influências à escala global. Da relação expectativa-satisfação nasce um jogo de relações dialécticas entre as dinâmicas locais e as dinâmicas globais. Só na relação entre estes dois níveis "se poderá reconhecer no sistema global de referência, o horizonte de crescimento de uma economia local; e na multiplicidade de economias locais o motor de funcionamento e de organização do sistema económico global" (SENN, 1990: 2).

A actual relação entre o global e o local está estruturada sobre o conceito de economia flexível, que tem subjacente "a desintegração vertical das actividades económicas e a divisão social do trabalho" (BAILLY e COFFEY, 1992: 23). Estes dois conceitos sugerem-nos, desde logo, que as actividades e os actores económicos estão organizados em rede e procuram tirar proveito das características dos diferentes espaços territoriais. "Sempre prontas a reduzir os custos e os riscos, a maximizar as economias de escala, a conquistar novos mercados para novos produtos, a manter ou ampliar as suas quotas de mercado, estas empresas desenvolveram estratégias como a produção em paralelo, a produção de origens múltiplas e a co-produção multilateral; praticam a fragmentação, a nível internacional, e a subcontratação do processo de produção, ao mesmo tempo que intensificavam o domínio das suas redes de produção, graças à utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação"(BENKO e LIPIETZ, 1994: 97). Hoje, as empresas principais procuram apenas dominar a tecnologia e o produto final, externalizando toda a sua produção, através da criação de redes de PME(s) especializadas. A complexidade crescente dos mercados e das empresas, as permanentes inovações tecnológicas,

os custos inerentes à crescente imprevisibilidade e competitividade, a necessidade de se produzir em pequenas escalas, a integração internacional da produção e do consumo, o papel regulador dos Estados ditos desenvolvidos, a crescente interconexão entre as empresas, a necessidade de adaptação das competências às crescentes inovações... contribuíram para a actual externalização dos custos de produção, a qual esteve na base do crescimento dos serviços à produção. As empresas procuram hoje recorrer a serviços externos especializados, de molde a colmatarem as suas limitações técnicas internas, a diminuir os riscos dos custos fixos e da instabilidade da procura e organizarem a sua produção de forma flexível. A especialização e a externalização são, hoje, dois princípios dos quais muito depende o sucesso das empresas. As empresas principais transferem para as subcontratadas os riscos inerente ao investimento em capital fixo, evitando ao máximo as oscilações da procura e a fragilidade conjuntural. A externalização dá-se quando num determinado espaço geográfico existem factores locativos que criam condições para a competitividade das empresas (BAILLY e COFFEY, 1992: 24-25).

A competitividade das empresas está hoje muito dependente das características dos próprios territórios. Prova disso é a crescente implicação das diversas instituições estatais "e das regiões na esfera económica, com vista ao reforço das características que tornam os territórios competitivos, ou seja, atractivos" (KAHN, 1993: 311). O tema dos factores locativos é muito vasto e complexo, visto que os motivos que podem levar uma empresa a instalar-se num dado território dependem da especificidade do seu projecto e das suas características culturais. No entanto, KAHN (1993: 313) distingue entre factores tradicionais (que designa por "vantagens comparativas estáticas") e os novos factores (a que chama "vantagens comparativas dinâmicas").

Os primeiros pesam directamente na função de produção e na função financeira das empresas. A sua modificação não é possível senão a longo prazo e através de uma política apropriada. Os segundos, por seu turno, só potencialmente apresentam vantagens para as empresas, definem as características de um dado território e sustentam o seu desenvolvimento. São, também, apelidados de dinâmicos em virtude de serem passíveis de alteração a curto prazo, por iniciativa dos próprios agentes locais. É sobre estes que vamos incidir a nossa análise. AYDALOT (1989: 11), STÖHR (1986: 32-34) e KAHN (1983: 313-315) identificam como motivações locais das empresas os seguintes factores:

- ✓ recursos humanos abundantes e altamente qualificados;
- ✓ a presença de universidade e de organismos públicos de investigação e de pesquisa;
- ✓ a existência de um ambiente urbano e natural atractivos (qualidade de vida);
- ✓ o acesso às modernas infra-estruturas de transporte e comunicação;
- ✓ a existência de capital de risco.

AYDALOT e STOHR fazem ainda referência ao facto de uma rede urbana relativamente diversificada, que articule as actividades administrativas, comerciais e culturais com as actividades industriais, pesar na decisão das empresas que buscam territórios competitivos.

KAHN, por seu turno, aponta ainda como factores locativos a existência de organismos de formação profissional e de uma política local de oferta de terrenos e de locais para a instalação de empresas. Só AYDALOT refere o facto da presença de uma extensa rede de PME's poder contribuir para a emergência de novas iniciativas empresariais.

As sinergias resultantes da interacção destes factores tornam um dado território altamente inovador e atractivo. No entanto, e pela análise dos factores anteriormente descritos, facilmente concluímos que todos eles favorecem a metropolização, isto porque "o desenvolvimento metropolitano encontra-se efectivamente centrado em torno de densas cadeias de produção, variadas e ricas em informação, algumas das quais atingem proporções gigantescas. Além disso, como as cidades modernas se caracterizam por extensas redes de interacções, elas são também lugares estruturados ricos em oportunidades, constituindo portanto focos especialmente intensos de actividade empresarial e de inovação" (BENKO e LIPIETZ, 1994: 96). É por isso que SENN (1990: 9-10) refere que as grandes redes internacionais encontram-se em áreas urbanas e metropolitanas e não nos "distritos industriais". Estes, devido à insuficiente multiplicidade das suas redes não estão tão orientados para a globalização. No entanto, e sob certas condições, o desenvolvimento também pode ter lugar noutras regiões que não as regiões centrais, onde, como vimos, as interacções e as sinergias são mais elevadas. Para tal, torna-se necessário um deslocamento da focalização da empresa para os espaços que se pretende dinamizar, a par de um consenso social que leve ao abono de atitudes defensiva por parte dos agentes interessados no processo de desenvolvimento. Uma terceira condição coloca-se a nível dos actores territoriais: é necessário optimizar a comunicação entre os agentes e os organismos que trabalham em diferentes sectores e em funções complementares (investigação, produção, serviços...). O desenvolvimento de regiões desfavorecidas torna-se possível uma vez que a organização territorial, a região e a cidade são espaços por excelência de encontro espontâneo, improvisado, aberto e múltiplo (PERRIN, 1986: 298).

A globalização da economia mais não é que a afirmação de redes entre as "esferas locais", as quais só podem prosperar se assumirem o desafio colocado pelo jogo da mundialização da economia. A globalização dá-se quando existem trocas bilaterais ou redes hierárquicas entre empresas, entre distritos, entre regiões ou sistemas locais. Se assim não fosse, as esferas locais seriam meras entidades abstractas. A organização em rede permite a competitividade da economia local, uma vez que aproveita as sinergias resultantes da actuação dos diversos agentes modeladores do território, e abre-se a uma pluralidade de redes que articulam as relações entre os sistemas locais e os sistemas globais. Não se pense, porém que as redes significam homogeneidade e distribuição horizontal do poder económico. As redes criam, isso sim, um conjunto de hierarquias fortemente dinâmicas e flutuantes (SENN, 1990: 10-12).

Na relação entre o local e o global, o primeiro pode dar um grande contributo para a eliminação das possíveis perversões impostas pelo segundo. O global pode conduzir a uma cultura alienatória, impondo a uniformização, a dominação das periferias pelos grandes centros, a degradação do trabalho humano, o empobrecimento do património natural e cultural..., em suma, a afirmação de elementos culturais que conduzem ao individualismo, à actuação

corporativa, à resignação e à apatia. O local pode inverter esta tendência de alienação, uma vez que as estratégias de desenvolvimento apontam no sentido da valorização das complementaridades entre a ordem política económica, social e cultural; da valorização da imaginação; do apelo às solidariedades endógenas e exógenas; da afirmação de projectos abertos ao mundo; da construção de redes entre os agentes locais, de modo a se atenuarem os efeitos centralizadores (no sentido de que a organização do tecido produtivo é piramidal) da divisão vertical das actividades económicas; duma tradição assente numa identidade cultural capaz de integrar novos elementos exógenos (BASSAND,1989: 12-13).

Entre o global e o local existe uma relação dialéctica de parceria e aproveitamento das virtualidades de cada um dos níveis. Por isso, podemos concluir com DOLLFUS (1995: 279) que "toda a competitividade do sistema Mundo nasce da articulação de pelo menos três níveis: o mundial, o local e um nível intermédio que pode ser um Estado, ou uma região do Mundo, por uma população ou uma densidade particular de redes". Os grandes riscos resultantes do relacionamento entre dois níveis situam-se no plano da dominação cultural e da acentuação das disparidades territoriais.

1.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL: MODELOS E PARADIGMAS

Quando falamos em desenvolvimento e articulação territorial do desenvolvimento temos, forçosamente, que analisar as os dois paradigmas de desenvolvimento vigentes nas últimas duas décadas na Europa: a corrente funcionalista e a corrente territorialista.

Existe um confronto de pensamento entre estas duas correntes. Enquanto a corrente funcionalista afirma que o desenvolvimento é um fenómeno induzido do exterior, a corrente territorialista afirma que o desenvolvimento parte do próprio território, pela mobilização dos recursos materiais e humanos aí existentes.

1.2.1. PARADIGMA FUNCIONALISTA

O paradigma funcionalista serviu de referência à Europa eufórica da década de 60 e inícios dos anos 70. Tinha-se ultrapassado, com sucesso, o período corrosivo em que este velho continente se viu lançado após a eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial. Vivia-se num clima de confiança económica, com redes de informação eficazes, onde se pensava que o desenvolvimento era possível somente através do crescimento da economia.

Assim, e segundo HENRIQUES (1990, 35 a 50), este paradigma parte de dois grandes pressupostos: o desenvolvimento é inicialmente desencadeado nalgumas grandes áreas e sectores (difundindo-se, posteriormente, à totalidade do território e aos sectores a ele inerentes) e por último, é induzido e planeado. Este modelo de desenvolvimento fundamenta-se no pensamento neoclássico e na inevitável controvérsia entre as teorias do crescimento equilibrado e as teorias do crescimento desequilibrado. As disparidades territoriais existentes e as possibilidades de

crescimento económico são explicadas a partir de três grandes hipóteses:

- ✓ as acessibilidades aos mercados e aos factores de produção, por parte dos diversos territórios, determinam as disparidades espaciais de rendimento;
- ✓ as disparidades existentes tenderão, a prazo, para uma atenuação dos desequilíbrios ao nível da dotação e das acessibilidades ao mercado: uma vez que o capital procura as áreas onde a mão de obra é mais barata, verificar-se-á a difusão do fenómeno de crescimento, ou seja, o centro difunde-se até à periferia;
- ✓ o crescimento é função da acumulação externa de capital: uma vez que o capital não existe para ser aplicado nas áreas carenciadas, o crescimento é, por via da importação de capitais, dinamizado a partir do exterior. Em sentido inverso, o subdesenvolvimento é entendido como atraso económico e, conseqüentemente, é explicado pela existência de obstáculos ao normal desenrolar da actividade económica, como seja a fraca acessibilidade aos mercados e aos factores produtivos.

Este paradigma parte do pressuposto de que as populações não possuem capacidade para resolverem as suas próprias necessidades, tendo que, para vencerem as suas dificuldades de desenvolvimento, recorrer a agentes externos, Estado ou outras instituições.

Estamos na presença de um modelo que enfatiza um tipo específico de desenvolvimento e busca a sua sustentabilidade em três grandes vectores: a sociedade desenvolvida será uma sociedade urbano-industrial; o desenvolvimento é essencialmente de capital intensivo e, finalmente, as tecnologias avançadas são portadoras de desenvolvimento e estão associadas a economias de escala e de aglomeração.

Para a concepção funcionalista o desenvolvimento representa a passagem de um sistema produtivo ineficiente para um sistema produtivo eficiente, através de transferência de capital e de progresso tecnológico. A esta alteração não se segue um quadro sócio-político conflituoso, próprio das mudanças que se operam na sociedade. Muito pelo contrário, para esta corrente não se verifica qualquer divergência de interesse entre os trabalhadores e os detentores de capital: todos são tutelados pelo Estado, representante ideal de toda a sociedade. Os conflitos não ocorrem em virtude do comportamento humano, na sua postura individual e concorrencial, ir ao encontro da satisfação das necessidades humanas e do bem estar social. A única anomalia possível prende-se com o tempo útil em que o próprio desenvolvimento ocorre, dado os obstáculos colocados ao próprio desenvolvimento.

O paradigma funcionalista tem como objectivo primordial a maximização do crescimento económico. A Administração Central tem um papel fulcral na prossecução deste objectivo, uma vez que é da sua competência a promoção do crescimento económico das regiões. Dada a sua dinâmica cultural descendente, este paradigma é também conhecido como o desenvolvimento de "cima para baixo".

Para atingir o objectivo primordial anteriormente descrito, o modelo funcionalista define um conjunto de metas a atingir (objectivos intermédios). Qualquer espaço territorial, para se desenvolver deve: privilegiar a acumulação de capital fixo, como componente do processo de crescimento económico; actuar sobre o mercado, de modo a otimizar o seu funcionamento e estimular a poupança, em virtude da sua conaturalidade afectiva com o investimento. Além disso, dado o facto da indústria ser entendida como o sector motriz da economia, este paradigma defende a transferência do capital para as actividades secundárias, em detrimento do sector primário. Numa visão global este modelo tenta favorecer a integração da região ou país na conjuntura internacional, procurando obter vantagens comparativas.

A política regional deste paradigma desenvolve-se em dois planos: procura maximizar o crescimento económico nacional como um todo e promover o desenvolvimento das periferias regionais.

De modo a efectivar o seu objectivo primordial, este paradigma privilegia os seguintes instrumentos de política de desenvolvimento:

- ✓ transferência de capital e tecnologia, mediante os incentivos às empresas para que estas desloquem das áreas centrais para as periféricas;
- ✓ promoção de indústrias modernas na periferia, aproveitamento as potencialidades dessas regiões;
- ✓ transferência de investimento públicos para as regiões periféricas, procurando-se criar economias externas através de investimentos públicos em infra-estruturas e redes de transportes;
- ✓ expansão de redes de transportes e comunicações das áreas desenvolvidas para as áreas periféricas, de modo a se promover a integração das economias periféricas;
- ✓ promoção da integração funcional das áreas periféricas e centrais, mobilizando os factores produtivos e maximizando as vantagens de aglomeração;
- ✓ criação de pólos de crescimento, fazendo-se investimentos públicos na criação de complexos industriais em áreas seleccionadas;
- ✓ expansão da rede de equipamentos colectivos, relacionados com a educação e a formação profissional;
- ✓ expansão para as áreas periféricas de organizações privadas e públicas existentes nas áreas centrais;
- ✓ reforço da unidade ideológica e cultural, com base nas normas e sistemas de valores do centro.

1.2.2. PARADIGMA TERRITORIALISTA

Ao optimismo económico que se seguiu ao período pós II Grande Guerra Mundial, sucedeu um período de maior pragmatismo. Este período abrange os acontecimentos ocorridos durante as décadas de 70 e 80, nomeadamente: as transformações demográficas; as

reformulações tecnológicas e os choques petrolíferos, que evidenciaram e acentuaram as desigualdades sociais; os desequilíbrios territoriais da distribuição da riqueza e a dependência externa de muitas regiões em relação aos meios de produção e aos centros de decisão. Este novo cenário abalou profundamente a fundamentação teórica do paradigma funcionalista e criou condições para a emergência do paradigma territorialista.

A crise veio reforçar três grandes ideias: o desenvolvimento não podia persistir apoiado sobre a transferência dos estrangulamentos e custos do desenvolvimento para outras áreas; a política tradicional de âmbito regional era demasiado estreita e contraditória e, finalmente, sentia-se a necessidade de se proceder a transformações estruturais que agissem ao nível dos territórios.

O paradigma territorialista aparece referenciado muitas vezes como o planeamento régio-centrado, ou desenvolvimento endógeno, e tem como fundamento teórico as insuficiências das políticas regionais, uma vez que a aposta na integração funcional através dos mecanismos de grande escala causaram fenómenos de desagregação espacial (as multinacionais espalharam-se pelo território e as regiões começaram a perder funcionalidade e controlo).

Independentemente dos termos utilizados, o que se pretende com este paradigma é um tipo de desenvolvimento que não seja determinado e/ou dirigido por "inputs" externos, ou seja, reclama-se o direito às diferenças derivadas das circunstâncias da história, da cultura, das instituições e da dotação de recursos das comunidades locais/regionais. Como de imediato se deduz, trata-se de uma reivindicação fundamentada na constatação de que a dinâmica externa engendrada pelo crescimento global do passado foi manifestamente incapaz de estruturar um desenvolvimento regional auto-sustentado nas regiões periféricas ou nas regiões de antiga tradição industrial.

Desde logo, o paradigma territorialista traça como objectivo principal a "satisfação efectiva das necessidades básicas de toda a população de uma unidade territorial através de um uso integral dos seus próprios recursos" (HENRIQUES, 1990: 59). Para a obtenção deste objectivo, este paradigma defende o envolvimento dos agentes modeladores do território no seu próprio modelo de desenvolvimento. Este novo modelo tem uma escala de valores que aponta no sentido:

- ✓ da satisfação das necessidades básicas de todos os elementos da sociedade (não só em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos);
- ✓ de um desenvolvimento determinado pela população de território e fundamentado na mobilização dos recursos humanos, materiais e institucionais;
- ✓ de um desenvolvimento igualitário e cumulativo (assente no desenvolvimento local);
- ✓ de um desenvolvimento fundamentado por um elevado grau de autodeterminação do território;
- ✓ de se privilegiar o desenvolvimento das pessoas e não dos lugares;
- ✓ de um crescimento económico selectivo, orientado para a redistribuição, procurando que as pessoas sejam envolvidas em todo este processo;

- ✓ de um desenvolvimento que pressupõe estruturas de tomada de decisão a diversos níveis. (HENRIQUES,1990: 53 e 54)

A estratégia do paradigma territorialista, estruturado na capacidade de mobilização dos agentes modeladores do território e no combate à pobreza e adopção de medidas de criação de emprego, assenta, como vectores fundamentais de intervenção o "reforço das competências decisórias político-administrativas endógenas (...); a promoção da identidade cultural como forma de evitar a 'colonização'sócio-cultural do exterior (...); a prioridade à mobilização de recursos regionais (...); a prioridade à diversificação sectorial e funcional (...); a promoção de soluções tecnológicas diferenciadas (...); a promoção de mecanismos territoriais de auto-regulação e adaptação (...); a igualização dos termos de troca e das condições de acumulação entre as áreas 'centrais' e as áreas 'periféricas' (...); a promoção de inovação regional endógena" (HENRIQUES,1990: 61 a 64).

Para a concretização destas estratégias o paradigma territorialista criou um conjunto de instrumentos de política regional, os quais passam: pela criação de formas que permitam um aumento do valor acrescentando; pela selecção de tecnologias diferenciadas, tomando em conta os recursos a nível da mão-de-obra; pelo turismo e actividades a ele ligadas; pelo reforço das acessibilidades a favor das áreas periféricas; pela criação de padrões regionais em termos culturais e raciais e pela aposta na dinamização de pequenos centros urbanos, os quais passam a funcionar como agentes de pólos mais agregados, facilitando a desconcentração e a criação de condições para a valorização dos recursos endógenos evitando, assim, a saída do valor acrescentando, que assenta no desenvolvimento em torno da animação e participação dos agentes locais do processo de desenvolvimento (HENRIQUES, 1990: 64 a 67).

Estes dois paradigmas estão longe de se confrontarem. De facto, as dinâmicas culturais ascendentes e descendentes complementam-se. Os fluxos por elas gerados são o patamar onde se inscrevem as estratégias de partilha das dinâmicas descendentes, intervindo e participando na sua capacidade de decisão.

Tendo em vista a crescente mobilização e animação das sociedades/economias locais através da disponibilidade dos recursos considerados estratégicos (humanos, materiais e imateriais, institucionais, ...), ao poder Central exige-se que garanta a existência de condições externas favoráveis ao impulso de medidas de mobilização e animação local, nomeadamente através do estabelecimento de enquadramentos legislativos e institucionais apropriados. Do Poder Local espera-se um papel importante como catalisador e mediador de projectos, envolvendo agentes locais dos sectores privado (indústria, serviços de apoio à actividade económica, banca, ...), associativo e público. A promoção de estratégias ofensivas, polarizadas por projectos colectivos concretos, organizados em torno de fins precisos e muitas vezes com duração limitada, constitui, sem dúvida, uma via privilegiada de mobilização/animação local. Nesse contexto, e desde que garantidos os níveis satisfatórios de infra-estruturação, mais do que produzir determinados serviços estratégicos para a promoção da indústria local importa assegurar o acesso efectivo a esses mesmos serviços, quer em termos geográficos (possibilidade de

satisfação no local ou, em alternativa, no exterior mas a partir do local, através da utilização de redes de contactos apropriadas), quer em termos de custos e adequação à procura.

1.3. DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL/LOCAL

1.3.1. CULTURA E IDENTIDADE REGIONAL: CONCEITOS E DINÂMICAS

A cultura é uma realidade tão complexa e ampla que é difícil sintetizar numa simples definição. A sua compreensão torna-se mais fácil através de aproximações descritas, aquilo que ela é, encarada segundo diferentes perspectivas.

Segundo TORGA (1976: 73), cultura "é o quadro histórico e atávico da nossa consciência ou possibilidade de comercialização. Capacidade real ou potencial, táctica ou expressa, de o homem se conhecer integralmente como entidade viva da terra, que pensa, come, actua, convive, ama e projecta. É o espelho mágico, e ao mesmo tempo fidedigna, onde a fisionomia da sua realidade física, moral e social se reflecte sem disfarces, seja por quais forem os retoques, as máscaras e as simulações".

Para FERREIRA (1986: 415), cultural é fundamentalmente "a própria capacidade para interrogar o nosso tempo" e, desta maneira, constituiu um "modo avançado de se estar no mundo, ou seja, a capacidade de se dialogar com ele" (FERREIRA (1986: 175) no espaço e no tempo em que nos inserimos.

GUINDANI e BASSAND (1982: 15), dando uma definição alargada de cultura, dizem que por esta se entendem todos "os elementos que permitem a um actor, individual ou colectivo, situar-se num ambiente social e psíquico, interpretá-lo e transformá-lo, comunicar com os outros autores e transformar uma identidade".

Das descrições referidas podemos afirmar com segurança que a cultura tem a sua origem na natureza racional e social do homem, na sua intervenção consciente e livre; ela é o fruto da criatividade livre do homem no seu pensar e agir. Abarca, por conseguinte, tudo o que se cria, utiliza e transmite como obra humana, pois ela é a totalidade das manifestações humanas.

Cada ser humano é a relação com os outros para ser ele mesmo, é identidade pela diferença. Pela cultura a pessoa insere-se no elo que a liga aos antepassados, aos contemporâneos e aos que lhe sucederam. Assim, a cultura exprime a intersubjectividade pessoal, facilita a comunicação entre povos e é expressão das experiências da própria humanidade.

Ao realizar-se culturalmente o homem encontra o modo específico de ser e existir como homem. Por isso, a cultura, formada por um conjunto de signos, sinais, símbolos, atitudes, modelos ... inerentes à vida social, envolve todos os aspectos da vida humana e, em termos analíticos pode ser dividida em três grandes dimensões: o campo semântico, os modos de conhecimento e as visões do mundo (GUINDANI e BASSAND, 1982: 19).

O campo semântico (formado por signos, símbolos e sinais) exprime as necessidades e a cultura de um determinado grupo social. Este campo, porém, mais não é que uma das formas possíveis de representação do real. A mente humana representa e exprime a realidade a partir de dois graus de imagem. "Uma *directa*, segundo a qual a própria coisa parece estar presente ao espírito, como acontece na observação ou na simples percepção. A outra *indirecta* quando, por qualquer razão, a realidade não pode apresentar-se em carne e osso à sensibilidade" (DURAND, 1989: 9-10). Por isso, este campo semântico, em que se exprimem os diversos grupos sociais, culturais, políticos e económicos, fornece-nos elementos pertinentes sobre aquilo que esses mesmos grupos vivenciam e dizem ou mistificam e ocultam. Neste sentido, apresenta-se como uma importante fonte extrínseca de informação.

Exerce uma poderosa função de herança social, através da qual institui processos sociais e psicológicos que vão modelar a conduta do homem público. No entanto, o agir humano só muito debilmente se encontra modelado pela sua própria fisiologia, visto os seus genes, ou seja, as suas fontes intrínsecas de informação, pouco dizerem acerca do "*modus operandis*" de cada um face á sociedade. O que mais contribui para a estruturação da conduta humana são as fontes extrínsecas de informação. O ser humano actua segundo determinados esquemas mentais (GEERTZ, 1992: 91).

Enquanto visão do mundo, a cultura está ligada à esfera do dever ser e agrupa os elementos modais e estéticos de uma dada sociedade. Para além disso, exprime uma certa cosmovisão da realidade. A cosmovisão retrata " a maneira como as coisas são na sua pura efectividade, na sua concepção da natureza, da pessoa, da sociedade. A cosmovisão contém as ideias mais gerais da ordem desse povo (...) o *ethos* torna-se como intelectualmente razoável ao assumir-se como representante de um estilo de vida implícito pelo estado de coisas que a cosmovisão descreve, e a cosmovisão torna-se emocionalmente aceitável ao ser apresentada como imagem do estado real de coisas da qual aquele estilo de vida é uma autêntica expressão"(GEERTZ, 1992: 118-119). Dá-se, neles, uma fusão entre o existencial e o normativo.

Os modos de conhecimento são elementos importantes numa cultura, visto que são a partir deles "que são elaboradas as normas de comportamento. *O conhecimento é, portanto, um modo de acção sobre os homens e o seu ambiente*" (GUINDANI e BASSAND, 1982: 19). Do cérebro e do espírito humano, não só brota a linguagem, mas também o conhecimento. O "sistema de conhecimento humano conduz (...) a dois saberes distintos, que contemplam o mundo a partir de duas ópticas diametralmente opostas: uma 'supremamente concreta', quer dizer, 'desde o ponto de vista das qualidades sensíveis'; outra 'supremamente abstracta', quer dizer, 'desde o ponto de vista das realidade formais" (GARCÍA, 1991: 11). Não vamos aqui dissertar sobre a natureza dos diversos modos de conhecimento, ou sobre o modo como estes se podem relacionar ou interligar, mas apenas referir a influência que exercem sobre os actores sociais e, conseqüentemente, sobre as dinâmicas territoriais. Todos sabemos, por exemplo, que a religião e a ideologia (entendida no seu sentido consciente, racional e subjectivo) enformam o comportamento humano e dão sentido às decisões dos diversos agentes modeladores do território.

1.3.2. POLÍTICAS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM REGIÕES DESFAVORECIDAS

A organização económica e social das sociedades hodiernas fundamenta a sua existência no crescimento urbano e industrial à escala global. Este crescimento polariza os recursos, cria desequilíbrios e marginaliza vastos territórios. Mais ainda, os modelos de desenvolvimento destes vastos territórios estão sujeitos às influências das regiões dominantes, os quais atentam muitas vezes contra as potencialidades endógenas e a identidade cultural. Quando se fala numa região desfavorecida temos que delimitar o conceito em termos de escala. Tendo em atenção o estudo ilustrativo que pretendemos realizar, a escala por nós utilizada reporta-se a áreas geográficas que, cumulativamente, sejam rurais, fronteiriças e de montanha.

O primeiro constrangimento ao uso da terra é, numa perspectiva antropocêntrica, de natureza geomorfológica. Se é verdade que **"a terra modela o homem, também é certo que este modela o seu habitat"** (PESSOA, 1985: 32). Na origem do *habitat* está a necessidade de desbravamento de um dado território, determinado pelo uso e a gestão dos solos.

Estes espaços mativeram, muitas das suas características naturais primitivas, seja a nível biológico ou geológico, porque a acção antrópica homogeneizante pouco ou nada se fez sentir. Um olhar sobre os diversos lugares rurais e as suas características não deve centrar-se apenas no lugar em si, mas em todo o território que este gere e do qual depende. O lugar, os campos-prado, os lameiros, as brandas e a serra formam um conjunto indissociável que deve ser lido e percebido como um todo. Este conjunto forma uma unidade coesa, contínua e integrada, que, mesmo quando as partes possam parecer isoladas, funciona racionalmente num território contínuo, ligado por uma rede de caminhos, e gerido por uma comunidade evoluída e organizada.

A arquitectura das serras, fruto de um sistema económico baseado na criação de gado e agricultura, com um clima adverso e uma topografia muito movimentada, caracteriza-se pela sobriedade da sua estrutura, quer dos aglomerados quer das próprias habitações, que é feita com uma grande racionalidade, aproveitando o que existe, por forma a economizar esforços quer de construção quer de manutenção.

A variação na forma, da estrutura ou da densidade, na inserção na paisagem, criam a diferença, mas com uma profunda identidade, a da lógica da implantação, do funcionamento e da racionalidade.

As Regiões transfronteiriças apresentam questões específicas ao nível do desenvolvimento endógeno. Até aqui, e devido à condição periférica das mesmas, sofreram uma grande erosão em termos de políticas demográficas, tecnológicas e de qualificação de recursos humanos. Foram sempre pontos nevrálgicos no relacionamento entre os povos. Por isso, e antagonicamente, estes espaços funcionaram como locais de troca, proximidade e de impermeabilização.

As estratégias de desenvolvimento para estas regiões passa pela promoção de actividades diversificadas, as quais pretendem articular as actividades rurais com as actividades industriais e turísticas.

A degradação das economias de base rural deve-se ao próprio desenvolvimento urbano e industrial. A aplicação, em zonas rurais, do "modelo dominante como expressão de uma economia única (a tal 'Aldeia Global') traduziu-se, de um modo geral, em monoculturas intensivas sempre que as condições de solo e climáticas o permitiram, e na desertificação das áreas que não puderam, ou não quiseram, adoptar as tendências dominantes.

A sobrevivência e, possivelmente, o desenvolvimento destas comunidades mais desfavorecidas requerem, neste momento, uma grande capacidade para desafiar o modelo económico vigente e simultaneamente a crença de que este é o único possível para o seu desenvolvimento económico e social" (CARVALHO, 2000: 24).

Para MENDONÇA (2001: 26-29) o conceito de desenvolvimento rural e a prática agrícola assumiu particular relevância nos inícios dos anos setenta e teve como força motriz a decisão política, por parte do Banco Mundial e da O.N.U., de um apoio efectivo das regiões rurais do "Terceiro Mundo". O papel predominante da indústria na concentração/difusão do desenvolvimento começa a ser questionado, em virtude do crescente domínio económico e tecnológico dos países ricos sobre os países pobres. Preconizava-se um desenvolvimento rural integrado de base local, onde a população agrícola autóctone assumisse um papel importante a nível decisório.

Os anos noventa associam estas novas linhas de orientação ao conceito de sustentabilidade. Este conceito procura, como vamos analisar posteriormente, interligar o desenvolvimento económico à interdependência ecológica, numa visão de longo prazo. Este desenvolvimento pretende articular o fomento da qualidade de vida, mediante o reforço de equipamentos, a diversificação das actividades económicas, a melhoria da qualidade ambiental e a promoção da actuação dos agentes modeladores do território de acordo com uma visão territorial que concilie o social com o económico.

Entre os territórios, a exemplo das relações interpessoais, existem relações de competição e complementaridade. O desafio está em potenciar as sinergias que resultam da articulação entre estes dois movimentos. Para isso, torna-se necessário estabelecer as parcerias entre os diversos actores públicos e privados que visam o desenvolvimento dos territórios, de acordo com os elementos que enformam o desenvolvimento estratégico das áreas geográficas desfavorecidas.

O crescimento económico polarizado tem como consequência directa a crise de identidade regional dos restantes espaços geográficos, marcados pela regressão económica, dependência política e marginalidade cultural. "As áreas que irão sobreviver serão as que apresentarem trunfos mais positivos e vantagens competitivas, tanto subjectivos (saber-fazer, capacidade para lutar, capacidade para a organização) como objectivas (recursos naturais, melhor localização)" (CARVALHO, 2000: 25). Ainda, segundo o mesmo autor, as apostas de desenvolvimento nas regiões desfavorecidas passavam pela incorporação das suas potencialidades no modelo económico global. Estas apostas revelam uma grande fragilidade:

promovem ocupações sazonais, desqualificadas e sem garantias e, provavelmente mais grave, destroiem as comunidades rurais existentes.

Quando se fala da permanência de uma economia de espaço rural, de montanha e transfronteiriço, temos de também falar em políticas de desenvolvimento para essas regiões. De entre as actividades que existiram ou podem vir a existir nestas áreas geográficas destacamos a indústria. A exploração industrial no espaço rural de montanha é pouco representativa e tem factores de localização muito específicos. Podemos distinguir três fases quanto á utilização do espaço rural como espaço de localização de actividades produtivas não agrícolas. A primeira fase corresponde à fase agro-industrial. As actividades industriais dedicam-se ao fabrico de utensílios utilizados pelo agricultor ou pelas actividades a montante, actividades estas que fornecem ao agricultor um conjunto de recursos produtivos de que ele necessita (ex: ferreiros, tanoeiros...).

Nesta fase o espaço rural apresenta três grandes características:

- ✓ é um espaço economicamente complexo, uma vez que a maior parte das actividades económicas se encontram localizadas nas zonas rurais, mesmo a da transformação industrial dos produtos;
- ✓ o espaço rural apresenta-se como um espaço economicamente integrado, uma vez que existem relações de interdependência e intercomplementariedade entre as diversas actividades económicas, agrícolas e não agrícolas;
- ✓ por último, apresenta-se como um espaço fechado, porque as relações económicas internas são muito mais numerosas e intensivas que as relações económicas entre este espaço e os espaços que lhe são externos.

Num segundo momento regista-se uma tendência para a especialização do espaço rural, tendência esta que vai modificar as três características anteriormente apresentadas. Nesta segunda fase, e porque as actividades não agrícolas começam progressivamente a perder importância, o espaço rural confunde-se com o espaço agrícola. Na base desta alteração encontramos as modificações dos modos de produção, das técnicas produtivas e dos recursos humanos utilizados pela agricultura. O crescimento económico tem como consequência directa a substituição dos modos artesanais de produção pelos modos de produção industrial. Verifica-se a crescente integração das formas industriais de produção em unidades de produção cada vez mais volumosas. Tal fenómeno só é possível através de uma concentração geográfica da mão de obra capaz de suprimir as novas exigências e ritmos de trabalho. Paralelamente regista-se uma deslocalização das actividades de transformação dos produtos agrícolas: inicialmente instaladas no espaço rural vão situar-se, de preferência, no espaço urbano. Daí resulta uma perda de aprovisionamento do sector agrícola em recursos produtivos por parte do espaço rural. Por outro lado, e com o desenvolvimento dos meios de transporte, as actividades produtivas não agrícolas têm a tendência de transferirem para fora do espaço rural, uma vez que as pessoas se deslocam à cidade para efectuarem a aquisição de bens de consumo destinados a satisfazerem as necessidades familiares (BADOUIN, 1979: 45 a 50).

No entanto, e numa terceira fase, pode verificar-se a implementação de actividades industriais nos espaços rurais, desde que a existência de factores locativos consigam atrair

investimento. De entre estes factores locativos, que resultam da afirmação reguladora do Estado contra a lógica do capitalismo concorrencial, destacam-se a mão-de-obra abundante e barata, os benefícios fiscais, a infraestruturização de terrenos industriais vendidos a preços simbólicos... Muitas empresas, com o objectivo de obterem lucros fáceis, implementam-se nestas áreas territoriais, as quais abandonam quando encontram outro território mais competitivo. É esta a génese da concorrência territorial e uma das fragilidades das medidas voluntaristas a favor das regiões desfavorecidas. Daí que as estratégias de desenvolvimento não devam depender, sobretudo no campo industrial, exclusivamente do investimento exógeno, mas mobilizar também os actores locais para assumirem os factores críticos de sucesso endógenos, os quais devem reestruturar o tecido sócio-productivo autóctone e o aumento da competitividade externa.

A indústria, como motor de desenvolvimento em áreas desfavorecidas, poderá conduzir ao aumento da oferta dos postos de trabalho, com a consequente fixação das populações. De entre as sinergias que movem a montante e a jusante destacamos:

- ✓ o aparecimento de serviços (administrativos, financeiros, telecomunicações, de saúde e de ensino);
- ✓ o crescimento e a melhoria de determinadas infra-estruturas (transportes, água, energia e saneamento básico);
- ✓ a melhoria acentuada da qualidade de vida dos seus habitantes;
- ✓ o aumento dos rendimentos familiares;
- ✓ a valorização dos recursos endógenos;
- ✓ o aparecimento de outras indústrias. (CARVALHO: 2000, 27 a 29).

Esta "guerrilha", porém, refere-se às vantagens competitivas e não comparativas. De entre as vantagens comparativas destacamos o papel do turismo nas políticas de desenvolvimento regional e local.

O espaço rural assume-se como portador de uma função recreativa e turística, diferente da função residencial, uma vez que opõe a ocupação permanente à ocupação temporária, por parte de indivíduos provenientes de diversas regiões, os quais proporcionam aos autóctones a captação de fluxos financeiros provenientes de regiões externas. A função residencial do espaço rural está estritamente condicionada pela localização das vilas e cidades, é precisamente na periferia destas vilas e cidades que se manifesta esta função residencial. O elemento proximidade esvai-se quando se trata da função turística, uma vez que os turistas são, em grande parte, pessoas provenientes de outras regiões mais afastadas. O turista busca a beleza do local e as actividades de lazer, das quais se destacam o usufruto de espaços verdes e a conjugação entre a função residencial e a função recreativa (BADOUIN, 1979: p. 71).

Tanto a Direcção Geral de Turismo, a nível nacional, como a Organização Mundial de Turismo, a nível internacional, definem o turista como uma pessoa que se desloca no mínimo 24 horas para fora da sua residência, não auferindo de nenhuma remuneração no novo local. Definir turismo rural como turismo no campo parece ser insuficiente, pois este é apenas uma das muitas formas turísticas praticadas em meios rurais. Podemos encontrar neste espaço hotéis, motéis,

pousadas, residências secundárias, parques de campismo entre outros. Tratando-se em todos estes casos de turismo em meio rural, mas assumindo diversas formas. O turismo rural é uma forma particular de turismo em ambiente rural: trata-se do acolhimento numa quinta, da hospedaria num quarto, ou de alojamento criado em edifícios disponíveis numa exploração agrícola. O turismo rural compreende todas as formas de arrendamento na propriedade do arrendatário, do qual também se pode referir o acampamento no seu terreno. Os elementos que compõem o turismo rural, são o alojamento, a venda de produtos locais e restauração e ainda a organização de divertimentos, os quais não dependem propriamente da oferta do dono da propriedade mas, na maioria das vezes, das condições locais e que atraem os turistas, sejam estas: a pesca, a caça, a equitação, desportos náuticos, entre muitos outros. Trata-se de um turismo sazonal, embora haja situações em que ocorram deslocações de fins-de-semana. O turismo rural, é o mesmo quer se trate de turismo em planícies ou em montanhas, desde que este esteja enquadrado num espaço rural. O espaço geográfico, ou seja, o meio ambiente é um importante factor atractivo na escolha deste tipo de turismo. O turismo envolve hoje grandes investimentos relacionados com a construção, o alojamento, os transportes, os espectáculos, a indústria de alimentação e bebidas e os objectos de desporto. O turismo é uma actividade que ocupa mão de obra. Os produtos turísticos e a sua qualidade são uma combinação complexa de imagens de lugares e de prestações efectuadas por mulheres e homens, nos diversos tipos de equipamento ou serviços. Sob o plano social, nós vivemos muito mais intensamente com e no turismo que em matéria económica: o turismo fabrica e vende imagens; todo o seu marketing está fundado no apelo à imaginação ou, sobretudo, ao stock de imagens que suscitam em nós sentimentos de relaxe, de estranheza, de pitoresco, etc.

Existem dois factores atractivos que valorizam o turismo em espaço rural: factores naturais e factores humanos (económicos, psicológicos, geográficos, técnicos e locais).

A nível natural, o clima, a paisagem e a vegetação serão as características fundamentais, as aptidões naturais dos lugares, quer sejam montanhas, lagos, rios, florestas, entre outros. A qualidade do meio ambiente também é um factor fundamental na escolha do local de destino. Mais importante que o equipamento disponível, é o potencial natural da região que determina o desenvolvimento turístico. A paisagem e a natureza são vendidas como um produtos. Neste contexto paisagístico, os principais factores de decisão na escolha são: a atracção paisagística; a qualidade do clima associada à pureza do ar, das águas e à tranquilidade; a qualidade intrínseca da região, bem como a sua cozinha típica. Um meio ambiente puro, não poluído, será um factor impulsionador no Turismo Rural.

Os factores humanos resultam do esforço das comunidades sobre o meio nas quais estão inseridas e são de natureza económica, psicológica, geográfica, técnica e local. O turismo rural é acessível a todas as camadas sociais, incluindo aqueles que não gozavam férias por questões económicas (SANTSCHI, 1984: 5 a 24). Referindo-se à natureza económica do turismo rural, CARVALHO (2000: 30 e 31) diz que "o carácter elitista, que durante um longo período o caracterizou, tende a esbater-se, sendo cada vez menos considerado um gasto de luxo, supérfluo, só ao alcance das classes ricas. Dos mais diversos quadrantes económicos e sociais, cresce o

número de pessoas que considera como gastos de primeira necessidade, os realizados com actividades de repouso e de lazer, pois logo após a satisfação das funções vitais, cada vez mais estes gastos representam um aspecto fulcral para o equilíbrio psicológico e prestígio social".

Na procura do turismo em espaço rural pesam também factores de ordem psicológica. O facto de o turismo rural estar na moda actualmente incita as pessoas à sua maior procura, bem como o facto de proporcionar actividades de lazer.

Em termos geográficos, o turismo rural procura localizações preferencialmente isoladas, mas de relativa proximidade aos centros urbanos, ou seja, com bons meios de comunicação e que sejam simultaneamente despoluídos, calmos e silenciosos.

Mas ainda existem factores técnicos e locais que determinam a localização e a procura do turismo em espaço rural. A difusão dos meios de transporte; a existência de infra-estruturas básicas; a diminuição do índice de atracção das cidades sobre os gostos das pessoas em tempos de lazer; as tradições culturais de determinada zona e o grau de interpenetração entre o espaço rural e o espaço urbano podem constituir um factor de desenvolvimento económico para as regiões desfavorecidas associadas a esta actividade do sector terciário. (SANTSCHI, 1984: 24 a 25).

O turismo em zonas desfavorecidas pode funcionar como um motor de desenvolvimento, uma vez que:

- ✓ "Origina a criação de novos postos de trabalho, não só através da construção de infra-estruturas e equipamentos para a sua implementação e suporte, mas igualmente para a sua manutenção.
- ✓ Revaloriza e dinamiza as áreas francamente povoadas e em regressão, minimizando as assimetrias (demográficas, culturais, ...) dado que possibilita, p.e. a fixação da população jovem.
- ✓ Pode evitar o abandono das áreas mais desfavorecidas.
- ✓ Aumenta e melhora os níveis de rendimento (possível acumulação de actividades).
- ✓ Estimula o desenvolvimento de outras actividades, como os serviços (comércio, serviços de recreio e lazer, cafés, restaurantes, telecomunicações, transportes, banca) e alguns tipos de indústria.
- ✓ Possibilita o 'encontro de culturas'.
- ✓ Projecta a cultura desse povo no mundo.
- ✓ Origina a troca de experiências entre pessoas, podendo contribuir para a difusão de inovações.
- ✓ Estimula a promoção de serviços ligados à ocupação de tempos livres.
- ✓ Origina um forte incremento da actividade artesanal.
- ✓ Promove e valoriza a qualidade dos produtos regionais.
- ✓ Mediante a recuperação e conservação do património paisagístico e cultural, valoriza claramente a área onde se desenvolve" CARVALHO (2000: 41).

1.3.3. IDENTIDADE REGIONAL E DESENVOLVIMENTO

1.3.3.1. O ASSOCIATIVISMO: ENTRE A COMUNIDADE E A SOCIEDADE GLOBAL

O associativismo mais não é que a emanção das aspirações das colectividades locais e regionais, uma recusa do fatalismo pela participação activa e criadora dos agentes modeladores do território. Os valores que inerem ao movimento associativo guardam uma intrínseca afinidade com aqueles que fazem parte do espólio histórico-cultural da saga humana: humanizar a cultura e humanizar-se através desta. No movimento associativo encontramos valores como a liberdade; a solidariedade; a paixão pela causa pública; o espírito de iniciativa; a valorização do trabalho, muitas vezes feito na penumbra do silêncio; a defesa de identidades e diversidades; a resistência às adversidades; a mobilização e participação das colectividades em torno de objectivos comuns; a promoção da coesão social, a ecologia.... No espaço do movimento associativo valorizam-se as pessoas, apoia-se a comunidade e previnem-se ou atenuam-se as fracturas sociais. A força do movimento associativo radica na sua representatividade, participação e capacidade reivindicativa, ou seja, na interacção entre a sua cultura específica com o seu meio ambiente de tarefa.

As associações são muito diversas quanto aos seus fins, formas e modos de vivenciarem as missões que lhe são específicas. No entanto, existe um divisor comum que as caracteriza: são organismos que emanam das colectividades locais ou sectoriais e pretendem responder às necessidades das populações e dos seus associados, os quais são o sustentáculo da sua existência e vitalidade. Neste sentido, as associações apresentam-se como um dos mais interventivos actores na promoção do desenvolvimento. Elas reflectem a dinâmica das próprias comunidades ou grupos e, porque possibilitam as relações interpessoais e a troca de informação, assumem uma importante função social. Neste sentido, deveriam ser, porque não o são, parceiros privilegiados dos órgãos de poder. As associações estruturam grupos de pertença nos seios das comunidades e fomentam a auto-afirmação dos indivíduos face a uma sociedade que os pretendem diluir na massa acrílica do pensamento único, baseado na globalização e consumo. A natureza dos organismos associativos são o contraponto a esta tendência, porque estas estruturas fazem-se no plural e promovem a pluralidade, a qual, se integrada de forma harmoniosa e equilibrada, é promotora de uma diversidade de informação capaz de aportar maior riqueza à sociedade. Por isso, a defesa dos elementos estruturantes do movimento associativo é uma causa que deve ser assumida por todas as forças democráticas, porque a democracia necessita de criar mecanismos potenciadores da intervenção dos cidadãos na comunidade.

Dada a identificação dos objectivos das associações com os seus associados, elas assumem-se como organismos que mobilizam e organizam as colectividades. Para que tal seja possível é fundamental um espírito de abertura aos novos gostos sociais, sem perder o sentido dos valores que estruturam estes movimentos.

Pela próprias afinidades, as associações são espaços de promoção da convivência democrática, de projectos voltados para o desenvolvimento territorial e sectorial.

No entanto, o movimento associativo, a exemplo da sociedade actual, encontra-se hoje numa encruzilhada, onde os desafios não estão devidamente compaginados com perspectivas sólidas. Os tempos actuais são marcados por uma contínua mudança. O ritmo de vida do cidadão actual acelerou perigosamente. O homem actual vive confrontado e voltado para o futuro, o qual chega rapidamente depressa. A realidade é efémera, o tempo transitório e a atitude do homem hodierno expectante. Os cidadãos "terão cada vez maior dificuldade em acertar o passo com a incessante exigência de mudança que caracteriza o nosso tempo. Para eles, o futuro chegará demasiado cedo" (ALVIN TOFFLER, 1983: 15).

A planetarização da economia e a mobilidade geográfica alteraram as relações espaço-tempo, sendo que na base destas alterações encontramos a própria essência do capitalismo.

A revolução da informação, a qual teve subjacente o grande desenvolvimento tecnológico verificado nos últimos anos, e o movimento de internacionalização das economias transformaram este mundo numa aldeia global. Uma nova linguagem cultural está sendo criada e um novo tipo de funcionamento das relações interpessoais emerge desta cultura do efémero.

Este período que estamos a travessar é designado por alguns autores de pós-modernidade. Em termos históricos podemos situar o aparecimento desta nova era nos sessenta, os quais marcam uma ruptura com o *status quo* existente. Surgiram os movimentos contraculturais e anti-modernistas, que questionaram os fundamentos da cultura de gostos existentes e as dinâmicas sociais que os sustentavam. Esta reacção pretendia, num amplo movimento de resistência global, obstacularizar a união das pretensões universais da modernidade com o capitalismo liberal e o imperialismo. Embora os movimentos dos anos sessenta tivessem fracassado, marcam o ponto de viragem para o pós-modernismo.

HARVEY (1999: 45), socorrendo-se da definição cautelosa de Huyssens, refere que o conceito "pós-modernismo" não é consensual, apontando no sentido de uma certa continuidade, como lenta transformação cultural das sociedades ocidentais, com níveis de profundidade e natureza controversos. Não verifica propriamente uma mudança global de paradigmas nas ordens cultural, social e económica, mas sim uma alteração na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas. BANDEIRA (2000: 9) alinha pelo mesmo diapasão quando afirma que o pós-modernismo é "continuidade sem ruptura, acumulação e sobreposição de fragmentos. *É preciso que algo mude para que tudo fique na mesma*".

LOPES (2000: 340 a 342) sintetiza os eixos estruturantes do discurso em torno da pós-modernidade. As atitudes e conceitos ambivalentes originaram uma variedade de interpretações que oscila entre a dicotomia e um *continuum*. Para uns, estamos em presença de uma ampla e profunda transformação societal; para outros, embora acentuem e valorizem as mesmas tendências, numa mera reforma do sistema liberal, onde se dá a primazia ao mercado em detrimento do Estado social, com a consequente desintegração da escola, da família e da esfera pública.

Sennett, segundo Lopes, espelha uma imagem pessimista do fim do homem público e da cidade. Segundo este autor predomina a idolatria intimista e a auto-absorção narcísica, em detrimento da civilidade. Lash, e ainda segundo Lopes, faz referência à presença do ego como princípio distintivo da sociedade hodierna, demarcando-se, porém, das críticas ao excesso de narcisismo ou egoísmo da cultura contemporânea. É a luta pela sobrevivência que enforma todo o mosaico social da actualidade.

Embora em alguns aspectos concordante, LIPOVETSKI (1983, 8), apresenta, relativamente a esta problemática, uma outra perspectiva. Considera que pós-modernismo se identifica com uma segunda revolução individualista, uma ruptura posterior à ruptura iniciada nos séculos XVII e XVIII que conduziu às sociedades modernas. Esta segunda revolução inicia um processo de personalização que, segundo ele, seria redutor assimilar a uma estratégia de reciclagem do capital, ainda que de rosto humano, uma vez que este processo reúne, no mesmo tempo, todo o conjunto de um sistema, mesmo que alguma parte dele retire mais-valias. Defende a ideia de que o pós-modernismo representa uma mutação global em curso, uma combinação conjunta de organizações e de significações, de acções e de valores que se esboça a partir dos anos vinte, na arte e na psicanálise, ampliando-se a partir da Segunda Guerra Mundial.

BANDEIRA (2000, 10 a 13) denuncia as principais fragilidades da sociedade hodierna:

- inexistência de alternativas como forma de salvaguarda da estabilidade do mercado (imposição do pensamento único);
- submissão do poder político ao poder económico;
- expansão das cidades globais à custa do êxodo territorial das regiões periféricas e desfavorecidas;
- poderes de decisão cada vez mais vinculados a actores não legitimados pela força do voto popular;
- governos que se preocupam apenas com a estabilidade do mercado financeiro;
- poder político controlado pela força da informação, situação esta gera uma cumplicidade entre quem detém realmente o poder e os órgãos informativos;
- a existência de um espaço/tempo fantasmagórico, o qual enforma novas vivências e dinâmicas exclusivas e excluentes;
- desvalorização do espaço em detrimento do tempo global;
- a emergência das cidades temáticas, no âmbito de uma visão glocal;
- a sobreposição do pragmatismo económico à utopia;
- a emergência de um individualismo feroz à custa do estiolamento dos laços de solidariedade orgânica, capazes de reinventarem a utopia.

Esta reflexão pode ajuda-nos a compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do movimento associativo, numa sociedade simultaneamente globalizada e fragmentada.

Os constrangimentos do movimento associativo são diversos, dependendo dos contextos interno e externo de cada associação. A nível interno, as debilidades do movimento associativo radicam: nas dificuldades de ordem financeira; na falta de animadores e responsáveis; na gritante necessidade de formação para dirigentes associativos; na rivalidade entre as colectividades locais, que se traduz numa desestruturação deste movimento. Consequentemente, perde coerência e eficácia.

A nível externo o movimento associativo sofre com a concorrência dos meios audiovisuais. O homem hodierno transformou-se num consumidor de imagens, à sociedade da biblioteca sucedeu a da mediateca. E se é verdade que a informação aproxima as diversas pessoas entre si, transformando cada homem num cidadão desta aldeia global, por outro cria no indivíduo um crescente estado de tensão que o leva a isolar-se. Este consumo de imagens e comportamentos isolantes em nada favorecem o movimento associativo. Outro grande escolho, porque não dizê-lo, radica na falta de coragem e dinamismo de muitos agentes do poder local. As associações devem ser encaradas como parceiros na promoção do desenvolvimento económico, social e cultural das colectividades locais. Para além disso, muitas associações sofrem com a facto de operarem em espaços geográficos de reduzida dimensão demográfica. Se é verdade que estas entidades se debatem com a falta de massa crítica, também não deixa de ser verdadeiro o facto de, se caso não existissem, a animação sociocultural destas colectividades tenderia a desaparecer, aumentando-se assim a atracção dos centros urbanos e perdendo-se um espólio de tradições de valor inquestionável. Estas colectividades devem ser apoiadas e acarinhadas como agentes capazes atrair e fixar grandes projectos endógenos susceptíveis de propiciar a revitalização destes espaços geográficos, através do aproveitamento dos recursos humanos existentes.

Mas o movimento associativo também tem inúmeras potencialidades. Para além dos valores que lhe estão inerentes, e aos quais já fizemos referência, a sua grande vantagem resulta de serem entidades concretas, locais, permanentes e de proximidade, capazes, como ninguém, de mobilizar as populações em torno de projectos específicos, sem estes perderem o seu carácter de transferibilidade. Esta potencialidade responde cabalmente às estratégias de desenvolvimento endógeno.

Temos, de uma vez por todos, que encarar o movimento associativo como parceiro privilegiado dos poderes central e local, pugnando pela sua valorização como força e expressão de uma sociedade simultaneamente globalizada e fragmentada.

Urge encontrar boas práticas do movimento associativo, sempre dentro de um espírito de inovação e transferibilidade. O associativismo tem futuro se for capaz de capitalizar os factores críticos de sucesso e externalizar os factores críticos de fracasso (os sucessos que podem ter um efeito devastador nas associações). De entre os diversos factores críticos de fracasso destacamos dois de características diametralmente opostas: uma liderança forte alicerçada na desorganização do movimento associativo ou a organização excessiva do mesmo. A desorganização proporciona um tipo de funcionamento centralizado sobre o líder. Quando este deixa de funcionar, as organizações correm o risco se atrofiarem e, muitas vezes, desaparecerem. A organização

excessiva, porque profundamente burocrática, cristaliza as próprias instituições. Como sabemos, a pretensa perfeição tende, de forma narcisista, a reproduzir sempre os mesmos valores, comportamentos e atitudes. Resulta daqui uma certa dificuldade de adaptação à realidade, realidade esta em contínua mudança.

O associativismo tem futuro se, em colaboração com as forças políticas, e como parceiro destas, dentro de um quadro de alteridade, encontrar metodologias que desenvolvam o "valor colectivo"; a credibilidade do movimento; a especialização e complementaridade; a participação; a relação com o seu ambiente de tarefa e, finalmente, uma reflexão em torno do que é a sua missão, os objectivos que se pretendem alcançar, as necessidades a suprimir, os problemas com que se debate e as oportunidades que existem para se resolverem os problemas num contexto de contínua mudança.

Devolver o "valor colectivo" ao movimento associativo constitui-se como uma estratégia prioritária. Nos tempos hodiernos é comum confundir-se alteridade com isolacionismo. Apesar destes conceitos referirem realidades diversas, na prática, a alteridade não sendo temperada pelo diálogo conduz ao isolacionismo. Temos de entender e assumir que o valor de cada associação depende do valor global de todas, princípio este que contraria a actual desestruturação do movimento associativo.

Tal constatação e exigência leva-nos a reflectir sobre a credibilidade do associativismo actual. A credibilidade resulta, sobretudo no mundo actual, de uma identidade forte e uma união sólida, num quadro de experiências múltiplas e interesses, por vezes, divergentes. Muitos dirigentes associativos, procurando assumir e vivenciar valores meramente locais e sectoriais, feudalizam-se. A sua credibilidade depende apenas do modo como conhecem e transmitem institucionalmente as necessidades e os desejos das colectividades. No entanto, e numa sociedade globalizada onde as prioridades políticas e estratégicas são estruturadas e assumidas de acordo com o binómio custo-benefício, a voz de um associativismo desestruturado é frágil e dispendiosa. É frágil porque ninguém, nos dias de hoje, se impõe por si só numa sociedade marcada pela forte concorrência, sempre a colocar novos problemas e a exigir novos ordenamentos. É dispendiosa porque não aproveita sinergias, as quais poderiam existir numa escala mais alargada, desde que os dirigentes associativos partilhassem entre si soluções mais benéficas.

1.3.3.2. IDENTIDADE, IMAGEM DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Existe um espaço geográfico simbólico, uma poética do espaço, que também é, simultaneamente, um reflexo dos espaços sociais e culturais. Neste sentido, o espaço é composto por duas dimensões muito precisas: a sua visibilidade física e o seu universo cultural. Da primeira fazem parte elementos como o património natural e construído, as expressões artísticas e culturais, a etnografia, os produtos locais..., da segunda fazem parte os estilos de vida, os comportamentos e a ética social.

Por identidade de um território entende-se, segundo RATTI (1989: 170 e 171), a capacidade que uma região tem face ao seu meio "ambiente, mobilizando os recursos do passado e do presente para poder abordar os horizontes cada vez mais incertos (...). A região é um sistema aberto, objectivável através dos seus processos de transformação, que resultam da combinação entre a sua organização interna e os fluxos exógenos. Considerar a região como um sistema aberto significa analisar o seu movimento, a sua dinâmica e as orientações que a transformam e que a posicionam em relação a outros meta-sistemas". Esta definição indica-nos claramente que a identidade de uma região depende do seu perfil cultural, e que esta identidade não corresponde a uma dinâmica reactiva; antes pelo contrário, existe uma relação dialógica entre os elementos culturais endógenos e exógenos. Assim sendo, a identidade regional não é só cultural, mas também social, entendendo-se por social a relação que uma dada região estabelece com outras regiões e com a sociedade global. Existem elementos dominantes de uma dada cultura que condicionam tudo o que inere às relações internas e externas de uma colectividade. Existe também uma influência do ambiente sobre cada sistema capaz de provocar alterações no mesmo e, finalmente, a especificidade de um sistema depende da capacidade de resposta do mesmo face ao diálogo com os outros sistemas.

No entanto, dado o domínio das culturas dominantes sobre as dominadas, pouco espaço parece restar para a memória viva. Mesmo assim, se é verdade que se verifica uma decomposição de certas culturas, também não é menos verdade que se assiste a uma recomposição de elementos culturais esquecidos. Num mundo onde as identidades se perdem e, com isso, a insegurança alastra, em muitos espaços vivenciam-se princípios universais e tradições históricas que reconciliam as pessoas consigo mesmas e lhe dão um sentido para o seu ser e agir (CRETIAZ: 1993: 22).

BASSAND (1981: 3 a 11) diz-nos que a identidade regional é um conceito muito próximo das noções de cultura, imagem, memória... Em primeiro lugar, a identidade é segundo a psicologia e a etnografia, a imagem que um indivíduo ou uma cultura têm de si. A nossa identidade forma-se através do processo de adaptação ou não ao ambiente sociocultural. É através deste processo de aprendizagem que o indivíduo forja a sua personalidade e tenta realizar-se socialmente, ou seja, realizar a imagem que tem de si. Estamos na presença de processos complementares: a imagem de si que o indivíduo interioriza é encontrada no ambiente em que se move, ao qual adere ou se opõe. Para ser ele mesmo tem que se identificar com um outro, sem se diluir nele.

A identidade regional pode ser também, à luz dos recentes trabalhos da psicologia social, um princípio de atracção ou repulsão. O grande objectivo dos indivíduos é acederem a uma identidade social positiva, a qual se baseia nas comparações favoráveis entre os grupos de pertença ou outros grupos pertinentes. Quando os indivíduos não conseguem aceder a essa identidade social positiva, têm a tendência de se juntarem a outro grupo mais positivo ou a transformarem positivamente aquele em que se encontram. Estas proposições valem também para a avaliação positiva ou negativa que os actores regionais fazem acerca da sua pertença e grau de envolvimento no desenvolvimento de uma dada região. A valorização ou desvalorização

da identidade regional é variável segundo a região e depende de dois grandes factores: o grau de desenvolvimento sócio-económico e sociocultural das diferentes regiões e da posição dos actores face à estrutura social e ao ciclo de vida.

Mas a identidade regional pode ser entendida como um fenómeno cultural. Neste sentido, podemos afirmar da identidade regional o que dissemos da cultura e referir que esta estrutura a vida das colectividades, incentiva a coesão entre os diversos actores e legitima as suas acções.

A identidade regional é um conceito encruzilhada. De facto, faz a bissectriz entra a sociedade, a pessoa humana e a história. Enquanto movimento histórico, está sujeita à dialéctica entre a tradição (continuidade) e o progresso (mutabilidade).

Quando falamos de identidade regional temos que fazer forçosamente referência à imagem dos territórios, isto porque os grupos humanos inscrevem-se num dado espaço físico e são moldados por este. O homem, a natureza e o espaço interactuam permanentemente entre si e, como sistemas abertos que são, condicionam-se mutuamente. "O homem organiza o seu espaço em função do seu sistema económico, da sua estrutura social, das técnicas de que dispõe. A sua acção é uma das imagens da sua civilização" (DOLFUS, 1973: 43). Esta frase diz-nos que os territórios podem reflectir diversas imagens, tudo dependendo das estruturas físicas e sociais que o caracterizam. Por isso, a imagem de um dado território revela-nos a identidade colectiva do mesmo. De entre os elementos que podem contribuir para esta identidade destacamos a relação entre a identidade colectiva com as características físicas do ambiente e com a componente histórica.

As características físicas do ambiente moldam o carácter dos povos, dando-lhe uma determinada identidade, que se reflecte na sua organização social interna, a qual se afirma nos diversos recortes espaciais que, embora dependentes do poder político, revelam a afirmação do "nós" face aos "outros". RAMBAUD (1981: 135) afirma que "as representações dos recortes espaciais contribuem para a definição da identidade de um grupo e, portanto, para o referenciar dos outros (...). A relação espaço-representações-identidade é dialéctica". São os laços internos que as colectividades estabelecem que permitem a sua afirmação face ao exterior.

Esta identidade também está relacionada com a história: diz respeito ao tempo passado, presente e futuro. Estes três níveis relacionam-se constantemente entre si. Na identidade colectiva podemos distinguir claramente entre identidade histórica, identidade vivida e identidade projectada. A primeira, enraizada no passado, é a chave explicativa da existência colectiva. A segunda, porque diz respeito à relação do homem com o seu ambiente natural, cultural, social, económico..., indica-nos a forma como as alterações do ambiente têm incidências nas atitudes e nos comportamentos dos grupos e, conseqüentemente, revela-nos o sentido da evolução constante da identidade colectiva. A identidade projectiva deriva das duas primeiras e é determinada pelas escolhas colectivas, indicando-nos, assim, as aspirações dos grupos e o seu projecto social. O conhecimento desta última identidade enforma as decisões acerca do ordenamento e planeamento do território (CENTSLIVRES, 1982: 54 a 56).

Por último, a identidade colectiva pode ser defensiva ou ofensiva, tudo dependendo das estratégias utilizadas pela resistência cultural face ao meio envolvente. Na primeira predominam as atitudes de resistência à mudança, enquanto que na segunda são as próprias colectividades locais que tomam a iniciativa de desenvolverem projectos sócio-políticos de desenvolvimento autónomo (GUINDANI e BASSAND, 1982: 25).

Antes de abordarmos a temática da relação entre identidade, imagem do território e desenvolvimento, vamo-nos debruçar brevemente sobre a evolução histórica desta problemática. No período que antecedeu as grandes revoluções sócio-económicas do séc. XIX, as regiões agrárias e os mercados formavam um mosaico muito heterogéneo. A identidade fundava-se, essencialmente, sobre a língua e a religião. No séc. XIX, porém, e um pouco por a Europa, os nacionalismos vieram a estruturar os novos modelos de desenvolvimento. A combinação entre as forças económicas, sociais e políticas ajuda a fomentar a ideia de Nação. A partir daqui os países procederam à homogeneização linguística e cultural, a qual favorecia a unidade política e as trocas comerciais. Este modelo económico favoreceu um desenvolvimento desigual, não só entre os diversos países, mas também dentro de cada país. Com a industrialização e a urbanização, os territórios passaram a dividir-se entre regiões centrais e regiões periféricas, com a primeira a imporem o seu modelo cultural às segundas, as quais perderam a sua autonomia económica, a sua independência política e, fundamentalmente, a sua identidade colectiva (GUINDANI e BASSAND, 1982: 25-26).

A política cultural regional de hoje parte do princípio de que as disparidades culturais regionais são uma riqueza, ao passo que as disparidades sócio-económicas são uma injustiça. Por isso, urge reduzir as segundas e preservar as primeiras. Torna-se necessário combater a decomposição da identidade e do desenvolvimento regional e reforçar a identidade colectiva e o desenvolvimento. GUINDANI e BASSAND (1982: 184 a 187) apresentam-nos dois fluxogramas (figuras 1 e 2) que traduzem as dinâmicas e as consequências subjacentes a um cenário des desenvolvimento regional e de desenvolvimento endógeno, os quais, pela sua pertinência, ousamos transcrever. Como podemos ver pelo primeiro, os pólos de crescimento vieram a acentuar as disparidades entre o centro e a periferia. Do ponto de vista das periferias resta-lhes o subdesenvolvimento. As desigualdades sócio-económicas daí resultantes promoveram e acentuaram a crise de identidade regional. Esta crise provocou o êxodo da população e do capital e, de forma exponencial, levou à anomia e alienação dos actores que "teimosamente" preferiram permanecer no seu território. Êxodo e anomia provocaram a regressão económica, a dependência política e a marginalidade cultural, elementos que conduziram à degradação do património cultural e ecológico, a qual veio reforçar ainda mais as tendências regressivas do subdesenvolvimento regional.

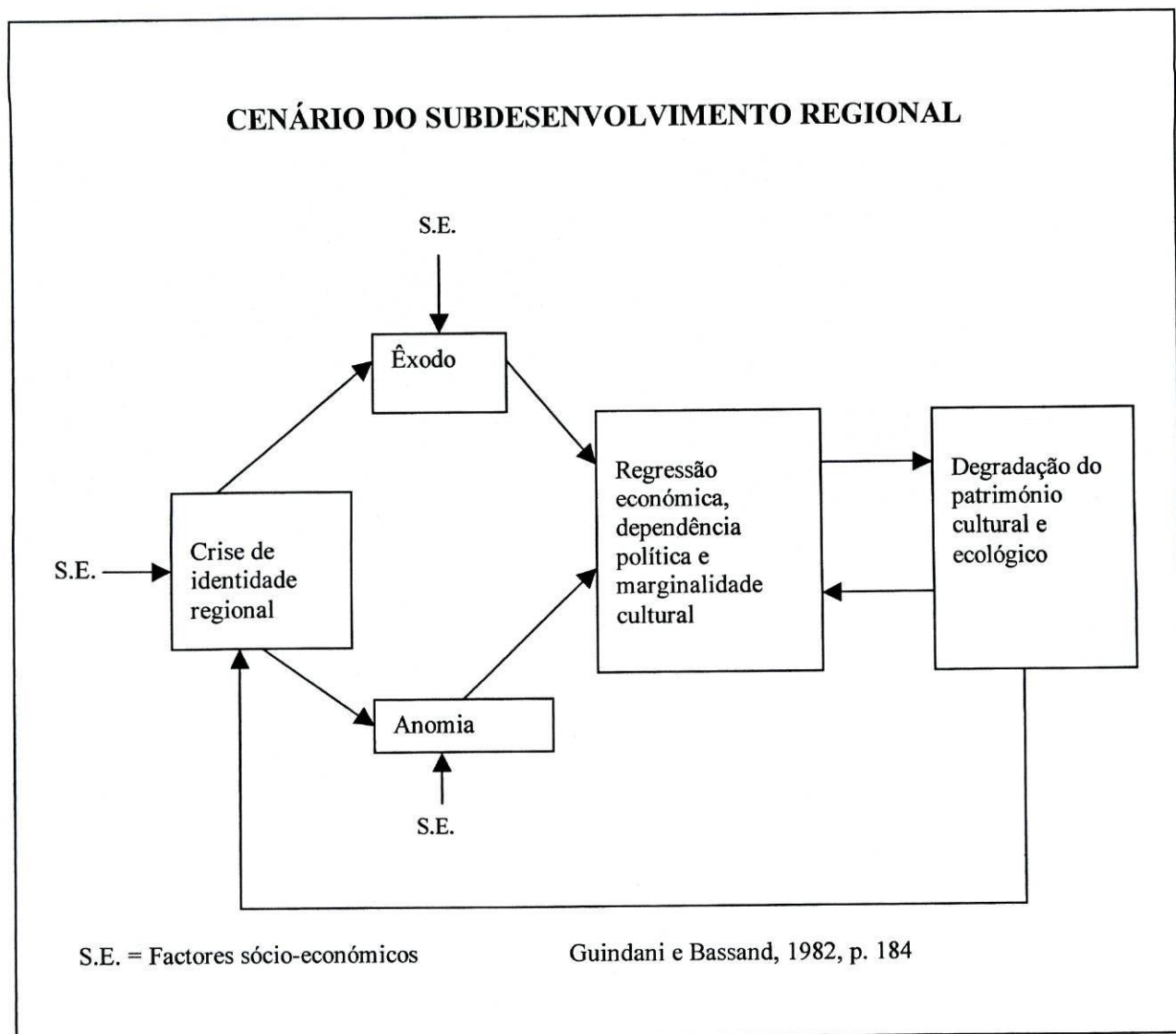


Figura 1

No entanto, como já anteriormente afirmamos, o desenvolvimento endógeno só é possível nas regiões subdesenvolvidas ou periféricas quando estas assumem uma resistência cultural ofensiva em detrimento da defensiva. A colectividade recusa a imitação de modelos externos, muitas vezes desadaptados às realidades e necessidades locais, e assume ela própria um modelo de progresso mais consentâneo com a suas aspirações e a sua identidade. A estratégia do desenvolvimento endógeno consiste na mobilização de todos os recursos regionais para serem potenciados pela dinâmica dos actores regionais, já formados informados e treinados para serem agentes inovadores. No entanto, a passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento endógeno não é fácil e exige que se conjuguem simultaneamente três tipos de acções: estimular a identidade cultural e histórica; encorajar a participação dos agentes locais; modernizar equipamentos e abrir a região ao mundo.

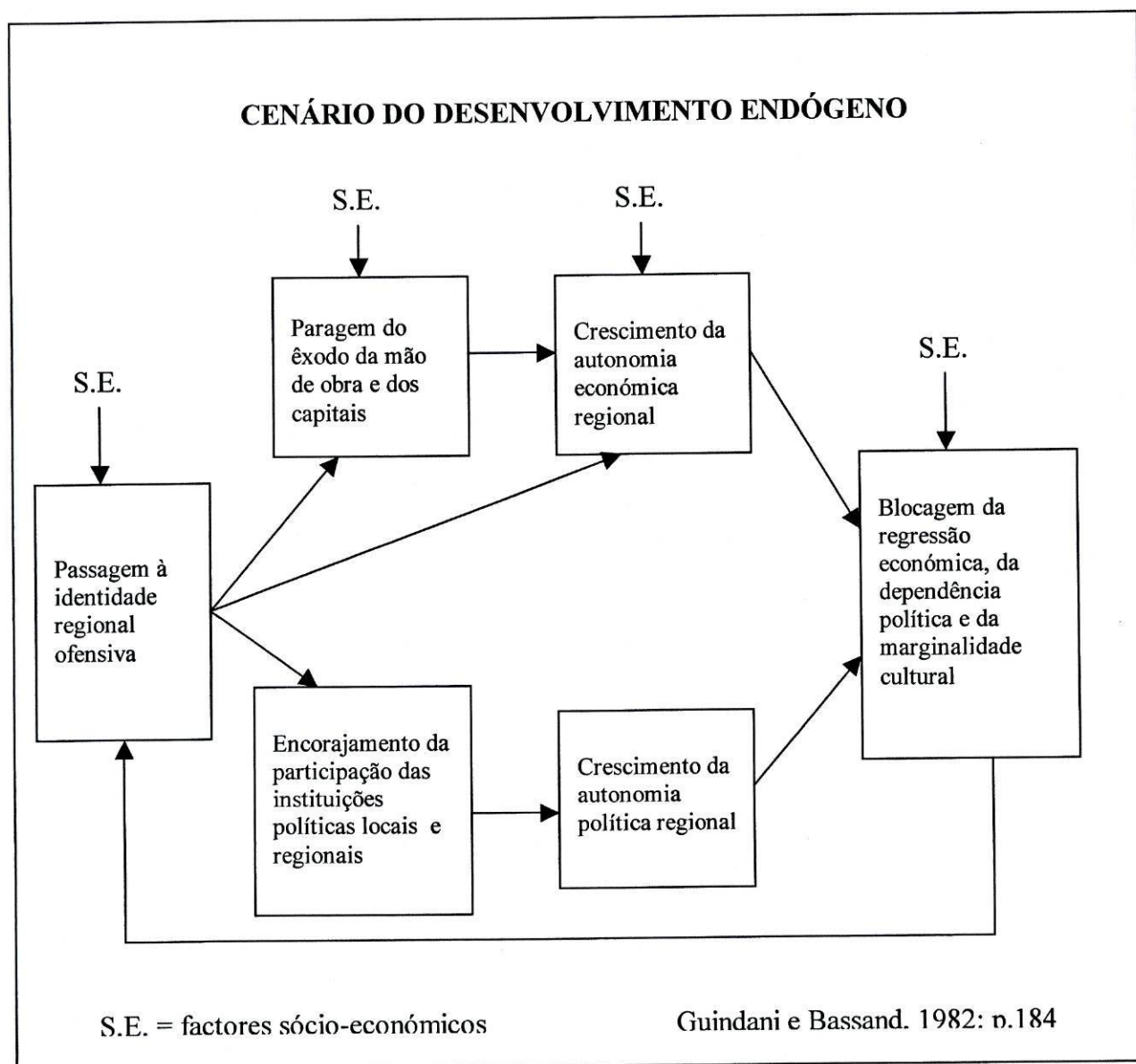


Figura 2

Só assim é possível sustar o êxodo das pessoas e capitais e promover o crescimento da autonomia económica e política da região, de modo a inverter-se a crescente regressão económica, dependência política e marginalidade cultural.

Como facilmente se conclui, a acção cultural da estratégia de desenvolvimento regional endógeno interage com outras dimensões da vida colectiva da região, nomeadamente a demografia, a economia, a política e a história.

Assim, a análise demográfica permite-nos conhecer a proveniência e as características dos grupos sociais endógenos (sexo, idade, religião, língua, pertença sócio-profissional, origem...). Cada grupo social tem traços característicos que o identificam: comportamentos, valores, atitudes...

Outro elemento de identificação entre os diversos grupos culturais é a da percepção e a representação da natureza e da paisagem (por exemplo: a população da montanha e do deserto tende a ser mais gregária que a citadina).

Sobre a história já falamos. No entanto, convém reafirmar que o sentimento de pertença de uma população a um determinado espaço deriva da noção de um passado comum.

A dimensão económica define as características culturais de um povo; seja pela tradição sócio-económica regional ou pela identidade projectiva que une os agentes inovadores.

A política, por seu turno, é outro elemento importante na aproximação sociocultural do desenvolvimento, porque permite projectar a identidade colectiva através de projectos sócio-políticos sectoriais ou globais. Neste sentido, o sentimento de pertença a uma instituição ou família tem uma forte influência sobre a identificação e integração locais e regionais da população (GUINDANI, 1989: 5 e 6).

1.3.3.3. AMBIENTE, GESTÃO DO ESPAÇO E DOS RECURSOS NATURAIS

1.3.3.3.1. A ESSÊNCIA DOS PROBLEMAS ECOLÓGICOS ENQUANTO RESULTANTES DA ACÇÃO DO HOMEM SOBRE A NATUREZA

A acção do homem sobre a natureza apresenta-se como o denominador comum da história da humanidade. A evolução da actividade humana reflectiu sempre "um espectro contínuo entre a fantasia e os factos históricos reais, com todas as gradações possíveis entre ambos" (CLARKE, 1990: 213).

A acção dos seres humanos sobre a natureza insere-se no universo ⁽¹⁾ das relações que o homem estabelece enquanto produtor e produto da cultura. O ser humano é, de entre todos os seres vivos, aquele que, logo após o seu nascimento, mais tardiamente adquire a autonomia face ao meio ambiente externo. Este *handicap*, porém, é esbatido e ultrapassado pelo facto do homem ter criado uma memória colectiva, a cultura ⁽²⁾, aberta sempre a novas realizações. A cultura é o palco onde o homem histórico concreto se forma, realiza e afirma. No entanto, esta vivência cultural processa-se num espaço físico concreto, a natureza. "No interior desta história da natureza, da vida, está a história dos homens. O que a distingue da dos outros elementos vivos da natureza é o facto de os homens produzirem segundo um projecto, para satisfazer necessidades, que se vão modificando à medida que se elevam as suas capacidades produtivas. A especificidade do homem na natureza está antes de mais na sua actividade (THOMAS, 1994: 18).

Por isso, se queremos compreender o significado e as implicações da acção humana sobre a natureza, devemos historiar os elos entre estes dois universos, tendo em atenção as relações existentes entre os modos de produção e os processos que determinam a identificação das

⁽¹⁾ O termo universo é assumido como a relação criativa e integradora entre a diversidade e a unidade, ou seja, uma unidade que respeita a alteridade da diversidade que a integra.

⁽²⁾ Entende-se aqui por cultura todo o acto livre e inteligente do homem determinado por objectivos que têm a ver com a supressão de necessidades por ele sentidas.

necessidades humanas. Em suma, temos que analisar as relações dos homens com a natureza e destes entre si.

Não deveremos assumir a natureza e o homem como duas unidades distintas. Desde o aparecimento do homem que este tem, através da sua actividade, humanizado a natureza. Da qualidade desta actividade surgem os problemas ecológicos, uma vez que o homem transforma a natureza e não se comporta perante ela de forma passiva. No entanto, os estragos provocados na natureza, através de fenómenos como a poluição, os desequilíbrios ecológicos e as catástrofes naturais, são anteriores á própria existência do homem na natureza. O veneno e as toxinas que muitos seres vivos emitem, de forma a preservarem a sua integridade física e o seu espaço vital, e as catástrofes naturais que estiveram na génese de novas formas de vida são alguns dos modelos de poluição anterior ao próprio homem.

Surge o homem primitivo e, desde o momento em que inventou armas ofensivas, que tipo de relações de forças se estabeleceram, doravante, com o meio ambiente ecológico? A partir do momento em que os nossos antepassados dominaram a técnica do fogo, quantas florestas não foram devastadas? Com estas questões não pretendemos branquear a acção do homem sobre a natureza, mas apenas, e tão somente, reafirmar que os mitos do bom selvagem e de uma natureza sem homem são insustentáveis.

O que distingue os restantes seres vivos dos seres humanos é a forma como estes produzem e usam os utensílios. Muitos animais utilizam objectos naturais como instrumentos elementares, na melhor das hipóteses com mínimas modificações; o homem transforma o objecto natural num instrumento cada vez mais especializado, conforme vai evoluindo a simbiose entre o seu conhecimento e a satisfação das suas necessidades (LEAKEY, 1989: 13 e 14).

Por isso, o que está em causa não é a acção do homem sobre a natureza, mas antes as relações sociais de produção ⁽³⁾ e as consequências que derivam da falta de controlo sobre meios de produção cada vez mais eficientes. Como já foi anteriormente afirmado, os utensílios servem de mediação entre os homens e a natureza, sem eles nada mais restaria ao homem que o instinto animal. Se os homens são donos dos utensílios que utilizam, e não o inverso, a apropriação da natureza, no seio da comunidade e através desta, dá-se de uma forma transparente. Esta relação de transparência degrada-se à medida em que o indivíduo deixa de se apropriar dos meios de produção e executa um trabalho cada vez mais massificado e alienante. Por outro lado, existe uma relação de causa-efeito entre o projecto de sociedade que se pretende e os utensílios de mediação que o corporizam. À medida em que os utensílios são aperfeiçoados, o projecto de sociedade, de ordem cognitiva-experiencial ⁽⁴⁾, aumenta o seu nível de exigência. O utensílio, que liga materialmente os homens à natureza, influi sobre o pensamento e, este, altera o utensílio em função do projecto de sociedade que se pretende. (THOMAS, 1994: 29 e 30).

⁽³⁾ Entende-se por relações sociais de produção as relações que se estabelecem entre os indivíduos através do exercício colectivo dos actos produtivos.

⁽⁴⁾ É de ordem cognitiva porque traduz aquilo que o homem pensa acerca da sua relação com a natureza e a ideia que tem desta. É de ordem experiencial porque a novidade tem como suporte a tradição cultural.

1.3.3.3.2. PARADIGMAS DE INTERPRETAÇÃO DAS RELAÇÕES DO HOMEM ECONÓMICO COM O MEIO FÍSICO

A tipologia apresentada não exclui o aparecimento de novos paradigmas nem exclui possíveis combinações entre os quatro apresentados, uma vez que estes não podem ser entendidos como compartimentos estanques, antes como modelos que, consoante o progresso da reflexão, se abrem a perspectivas diversas e/ou integradoras.

São quatro, segundo FAUCHEUX; NOËL (1997: 28), as atitudes assumidas pelas correntes de pensamento que se seguiram à crise do modelo fordista, no que concerne aos problemas levantados pela exploração dos recursos naturais e das incidências dos seres humanos sobre o meio ambiente. Dois deles (naturicismo ecológico e fisicismo económico) são de natureza monista e unidimensional, enquanto os restantes (paradigma termodinâmico e paradigma do vivo) são multidimensionais, modelos estes hoje intitulados de economia ecológica.

1.3.3.3.2.1. O NATURICISMO ECOLÓGICO

Este modelo atribui um papel predominante à natureza, definida numa base metafísica, e coloca o primado da ética nas relações entre o homem e o universo. A génese deste modelo encontra-se na filosofia aristotélica. Para Aristóteles, o ser não existe por si mesmo, é causado. Sendo causado, necessita da existência prévia de um ser necessário. Este ser necessário é, segundo este pensador, o ser substancial. O problema do ser transforma-se, assim, no problema da substância. Esta é entendida aqui como o arquétipo (princípio material) e causa primeira. Como tal, não é contingente, possui subsistência própria, afirmando-se como a justificação e a explicação da realidade do ser de cada coisa. É, simultaneamente, o princípio constitutivo do ser enquanto tal (essência do ser) e a sua persistência e estabilidade (ser da essência). Isto pressupõe uma origem (causa material), uma finalidade (causa final) e, entre estes dois momentos, um movimento que possibilite a passagem de um pólo ao outro (causa eficiente, ou seja, um princípio determinante do devir). Num pólo temos a substância, que é comum. Noutra pólo, e enquanto essência do ser, temos a mudança, ou seja, as determinações da existência. Estas determinações, pertencentes ao universo do devir, são ditadas pelo receber ou, no caso de perecimento, perder forma. É a forma, ideia, essência ou plano (causa formal), que, como elemento diverso, permite a individualização. Segundo este filósofo, a mudança é devida à forma, princípio activo, a matéria permanece, como um receptáculo que se deixa moldar pela forma (ABBAGNANO, 1985: 209 a 213).

Assim sendo, o sistema hilemorfista aristotélico coloca o primado na forma. É a forma que molda as virtualidades da matéria, segundo um movimento conforme à causa formal (ideia, essência, projecto) e à causa final. O princípio do movimento explica-o através dos conceitos de acto e potência. NICOLA ABBAGNANO (1985: 218) refere que, para Aristóteles, "a potência

(*dynamis*) é em geral a possibilidade de produzir uma mudança ou de a sofrer (...). O acto (*enérgheia*) é, pelo contrário, a própria existência do objecto". Assim sendo, o acto não existe em si, uma vez que os seres é que se movem em direcção a um constante vir a ser. Isto acontece porque a potência deixa de ser actualizada quando atingir o estágio do ser perfeito. Daí que FAUCHEUX; NOËL (1997: 30) afirmem que, para Aristóteles, "os seres agem 'para a natureza' e 'pela natureza', se bem que a 'a natureza caminha rumo à natureza'. O fim perseguido pela natureza é a forma, porém este fim implica também uma acção, que se exerce sobre um abstracto que é a matéria".

Qual, então, o finalismo da natureza em Aristóteles? É evidente que, pelas afirmações anteriormente proferidas, a natureza persegue fins pré-definidos. Podemos afirmar que toda a acção, todo o movimento segue a essência, a forma, a ideia inscrita no ser das coisas, de forma não violenta nem condicionada. Neste sentido, FAUCHEUX; NOËL (1997: 30) afirma que no pensamento aristotélico "vê-se despontar uma verdadeira economicidade da natureza, associando a eliminação dos desperdícios à perseguição de um objectivo preestabelecido. Considerando (...) a organização interna dos seres vivos, Aristóteles procura conhecer-lhes a forma, quer dizer, o plano da natureza no qual aquela se inscreve. Este respeita os constrangimentos de equilíbrio e de harmonia e evita a redundância ou o supérfluo.

Porém, o campo da natureza, tal como acaba por ser definido, não se reduz de maneira alguma aos elementos naturais nem aos seres vivos. A natureza diz igualmente respeito ao homem empenhado na acção e que age, assim, como ser político ou económico".

O homem age em busca de um bem supremo: a felicidade. Esta encontra-se numa vida virtuosa. "Todavia, também segundo Aristóteles, a virtude não é realizável fora da vida social" (ABBAGNANO 1985: 237). E tal não acontece porque o ser humano individualmente considerado só se realiza no encontro com o outro. Para Aristóteles a forma mais elevada de comunidade humana era o Estado, o qual poderia apresentar várias formas de governo (monarquia; tirania; oligarquia; democracia....). Este filósofo entendia a realidade no seu sentido etimológico. Este vocábulo deriva do grego *politiké*, que significa em, sentido literal, para o bem da cidade. Esta definição revela-nos dois dados importantes: o papel dominante da cidade e o facto da política ser entendida como a arte de bem governar em função dos cidadãos. Para os gregos os cidadãos eram os habitantes da cidade, os quais submetiam o campo e os camponeses às necessidades sentidas pela urbe.

A teoria "naturicista" de Aristóteles oscila entre dois pólos: os modos naturais (economia propriamente dita) e os modos não naturais (crematística) de aquisição de riquezas. A primeira realiza-se no seio de uma comunidade concreta e, como apenas visa a aquisição de bens que satisfaçam as necessidades básicas, conduz a uma acumulação limitada, explorando apenas os recursos do sector primário. Este modo de vida corresponde a uma economia doméstica autárquica. No entanto, e desde que as necessidades elementares estejam salvaguardadas, pode ocorrer um crescimento demográfico que obrigue a comunidade a importar os bens de que é deficitária. Quando tal acontece, entra-se no domínio das transacções comerciais com o exterior, as quais se baseiam em trocas monetárias que têm subjacentes modos não naturais de aquisição

de riquezas. Esta reflexão indica claramente o sentido aristotélico de relacionamento entre a natureza e a economia: o agir humano deve submeter-se à ordem natural, não podendo esta ser combatida, modificada e dominada por instintos contrários aos equilíbrios e à harmonia da natureza.

A teoria aristotélica foi retomada, no séc. XVIII, pelos fisiocratas, os quais defendiam uma visão do mundo que privilegiava a supermacia da natureza sobre a economia. Neste sentido, atribuíam a riqueza das nações à agricultura, sendo o comércio e a indústria consideradas actividades estéreis. Para os fisiocratas as sociedades humanas deveriam reflectir, em termos normativos, as leis naturais, que foram inscritas na natureza pelo próprio Deus. Estas leis podem ser subvertidas por governos ou grupos sociais, uma vez que os ditos normativos naturais correspondem apenas a uma sociedade ideal. Dentro desta ordem natural, o monarca é visto como a encarnação de um direito natural e, os homens, não só têm que subordinar-se ao absolutismo real, mas também às leis físicas que asseguram a reprodução da natureza e tornam possível a vivência do ser humano sobre a terra.

A forma como Aristóteles abordou eticamente os problemas económicos veio a inspirar, relativamente a esta matéria, as posições da Igreja Católica e da corrente humanista do século XIX. As posições da Igreja em matéria económica foi inspirada nos escolásticos, que, combinando o pensamento aristotélico naturalista com a teologia moral cristã, defendia a justiça produtiva (onde cada indivíduo satisfazia as suas necessidades através da sua participação na produção) e a justiça cumutativa (marcada pelo acesso de todas as pessoas sem discriminação à troca, a qual se baseava em valores como a ausência de fraudes, o respeito pelos contratos e a transparência na informação). Esta corrente tentou também fazer a distinção entre o "preço justo" e o "lucro normal". A utilização deste último deveria reverter a favor de obras caritativas e religiosas. É evidente que o mercantilismo subverteu completamente esta lógica de funcionamento do mercado. Foi contra esta lógica de subversão, e recuperando os princípios altruístas aristotélicos e da teologia moral cristã, que surgiu a abordagem humanista da economia política. Esta corrente privilegia a equidade intergeracional. Neste sentido, ela é importante no que concerne ao debate acerca do desenvolvimento sustentável, mas não consegue apresentar uma prospectiva de cosmovisão de uma dimensão intergeracional que ainda, em termos de factor tempo, não está presente.

Muito recentemente, e inspiradas no pensamento naturicista de Aristóteles, surgiram, mais duas correntes: a hipótese Gaia (♁) e a *Deep Ecology*. A hipótese Gaia reafirma o primado da natureza sobre a acção humana. A Terra, segundo esta corrente, é um imenso organismo vivo capaz de adaptar-se às agressões exógenas, nas quais se inclui, obviamente, a acção humana sobre a natureza. Como sistema, a Terra é capaz de se autoregular, assegurando, assim, a sua própria sobrevivência. Se esta estivesse em perigo, seria o homem, como parte ínfima do sistema global terrestre, a desaparecer. Neste sentido, a atitude do homem deve orientar-se segundo o primado da estabilidade e do respeito pela natureza.

(♁) Gaia era a deusa grega da Terra.

A *Deep Ecology*, e dentro de uma visão naturicista que aplica considerações éticas a todos os elementos da natureza, chega a defender direitos morais para as espécies não humanas. Trata-se de um programa de elevada rigidez conservacionista, centrada sobre a ciência da natureza (ecosofia) em detrimento do agir humano. O que está em causa é a defesa da ordem da natureza face à ordem imposta pelas actividades humanas que apenas privilegiam ideologias quantitativas FAUCHEUX; NOËL (1997: 30 a 36).

Devaal e Sessions (1985) (*in* FAUCHEUX; NOËL 1997: 37) apresentam um manifesto com oito princípios⁽⁶⁾:

1. O bem estar e o desenvolvimento da vida humana e não humana sobre a terra possuem um valor em si mesmos (...). Estes valores são independentes da utilidade do mundo dos não humanos face a fins humanos.
2. A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a realização destes valores e representam igualmente valores por si mesmas.
3. Os humanos não têm qualquer direito em reduzir esta riqueza e esta diversidade, excepto para satisfazer necessidades *vitais*.
4. O desenvolvimento da vida e das culturas humanas é compatível com uma diminuição substancial da população humana. O desenvolvimento da vida não humana requiere tal diminuição.
5. A actual interferência humana com o mundo dos não humanos é excessiva e a situação agrava-se rapidamente.
6. As políticas devem portanto ser alteradas, quer afectem estruturas de base económicas, tecnológicas ou ideológicas. A situação económica que daí resultará será profundamente diferente da situação actual.
7. A alteração ideológica consiste principalmente em apreciar a *qualidade de vida*, em vez de aderir ao padrão de vida continuamente crescente. Haverá uma profunda consideração da diferença entre "mais" e "melhor".

Retomando o ritmo da exposição, deixando para análise posterior as críticas aos paradigmas apresentados, afirmamos que os princípios da corrente *Deep Ecology*, porque só atendem aos aspectos ecológicos nas considerações económicas e sociais, são reducionistas e, como tal inviáveis.

1.3.3.3.2.2. O FISICISMO ECONÓMICO

Esta visão defende a eficiência económica, tendo por base o binómio custos-proveitos. Se para Aristóteles e os escolásticos o agir seguia o ser, dentro de um movimento heterógeno de qualidades e virtudes, com a descoberta da mecânica na idade moderna (a qual teve em Galileu, Descartes e Newton os seus expoentes máximos) verifica-se um abandono das concepções finalistas. À explicação qualitativa do mundo (onde a natureza das coisas depende de uma

⁽⁶⁾ Apresentamos apenas sete uma vez que o último mais não é que uma exortação à acção por parte de quem subscreve os primeiros sete princípios.

teleologia determinada pela forma) sucede-se a interpretação quantitativa (a natureza de uma coisa depende da sua estrutura, que respresenta uma ordem de grandeza). HIRSCHBERGER (1986: 48 e 49) descreve, de forma feliz, não só a concepção mecanicista de Descartes e o que esta tem de ruptura com o modelo aristotélico-tomista, mas também a ideia que tem sobre a fauna e a flora. Assim, e segundo este autor, "Descartes defende o monismo dos limites espaciais, segundo o qual, ao produzir-se uma deslocação (...) o corpo próximo é afectado; este passa o impulso a outro, e assim sucessivamente, até que, finalmente, o último membro do círculo é obrigado a ocupar o posto deixado vago pelo primeiro.

De um modo mais crasso, e desde já, com menor subtileza filosófica, fica patente o mecanicismo de Descartes nas suas ideias sobre a 'vida' atribuída às plantas e animais. Descartes levou até aos limites a sua mentalidade fisicista ao não reconhecer ao vivente (não racional) um estatuto próprio de ser com as suas categorias autónomas (...). Os animais são puros autómatos, só que em graus diferentes aos mecanismos e artefactos correntes (...). E se os animais são meros autómatos, carecem naturalmente de alma. O movimento interno que supomos existir nelas mais não é que o efeito do movimento universal. Não possuem, propriamente dito, automovimento nenhum (...). Somos nós os homens que interpretamos os seus movimentos como se fossem sensações". A concepção mecanicista cartesiana deixa, desde logo, antever que, e ao contrário da visão aristotélico-tomista, não existem leis impostas pela natureza às quais o homens têm que obedecer, mas uma ordem natural que terá de compreender.

Esta visão foi reforçada pela mecânica newtoniana, a qual aponta no sentido de um mundo estático. Tal só é possível devido à própria autoregulação, que corrige os possíveis desequilíbrios momentâneos. Não nos interessa desenvolver mais pormenorizadamente os modelos mecanicistas defendidos por estes pensadores, mas apenas, e tão somente, indicar a influência deste paradigma sobre as teorias dos recursos económicos e do meio ambiente.

O paradigma mecanicista permitiu à economia autonomizar-se, libertando-se do domínio da religião, da moral e da política. Os teóricos, doravante, procuraram apenas descobrir as leis que governam a economia, sem referência a uma necessária interdisciplinaridade, ou seja, a economia fecha-se de uma forma unidimensional sobre si própria. Neste sentido, o mercado aparece-nos como um mecanismo de regulação económica, social e da própria natureza.

O modelo mecanicista influenciou a análise dos economistas neoclássicos no que diz respeito à abordagem da economia do meio ambiente e dos recursos naturais. Dando a primazia aos mecanismos do mercado como reguladores da actividade económica, seria o preço de mercado a definir aquilo a que se chamou a teoria económica de exploração óptima dos recursos naturais. Neste sentido, o receio de esgotamento destes recursos não se verificaria, uma vez que a escassez das matérias primas elevaria o preço do produto, estimulando-se, assim, o aparecimento de novas estratégias de exploração e/ou o progresso da investigação tecnológica, como formas de substituição dos recursos, do aumento dos níveis de eficácia dos mesmos e da diminuição dos desperdícios. Esta concepção opõe-se, assim, às barreiras ecológicas absolutas, porque acredita nas possibilidades do progresso técnico e da substituição, e traduz-se, em termos éticos, por uma

visão antropocentrista, utilitarista e, como o tempo tem que ser otimizado, breve FAUCHEUX; NOËL (1997: 39 a 46).

1.3.3.3.2.3. O PARADIGMA TERMODINÂMICO

O paradigma termodinâmico tem a sua génese na revolução científica que possibilitou o evento da revolução industrial. Segundo PERROUX (1987: 179), entre estas duas teorias existe uma diferença de vulto: "uma isola o mercado e considera-o como um conjunto inteligível sem o ligar ao seu enquadramento; o seu paradigma é um modelo mecânico.

A segunda privilegia os agentes, as suas actividades e as equilíbragens que procedem do exercício da sua energia de mudança aplicada a modificar coisas do seu ambiente ou a opor-se aos efeitos da energia dos seus parceiros; o seu paradigma é do tipo termodinâmico.

A primeira destas teorias privilegia o mercado, a segunda a organização; a primeira exprime-se em estática instantânea e fora do tempo, a segunda constrói-se em dinâmica, no tempo irreversível que não é considerado, desde o início, como neutralizado. Sem confundir esse tempo com o tempo histórico, assinala-se que ele contém a novidade e a invenção, mas, não menos, a duração".

A aplicação da termodinâmica à economia abriu caminho a novas formas de exploração energéticas, as quais vieram a enformar toda a actual discussão em torno das barreiras ecológicas ao progresso económico. A revolução industrial marcou a passagem das energias "frias" para as energias "quentes", ou seja, privilegiou-se o uso da energia utilizada pelas máquinas térmicas em detrimento das energias renováveis, de natureza hidráulica. Passou-se, assim, de uma dependência de fluxos correntes (derivados do sol) para os stocks armazenados no interior da terra. Abandonou-se a exploração de um stock ilimitado (recursos renováveis) a favor da exploração de recursos esgotáveis. Com a termodinâmica, o universo deixa de ser visto como um gigantesco relógio, sucedendo-se a imagem de uma máquina térmica sujeita às leis da entropia.

A economia neoclássica privilegiou as influências da mecânica racional em detrimento do paradigma termodinâmico. Ainda que Marx e Engels tivessem revelado interesse por esta nova disciplina, seriam os pensadores contemporâneos ligados à economia do meio ambiente a definirem o quadro de influência das leis da termodinâmica sobre a análise económica (FAUCHEUX; NOËL, 1997: 53-56).

Esta corrente de pensamento aborda as influências das leis da termodinâmica sobre as teorias económicas a partir de dois tipos de análise. AYRES e KNEESE (1969) e AYRES D' ARGE (1970) (in FAUCHEUX; NOËL, 1997: 56 e 57) apoiando-se no primeiro princípio da termodinâmica, lei da conservação da energia, afirmam que a matéria, encontre-se sobre a forma de massa ou energia, é imune a qualquer processo físico de criação ou destruição. Neste sentido, a economia não pode criar ou destruir a matéria, mas apenas reordená-la. Assim, e a nível de todo o processo produtivo, os inputs (soma das matérias primas energéticas e não energéticas extraídas do meio ambiente natural) são, em termos computáveis, iguais ao somatório dos outputs (desperdícios que são reciclados ou lançados no meio ambiente).

No entanto, GEORGESCU-ROEGEN (1971) e DALY (1977, 1991a) (in FAUCHEUX; NOËL, 1997: 56 e 57) apresentam uma segunda perspectiva: a integração da segunda lei da termodinâmica com a economia. Este processo é marcado pelos seguintes momentos: extracção do meio ambiente de energia e matéria-prima de baixa entropia (organizadas) e, após utilização destas, conversão destes elementos em energia e matéria-prima de alta entropia (desorganizadas).

As duas correntes vieram a criar influências opostas. Os defensores do primeiro princípio da termodinâmica desenvolveram modelos próximos da versão newtoniana: a relação entre a natureza entropica das actividades económicas e o aproveitamento dos recursos energéticos era enformada por um sistema linear entre recursos, produção e consumo, vistos numa perspectiva meramente conservacionista, não contemplando o problema dos desperdícios e da reciclagem. Assim sendo, a economia apenas transforma quantidades indestrutíveis de matéria e energia. Esta visão optimista não defende a existência de barreiras ecológicas absolutas.

A segunda interpretação apresenta um sistema de carácter circular. Segundo esta visão, os desperdícios, provenientes dos recursos, da produção e do consumo, ou são lançados para o meio ambiente ou reutilizados novamente como recursos. No entanto, se os recursos não forem recicláveis, deve existir uma racionalidade de tipo ecológico, ou seja, devemos atender às barreiras ecológicas absolutas.

Entre estas duas abordagens, uma de carácter mais optimista relativamente à outra, podemos ainda encontrar mais outras tantas de sentido intermédio. A primeira, conhecida pela escola de Londres, parte ainda da lei da entropia, mais concretamente do segundo princípio da termodinâmica. Segundo os defensores desta tese, de entre os quais podemos distinguir, como fundador, David Pearce, os desperdícios não reciclados são lançados no meio ambiente natural. Para esta escola a primeira barreira ecológica reside no facto da capacidade de assimilação, por parte da natureza, não ser absoluta, logo é necessário definir os limites de absorção, relativamente aos desperdícios não recicláveis. A segunda barreira ecológica é determinada pelo facto das energias não recicláveis estarem sujeitas à lei da entropia, situação que obriga à substituição dos recursos esgotáveis pelos recursos renováveis. Por último, o terceiro obstáculo resulta do facto de não se poder obstacularizar as capacidades de renovação dos recursos, isto porque, os serviços e bens ambientais possuem um carácter multidimensional: podem assimilar a própria poluição; serem utilizados como inputs na produção ou, ainda, servirem como fonte de outras actividades de utilização directa, por exemplo, a utilização dos recursos aquíferos para as actividades recreativas. Por isso, o progresso técnico deve ter limites, seja pelo facto de existirem obstáculos à substituição ou para que a aplicação do progresso técnico aos bens e serviços ambientais não seja uma panaceia. Neste sentido, a escola de Londres defende que o stock global do capital natural deve manter-se constante.

Não conseguindo encontrar, para estas três barreiras, uma ordem de grandeza homogénea capaz de as avaliar em termos físicos, os autores da Escola de Londres propõem o método da revelação das preferências, baseado no maior ou menor grau de consentimento dos indivíduos em pagarem os estragos ambientais provenientes de cada uma delas: apresentam um valor económico total, que é o somatório do valor de uso com o valor intrínseco, o valor de existência

e o valor de legado. Podemos, assim, identificar três grandes movimentos: o altruísmo patente intrageracional; entre estas e as gerações futuras e, por último, entre as diversas especificidades de valor económico.

Em termos éticos este modelo é menos utilitarista que o vulgar modelo clássico, embora continue a privilegiar os aspectos antropocêntricos (dado serem os homens a atribuírem valores às coisas) e as apostas imediatas (fazendo com que o legado às gerações futuras seja determinado pelas exigências actuais). Para esta escola, o tempo é irreversível (não há tempo a perder) e a racionalidade económica deve ter em atenção as barreiras impostas pelas leis da termodinâmica. Daí que o óptimo seja sempre uma racionalidade limitada. Esta escola está, porém, mais próxima do optimismo neoclássico que do pessimismo naturicista.

A segunda abordagem defende um estado estacionário relativamente às duas leis da termodinâmica anteriormente especificadas. A irreversibilidade de que nos fala o segundo princípio da termodinâmica impede um alargamento dos limites da "finitude" e da "entropia". Tal facto leva alguns autores a defenderem o abrandamento do processo económico através do estado estacionário. É o que defende o relatório do Clube de Roma quando apresenta a ideia do "crescimento zero", de molde a permitir a manutenção da actividade humana. O estado estacionário atinge-se de forma dinâmica e gradativa (FAUCHEUX; NOËL, 1997: 58 a 66).

1.3.3.3.2.4. O PARADIDMA DO VIVO

Este paradigma fundamenta-se na termodinâmica do não equilíbrio, um ramo da termodinâmica específico dos sistemas vivos, sistemas estes marcados pela complexidade e pela evolução.

Os sistemas vivos ou abertos trocam matéria prima, energia e informação com o exterior. No entanto, e devido à evolução, estão sempre longe do equilíbrio. Esta distância produz uma ampla liberdade para organizarem os seus processos energéticos e materiais. Esta teoria reconcilia a aparente contradição entre a termodinâmica clássica (mediante a qual, como refere a segunda lei da termodinâmica, toda a vida e todo o movimento, excepto o da gravitação, cessará na morte entrópica) e a lei da evolução (que invoca o progresso contínuo das espécies pela adaptação ao meio ambiente). A evolução passa mesmo pela forma como a energia é utilizada. As espécies que melhor souberem utilizar o fluxo máximo de energia ou o princípio máximo de potência são aquelas que crescerão em extensão, aumentando também elas o fluxo de energia no conjunto do sistema. Neste sentido, podemos ter populações oportunistas de meios não saturados ou em mudança e populações estacionárias de meios saturados e estáveis.

O paradigma do vivo teve influência sobre as análises económicas a que se convencionou chamar de "teorias evolucionistas". A este nível podemos distinguir duas grandes categorias: uma interpretação económica que aplica directamente o neodarwinismo à economia e uma abordagem que utiliza o quadro analítico da evolução, mas explicando outros objectos que não as conexões entre a genética e a economia. A primeira categoria procura explicar o comportamento económico tendo por base a teoria dos jogos. Pretendia-se ver em que condições os genes do

altruísmo ou egoísmo se reflectiam na dimensão económica da própria sociedade (FAUCHEUX; NOËL, 1997: 67 a 72). Esta teoria, porém, tal como é entendida por esta interpretação, carece de consistência. Em primeiro lugar porque o mundo real é complexo e, como tal, existe muita ignorância quanto às suas possibilidades. Em segundo lugar, existem outros factores que influenciam os propósitos e os objectivos do ser humano em concreto, tais como: os hábitos, as rotinas e o papel das instituições na moldagem dos comportamentos. Em terceiro lugar, porque os objectivos e as rotinas individuais são moldados pela cultura e pela própria rotina. Por último, a emergência e a reprodução de normas comportamentais pode ser explicada a partir da conveniência dos indivíduos face a interesses intrínsecos ou a coacções extrínsecas. (HODGSON, 1994: 137 e 138).

Por isso, surgiu a segunda categoria supra mencionada. Com esta nova visão pretende-se aferir as características, que estando submetidas a pressões selectivas, são reproduzidas, determinando uma trajectória técnica entre muitas possíveis; ou como se podem desenvolver as instituições de cooperação ou, ainda, que estruturas dissipativas enformam o sistema económico, o qual não é determinista, mas está submetido às novidades ou às surpresas.

O paradigma do vivo influenciou a escola da economia ecológica. Esta escola atribui um papel de destaque ao homem enquanto espécie e defende a importância mútua entre a evolução biológica e a cultural. Esta evolução não repousa no equilíbrio estático defendido pela economia tradicional, mas na adaptação dinâmica ao não equilíbrio (FAUCHEUX; NOËL, 1997: 72 a 74). PELT(1990: 29) defende esta linha de pensamento evolucionista quando afirma que "na Natureza inteira, os seres vivos, plantas, animais, homens, mantêm relações dialécticas de competição e de cooperação, e é destas duas forças centrífuga e centrípeta que a todo o momento resultam os equilíbrios fundamentais da vida". O equilíbrio de que nos fala este autor deve ser entendido no sentido dinâmico, como um constante movimento de actualização, onde existe sempre o confronto e a crise. A exemplo da dimensão biológica, onde a evolução se dá quando existe uma interacção recíproca e estreita entre duas espécies, também se verifica uma coevolução entre os sistemas sócioeconómicos e ecológicos. Esta coevolução espelha a transformação da natureza levada a cabo pelo homem. Podemos afirmar que a pressão selectiva do ser humano sobre a natureza pode ser entrópica (desestruturante, destruidora da ordem e geradora da degradação do meio que lhe serve de suporte) ou neguentrópica (estruturante, capaz de gerar ordem e participante no desenvolvimento da vida).

A análise que este paradigma nos oferece em termos de relação entre os sistemas sócioeconómicos e ecológicos põe em destaque que os homens, nas suas actividades, não utilizam apenas elementos entrópicos, energia e matéria prima, mas também são capazes da invenção e da inovação, como fontes da neguentropia. Por isso, se temos que ter em linha de conta as barreiras ecológicas absolutas que nos são impostas pela primeira e segunda lei da termodinâmica, também é verdade que estas não podem ser consideradas segundo uma perspectiva fixista, são instáveis, sujeitas à coevolução.

O progresso técnico é, assim, ambivalente, porque a interacção entre a economia e o meio ambiente tem, até à época actual, gerado equilíbrios e propiciado também novos e incessantes

desequilíbrios. De um lado temos a degradação e a dissipação, fenómenos típicos da lei da entropia; do outro, o desenvolvimento e a evolução, ou seja, a transformação de sistemas simples em sistemas complexos e diversificados. Os defensores do paradigma do vivo defendem que a entropia pode ser ultrapassada pela utilização de novas fontes energéticas inesgotáveis e não poluentes. Neste sentido, a utilização da energia solar perfila-se como uma panaceia. A solução, porém, não colhe unanimidade, uma vez que, e se confrontarmos o actual estado de desenvolvimento tecnológico com os limites dos recursos, vemos que o progresso da tecnologia ainda não é suficiente para gerar certezas face a um desenvolvimento sustentável. O debate encontra-se ainda hoje a nível da pesquisa. A escola da economia ecológica assume uma atitude de cepticismo prudente, oscilando entre o optimismo económico da pura ortodoxia clássica e o pessimismo do estado estacionário.

Em termos de abordagem teórico-conceitual, esta corrente assume uma posição multidimensional e multidisciplinar: existem os que defendem as avaliações subordinadas aos gostos individuais e colectivos e os que defendem os resultados derivados da análise energética, para os quais os limites de exploração têm incidência sobre o preço e o consumo. Nesta abordagem cruzada o homem é, antagonicamente, o responsável pela insustentabilidade e o garante da sustentabilidade, uma vez que, só ele, pode inverter a tendência entrópica do sistema. Assim sendo, esta escola assume uma posição antropocêntrica, defendendo uma equidade intrageracional (distinção entre o utilitário e o não utilitário) intergeracional (distinção entre as exigências do tempo presente e os desafios colocados às sociedades futuras). (FAUCHEUX; NOËL, 1997: 77 a 80).

1.3.3.3.3. AS RELAÇÕES ENTRE A ECONOMIA DOS RECURSOS NATURAIS E DO MEIO AMBIENTE. DA EXTERNALIZAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS À INTERDEPENDÊNCIA ECONÓMICA E ECOLÓGICA

F. PESSOA (1985: 62) apresenta três fases históricas da relação do homem com a natureza. Inicialmente o homem foi um mero observador dos fenómenos naturais. De observador passou a dominador e manipulador, para, finalmente, adquirir a consciência de que a dominação e a manipulação deverá estar sujeita à própria economia dos recursos naturais.

A visão de que o homem foi, outrora, um mero observador dos fenómenos naturais deve ser entendida no sentido em que "os primitivos viviam em simbiose com a natureza" (THOMAS, 1994: 28), uma vez que os meios de produção utilizados ainda não permitiam grandes impactes, e não no sentido da afirmação do primado do bom selvagem, ainda não corrompido pelo instinto predador. O homem nunca foi um mero observador natureza, mas um ser obrigado a moldar o espaço físico em que se inseria, de modo a adaptá-lo à satisfação das suas necessidades. São inúmeros os relatos históricos que confirmam esta tese. A título exemplificativo, sem nos preocuparmos com um levantamento exaustivo, mas apenas referindo um elemento estruturante

da cosmovisão ocidental do mundo, transmitida pela cultura judaico-cristã, podemos citar uma passagem do texto hebraico Javista ⁽⁷⁾: "não havia arbusto algum pelos campos, nem sequer uma planta germinara ainda porque o Senhor Deus não tinha feito chover sobre a Terra e não havia homem para a cultivar" (Gn 2,5). Desta citação, se eliminarmos a visão sagrada do universo, ressaltam três ideias fundamentais: existe sempre um suporte físico e territorial que sustenta a actividade humana; as estruturas económicas dependem das características do território e dos recursos tecnológicos utilizados e o homem é, por natureza, um agente modelador do território.

Inicialmente, a relação do homem com o meio ambiente pautou-se pelo equilíbrio. Devido á rusticidade dos utensílios, que apenas possibilitava uma mediação limitada e pobre, a natureza era vista de uma forma divinizada e, os deuses, assumiam formas antropomórficas. Esta visão traduzia a verdadeira essência da mediação de outrora: uma relação de extrema debilidade entre o ser humano e a natureza. À medida que a humanidade foi evoluindo em termos científico-tecnológicos, as relações dos homens entre si e destes com a natureza tornaram-se cada vez menos harmoniosas, transparentes e controladas. São relações paradoxais, que traduzem a complexidade existente entre o pensamento e a tecnologia. O pensamento, apesar de, como anteriormente foi referido, ter o utensílio como mediação, goza de autonomia relativamente a este. Isto porque, e dentro de um quadro cultural preciso, permite a abertura a novas realizações que sejam a expressão de projectos inovadores, os quais resultam do cruzamento entre a satisfação de novas necessidades e o constante aperfeiçoamento dos utensílios, cada vez mais complexos. Esta crescente complexidade conduziu à divisão social do trabalho, o qual, paulatinamente, veio a alargar o fosso entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, desapropriando os produtores directos das condições de produção. Os produtos deixam de ser artesanais, ou seja, actos humanos concretos que satisfazem as necessidades humanas, para se transformarem em mercadorias. A mediação real do trabalho perde-se, uma vez que o utensílio deixa de ser um prolongamento do homem, transformando-se este num prolongamento do utensílio (THOMAS, 1994: 29 a 32). Esta mesma visão é partilhada por J. M. PELT (1990: 159), o qual, comparando entre si o sistema biológico com os sistemas económicos e políticos, afirma que o "imperativo da ordem e da organização, que fixa a cada qual a sua tarefa no quadro de uma eficaz divisão do trabalho, não tolera a iniciativa nem a fantasia. A conservação e o funcionamento de uma estrutura, de um organismo, só se adquirem à custa de uma redução draconiana das potencialidades próprias de cada um dos respectivos constituintes.

Este modelo biológico impõe-se com força às sociedades humanas, onde cada um apenas desenvolve uma parte mínima das suas riquezas criadoras". Podemos sintetizar o itinerário da humanidade, nas suas relações intrínsecas e extrínsecas, como a evolução da biogénese para a antropogénese e desta sociogénese. Assim sendo, não temos, apenas, a transformação física do próprio homem, mas, e sobretudo, a sua transformação mental. Foi esta que lhe facultou o domínio que hoje ostenta face aos restantes sistemas ecológicos.

Apesar da revolução agrícola, em termos de magnitude, só encontrar paralelo na actual revolução da informação, as relações de produção pautaram-se sempre, até ao evento da

⁽⁷⁾ O texto Javista terá sido escrito entre os sécs. X-VIII a.c., num ambiente agrícola próximo do deserto.

industrialização, por relações de dependência entre os seres humanos e o meio ambiente natural. No entanto, e segundo F. PESSOA (1985: 75), "a febre do desenvolvimento científico e tecnológico, as descobertas sensacionais de que o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram palco, induziram os homens mais informados ou mais envolvidos nestas actividades criativas, bem como aqueles que, economistas ou possuidores de capitais, as aplicavam na indústria e na produção de bens e serviços, à crença na emancipação de uma Humanidade superior face a uma Natureza que a ela se sujeitaria e por ela seria manipulada e dominada". Por isso, e até à crise do modelo fordista, existiu uma confiança generalizada nas virtualidades das novas forças produtivas, externalizando-se, de forma simplista, os custos ambientais de produção. O progresso estava determinado por uma estratégia expansionista de implantação de actividades económicas, sem equacionar estes custos e a qualidade do desenvolvimento que se pretendia atingir. Neste sentido, foi-se tornando "cada vez mais evidente que o *crescimento económico* só se consegue à custa de um *decréscimo ecológico*" (PELT, 1990: 69). Esta afirmação, porém, deve ser entendida como uma denúncia face a um progresso económico fundamentado numa ilusão puramente quantitativa, onde as relações dos homens entre si e destes com a natureza se tornam cada vez mais opacas, e não como a defesa de uma cosmovisão que preconize uma natureza sem homem.

O que está a falir é um modelo de desenvolvimento que privilegia a acumulação de bens à custa da externalização dos custos ambientais e do esgotamento dos recursos naturais. Dá-se uma externalização de custos quando uma actividade económica, para além dos custos privados inerentes ao agente que a desenvolve (custos com matérias-primas, com o trabalho...), impõe à colectividade um conjunto de custos sociais, sem proporcionar aos agentes modeladores do território atingidos por estes inconvenientes a respectiva compensação pecuniária. Por outro lado, os custos sociais inerentes à actividade económica são sempre superiores ao custo privado suportado pelo agente emissor, isto porque a degradação ambiental não só atinge a própria natureza, como, não raras vezes, impede o desenvolvimento de outras actividades económicas alternativas (FAUCHEUX; NOËL, 1997: 216 e 217). À constante externalização dos custos ambientais acresceu a consciencialização que, na natureza, existe um *stock* inicial de recursos naturais esgotáveis, a par de outros que são renováveis. A questão dos recursos naturais foi, sobretudo a partir do período que se seguiu à Segunda Grande Guerra Mundial, relegada para segundo plano, em detrimento da interdependência económica e de políticas que articulassem as economias nacionais e regionais numa escala global (MACNEILL; WINSEMIUS; YAKUSHIJI, 1992: 16). Este período (1945-1974) foi, como já anteriormente referimos, marcado por uma prosperidade económica que se apoiava na crença de um progresso geométrico. Seguiu-se um período de estagnação económica, e com ele a decadência do modelo fordista de produção. Esta crise provocou um novo ordenamento nas relações do homem com o meio ambiente natural. Tudo começou com o reconhecimento da importância do ambiente e dos perigos que o ameaçavam (DARBELLAY, 1980: 44 e 45). Os perigos identificados residem na exploração selvagem dos recursos naturais; na explosão demográfica; na poluição das águas, do ar e da terra; no aquecimento do planeta; na degradação dos solos e dos oceanos; na desflorestação; na

redução dos níveis de água potável... Todos estes problemas são abordados já não numa escala regional, mas global; tendo não apenas em atenção o bem estar da geração actual, mas as possibilidades de realização das gerações futuras. Estas questões têm suscitado debates que, partindo de atitudes diversas, promovem um conjunto de soluções por vezes complementares, outras vezes antagónicas. PELT (1990: 70) sintetiza esta problemática e a amplitude dos horizontes em que se inscreve quando afirma que "os excessos de um crescimento mal dominado e exclusivamente quantitativo provocam, presentemente, uma tomada de consciência generalizada e favorecem a eclosão de uma nova sensibilidade colectiva, a qual procura, acima de tudo, a qualidade nas nossas relações tanto com a Natureza como com os outros homens, segundo modelos de desenvolvimento muito diferentes dos anteriores". Um desenvolvimento onde os sistemas económico e ecológico estejam totalmente interligados a nível real e institucional. Neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável impôs-se, ultimamente, como um objectivo prioritário.

1.3.3.3.4. CRISE ECOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À SUSTENTABILIDADE

Apesar do impacto destrutivo de um desenvolvimento que externaliza os custos ambientais ter estado sempre presente na história das culturas humanas, o debate sobre os malefícios decorrentes da imperatividade do crescimento económico surge apenas nos finais do séc. XX. Na base desta nova abordagem está a consciencialização de que as decisões económicas devem subordinar-se à eliminação das consequências ecológicas que delas derivam, de modo a serem criadas condições para um desenvolvimento sustentado.

A precaridade de um crescimento quantitativo e simplificador, determinado pelos modelos produtivistas, os excessos do consumismo e as visões catastróficas do futuro são hoje quase unanimemente recusadas. PESSOA (1985: 76) denuncia a lógica do sistema economicista, afirmando que este acciona mecanismos de crescimento "que não podem mais parar; a sociedade de consumo, expressão mais divulgada da economia produtivista, visa a rendibilização máxima dos recursos disponíveis e não tem mecanismos de contenção e autocontrolo". Assim sendo, produção e consumo são assumidos como fins em si mesmos. THOMAS (1994: 50) vai mais longe, afirmando como a essência vital do capital a acumulação permanente do lucro. Esta cegueira de valorização é vivenciada pelos próprios servidores do capital, os quais não agem segundo a sua própria vontade ou de acordo com uma natureza humana especial. Apesar da razoabilidade desta visão, também ela é redutora. E é redutora porque, noutros sistemas económicos, de cariz mais colectivista, pretendeu-se sempre ligar a taxa de crescimento económico ao bem estar das populações, sem se atender à destruição e à degradação ambiental.

Relacionado com o produtivismo está o consumismo e os seus excessos. Para PELT (1990: 45) os excessos do consumismo derivam da reconversão do ser humano em consumidor. Um consumidor que procura acumular bens, possuir e gozar as regalias materiais que o

progresso económico proporciona à humanidade. Para muitos defensores da justiça social a distribuição de riquezas depende da expansão económica. Na raiz dos problemas ecológicos resultantes das práticas produtivistas e consumistas encontramos um quadro intelectual onde a ciência económica "pressupõe sempre indivíduos abstratos, universalmente intermutáveis, aos quais concede uma psicologia estritamente utilitária. Esta maneira de ver corresponde, de facto, muito bem aos quadros de pensamento, aos valores, às instituições da modernidade ocidental. Mas é sempre, lembremo-lo, a mobilização em volta de um jogo colectivo ameaçado que faz progredir a técnica e as instituições, em nome de valores não individualistas" (LIPIETZ, 1993: 151).

Foi contra estes valores não individualistas que se ergueram as vozes dos ecologistas. Convém referir que este movimento não é homogéneo. Oscila entre o puro radicalismo, onde se defende a utopia de uma natureza sem homem, e a busca de soluções que reconciliem o desenvolvimento económico com o meio ambiente, procurando-se desenvolver estratégias duradouras. Para os primeiros, "o amor da Natureza e o espectáculo da degradação desta originam uma estranha aversão contra a humanidade (...). O homem já não é mais do que um animal desnaturado, do qual a Natureza deveria desembaraçar-se o mais depressa possível para poder retornar, enfim o seu caminho" (PELT, 1990: 36). Para os segundos, é necessário defender a interdependência entre a economia do meio ambiente e a economia dos recursos materiais, de modo a defendermos o futuro do nosso planeta. O discurso, a este nível, deve manter-se afastado das antípodas: nem catastrofismo nem optimismo irrazoável.

É nisto que consiste o desenvolvimento humano sustentável. Para MURTEIRA (1997: 119 e 120) "o humano definido neste contexto - num sentido próximo dos relatórios mundiais sobre o 'desenvolvimento humano' publicados anualmente desde 1990 - visa centrar o crescimento económico no alargamento das possibilidades oferecidas pela sociedade à realização dos indivíduos.

O desenvolvimento 'sustentável' tem a ver com a salvaguarda do meio ambiente pelas gerações presentes para que as futuras não herdem um planeta em que a Natureza se encontre irremediavelmente degradada, afinal pilhada por gerações de humanos irresponsáveis.

Esta 'utopia' do desenvolvimento humano e sustentável pode assumir o carácter dum simpático e inofensivo discurso de boas intenções; pode também ser recuperada pelo próprio mercado global que gerou a necessidade de reafirmar os princípios do humano e ecologicamente sustentável. Mas fornece, ao menos, um bom e oportuno ponto de partida para uma reflexão sobre as virtualidades e limites da economia do mercado global".

Neste sentido, os conceitos de "produção", "produtividade" e "crescimento" são relativizados em função do conceito de desenvolvimento humano sustentável. A "produção" só é possível, como já anteriormente vimos no paradigma do vivo, através da combinação da esfera económica com a esfera social e a biosfera. Neste sentido, PASSET (1993: 386 e 387) refere, de forma muito sucinta, as debilidades dos sistemas produtivistas, chamando a atenção para os limites que estes colocam à expansão económica a montante e a jusante. Para este autor, a produção transforma matérias-primas que, só por si, são incapazes de satisfazer as necessidades

humanas. A natureza é, simultaneamente, o ponto de partida (fonte de matérias-primas) e de chegada da própria produção (receptáculo dos resíduos e dejectos). O homem é factor e finalidade da própria produção. A economia, como já vimos, encontra a sua justificação no próprio homem e está dependente do sistema de valores que formam a cultura. Pelo crescimento económico medimos, num determinado tempo, a evolução quantitativa das riquezas produzidas. A produtividade é um indicador de eficácia, refere-se aos meios através dos quais essa riqueza é obtida. Há, para este autor, duas formas de se abordar este problema: ou através de uma mentalidade economicista, a qual considera o capital como um bem escasso, defendendo a sua acumulação e produtividade, ou através de uma visão que submete a economia ao respeito pelos mecanismos naturais, perseguindo-se não o crescimento, mas o desenvolvimento sustentável.

Um conjunto de acontecimentos gerados pela corrente produtivista veio a impor a necessidade de um desenvolvimento humano sustentável. Todos os autores concordam que o nosso planeta está a ser exaurido dos seus recursos. Convém, porém, distinguir entre recursos esgotáveis e renováveis. Para FAUCHEUX; NOËL (1997: 110 e 111), e segundo uma análise económica padrão, "um recurso renovável é um recurso natural que pode fornecer indefinidamente *inputs* a um sistema económico. Um recurso natural não renovável ou esgotável é um recurso com um stock finito ou uma oferta finita.

Tal constatação coloca a humanidade perante inúmeros obstáculos. De entre os mais pertinentes podemos destacar: a degradação dos solos, da fauna e da flora; a poluição que afecta o ciclo da água e, conseqüentemente, as reservas potáveis deste bem cada vez mais essencial à humanidade; o consumo desmesurado de recursos energéticos esgotáveis; a necessidade de um quadro normativo que articule, de forma dinâmica, as políticas ambientais entre a esfera local e a esfera global; a solidariedade entre os países do Norte e do Sul; a definição de uma justa ordem de grandeza entre a exploração dos recursos e as necessidades sentidas por uma população cada vez mais numerosa; a necessidade de adaptação das biotecnologias às necessidades locais.

Da solução destes e de outros problemas depende, em grande parte, a possibilidade de se concretizar as condições necessárias para um desenvolvimento sustentável. Convém aqui lembrar a urgência de um desenvolvimento orientado neste sentido. MACNEILL; WINSEMIUS; YAKUSHIJI (1992: 123) reafirmam a necessidade de se efectuar uma gestão entrelaçada entre a economia e a ecologia. Fazem este apelo em nome de um futuro sustentável para a vida das nações e dos povos, de modo a se evitar o colapso ecológico; o declínio económico; a tensão social e o conflito.

Depois de afirmar que as soluções apresentadas pelos ecologistas para a salvaguarda do ambiente, sobretudo quando defendem o estabelecimento de um preço para a despoluição, agravam ainda mais o problema, pois o preço apenas potencia a deterioração das relações dos homens entre si e destes com a natureza, THOMAS (1994: 96 a 100) propõe algumas condições para libertar a humanidade da cegueira de um progresso a qualquer preço, em nome da criação de condições essenciais a um desenvolvimento sustentável. A primeira condição, considerada utópica pelos mais cépticos, utilitários e ditos pragmáticos, consistiria num cenário no qual toda a humanidade, com a diversidade cultural, política e sócio-económica inerente aos diferentes

grupos humanos, estaria de acordo acerca do que produzir e de como produzir, tendo em atenção os meios de produção disponíveis; as necessidades humanas a satisfazer; a quantidade de trabalho a afectar e os efeitos previsíveis da acção destas actividades sobre a natureza. O autor chama a atenção de só à *posteriori* o sistema de produção capitalista saber se a unidade útil de trabalho gasto corresponde à satisfação de uma necessidade social. Esta problemática pretende responder à questão: as necessidades humanas são reais ou induzidas? Ao combater as necessidades ditas "artificiais", o autor defende a mediação directa entre produção *versus* consumo, optimizando-se a função do trabalho vivo e não do capital, e a responsabilidade de cada actor face à pertinência objectiva da sua actividade produtiva. A segunda condição consiste na defesa do princípio do motor da actividade económica deixar de ser a acumulação, ou seja, a produtividade do capital, e passar a ser a satisfação das necessidades previamente determinadas. A terceira condição refere a necessidade de uma mudança na atitude dos produtores, os quais devem abandonar o princípio de viver para trabalhar, adoptando a máxima de trabalhar para criar vida, na qual se integra a alegria e o respeito pela natureza.

Para MACNEILL; WINSEMIUS; YAKUSHIJI (1992: 31 a 33) as condições do desenvolvimento humano sustentável estão circunscritas entre os pólos das necessidades de desenvolvimento do mundo e os limites ambientais da Terra. Neste sentido, coloca-se o problema do actual sistema de sustentação das aspirações humanas locais e globais obrigar a um crescimento da exploração dos recursos que conduza a um colapso ecológico. Para combater este colapso ecológico, os autores atrás referidos, recorrendo às conclusões da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (WCED), apresentam cinco grandes imperativos estratégicos, a saber:

- ✓ Apoiar um crescimento capaz de satisfazer as necessidades humanas, segundo os imperativos de uma lógica de distribuição mais equitativa dos bens produzidos dentro e entre as próprias nações;
- ✓ Conservar e aumentar as reservas de capital ecológico;
- ✓ Reduzir o montante de energia e de recursos naturais por produto;
- ✓ Integrar o ambiente e a economia nas instituições que possuam poder decisório (governos, empresas e famílias);
- ✓ Assegurar a participação dos cidadãos na tomada de decisões, a qual só será possível com a defesa dos valores da democracia e dos direitos humanos.

O que está em causa não é tanto combater os excedentes, mas sim encontrar um sistema económico de base sustentável, com mecanismo de autocorreção.

Um dos aspectos apresentados como prementes quando se fala dos impactes das actividades humanas sobre o ambiente é o da explosão demográfica. A sobrepopulação parece colocar problemas de sustentabilidade no futuro, tendo em atenção o primado de que existem limites ao nosso crescimento impostos pelo sistema natural. Neste sentido, tenta definir-se qual "a população máxima de uma espécie em condições específicas" (LE BRAS, 1995: 21), ou seja, e por outras palavras, tendo em atenção os desafios hodiernos, quais os meios mais eficazes e os

recursos disponíveis para se poder satisfazer a rede global das relações humanas num quadro de expansão populacional.

Estaremos condenados ao pessimismo malthusiano ou a novas formas de relacionamento humano que ultrapassem a visão fatalista das regulações naturais? LE BRAS (1995: 29 e 30) sintetiza os limites desta problemática ao afirmar que "os novos malthusianos têm por hábito felicitar-se pelas imperfeições da noção da população limite: é a prova, dizem eles, da vitalidade do conceito e do seu interesse. Pela nossa parte, não temos tanta certeza disso. Que o conceito tem um papel primordial na sua teoria, que transpõe o funcionamento de comunidades biológicas para o conjunto da sociedade humana, não temos qualquer dúvida. Mas o resto permanece numa certa indefinição: a população limite só pode ser determinada no caso de meios fechados; modifica-se quando a organização técnica - e também social sem qualquer dúvida - se modifica; deve ser limitada à questão da alimentação".

Para estes autores, o que está em causa não é tanto se, tendo em atenção as actuais formas de acção do homem sobre a natureza, já atingimos os limites demográficos, mas sim a afirmação da justiça social e da prudência ecológica como factores de reequilíbrio dos homens entre si e destes com a natureza. A reflexão de SACHS (1993: 84) vem neste sentido. "Para que a transição demográfica seja um êxito, é imperioso que um desenvolvimento socialmente equitativo traga uma melhoria sensível às condições de vida da maioria da população mundial, hoje privada do acesso aos recursos necessários a uma vida decente. O Norte deve empenhar-se em resolver, assim, a imensa dívida em seu único proveito". Desta citação ressaltam, desde logo, algumas conclusões:

- ✓ o acesso aos recursos é desigual;
- ✓ os problemas ecológicos devem ser compreendidos numa óptica global;
- ✓ existe um confronto latente entre o Norte e o Sul no que concerne à problemática do desenvolvimento e do meio ambiente.

O crescimento demográfico é uma causa incontestável da degradação do meio ambiente ao mesmo nível que o consumo do Norte. De um lado temos a sobreexploração e o desperdício, do outro a urbanização selvagem, o espectro da fome, a desertificação, a externalização dos custos ambientais, as enfermidades... De permeio a necessidade de encontrarmos uma alternativa global para os problemas ambientais. Para SACHS (1993: 98) o esforço de transição para o ecodesenvolvimento deve ser inicialmente suportado pelos países do Norte. "O empenhamento dos países do Norte na investigação de um desenvolvimento durável à escala mundial aferir-se-á por três princípios: a sua capacidade em reduzir, efectivamente, o seu consumo de energia fôssil e significativamente na modificação de um estilo de vida esbanjador que assegure um fluxo nítido e positivo dos recursos financeiros e tecnológico, do Norte para o Sul. Por último, uma mudança da sua posição em matéria de acesso, não comercial, à ciência e à técnica pelos países do Sul". Exige-se, assim, uma atitude de solidariedade entre os povos, onde

as soluções dos problemas e a partilha de experiências/valores se articulem numa perspectiva global e sustentável.

A premência de um desenvolvimento humano sustentável leva-nos a reflectir acerca do impacte das actividades humanas sobre o meio ambiente, e as condições necessárias para se articular a conservação da natureza com as exigências de um bem estar generalizado. Exploração racional e partilha surgem no horizonte da História como uma missão que irá balizar os objectivos da humanidade, levantar os problemas com que esta se debate, determinar as necessidades a suprir e aproveitar as oportunidades que respondam cabalmente à resolução dos problemas e alcancem os objectivos previamente definidos.

1.3.3.5. MIGRAÇÕES E INSERÇÃO

O desenvolvimento endógeno depende, em grande parte, da estrutura e comportamentos demográficos de um dado território. Indicadores sociais regressivos são um obstáculo à criação de um dinamismo mínimo a partir do qual é possível o desenvolvimento local. Neste contexto, os fluxos migratórios são factores importantes na abordagem do nível de desenvolvimento das regiões.

Quando falamos em migrações e inserção em territórios desfavorecidos da região de montanha, estamos a falar de dois fenómenos que ultimamente aí têm ocorrido: as residências secundárias e o retorno dos migrantes internos (os quais saíram fundamentalmente do campo para a cidade) e externos.

Muitas vezes nestas regiões verificam-se também migrações pendulares das populações para destinos relativamente próximos. No entanto, pela sua magnitude, vamos apenas analisar as duas primeiras.

O fenómeno da residência secundária é responsável por uma nova organização dos territórios e pelo estabelecimento de uma nova rede de relações entre estes e as diferentes populações, que manifestam movimentos migratórios de curta duração. Para além disso, tem enorme importância a nível da troca de informação que se verifica entre a população autóctone e os residentes sazonais.

Não é fácil determinar a génese das residências secundárias. Sabe-se, porém, que foi, até ao período pós 2ª Grande Guerra Mundial, um fenómeno de fraca amplitude, restringido-se às classes mais abastadas e que funcionava, sobretudo, junto das populações urbanas e cosmopolitas como um escape face ao quotidiano da vida citadina, tendo como denominador comum a relação directa entre a sua importância e os ciclos de expansão ou retracção económica.

O fenómeno da expansão da residência secundária está, em termos qualitativos, sociais e espaciais, associado à evolução do próprio turismo (CRAVIDÃO, 1989: 17 a 19).

Segundo M.J.CALDEIRA (1995: 13 a 17) podemos já encontrar a génese das residências secundárias na Grécia e em Roma. O poderio económico das pessoas mais abastadas permitia a estas a aquisição de quintas de recreio. Estas quintas encontravam-se afastadas dos grandes centros populacionais de então e acolhiam como espaços de recreio e de lazer os seus

proprietários. As quintas fora da cidade tanto podiam ser no campo como junto às termas, onde se reuniam familiares ou amigos. A utilização destes espaços era pouco frequente, mas, e devido aos problemas de transporte, podia ser muito longa. Nesta época as residências secundárias caracterizavam-se pela sua fraca intensidade, estarem localizadas num meio rural e terem como proprietários os cidadãos abastados.

Na Idade Média são os altos dignatários do Clero e da Nobreza a possuírem este tipo de habitações para os seus tempos de lazer. Este fenómeno continuava a apresentar uma fraca intensidade e a localizar-se preferencialmente no meio rural. Neste período histórico generalizam-se as estadias temporárias da realeza em alguns dos seus castelos e palácios. Estamos na época das cortes itinerantes, as quais envolviam o clero e a nobreza, as únicas com poderio económico para possuírem residências de lazer.

Na época do Renascimento registou-se um ligeiro aumento da procura deste tipo de habitação. A aristocracia e a nobreza edificavam fora das residências principais belas mansões e palácios, rodeados de grandes parques e jardins. Aí se reuniam com o seu séquito e amigos para realizarem grandes banquetes, bailes, jogos de salão ou caçadas. Por esta altura começa a acentuar-se o gosto pelo litoral, como espaço de meditação e passeio.

No século XVII, e sobretudo a partir do século XVIII, o número das residências secundárias sofreu um maior incremento. A sua localização torna-se mais diversa, pese o facto do meio rural continuar a recolher as preferências das pessoas, e estende-se a todas as classes mais abastadas. Estas residências eram vistas como símbolo do poder económico dos seus proprietários e localizavam-se na periferia das cidades.

Com a Revolução Industrial, e conseqüente desenvolvimento dos transportes, generaliza-se este fenómeno. A classe burguesa tenta imitar os gostos e os estilos de vida das antigas classes privilegiadas. A residência secundária continua a assumir uma dupla função: serve para descansar e, simultaneamente, como forma de afirmação de estatuto social.

A partir do século XVIII, e sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, a residência secundária estende-se às áreas termais. No entanto, o turismo termal não veio a difundir muito este tipo de residência. Pese o facto de aparecerem nestes espaços casa apalaçadas, utilizadas só sazonalmente e ligadas a estratos sociais como a nobreza, a aristocracia e a burguesia, o alojamento mais procurado eram os hotéis, pensões ou casas alugadas. Também neste período, e sobretudo a conselho dos médicos pelos banhos de mar, surge a praia como destino turístico mais procurado. No início este destino era frequentado apenas pela aristocracia, generalizando-se depois à burguesia, comerciantes abastados e classes sociais mais desfavorecidas. Esta generalização, porém, teve como consequência imediata a procura de outros espaços menos frequentados por parte das classes mais ricas.

A recente evolução está ligada ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao desenvolvimento económico verificado na década de sessenta. Foi neste período que se verificou uma intensificação deste fenómeno e o seu alargamento a um leque de população cada vez mais vasto.

É no período dos anos 80/90 que este fenómeno, e apesar da crise económica, atingiu a sua máxima intensidade e a sua maior diversificação, tanto a nível das práticas (turismo balnear, rural, cultural...), como, e conseqüentemente, a nível dos destinos turísticos (litoral praia ou mar, campo, antigas aldeias, cidade...).

O fenómeno das residências secundárias atinge grande significado nos países da Europa do Norte (Suécia, Noruega, Dinamarca) e Europa do Sul (Espanha, França e Portugal). No primeiro caso é o desenvolvimento económico dos países nórdicos que leva a que os seus cidadãos adquiram residências secundárias junto aos lagos ou noutros locais aprazíveis. A importância das residências secundárias nos países do Sul da Europa deve-se ao facto dos ingleses ou alemães procurarem tirar partido do clima favorável destas regiões e das condições económicas e imobiliárias favoráveis. Esta situação vai ter influência nos baixos valores que as residências secundárias têm em países como a Alemanha, Inglaterra e Holanda. A inexistência de praias, o clima menos favorável e as condições económicas permitem que as pessoas destes países procurem outros destinos ou privilegiem a residência unifamiliar, a qual possui um espaço de jardim.

Dada a especificidade do meu tema de tese, interessa-me abordar as implicações deste fenómeno na sua vertente rural.

A complexidade do espaço rural está associada à multiplicidade dos seus aspectos, os quais resultam de funções precisas e determinam factores de localização específicos. De entre as diversas funções do espaço rural temos a “função residencial”. Esta função residencial foi perdendo importância com a generalização do fenómeno do êxodo rural. No entanto, e apesar de não negarmos o carácter de ocupação temporária deste tipo de habitação, com todas as implicações que daí advêm, o espaço rural começou a ser muito procurado pelos cidadãos. Muitas pessoas procuram instalar neste espaço a sua residência, mesmo se a sua actividade profissional está localizada no espaço urbano. Segundo BADOVIN (1979: 17 a 50), este movimento separa o lugar de habitação do lugar de actividade produtiva. A dissociação entre o espaço trabalho e o espaço de residência faz aparecer aquilo a que o autor denomina como a função residencial do espaço rural. Esta dissociação é muito importante para o espaço rural, uma vez que permite atenuar o desequilíbrio que se gerou com o êxodo rural. Permite ainda conjugar a criação de emprego urbano com a permanência do volume da população nos espaços rurais.

Os factores determinantes para a implantação das pessoas no meio rural são: a difusão dos meios de transporte; o baixo custo de implantação no meio rural; a diminuição do índice de atracção das cidades sobre os gostos das pessoas, tornando-se o espaço rural muito mais atractivo para viver; a necessidade de se auferir de um meio ambiente atractivo (esta tendência privilegia as zonas de clima temperado em detrimento do clima rude); o grau de interpenetração entre o espaço rural e o espaço urbano; o facto dos fluxos de migrantes rurais sofrer maiores constrangimentos que o fluxo dos residenciais urbanos, dada a diferença existente entre a pressão sobre o solo rural e a pressão sobre o solo urbano.

As residências secundárias em espaço rural colocam duas questões pertinentes a nível do planeamento e da difusão da cultura urbana em meio rural. Em primeiro lugar, o espaço rural

assume-se, devido á relação do homem com a paisagem e o campo, como um determinado tipo de ambiente que pode ser considerado como um bem de consumo e, portanto, passível de ser preservado e planeado. Em segundo lugar, e a exemplo daquilo que se tem verificado ao longo da história, continua a registar-se a influência do espaço urbano sobre o espaço rural, a qual se traduz, neste caso, numa mobilidade das populações em sentido inverso ao verificado com o fenómeno do urbanismo, ou seja assistimos a uma dispersão da cidade e do modo de vida urbano pelos campos.

Uma outra implicação resulta do facto das residências secundárias colocarem problemas quanto à capacidade de resposta que o espaço rural tem para albergar a procura. Se esta procura se generalizar, impõe-se um grande esforço em termos de desenvolvimento da capacidade de alojamento. Esta capacidade de alojamento deve estar preparada para receber, segundo as estações, a população urbana naquilo que pode representar o interesse destes habitantes sobre as regiões rurais.

Podemos agrupar as principais causas que contribuíram para o desenvolvimento das residências secundárias em três grandes factores: factores físicos, demográficos e económicos (CALDEIRA, 1995: 24 a 32).

Relativamente aos primeiros, atributos como o clima, ou o tipo de ecossistema (se existe ou não praias, montanhas, lagos...) têm forte influência sobre a escolha, o número e a distribuição de residências secundárias.

Por outro lado, existem factores demográficos como a emigração e as migrações internas que têm grande influência sobre o aumento das residências secundárias. Quer no primeiro como no segundo caso, as pessoas que abandonaram as aldeias pretendem investir na compra ou na construção de uma casa no lugar da sua naturalidade. Tal opção é influenciada pelas raízes rurais destas pessoas. A única diferença reside no facto do poderio económico dos emigrantes ser maior que o das pessoas que vieram habitar para as zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Sendo o poderio económico diferente, os emigrantes têm possibilidades financeiras de concretizarem mais rapidamente os seus sonhos. Estas dificuldades acrescidas fazem que muitos apenas consigam pela herança este tipo de habitação ou, então, instalam-se nas periferias menos urbanizadas das cidades onde habitam.

Estes fluxos populacionais fazem-se sentir com grande intensidade na década de 60. Muitos jovens afluíram aos grandes centros urbanos com o intuito de encontrarem melhores oportunidades de vida e de emprego. Estes fluxos contribuíram para o aumento da taxa de urbanização e da população urbana e, conseqüentemente, para o aumento das cidades. As "selvas de betão" em que as cidades se transformaram, determinaram a procura de espaços alternativos, que respondessem às necessidades de descanso e evasão.

O crescimento económico que se verificou após a Segunda Guerra Mundial veio a aumentar o rendimento das famílias, sustentado pelo crescimento da taxa de actividade feminina, aumentar o poder de compra e os níveis de poupanças e de investimento.

Uma série de factores (pessoas a viverem em alojamentos alugados que muito dificilmente poderão adquirir; falta de vontade para investirem na aquisição de residências

"velhas", mercado imobiliário activo...) provocou o sentimento generalizado de que era um bom investimento a aplicação das poupanças nas residências secundárias, as quais poderiam ainda ser alugadas de modo a se obter mais uma fonte de rendimento.

Este fenómeno intensificou-se com a implantação do regime democrático. A partir desta data verificou-se uma aceleração no ritmo de desenvolvimento do país, um aumento dos salários médios e uma melhoria generalizada do nível de vida. Estes factores, beneficiando da permissividade do poder autárquico, o qual permitiu a realização de grandes loteamentos, provocaram um incremento do número das residências secundárias.

A evolução económica provocou também profundas alterações na estrutura do emprego. Acentua-se a terciarização, dando-se maior ênfase ao consumo em detrimento da produção. Esta nova estrutura socioeconómica, para além das suas incidências sobre o consumo, influi também na frequência dos tempos livres, os quais são cada vez maiores em virtude da redução do horário de trabalho; da institucionalização das férias pagas; antecipação da idade de reforma; a institucionalização dos fins de semana de dois dias.

O aumento do tempo livre teve como consequência directa o aumento do consumo. Esta sociedade não é só a sociedade da comunicação, mas também do lazer. Fruto da melhoria das condições de vida, a sociedade actual gasta muito mais dinheiro em tempos de lazer. E a procura do lazer tem subjacente três grandes causas: o stress a que as pessoas estão submetidas; e encurtamento do horário de trabalho e a evolução tecnológica que propiciou uma maior mobilidade geográfica. Na maior parte dos casos as pessoas buscam no lazer a verdadeira actividade face ao realismo do tempo de trabalho.

Estas são as principais causas do desenvolvimento das residências secundárias, fenómeno este que, "reflecte quase sempre o sentido do desenvolvimento económico e cultural de um país e a uma escala mais restrita dos diferentes grupos sociais" (CRAVIDÃO, 1989: 32).

O espaço rural, porém, também passou a sofrer pressões demográficas em virtude de uma certa racionalidade afectual, a qual culmina com o retorno dos migrantes ao seu meio de origem. Foram as condições sócio-económicas que suscitaram os fluxos migratórios internos e externos (⁸). Quem abandonou o solo pátrio fê-lo em nome da melhoria das suas condições de vida. No que concerne à emigração verificamos que foram os homens os primeiros a lançarem-se nesta experiência. Cá ficavam as mulheres para trabalharem os campos e educarem os filhos. Nos anos posteriores ao encerramento das fronteiras europeias, determinado em 1973, assistiu-se a um outro tipo de emigração: as reunificações familiares na Europa e o aumento da importância de outros destinos. A partir de então verificou-se um alargamento da emigração às mulheres, não só como acompanhantes dos maridos, mas também as que partiram isoladamente. O retorno dos emigrantes insere-se num quadro ideológico-normativo que informa e racionaliza os padrões socialmente estabelecidos da divisão sexual do trabalho e de responsabilidade no interior da família. Estes princípios ideológicos medeiam as interacções existentes entre as unidades familiares e os contextos sócio-económicos em que estas se inserem e operam. A precedência

(⁸) A reflexão aqui apresentada é um resumo das conclusões do Seminário "Encontro Regional de Migrações 94", realizado na Associação Comercial e Industrial de Barcelos

dos homens na emigração não é mais que a tradução empírica desta realidade sociológica. Todo este quadro referencial faz com que as mulheres migrantes sejam as últimas a partirem, para cuidar do marido e permitir aos filhos uma educação em moldes patriarcais, e as primeiras a regressar, quando os seus filhos iniciam os estudos. Daí que estejam sujeitas a uma maior *arritmia* em termos migratórios. Os deveres doméstico-familiares podem, inclusive, anular a hipótese destas emigrarem.

Ao emigrarem envolvem-se em actividades remuneradas, contribuindo assim para a formação do rendimento familiar. A intensidade do seu envolvimento laboral parece estar relacionada com as perspectivas de regresso e com o número e idades dos filhos que permanecem com os pais nos países de destino. No entanto, as taxas de actividade mais intensas pertencem aos emigrantes que não têm os filhos consigo. Verifica-se aqui um efeito de *feedback*: os emigrantes trabalham mais devido ao facto de não terem os filhos consigo e esperam, dada a relação directa com os frutos deste trabalho, aumentar a intensidade laboral para acelerarem o seu regresso. Não podemos, porém, esquecer que a intensidade deste trabalho está também relacionada com baixas aptidões sócio-profissionais.

Tal como na partida, também o regresso depende de um novo quadro ideológico-normativo. A emigração encontra-se deliberadamente orientada para o retorno quando previamente se verificou a decisão de educarem os filhos em Portugal. Esta decisão visa prevenir e dissuadir a (re)integração dos filhos no país de acolhimento, de modo a estes integrem os projectos de regresso familiar. Fruto da fundada percepção da marginalização multidimensional que afectam a vida da família, muitas mulheres migrantes suspendem temporariamente os seus trajectos migratórios para poderem acompanhar a educação escolar dos filhos. Trata-se, no fundo, de um retorno faseado.

No entanto, a perda da remuneração financeira, à qual corresponde uma deterioração do grau de autonomia e independência própria, constitui um dos mais sentidos e penalizantes efeitos resultantes do regresso. Por isso, muitos dos emigrantes adiam até à idade da reforma o seu retorno. Ao fazê-lo criam condições para a inserção social dos seus filhos e netos nos países de destino. Esta estratégia ajuda a explicar a razão pela qual os emigrantes da primeira e segunda geração são mais propensos a decidirem-se pelo retorno às origens. Se compararmos estes grupos com o grupo da terceira geração vemos que, *grosso modo*, os que regressam são aqueles com mais baixa escolaridade e mais carenciados de uma formação tecnológica de elevada qualidade. Nos países de acolhimento os emigrantes sempre foram considerados “mão de obra barata”. Ser-se “mão de obra barata” é, sobretudo quando se emigra para países economicamente mais ricos, pertencer ao leque de trabalhadores indiferenciados. Ainda hoje, quando abrimos qualquer jornal, podemos detectar ofertas de emprego para trabalhadores indiferenciados que desejem realizar a experiência da emigração. Através desta experiência o emigrante procura responder a um sonho triangular: a casa, o carro e a conta bancária. Apesar dos depósitos bancários lhes facultarem a possibilidade de se lançarem numa actividade profissional como empresários, os sectores de actividade em que apostam não são os mais rentáveis (agricultura e restauração). Ao apostarem nestes sectores os emigrantes garantem apenas a sua sobrevivência e

não geram riquezas para si próprios e para as populações onde habitam. Estes erros, que não são do passado mas do presente, só podem ser corrigidos quando os emigrantes puderem recorrer a centros de formação e informação que os orientem para actividades menos concorridas e de maior valor acrescentado. Só assim é possível vencer os estrangulamentos que agora sentem, conseguindo gerar importantes fluxos financeiros, criar emprego e promover o investimento.

O regresso dos emigrantes pode e deve ser aproveitado como força motriz no desenvolvimento dos territórios, sobretudo nos mais desfavorecidos. No entanto, a promoção do regresso e inserção deste grupo sociológico passa por um conjunto de medidas que esbarram na falta de estruturas sociais de apoio. De entre as medidas mais importantes a adoptar destacamos:

- ✓ a reactivação das empresas existentes a nível regional com reconhecida viabilidade económica;
- ✓ o lançamento de iniciativas que desenvolvam o tecido empresarial e promovam o aparecimento de agrupamentos destinados à exportação, área na qual o emigrante pode ser útil pelos seus conhecimentos;
- ✓ o reconhecimento dos saberes e aptidões de modo a se promover a inserção e a aposta na Formação Profissional de quem regressa;
- ✓ fomentar o binómio Comunidades/Empresários;
- ✓ apostar em redes de informação transnacionais.

Outro factor migratório que pode ter influência sobre os indicadores sociais regressivos dos territórios desfavorecidos são as migrações internas ascendentes. Estas migrações caracterizam-se pelo retorno dos estudantes à suas terras de origem, provocado pelas dificuldades que estes encontram na obtenção de um emprego. Consequentemente, geram-se novas dinâmicas sociais a nível local, potenciadas pela crescente diversidade da oferta de equipamentos nas zonas desfavorecidas (MENDONÇA, 2001: 2 e 3).

1.3.3.6. PERFIL DOS ACTORES DAS REGIÕES DESFAVORECIDAS

BASSAND (1982: 8 a 10) traça-nos o perfil dos actores das regiões desfavorecidas. Divide os actores (as mais pequenas unidades de acção de um sistema social) em quatro tipologias: “apáticos”, “fugitivos potenciais”, “modernizadores” e “regionalistas”. O papel dos actores define a posição que cada um ocupa na estrutura social e, bem assim, a identidade, o projecto e o poder que têm.

Os “apáticos” não se identificam com os desafios da região onde vivem, sendo-lhes indiferente o que possa acontecer a esta. Não têm identidade, nem projectos, nem tão pouco poder. Pertencem a este grupo as pessoas idosas, os trabalhadores sem qualificações e os deslocados.

Os “fugitivos potenciais”, apesar de não se sentirem identificados com a sua região, possuem um projecto pessoal e uma identidade que não se consegue realizar na estrutura sócio-cultural onde vivem. Estes actores aguardam a ocasião mais propícia para abandonarem as suas terras. São, geralmente, pessoas críticas e ambiciosas.

Os “modernizadores” caracterizam-se pela sua forte integração em termos sociais, económicos e políticos. São pessoas dinâmicas, abertas à mudança e ao exterior, positivas e ambiciosas. Não se identificam com o meio onde vivem, uma vez que recusam as tradições, tomando-as por obsoletas. Procuram modernizar as actividades económicas e os equipamentos colectivos da sua terra, procurando transformá-la num importante centro urbano e industrial.

Os “regionalistas” têm um objectivo comum: servirem as suas terras, não se interessando nem com o preço ou com os meios a utilizar. Neste sentido confundem-se com o grupo anterior. No entanto, contrariamente a estes, para os regionalistas as especificidades naturais, históricas e culturais de um dado território são valores positivos e, como tal, devem ser enquadrados e enformar o projecto de desenvolvimento endógeno. Não recusam a modernidade, a qual é bem vinda se respeitar as especificidades do projecto.

No entanto, tal como já foi referido quando falamos da problemática das migrações externas, podemos ainda identificar um outro arquétipo: “os apátridas”. LIMA (1994: 447) refere que neste arquétipo desenha-se “uma figura com marcas fluídas e móveis, de pouca consistência. As relações que o fundamentam são inconsistentes (...). Parece balançar-se em frente das intervenções das socialidades, conhecendo a instabilidade e o carácter fugitivo das referências. A sua síntese entrou em período de letargia, procurando pistas, porque não vive nos limites de uma pátria; o seu posicionamento é vago, embora algumas marcas fracas e normativas povoem o universo das suas imagens”. Apesar de não se enquadrarem em nenhuma estrutura social, os “apátridas” não se confundem com os apáticos, visto estes não se identificarem nem terem projectos por vontade própria. Os “apátridas” vivem situações de desenraizamento e choques de mentalidades, não podendo assumir uma cidadania plena. Enquadram-se nesta tipologia muitos filhos de emigrantes que os pais dissuadiram a permanecerem nos países de destino.

1.3.4. O PAPEL DAS AUTARQUIAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

1.3.4.1. AS AUTARQUIAS COMO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os países cresceram e consolidaram-se a partir de células territoriais e demográficas locais. O Poder Local é o mais remoto organismo da gestão de interesses, vizinhanças, reivindicações e esperanças. A sua importância histórica reflecte-se na actual concepção de que não haveria Poder Central sem Poder Local.

As nações e os estados modelaram-se e consolidaram-se escudados nestas unidades matriciais, nestes ensaios milenares de organização étnica e cívica. Com tal expansão e por força

da coerência de um Poder Central forte, apetecível e credível, os poderes locais foram sendo esvaziados das suas competências. Foi o que aconteceu em Portugal durante o período do Estado Novo. Com o evento do Estado Novo, dito corporativo, mas altamente burocratizado, o processo de decisão política é claramente controlado pela elite burocrática. Paralelamente, o funcionalismo público mantinha as características do velho mundo, como a hierarquia, formalismo e legalismo, tudo servindo para manter o imobilismo do sistema, imobilismo este que coarctava a vontade do povo e apenas permitia as mudanças aprovadas pelo Estado.

Com o 25 de Abril de 1974 toda a velha burocracia foi colocada em questão. A partir deste evento o poder autárquico tem vindo a ganhar uma crescente relevância, assumindo os municípios um papel importante na promoção do desenvolvimento endógeno.

A administração autárquica está inserida na administração pública portuguesa. Segundo o n.º 1 do artº 237º da Constituição Portuguesa, "a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais", as quais, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, "visam a prossecução dos interesses próprios das populações respectivas". A análise destes dois artigos permitem-nos concluir que as autarquias locais representam os interesses das populações locais e funcionam como organismos de gestão.

Antes de falarmos nas competências das autarquias locais temos de definir o que se entende por tal figura. Segundo o Artº 1, n.º 3, da Lei das Autarquias Locais, designadas por LAL, "As autarquias locais são, no Continente, a região administrativa, o município e a freguesia e, nas regiões autónomas, o município e a freguesia".

Nos termos do n.º 1 do Artº 2 da Lei n.º 100/84, de 29 de Março, são definidas as atribuições das autarquias locais. Assim, e segundo este diploma: " é atribuição das autarquias locais o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas e, designadamente:

- a) À administração de bens próprios e sob sua jurisdição;
- b) Ao desenvolvimento;
- c) Ao abastecimento público;
- d) À salubridade pública e ao saneamento básico;
- e) À saúde;
- f) À educação e ensino;
- g) À protecção à infância e à terceira idade;
- h) À cultura, tempos livres e desporto;
- i) À defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida do respectivo agregado populacional;
- j) À protecção civil."

Sem Regiões Administrativas e com as Juntas de Freguesia, salvo as excepções das grandes cidades, com pouco poder de intervenção, as Câmaras assumem hoje a globalidade destas atribuições. As competências das Câmaras não se circunscrevem apenas a estas

atribuições. O artº 51 do mesmo diploma refere um conjunto suplementar de competência com grande relevância para a temática em estudo. Assim, segundo o nº 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal:

- ✓ “promover todas as acções necessárias à administração corrente do património municipal e à sua conservação”;
- ✓ fixar tarifas pela prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, no âmbito do abastecimento de água, recolha, depósito e tratamento de lixos, ligação, conservação e tratamento de esgotos e transportes colectivos de pessoas e mercadorias;
- ✓ deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes que prossigam no município fins de interesse público.

O nº 2 do artº 51 da Lei n.º 100/84, de 29 de Março, define as competências das Câmaras Municipais em matéria de Planeamento. De entre as atribuições mais importantes em matéria de desenvolvimento endógeno, compete a este organismo:

- ✓ “elaborar o plano anual de actividades e orçamento, bem como as respectivas alterações e revisões, e proceder à sua execução;
- ✓ “propor ao Governo, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;
- ✓ conceder licenças para construção, reedificação ou conservação, bem como aprovar os respectivos projectos, nos termos da lei;
- ✓ ordenar, precedendo vistoria, a demolição, total ou parcial, ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou que constituam perigo para a saúde e segurança das pessoas”.

Ainda, segundo a alínea b) do nº 3 do mesmo artº, compete à Câmara, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, “deliberar sobre as formas de apoio às freguesias”.

Pelas suas atribuições e legitimidade as Câmaras assumem-se como agentes privilegiados de transformação local. Compete a estas entidades a criação de infra-estruturas e equipamentos. Só assim é possível promover a qualidade de vida das populações e atrair investimento, ou seja, tornar um dado território mais competitivo. SIMÕES (1996: p. 331) refere que para impedir o “isolamento e reduzir as causas inibidoras da fixação das populações e da canalização de capitais, *importa desenvolver as acessibilidades a todos os níveis*”. Este envolvimento a todos os níveis obriga a um envolvimento crescente dos municípios. CARVALHO (2000: p. 44) refere “que o crescente envolvimento, dos municípios, no processo de desenvolvimento integrado, torna-os intervenientes, essenciais e privilegiados, na prossecução de uma política de ordenamento do território. Daqui advém, a necessidade de criar suportes lógicos e legais onde se definam as grandes linhas de actuação e as estratégias a seguir pelo município, que se encontram

materializados nos Planos Directores Municipais e nos restantes Planos (de Pormenor, Estratégicos, de Urbanização) cuja elaboração e aprovação são da competência das autarquias, em respeito pelos planos nacionais e regionais e pelas políticas sectoriais”. É neste sentido que aponta o documento de base de Política de Desenvolvimento Regional e dos meios e instrumentos para a sua execução (Resolução do Conselho de Ministros nº 21/84, de 29 de Março). O nº 12 deste documento aponta já no sentido das políticas de desenvolvimento regional portuguesa estarem já articuladas com as políticas regionais comunitárias, quando refere que “assume particular relevo a perspectiva de adesão à CEE, que virá a colocar ao serviço da política regional portuguesa substanciais meios financeiros através do seu Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional”. A pertinência deste importante instrumento financeiro justifica a existência de um subcapítulo onde será abordada esta temática.

A década de 80 vem revelar que os processos de urbanização, as mudanças económicas, sociais e culturais e as novas formas de financiamento obrigam a uma reforma. Daí resultou a necessidade de se constituir novas figuras jurídicas para os municípios, as quais pretendem ultrapassar as debilidades que a estrutura funcional e os limites das colectividades locais impõem. “Deste modo, e para fazer face a esta nova conjuntura, os municípios sentiram a necessidade de se agruparem sobre determinadas formas, podendo-se referir a ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses), órgão de representação dos municípios junto do poder central, as Associações Municipais, já contempladas pela Constituição de 1976 e legisladas pela primeira vez em 1980, congregando mais de 70% dos municípios portugueses em mais de 30 associações oficiais deste tipo; Empresas Públicas e os GAT’s (Gabinetes de Assistência Técnica), entidade criada em 1979, com o fim de fornecer assistência técnica em planificação, arquitectura e projectos de engenharia, conselhos económicos e financeiros”. Estas figuras já gerem hoje programas e fundos comunitários e demonstram que a cooperação municipal gera um conjunto de sinergias que potencializam o desenvolvimento endógeno e permitem dar maior coerência às políticas territoriais.

1.3.4.2. AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PORTUGAL

As raízes da política de desenvolvimento regional (º) em Portugal remontam, se tivermos em atenção onexo de causalidade do planeamento económico do País, ao Plano Portuário de 1929. Posteriormente, entre 1935 e 1939, surgiu a lei da Reconstrução Económica. As medidas apresentadas não tinham um carácter de desenvolvimento integrado e global, antes apresentavam soluções em avulso. Entre esta data e 1967 surgiram mais três Planos: 1º Plano de Fomento (1953-1958); o 2º Plano de Fomento (1959-1964) e o Plano Intercalar (1965-1967). Muito sucintamente podemos dizer que estes Planos são ainda muito incompletos e não contemplam os investimentos de carácter regional. Tal só começou a ser visível com a entrada em vigor do 3º

(º) O resumo aqui apresentado são o resultados de apontamento tirados ao longo das aulas. As datas apresentadas entre parêntesis dizem respeito à entrada em vigor dos Planos e aos términos das mesmas.

Plano de Fomento (1968-1973), o qual, colhendo as experiências do passado, apresenta instrumentos de actuação a nível da política regional. Logo após a Revolução de Abril de 1974, verificou-se uma alteração profunda na política regional em Portugal. E verificou-se porque é a partir daqui que se começa a privilegiar a implementação do poder autárquico em detrimento do esforço centralista do Estado Novo. Ainda antes da Revolução de Abril surge 4º Plano de Fomento, o qual, por razões políticas, não viu vingar as suas ideias, dando lugar ao Plano Político, Económico e Social de Fevereiro de 1975.

É o Plano de Médio Prazo (1977-1980) que vem alterar todo o período de intervenção anteriormente definido. Até aqui, os Planos tinham contextualizado mais ideias que apresentado propostas concretas. Estes novo Plano deu origem à realização de diversas monografias de caracterização dos sectores de actividade e apostou muito na sistematização da informação existente.

A lei 31/77 marca a actual fase em que vivemos: dando origem a planos de longo e médio prazo e aos planos anuais. A partir daqui criaram-se as Grandes Opções do Plano; o Orçamento de Estado (no qual se insere o Programa de Investimentos e Despesas da Administração Central - PIDDAC - e Programa de Investimento do Sector Empresarial do Estado - PISEE) e o Programa de Desenvolvimento Regional.

Criados estes instrumentos, vemos que a política regional portuguesa nos anos 80 apresenta dois grandes períodos. Até 1986 temos a existência de dois tipos de ajuda ao desenvolvimento das regiões: os de natureza institucional e os estímulos financeiros. Para se efectivar estas ajudas são criadas cinco figuras: Programa Integrado de Desenvolvimento Regional (PIDR's); Sistema Integrado de Incentivos ao Investimento (SIII); Sociedades de Desenvolvimento Regional; Plano de Apoio ao Desenvolvimento do Interior e Centro de Desenvolvimento Industrial do Interior.

O dia 1 de Janeiro de 1986, dia em que foi assinado o tratado de adesão de Portugal à União Europeia, marca uma nova fase na política regional em vigor, apesar de até 1988 se ter verificado a intervenção dos fundos comunitários sem qualquer referência territorial. A partir daí os instrumentos financeiros da política regional, e também em virtude da relação contratual com a União Europeia, estão associados às verbas dos fundos estruturais comunitários: FEOGA; FSE e FEDER.

O FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) surgiu juntamente com a PAC e subdividia-se em duas secções: a secção orientação e a secção garantia.

Apesar de ser um instrumento financeiro da PAC, secção "orientação " apresenta objectivos regionais. O objectivo central deste fundo é cofinanciar um conjunto de acções destinadas a melhorar as estruturas de produção, transformação e comercialização dos produtos agrícolas.

Os alargamentos sucessivos e a necessidade de se proceder a um aprofundamento leva à criação de novas políticas. Assim, surge em 1975 o PRC (Política Regional Comunitária). Tal como a PAC, tem um fundo (FEDER- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) que vai permitir a implantação dessa política. O FEDER é o mais novo dos fundos estruturais. Tem um

carácter estritamente regional e destina-se a corrigir os desequilíbrios de desenvolvimento a nível da União Europeia.

Por último temos o Fundo Social Europeu (FSE), cujo o objectivo é promover no interior da comunidade as facilidades de emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores.

Os programas operacionais do III QCA, em vigor em 2000-2006, dividem-se em sectoriais e regionais. São programas sectoriais o:

- ✓ PRODEP III (Programa Operacional da Educação);
- ✓ POEFDS (Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social);
- ✓ POCTI (Programa Operacional Ciência e Tecnologia, Inovação);
- ✓ POSI (Programa Operacional Sociedade de Informação);
- ✓ SAÚDE XXI (Programa Operacional da Saúde);
- ✓ POC (Programa Operacional da Cultura);
- ✓ AGRO (Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural);
- ✓ MARE (Programa Operacional Pesca);
- ✓ POE (Programa Operacional da Economia);
- ✓ POAT ((Programa Operacional Acessibilidades e Transportes);
- ✓ POA ((Programa Operacional do Ambiente).

Os programas regionais do Continente são o:

- ✓ ON (Operação Norte – Programa Operacional Regional do Norte);
- ✓ CENTRO (Programa Operacional Regional do Centro);
- ✓ PORLVT (Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo);
- ✓ PORA (Programa Operacional do Alentejo);
- ✓ PROALGARVE (Programa Operacional do Algarve).

Para além destes programas existem ainda as iniciativas comunitárias INTERREG III, URBAN II, LEADER + e o EQUAL.

Interessa-nos abordar os programas e medidas que possam contribuir para o desenvolvimento endógeno dos territórios desfavorecidos.

O PRODEP III destina-se a apoiar as Escolas do Ensino Básico e Secundário, as Instituições do Ensino Superior, as Escolas Profissionais e a formação de docentes e outros agentes. Este programa tem permitido a divulgação e formação das tecnologias de informação e comunicação em territórios desfavorecidos. Para além disso, registamos a criação de diversas Escolas Profissionais nessas regiões, onde se procura compaginar a promoção dos valores da cidadania com uma oferta formativa em áreas profissionais prioritárias, tendo em vista o aumento da competitividade e o aproveitamento das potencialidades endógenas.

O POEFDS procura promover a competitividade económica e reforçar a coesão social. Temos como adquirido que não é possível a coesão social sem a coesão territorial. Os diversos

eixos e medidas deste programa visam dotar os beneficiários e os territórios de um conjunto de instrumentos técnicos e financeiros que permitam colmatar as carências em matéria de formação e de estruturas de apoio ao desenvolvimento social. De entre as diversas medidas desconcentradas da Região Norte merecem especial destaque as acções 3.3.2 (apoio à criação de emprego em iniciativas locais) e 3.4.1. (apoio ao investimento em iniciativas locais criadoras de emprego). Outra medida importante neste programa é a 5.1 (apoio ao desenvolvimento social e comunitário), a qual pretende promover a melhoria das condições de vida das populações, combater as assimetrias, revitalizar o tecido social e institucional e accionar o desenvolvimento local integrado.

O Programa Operacional Ciência e Tecnologia (POCTI) e o Programa Operacional Sociedade de Informação (POSI) pretendem melhorar as acessibilidades ao conhecimento, generalizando o acesso da população às TIC, como meio privilegiado de transmissão de saberes. Para além disso, estes programas têm apoiado projectos de investigação em diversos domínios científicos e tentam ligar o sistema científico e tecnológico às empresas.

O POC pretende valorizar o património histórico e cultural e favorecer o acesso aos bens culturais. A medida 1.1. (recuperação e animação de sítios históricos e culturais) é dirigida às autarquias locais, as quais, para além de poderem apresentar candidaturas a imóveis e sítios classificados com interesse patrimonial, podem ainda reconstruir e valorizar pontes históricas. Para além disso, podem candidatar-se ainda à realização de grandes eventos culturais.

De entre todos os programas merece especial destaque, no que concerne ao desenvolvimento de territórios desfavorecidos, o AGRO (Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural). Este programa tem por missão o reforço da coesão económica e social destes territórios. Através dele procura-se:

- ✓ reforçar a competitividade económica das actividades e fileiras agro-florestais;
- ✓ incentivar a multifuncionalidade das explorações agrícolas;
- ✓ promover a qualidade e a inovação da produção agro-florestal e agro-rural;
- ✓ valorizar o potencial específico dos territórios;
- ✓ melhorar as condições de vida do trabalho e do rendimento dos agricultores;
- ✓ reforçar a organização e a iniciativa de associações dos agricultores.

O investimento tem sido canalizado prioritariamente para a formação profissional e o apoio às explorações agrícolas, havendo ainda a registar uma forte aposta na transformação e comercialização de produtos agrícolas.

A medida 3.2. (desenvolvimento da aquicultura) do Programa Operacional da Pesca tem também interesse para as regiões desfavorecidas. Os objectivos desta medida visa, segundo o artº 2º da Portaria nº 1083/200, DR 259, I-B Série, de 9 de Novembro.

1. desenvolver alternativas às formas tradicionais de abastecimento alimentar em pescado com conseqüente diminuição da pressão exercida sobre os recursos naturais;

2. reforçar a competitividade das estruturas produtivas e o desenvolvimento de empresas economicamente viáveis;
3. melhorar a qualidade e garantir a salubridade dos produtos da aquicultura;
4. contribuir para o efeito económico duradouro do melhoramento estrutural visado, evitando os efeitos perversos, nomeadamente o risco de criação de capacidades de produção excedentária.

O POE (Programa Operacional da Economia) é um programa dirigido aos sectores da indústria, energia, construção, transportes, turismo, comércio e serviços. Tem como objectivos gerais o reforço da produtividade, competitividade e internacionalização das empresas e a promoção de novos potenciais de desenvolvimento. Este programa pretende:

- ✓ actuar sobre os factores de competitividade da empresa (eixo 1);
- ✓ promover áreas estratégicas de desenvolvimento (eixo 2);
- ✓ melhorar a envolvente empresarial (eixo 3).

Para a prossecução destes objectivos o POE criou:

- ✓ uma medida de apoio ao associativismo;
- ✓ uma medida de apoio à formação de recursos humanos em áreas inovadoras;
- ✓ uma medida de apoio à “Inovação Financeira”;
- ✓ uma medida de apoio à modernização e desenvolvimento de infra-estruturas energéticas;
- ✓ uma medida de apoio ao aproveitamento do potencial energético e racionalização de consumos (MAPE);
- ✓ uma medida de apoio à dinamização de mercados abastecedores e de mercados de interesse relevante;
- ✓ um plano estratégico de parcerias e iniciativas públicas;
- ✓ o regime dos Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional (PITER);
- ✓ o Sistema de Incentivos a Projectos Integradores da Função Comercial;
- ✓ o Sistema de Incentivos a Projectos Mobilizadores para o Desenvolvimento Tecnológico;
- ✓ o Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME);
- ✓ o Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais (SIPIE);
- ✓ uma medida de apoio à dinamização dos sistemas tecnológico, da formação e da qualidade;
- ✓ o Sistema de Incentivos à Utilização da Propriedade Industrial (SIUPI);

- ✓ o Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR);
- ✓ o Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial (URBCOM).

O POAT, programa da coordenado pelo Ministério de Equipamento Social, pode beneficiar as Câmaras Municipais em projectos que visem a reabilitação das estradas com vista à sua desclassificação.

O POA pretende promover a gestão sustentável dos recursos naturais e integrar o ambiente nas actividades económicas e sociais. Os artigos 3º do regulamento do Programa Operacional do Ambiente estabelece como entidades beneficiárias:

- ✓ os Serviços do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território;
- ✓ os Municípios e suas Associações;
- ✓ outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Todas as medidas têm como âmbito de aplicação o território continental. No entanto, a medida 1.1. (Conservação e Valorização do Património Natural) aplica-se exclusivamente ao “território incluído na Rede Nacional de Áreas Protegidas (Parque Nacional, Parques Naturais, Reservas Naturais, Monumentos Naturais e Áreas de Paisagem Protegida e Sítios Classificados ainda não reclassificados ao abrigo do D.L. n.º 19/93) ou abrangido pelo estatuto da Reserva Ecológica Nacional”.

No que diz respeito aos Programas Regionais, vamos apenas mencionar e tratar o ON – Operação Norte – Programa Operacional da Região Norte. Este programa divide-se em três eixos prioritários:

- ✓ apoio aos investimentos de interesse municipal ou intermunicipal;
- ✓ acções integradas de base territorial;
- ✓ intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas.

Este programa concentra o seu investimento nas infra-estruturas e equipamentos de âmbito local e regional. Para além disso, pretende reforçar os mecanismos de articulação com os restantes instrumentos de financiamento nacionais e comunitários. Isto está bem patente nos eixos 2 e 3. Para destes programas, o território nacional pode ainda beneficiar das iniciativas comunitárias. Estas iniciativas visam a coesão económica e social e aplicam-se a todo o território da União Europeia. De entre as iniciativas anteriormente apontadas, interessa-nos aqui analisar fundamentalmente três: INTERREG III, EQUAL E LEADER +.

O INTERREG III como objectivo a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, assim como o desenvolvimento equilibrado do seu território. Este programa pretende dar coesão social e territorial a zonas geográficas contíguas que durante um longo período de tempo tiveram ritmos de desenvolvimento diversos em virtudes de estarem enformadas por modelos de políticos e administrativos diferentes. Pretende-se também estabelecer parcerias

entre os diferentes níveis de administração com relevantes agentes económico-sociais do território. Este programa divide-se em três vertentes de cooperação:

- ✓ cooperação transfronteiriça (vertente A), cujo o objectivo é desenvolver a cooperação económica e social, entre regiões fronteiriças vizinhas, através de estratégias conjuntas e programas de desenvolvimento;
- ✓ cooperação entre grandes grupos de regiões europeias (vertente B, cujo o objectivo é a prossecução do desenvolvimento e uma maior integração territorial na União Europeia;
- ✓ cooperação entre regiões no território da União Europeia e países vizinhos (vertente C), cujo o objectivo principal é aumentar a coesão e desenvolvimento regional mediante a constituição de redes, especialmente no caso das regiões menos desenvolvidas e das regiões em reconversão.

O Programa Leader + complementa os outros instrumentos de acção comunitária para o mundo rural. Este programa incentiva a prática de parcerias que operem a nível local. O objectivo principal é incitar os agentes rurais a reflectir sobre os respectivos territórios numa perspectiva de longo prazo. Procura incentivar a aplicação de novas estratégias integradas tendo em atenção:

- ✓ a valorização do património natural e cultural;
- ✓ o reforço do ambiente económico, tendo em atenção a criação de empregos;
- ✓ a melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades.

Este programa divide-se em três grandes vectores:

- ✓ estratégias territoriais de desenvolvimento integrado de carácter piloto;
- ✓ apoio à cooperação entre territórios rurais;
- ✓ colocação em rede de todas as zonas rurais da União Europeia.

A iniciativa comunitária EQUAL procura actuar sobre os factores propiciadores das desigualdades e discriminações que impedem o usufruto do direito de cidadania. As prioridades deste programa são:

- ✓ desenvolvimento das competências e empregabilidade das pessoas actualmente sem trabalho;
- ✓ renovação e actualização das competências das pessoas empregadas nos sectores vulneráveis;
- ✓ desenvolvimento do espírito empresarial e da garantia da participação equilibrada das mulheres e dos homens no mercado de trabalho.

1.3.5. PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO VISTO NUMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL

A competitividade entre os territórios é hoje um facto indesmentível. Os territórios tornaram-se mercadoria, no seu todo e nas partes em que é possível decompô-los. A complexidade do fenómeno obriga à especialização e surge a abordagem do planeamento estratégico, o qual procura proceder a um levantamento das vantagens competitivas locais e pensar a sua gestão em termos da promoção da qualidade de vida das populações.

NUNES (1999: 17) afirma “que o grande desafio da década de 90 é o de aplicar as técnicas de planeamento empresarial para abordar as questões sociais em paralelo com as de renovação económica”. Este mesmo autor defende que “é reconhecida a impotência ou ineficácia dos modelos clássicos de planeamento para regularem dinâmicas de evolução e processos de recomposição territorial cada vez mais vastos e diferenciados.

O reconhecimento da necessidade de planeamento permanece, contudo exige-se-lhe a adopção de novas atitudes para que possa dar o seu contributo face aos problemas e oportunidades decorrentes das dinâmicas de mercado” (NUNES, 1999: 9). O planeamento tradicional, com uma índole macroeconómica indicativa, possui um carácter projectivo, ou seja, entre a situação inicial e a situação desejada para os territórios estabelecem-se um conjunto de regras de ordenamento que possibilitem a obtenção dos objectivos previamente fixados. Este tipo de planeamento foi questionado por uma sociedade marcada pela imprevisibilidade e competitividade do mercado. Foi questionado porque o controlo das tipologias territoriais não é suficiente para controlar as forças sócio-económicas que transformam esses mesmos territórios. Para além disso, apresenta uma abordagem demasiado rígida e assume os actores como agentes passivos (NUNES, 1999, 10). Acresce que a menor distância entre a situação inicial e a situação final (planeamento projectivo) conduz-nos a caminhos simplistas, que não têm em atenção o ambiente interno (forças e fraquezas) e o ambiente externo (oportunidades e ameaças) das organizações e dos territórios. Só um diagnóstico alicerçado sobre estas variáveis pode atenuar os erros decorrentes da actividade individual e colectiva. O planeamento estratégico apresenta relativamente ao planeamento tradicional quatro grandes vantagens: um maior pragmatismo, facilita o desenvolvimento de sinergias, tem um carácter mais sistémico e integrador e reconhece o carácter prospectivo da acção de planear.

As dimensões económico-social e territorial, ligada ao processo de ordenamento, assumem-se como os dois grandes vectores do processo de planeamento estratégico. Este processo engloba seis grandes etapas, a saber:

- ✓ definição dos objectivos estratégicos, os quais devem procurar promover a equidade, a coesão social e territorial, o exercício da cidadania e a eficiência económica;

- ✓ diagnóstico estratégico do território, onde serão discutidos os problemas, necessidades e oportunidades que um dado espaço geográfico comporta;
- ✓ definição das opções estratégicas de desenvolvimento, onde se identificará e seleccionará os factores críticos de sucesso específicos e mais importantes para um dado território;
- ✓ análise prospectiva, onde se visualizará como será um dado território quando se tratar adequadamente os factores críticos de sucesso;
- ✓ Programação das acções;
- ✓ Monitorização das acções.

Para que os planos sejam operacionais é necessário que encerrem em si mesmos uma estratégia e uma resposta sólida. SIMÕES (1996: 44 a 369) apresenta-nos uma metodologia simples e eficaz para a elaboração do conteúdo do Plano. Faz inicialmente uma caracterização da situação recente e da sua inserção territorial. Aborda, nesta fase, aspectos como as dinâmicas demográficas, sociais, de emprego e económica, realçando vectores fundamentais de desenvolvimento, a especialização produtiva, a existência ou não de um sector terciário forte... Faz ainda uma análise das infraestruturas e equipamentos existentes, de modo a aquilatar a qualidade de vida de um dado território. Ao longo desta análise vão-se definindo as potencialidades e os estrangulamentos, que estruturam o diagnóstico realizado e dão corpo ao plano estratégico de acção. Neste plano serão definidos o objectivo central, os eixos estratégicos, os objectivos específicos e as medidas e acções/projectos. Os eixos estratégicos deverão atender à melhoria da qualidade do meio, ao reforço da coesão intra-regional e ao reforço da integração supra-regional, em suma, procurar captar recursos escassos que tenham efeitos estruturantes. A metodologia do Planeamento Estratégico apresentado por SIMÕES coincide, no essencial, com o Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local.

No âmbito da atracção e criação de oportunidades, o Planeamento Estratégico utiliza uma técnica de gestão designada por marketing territorial. Esta ferramenta visa transformar as potencialidades dos territórios em produtos e desenvolver estratégias competitivas locais que criem condições para o desenvolvimento dos territórios, utilizando como metodologia a análise de Swot.

A eficácia do processo de planeamento de marketing territorial depende da articulação de quatro grandes factores. O primeiro factor passa pela definição dos objectivos estratégicos estruturantes do desenvolvimento futuro, mediante uma análise que interligue os condicionalismos expressos no planeamento estratégico com a segmentação de recursos internos que se pretendem potenciar e os externos que somos capazes de captar, tendo subjacente as necessidades e motivações dos diversos agentes. Para isso, torna-se necessário melhorar o conhecimento dos actores e as motivações e aspirações que estruturam as suas decisões espaciais. Este aspecto entronca num outro que tem a ver com o aprofundamento do conhecimento das dinâmicas da concorrência do ambiente envolvente. A concorrência territorial obriga a termos uma informação pertinente sobre as estratégias competitivas dos territórios que

lutam pelos mesmos recursos. Por último, a política de promoção/divulgação de um território deve ser formatada com um grau de eficiência que permita despertar nos “destinatários-alvo” segmentados a vontade de usufruir das vantagens competitivas de um dado território (NUNES, 1999: 26 e 27).

No âmbito do marketing-mix o território é o produto urge formatar, já não numa lógica de economia industrial, mas no contexto da economia da informação. Hoje o que temos é uma realidade em rede, uma lógica de conexão. Se tudo está em rede, a ideia de território acaba por diluir-se. O espaço separa-se do lugar e, conjuntamente com o tempo, comprime-se. A própria acção humana torna-se descontextualizada. O que estrutura actualmente o local são as influências presentes e invisíveis. Por outro lado, a desterritorialização da economia resulta da necessidade que o capital tem em adquirir um ritmo acelerado na acumulação do capital. As interdependências são-no à escala global. Verifica-se uma interdependência de cadeias sucessivas. O território ser formatado de três diferentes modos, como “territórios de ideias”, como “territórios laboriosos” e os “territórios de conexões”. Como o próprio nome indica, os “territórios de ideias” aqueles que, dentro do próprio conceito de marketing-mix, actuam ao nível da elaboração e inovação de produtos/serviços. Estão nele concentradas as actividades de Investigação e Desenvolvimento, que baseiam a sua actividade no saber. Os “territórios laboriosos” afirmam-se como centros de produção por excelência, dotados de uma força de trabalho altamente qualificada e especializada, produzindo a baixos custos produtos de grande valor acrescentado. Os “territórios de conexões” fundamentam a sua competitividade numa especialização que lhes advém do seu posicionamento como espaços de encontro entre culturas. Utilizam esta competência específica ajudando a encontrar parcerias entre os territórios e actuando como ponte entre os diversos mercados (NUNES, 1999: 35 e 36). Compete, pois, aos territórios desenvolverem competências e recursos com o objectivo de se tornarem competitivos, atraírem investimento e promoverem a qualidade de vida dos seus habitantes, no âmbito de uma perspectiva de desenvolvimento humano sustentável.

MEDONÇA (2001: 27) refere que, “tendo em conta as perspectivas de ecodesenvolvimento e de desenvolvimento de base local, as políticas de ordenamento territorial dirigidas aos espaços rurais procuram, então, fundamentalmente, melhorar a dotação de equipamentos, por forma a elevar os níveis de comodidade das populações que aí habitam, intervir na procura da diversificação das actividades, e não apenas na reestruturação da actividade agrícola, com finalidades produtivas; melhorar a qualidade ambiental o que inclui a adopção de medidas de protecção da natureza, de modo a evitar o abandono dos solos, o seu esgotamento, ou a sua desertificação populacional; promover uma actuação ao nível local, segundo uma visão integral do território e conciliando o social com o económico”.

O território, enquanto produto a promover junto mercados-alvo, deve planear as suas iniciativas segundo duas estratégias competitivas diferenciadas: o marketing territorial direccionado e o marketing territorial global (figura n.º 3).

O marketing territorial utiliza, no essencial, a mesma metodologia seguida pelas empresas que buscam vantagens competitivas gerais no ambiente de tarefa onde se inserem:

liderança em custos, diferenciação e focalização. O marketing territorial direccionado focaliza-se em segmentos-alvo de mercado que procura atrair e manter. Este tipo de marketing diferencia-se pelos diferentes estádios progressivos de apuramento e afinação da organização do produto, o qual pode oscilar entre marketing territorial embrionário (“grau 0” de organização do produto) e marketing territorial integrado (“grau 100” de organização do produto). A primeira fase corresponde aqueles territórios que desenvolvem uma campanha de comunicação de alguns produtos de um modo muito desconexo e desorganizado. Já o marketing territorial integrado é realizado de uma forma mais sistemática e profissional, colocando os diversos actores institucionais de acordo quanto aos objectivos e estratégias a desenvolver para se potencializar os trunfos de um determinado território face a potenciais mercados.

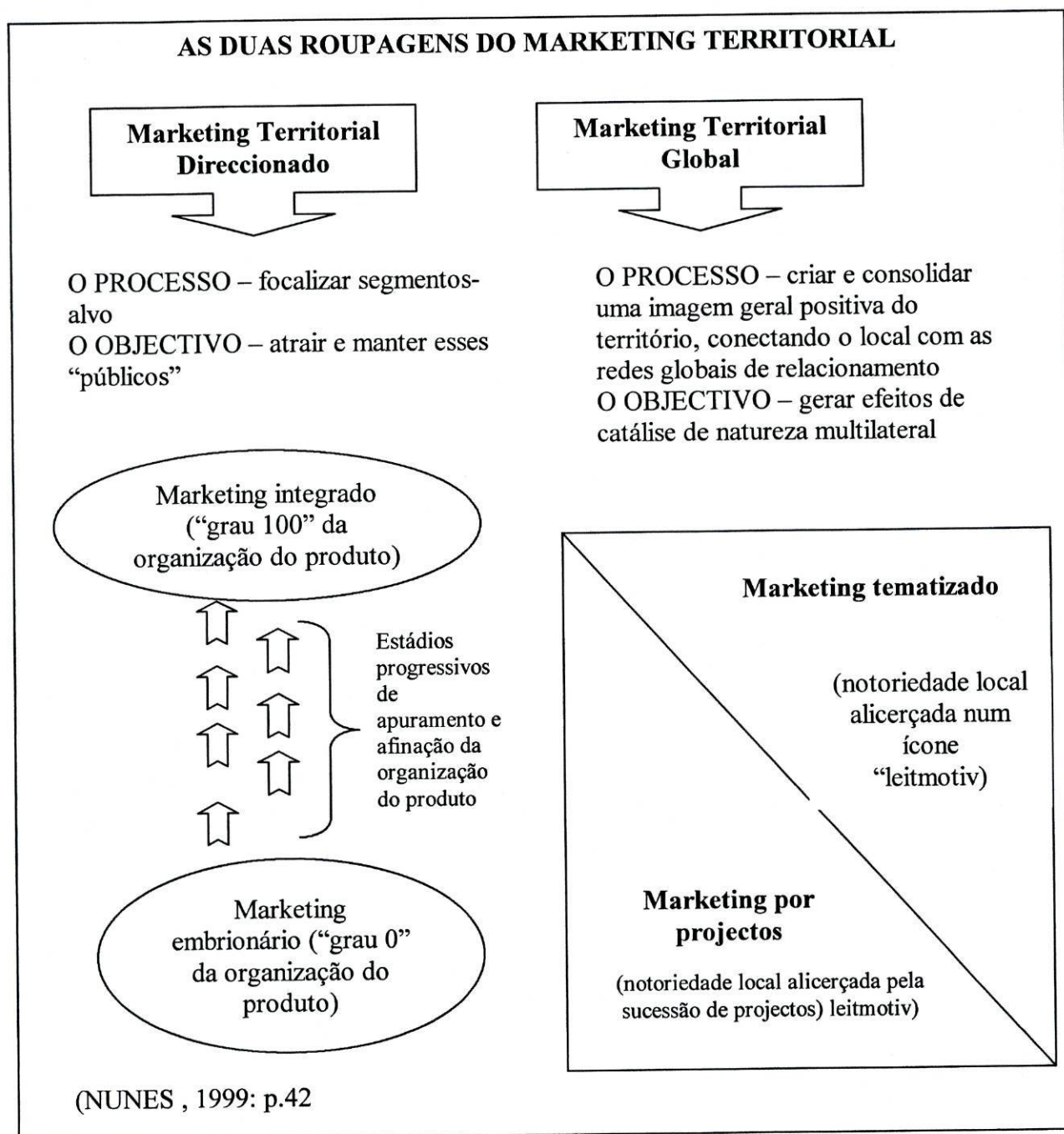


Figura 3

O marketing territorial na sua vertente global não se preocupa em segmentar com precisão os mercados-alvo, antes procura conectar-se com as redes globais da economia, estabelecendo alianças e parcerias estratégicas com vista a aceder a grandes fluxos de informação, inovação e transacções. Estes objectivos podem ser alcançados através de uma dupla estratégia: marketing territorial tematizado e marketing territorial por projectos. No primeiro caso a notoriedade está alicerçada em factores tão distintivos que afirmam o território à escala global e suscitam sinergias a nível da escala local entre os diversos sectores de actividade. Por seu turno, o marketing territorial por projectos assenta a sua estratégia no desenvolvimento sucessivo de projectos que tenham grande valor mediático e simbólico.

Mas o desenvolvimento de planos estratégicos sustentáveis não assentam apenas nestas variáveis, mas também através da inclusão dos diferentes actores, com os seus papéis específicos no processo de desenvolvimento local. O planeamento e ordenamento do território visto numa perspectiva de desenvolvimento humano sustentável entronca, assim, na necessidade de tomada de decisões democráticas por parte diferentes agentes regionais e em modelos coordenados de governação que tenham subjacentes os princípios de participação e responsabilidade.

Dado o facto de existirem territórios com diferentes níveis de vitalidade económica e coesão territorial, vamos localizar a nossa atenção nas potencialidades e estrangulamentos das zonas rurais desvitalizadas. MENDONÇA (2001: 28 e 29) refere como dificuldades endógenas destes territórios “o baixo nível de formação da população; a escassa diversificação económica e empresarial e uma certa dependência face às ajudas externas; as acessibilidades difíceis pela escassa rede de transportes, telecomunicações e energia, e o défice de serviços públicos ligados à saúde e à educação. Por potencialidade endógenas, consideram-se a diversidade de recursos; a natureza e a cultura preservadas; a disponibilidade de mão-de-obra jovem, quando existe.

Como ameaças exógenas consideram a competição dos mercados internacionais; o sistema de incentivos da P.A.C. (Política Agrícola Comum), fomentadores do abandono; as exigências doutros países da comunidade internacional, no sentido da redução de subvenções aos preços (...); o facto da União Europeia privilegiar a concentração de actividades económicas nas áreas com maior desenvolvimento e a pressão urbanística sobre o espaço rural. Como oportunidades exógenas importa considerar a existência de uma nova política europeia de desenvolvimento rural e uma crescente consciência ambiental”.

2. ESTUDO DE CASO: TERRAS DE BOURO

Neste segundo capítulo vamos analisar o concelho de Terras de Bouro na sua vertente demográfica, económica e social. Pretendemos ainda analisar as percepções de identidade, as potencialidades e estrangulamentos do concelho, os agentes e as suas relações, para, à luz dos instrumentos e políticas de desenvolvimento, aferir as potencialidades de desenvolvimento deste município.

2.1. SISTEMA TERRITORIAL

O concelho de Terras de Bouro encontra-se situado no distrito de Braga. Trata-se de um concelho serrano, com um área total de 277,6 Km² e um território claramente demarcado por duas bacias hidrográficas: o rio Cávado e o rio Homem. Rasgado pelos leitos destes dois rios, o concelho de Terras de Bouro encontra-se expostos às influências climáticas do Atlântico, pese embora as zonas mais montanhosas sejam fustigadas por Invernos bastante frios. Estas condições geotérmicas, associadas às condições do relevo propiciaram o aparecimento de pequenos aglomerados populacionais.



Figura nº 4: localização do concelho de Terras de Bouro

O funcionamento em sistema fechado e auto-suficiente implicou um mecanismo auto-limitante: o território foi explorado ao máximo das suas capacidades sem ultrapassar os seus limites de produção e renovação, sob pena de destruir o património natural para as gerações seguintes. Trata-se de um sistema inteligentemente estruturado e funcional, com um longuíssimo tempo de amadurecimento, adaptação e experimentação, o qual, pela sua solidez, resistiu às diversidades políticas, sociais e económicas ao longo dos anos, permanecendo em funcionamento até aos nossos dias. As gentes destas terras construíram o seu povoamento

explorando com o máximo de racionalidade os débeis recursos existentes. A construção assentou numa lógica de complementaridades.

O espaço rural desta região é constituído por:

- ✓ Lugares
- ✓ cortes/palheiros
- ✓ espigueiros
- ✓ campos-prados
- ✓ pastagens
- ✓ poulos
- ✓ bouças de mato e lenha
- ✓ levadas
- ✓ baldios
- ✓ brandas
- ✓ várzeas
- ✓ carvalhais

Estes espaços eram complementares e funcionavam de um modo orgânico. Assim, o lugar escolhido para o assentamento populacional deu-se em territórios que permitissem a estruturação de campos de cultivo. Para além disso, era apoiado por um baldio que fornecia as águas, os pastos, os matos e as lenhas. O lugar situava-se numa área central, de modo a diminuir as distâncias a percorrer nas tarefas agrárias. Pelo lugar passava, na maior parte dos casos o regadio principal. Este regadio era conduzido pelas levadas. As pastagens ocorriam nas zonas aplanadas de altitude, com um solo de qualidade e bem irrigadas. Os baldios, por seu turno, eram terrenos pertencentes à comunidade. Situavam-se, geralmente, nas zonas altas dos lugares e tinham uma enorme importância nas aldeias onde a agricultura era reduzida. Estes terrenos eram também importantes para a alimentação do gado. Estes espaços sofreram, ao longo dos tempos, infra-estruturações diversas: caminhos, pontes, muros...

As brandas são locais destinados à produção em altitude. Dividem-se em brandas de gado (com pastos e abrigos para os pastores); brandas de cultivo (onde existem extensos poulos) e brandas de habitação (utilizadas no período estival).

Os campos/prados são terras dispostas em socacos, onde o solo improdutivo foi transformado em terrenos de qualidade. Neste espaço concentrava-se a maior actividade humana e esforço produtivo. Neste espaço vêem-se as lavradas e sementeiras. Tinha usos alternados: no verão produzia milho, feijão, batata..., no inverno servia de pasto para o gado.

No Verão o gado sobe até aos poulos. Estes complementam os campos/prado com a produção de feno e pasto.

Os carvalhais serviam as populações de madeira para construção e aquecimento e material energético para a confecção de produtos para auto-consumo.

As bouças de mato e lenha são propriedades particulares destinadas à produção de estrume e lenha. Para além disso, existem outros tipos de construções destinadas à armazenagem e abrigo. São os espigueiros e os palheiros/cortes.

Os espigueiros, surgem pela necessidade de recolha e armazenamento do milho. Tratam-se de edifícios de planta rectangular, em pedra ou madeira ou simultaneamente as duas. Com uma cobertura de duas águas, em granito ou telha, é adornada com alguns elementos decorativos como cruces, pináculos, relógios de sol, etc. . Os espigueiros servem para armazenar grandes quantidades de milho. As espigas são colocadas numa espécie de câmara ventilada, de paredes altas e suspensas por colunas que o elevam do solo para as proteger dos roedores. Os palheiros servem para armazenar os fenos, enquanto que as cortes servem para abrigar o gado. Os excrementos dos animais, misturados com mato, fazem o estrume, utilizado como fertilizante.

Todos estes equipamentos estão servidos por uma rede de caminhos. Um caminho principal estrutura o acesso às áreas produtivas e aos lugares vizinhos.

Com o evento da emigração deu-se o abandono e a baixa utilização dos espaços serranos. As pessoas foram perdendo o seu vínculo às terras. Inicialmente, a partir dos anos 40, registou-se uma florestação forçada que colocou em risco o sistema sócio-económico então vigente. Depois a emigração teve influência sobre o retomar da actividade tradicional por parte das populações. Consequentemente registou-se:

- ✓ o abandono e a decadência das construções tradicionais
- ✓ a redução drástica do pastoreio e da recolha de matos, com o consequente empobrecimento dos solos e o aumento do risco de incêndios
- ✓ o abandono dos campos, quedas dos socalcos, erosões, degradação da paisagem
- ✓ construções de novas casas e garagens, introduzindo-se novos modelos e materiais estranhos
- ✓ construções de novos caminhos, com traçados desajustados

A cultura tradicional sofreu, assim, um forte abalo. Verifica-se como que uma aversão aos centros históricos da aldeia. As novas casas, projectadas por técnicos, por vezes sem qualificação adequada, marcam uma ruptura com o modelo de casa tradicional. Estas casas são, na maior parte das vezes, também uma afirmação do novo poderio económico de quem emigrou. Assiste-se a uma proliferação de construções que não tem em linha de conta um projecto social e económico alternativo e enraizado nas culturas tradicionais.

A ruptura com o modelo tradicional teve reflexos negativos no património, na paisagem, na estabilidade social e na economia.

2.2. POPULAÇÃO E EMPREGO

2.2.1. EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

Como foi referido no primeiro capítulo, os recursos humanos são essenciais ao desenvolvimento de uma região, podendo mesmo constituir um dos seus principais constrangimentos.

A caracterização demográfica de Terras de Bouro reflecte os grandes desequilíbrios existentes entre os concelhos de litoral e economicamente mais desenvolvidos (nos quais incluímos Barcelos, Braga) e os concelhos do interior e menos desenvolvidos. Esta divisão apesar de radical, visto associar o grau de desenvolvimento com o dinamismo da população, sem ter em conta os estados económicos intermédios, dá-nos uma visão real das assimetrias existentes.

Os dados provisórios do censo 2001 (gráfico n.º 1) mostram-nos que, com excepção dos concelhos de Terras de Bouro (-11,2%), todos os outros municípios do Vale do Cávado tiveram acréscimos populacionais. Este dinamismo populacional coincidiu e foi determinado pelo desenvolvimento económico destas edilidades, as quais funcionaram como pólos de atracção de investimento e de capitais.

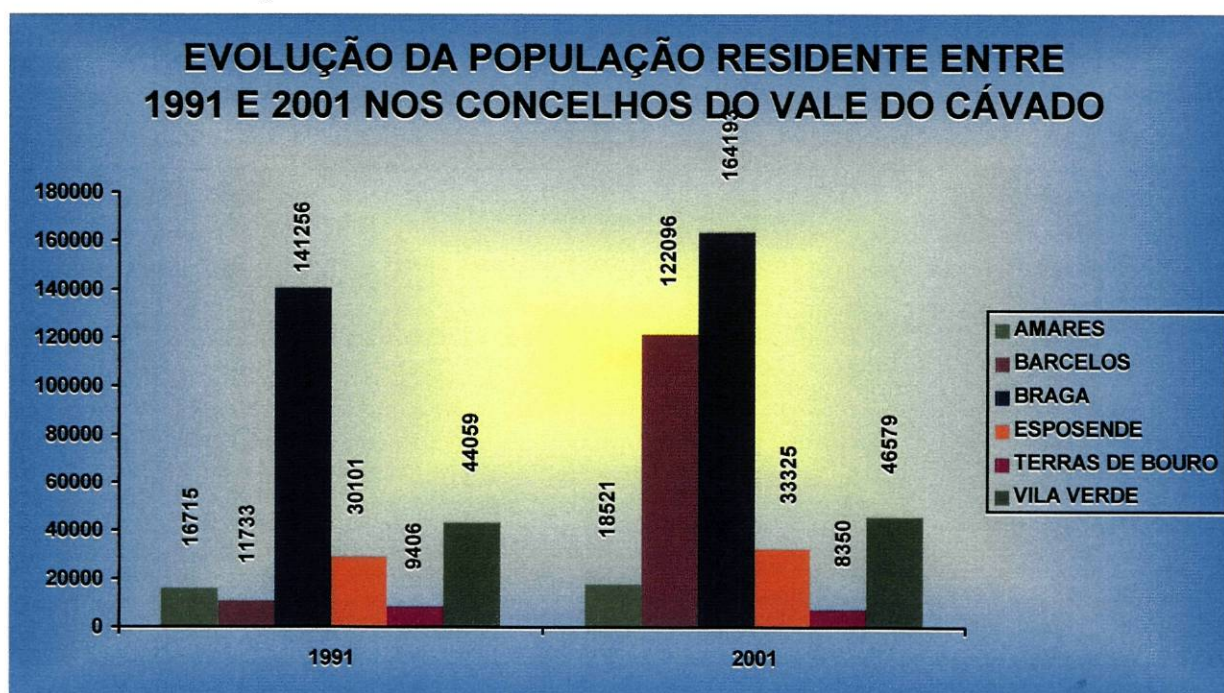


Gráfico N.º 1

Fonte: INE – Censos de 1991 e 2001

Os dados supra mencionados indiciam profundas assimetrias. Ao lado de regiões mais economicamente mais desenvolvidas subsistem outras mais desertificadas. Este processo de repulsão demográfica iniciou-se no início dos anos 60 e foi provocado pela concentração da população nos grandes centros urbanos, acrescido dos fortes fluxos migratórios para a Europa e para a Guerra colonial.

Se analisarmos a evolução da população do concelho de Terras de Bouro (gráfico n.º2) entre 1864 e 2001 podemos constatar que houve um aumento de habitantes pouco significativa até ao ano 1920, logo seguida de uma acentuada subida da população residente até aos anos 60, para, já no início deste período até ao momento actual, este concelho ter vindo a perder a sua população.

Ao dinamismo demográfico registado até aos anos 50 subjaz a relação do homem terrabourense com o seu espaço ecológico e religioso. Grande parte da superfície deste concelho, nomeadamente a mais montanhosa, não é fértil. Daí derivou um tipo de povoamento bastante

disperso e desigual. Apoiados numa agricultura e num trabalho de subsistência, imersos num ambiente sócio-religioso conservador, isolados geograficamente e condenados a uma visão cosmológica estática, esta população dedicava-se exclusivamente ao cultivo dos seus campos e a uma pecuária de índole familiar. A fertilidade do solo não dependia apenas dos arbítrios da natureza, mas também da disponibilidade da mão de obra.

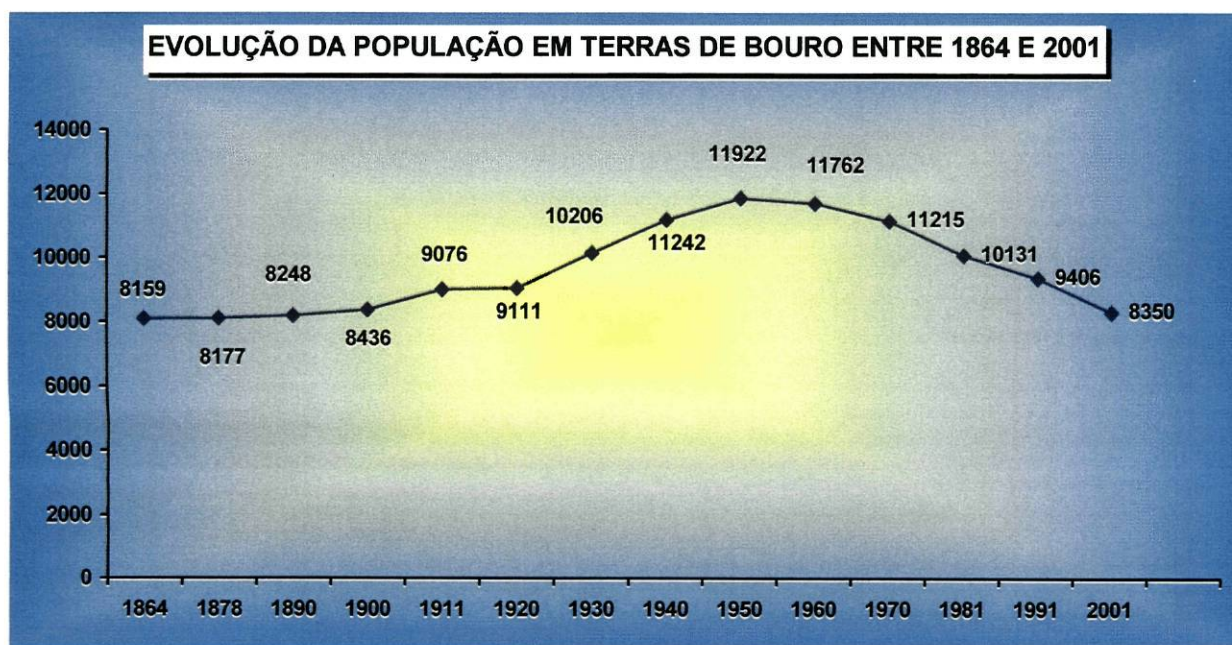


Gráfico N.º 2

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População – 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001

Entre as causas primordiais que concorreram para este cenário destacamos:

- os elevados índices de emigração que se começaram a fazer sentir desde finais dos anos 50, seja para países estrangeiros ou para grandes centros urbanos do nosso País.
- a guerra no Ultramar, não só porque dizimou uma parcela, ainda que pouco significativa, da população jovem masculina, mas porque pode ter contribuído nalguns para o incremento da emigração para os outros países.
- a inexistência de unidades de produção capazes de fixar as populações, uma vez que o sector primário, então o principal sustentáculo sócio-económico deste concelho, foi ineficaz para sustentar o êxodo rural. Sem indústria, com inúmeras potencialidades turísticas para desenvolver, todavia hipotecadas por uma divulgação ineficiente e ineficaz, e a inexistência de recursos humanos qualificados e empreendedores, em virtude dos baixos índices de escolaridade da população deste concelho não propiciarem grandes evoluções a nível local, Terras de Bouro transformou-se lentamente num município desertificado e com o índice de envelhecimento mais elevado da NUT Cávado.
- este cenário veio ainda a agravar-se, nas últimas quatro décadas, devido à conjugação de dois grandes factores. Os jovens que abandonaram Terras de Bouro

para estudarem no exterior acabaram por não regressar em virtude de não existirem estruturas produtivas adequadas às suas novas aptidões. Para além disso, as actuais dificuldades económicas fazem com que os jovens terrabourenses, a exemplo do que acontece um pouco por toda a parte, contraíam o matrimónio mais tarde.

Os fluxos migratórios a que aludimos atingem preferencialmente a população jovem na idade activa. A estrutura da população revela-nos (tabela nº 1) que a maior taxa de envelhecimento se verifica nas regiões do interior economicamente mais desfavorecidas.

Terras de Bouro (nos grupos etários entre os 0-14 e 15 a 24 anos) manifestou índices relativos inferiores à média da Região Norte, enquanto que, de um modo geral, com excepção de Barcelos, os concelhos economicamente mais ricos têm índices relativos superiores no escalão etários entre os 25 a 64 anos e só os concelhos economicamente mais desenvolvidos detêm índices de população inferiores à média global da Região Norte.

Tabela Nº 1				
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS (2001)				
	GRUPOS ETÁRIOS			
	0-14	15-24	25-64	>=65
Região Norte	17,5%	15,1%	53,3%	14,0%
Amares	19,4%	17,0%	49,1%	14,6%
Barcelos	20,2%	17,0%	51,9%	10,9%
Braga	18,7%	16,2%	54,1%	10,9%
Esposende	20,1%	16,8%	51,0%	12,1%
Terras de Bouro	16,7%	15,0%	47,1%	21,2%
Vila Verde	19,7%	16,8%	48,6%	19,9%

Fonte: INE – Resultados Provisórios do Censos 2001

Uma análise sucinta da evolução da estrutura etária de Terras de Bouro entre 1991 e 2001 (gráfico n.º 3) indica-nos uma quebra na população entre os 0 a 14 anos e os 15 a 24 anos, de 23,1% para 16,7% e de 18,1% para 15,0% respectivamente, e um aumento na faixa etária com idade igual ou superior a 65 anos de 16,6% para 21,1%. A quebra explica-se pela existência de fluxos migratórios e pela influência indirecta que estes têm sobre os índices de fecundidade, que atingem os grupos etários com maior potencial de fertilidade. Já o aumento da população na faixa etária de idade igual ou superior a 65 anos deriva da melhoria das condições de vida, com influência directa na esperança de vida das pessoas.

Os fluxos migratórios atingem tanto a população masculina como a feminina. Se analisarmos a relação de masculinidade vemos que era de 0,93 em 1991 e de 0,94 em 2001. O que se nota é uma ligeira tendência na saída dos efectivos femininos situados na faixa etária entre os 25 a 64 anos, sendo que o êxodo dos homens começa mais cedo, entre os 15 a 24 anos.

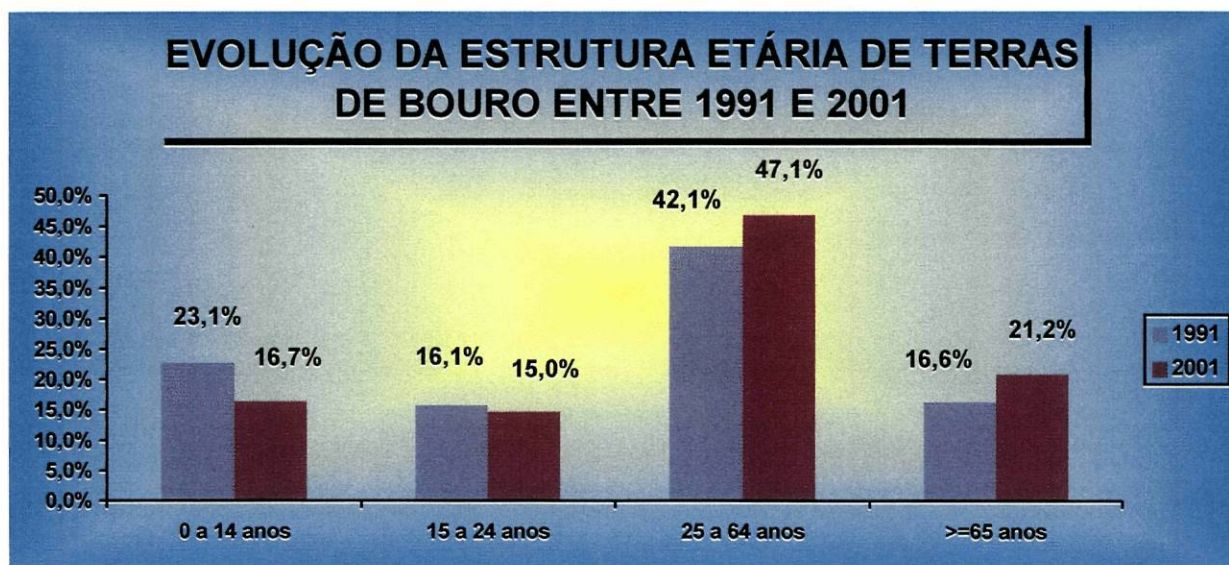


Gráfico Nº 3

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte - 2000

Esta evolução provocou logicamente um envelhecimento da população. Já em 1991 Terras de Bouro era o concelho com o índice de envelhecimento mais elevado do distrito de Braga (0,72). Em dez anos acentuou-se esta tendência (1,27), sendo o município onde se registou a maior subida.

Tudo o quanto foi afirmado acerca de Terras de Bouro acaba por se reflectir nos baixos índices de natalidade (gráfico n.º 4) e nos elevados índices de mortalidade (gráfico n.º 5) existentes no concelho. Com excepção de Terras de Bouro, todos os municípios da respectiva NUT apresentam taxas de natalidade igual ou superior à da Região Norte. A taxa de natalidade em Terras de Bouro desceu de 17,1‰, em 1991, para 12,1‰, em 1999. A diminuição dos índices de natalidade deste concelho deve-se ao êxodo da população, sobretudo jovem, e á do planeamento familiar imposto pelas condições económicas das populações.

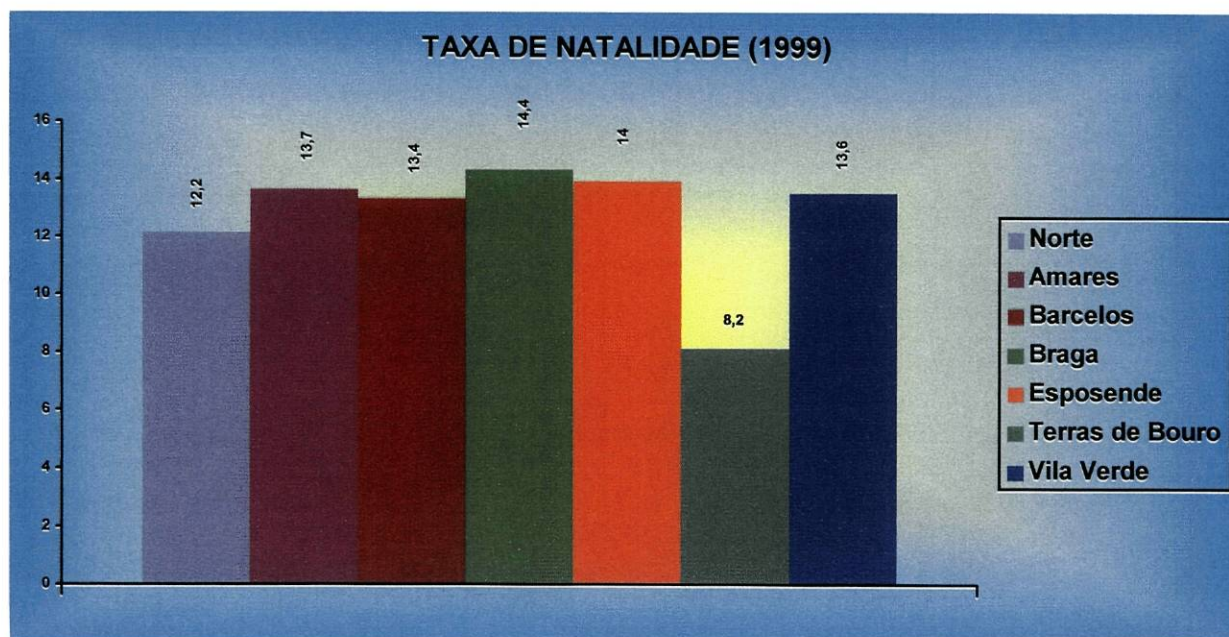


Gráfico Nº 4

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte 2000

Em contrapartida, a taxa de mortalidade terrabourense é a mais elevada dos concelhos do Vale do Cávado.

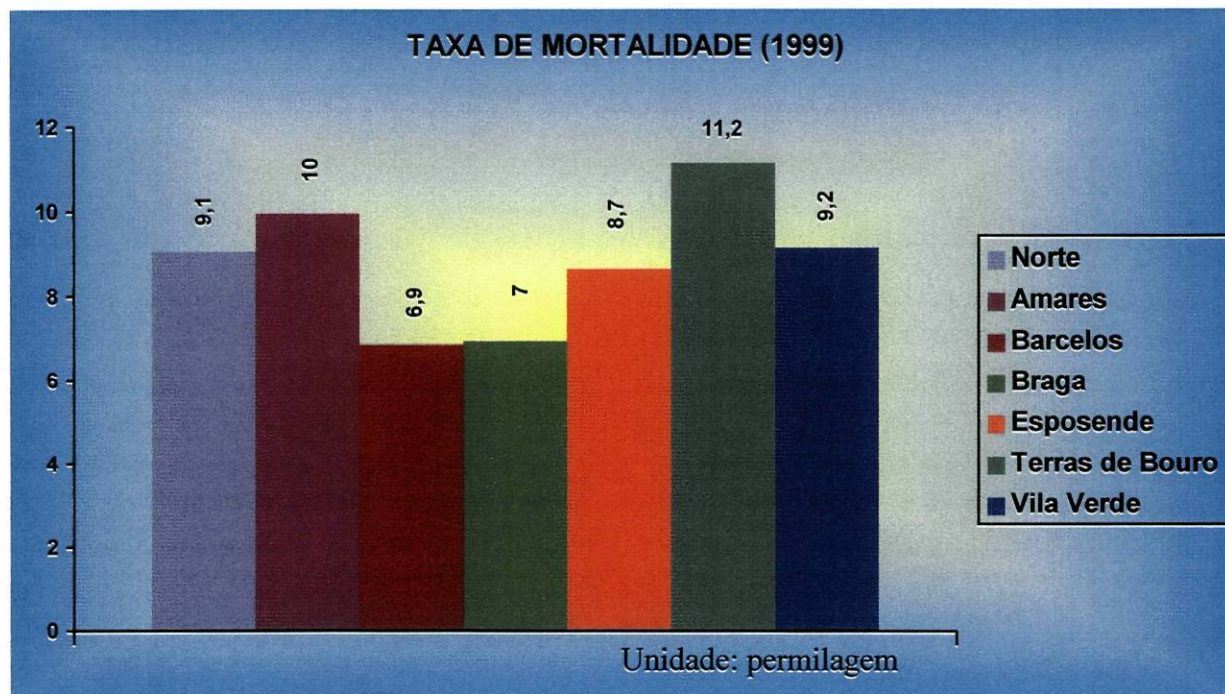


Gráfico Nº 5

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2000

Mesmo assim, se compararmos esta taxa com os dados do Censos 91, verificamos uma diminuição da taxa de mortalidade em Terras de Bouro de 12,7 para 11,7‰.

A degradação do potencial demográfico teve como consequência o decréscimo acentuado do crescimento natural. No concelho de Terras de Bouro registou-se o saldo fisiológico mais desfavorável.

2.2.2. POPULAÇÃO ACTIVA E EMPREGO/DESEMPREGO

A taxa de actividade (tabela n.º2) do concelho de Terras de Bouro era, em 1991, a mais baixa do Distrito de Braga. Sendo a taxa de actividade a razão entre a população com actividade económica e a população total residente, vemos o quanto deficitário é o tecido produtivo terrabourense na assimilação de mercado de trabalho. Esta é, aliás, uma das características das edilidades economicamente mais débeis.

NUT/ CONCELHOS	1991			2001		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Região Norte	45,5	54,8	36,8	48,1	55,4	41,4
Cávado	45,5	52,8	38,8	49,2	55,5	43,4
Amares	37,2	47,7	27,5	43,0	52,3	34,2
Barcelos	47,3	53,7	41,3	50,4	56,3	44,9
Braga	47,7	54,8	41,1	51,9	56,8	47,4
Esposende	48,3	54,6	42,7	49,0	55,4	43,0
T. de Bouro	32,1	43,9	21,1	35,8	46,6	25,6
Vila Verde	38,2	46,7	30,5	41,7	51,6	32,3

Fonte: INE - Censos 91 e 2001

Os concelhos do litoral possuem taxas de actividade superiores às edilidades do interior. Prevendo-se que as regiões industrializadas do litoral, situadas entre Braga e Setúbal, venham futuramente a absorver três quartos da população portuguesa, é bem provável que este fosso se possa acentuar. Por outro lado, a taxa de actividade masculina é, na totalidade dos concelhos, superior à feminina. Terras de Bouro possui mesmo o indicador mais desfavorável de entre os municípios da NUT Cávado.

A população activa, por seu turno, encontra-se empregada, na sua maioria, no sector terciário (tabela n.º 3), sendo mesmo o concelho, logo a seguir a Braga, com maior índice de população activa inserida nesse sector (62,5%)

NUT/ CONCELHOS	CAE 0	CAE 1 A 4	CAE 5 A 9	CAE 5 A 9 -RELC. C/ACTIV. ECON.
Região Norte	78726	758079	819298	480539
Cávado	10246	90733	84123	47055
Amares	568	3433	3418	1979
Barcelos	2867	37594	18473	11520
Braga	893	31374	47031	24655
Esposende	1266	8215	6050	3370
T. de Bouro	394	876	1381	727
Vila Verde	1346	9241	7770	4804

Fonte: INE - Censos 91 e 2001

Por outro lado, a taxa de desemprego é também extremamente elevada, atingindo fundamentalmente a população feminina (tabela n.º 4). De facto, as mulheres continuam a ser penalizadas no acesso ao mercado de trabalho. Se os novos modelos familiares, pautados pelo abandono de uma sociedade patriarcal, e as necessidades económicas permitiram ou exigiram à mulher o ingresso no mercado de trabalho, regiões houve onde, e este pode ser o caso de Terras de Bouro, a especificidade do tecido produtivo e manutenção de um cenário sociológico, no qual a mulher assume na comunidade um papel de subordinada ao marido, não permitiram tal emancipação. Não nos podemos esquecer que estas populações são menos reivindicativas.

NUT/ CONCELHOS	1991			2001		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Região Norte	5,0	3,8	6,5	6,7	5,2	8,6
Cávado	3,9	3,4	4,6	5,8	4,8	7,0
Amares	4,2	3,2	6,2	6,8	4,5	10,2
Barcelos	2,6	2,7	2,4	4,3	4,3	4,3
Braga	4,9	3,9	6,1	6,9	5,6	8,4
Esposende	3,1	3,0	3,4	4,9	3,9	6,0
T. de Bouro	9,4	7,1	13,9	11,3	6,6	19,2
Vila Verde	4,0	3,5	4,8	5,4	4,0	7,6

Fonte: INE - Censos 91 e 2001

Muito deste desemprego está ligado ao fenómeno da sazonalidade (tabela n.º 5). Não deixa de ser curioso que em muitos deles a taxa de desemprego suba ao longo do trimestre. É o caso, por exemplo, de Terras de Bouro, onde as pessoas trabalham seis meses na hotelaria e durante o outro semestre inscrevem-se nos Centros de Emprego como desempregados.

ESTATÍSTICAS E RÁCIOS DO DESEMPREGO REGISTRADO NO 4º TRIMESTRE DE 2001								
	OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		MÉDIA	
	Desemprego	Rácio	Desemprego	Rácio	Desemprego	Rácio	Desemprego	Rácio
Norte	124300	3,6	125667	3,6	124942	3,6	124970	3,6
Amares	415	2,9	503	3,5	546	3,8	488	3,4
Barcelos	2383	2,0	2343	1,9	2247	1,9	2324	1,9
Braga	6101	3,9	6206	3,9	6287	4,0	6198	4,0
Esposende	679	2,1	728	2,2	711	2,1	706	2,1
Terras de Bouro	251	3,9	460	7,0	472	7,2	394	6,0
Vila Verde	1008	2,6	1105	2,9	1107	2,9	1073	2,8

Fonte: IEFP – Estatísticas trimestrais – 4º trimestre de 2001

Nota-se também que, depois de Vila Verde, Terras de Bouro é o concelho que tem o maior número de desempregados à procura do primeiro emprego (tabela n.º 6), os quais representam 22,0% dos desempregados, sendo que 17,2% são mulheres. Estas continuam a terem também dificuldades ao nível da procura de novo emprego, apresentando, logo a seguir a Amares, o índice mais elevado (45,7%).

TAXA DE DESEMPREGO						
NUT/ CONCELHOS	PROCURA DO 1º EMPREGO			PROCURA DE NOVO EMPREGO		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Região Norte	24794	8572	16222	94118	42932	51186
Cávado	2235	838	1397	9018	4220	4798
Amares	106	32	74	437	178	259
Barcelos	454	193	261	2177	1227	950
Braga	1172	461	711	4724	2033	2691
Esposende	168	62	106	625	283	342
T. de Bouro	74	16	58	263	109	154
Vila Verde	261	74	187	792	390	402

Fonte: INE – Censos 91 e 2001

No entanto estes índices de desemprego, tal como acontece em todo o país, estão longe de corresponder à realidade. Em primeiro lugar porque só contabilizam como desempregados as pessoas que se encontram inscritas no Centro de Emprego, e depois porque estas taxas escondem mecanismos de suporte social, na grande maioria dos casos as baixas médicas são superiores ao números de desempregados registados, para além dos cursos de Formação Profissional atenuarem também a taxa de desemprego. Daí resulta um trabalho precário, o qual, dado o facto de não se desenvolver, não cria raízes sociais.

Por outro lado, são as mulheres que mais se ocupam na agricultura de tipo familiar. Muitas delas assumem-se como domésticas e, assim sendo, não são contabilizadas como população activa. Por outro lado, as elevadas taxa de desemprego verificada em Terras de Bouro

poderia ainda ser maior se não se registasse elevados fluxos migratórios. Isso mesmo vai ser objecto de análise quando nos referirmos à estrutura da população desempregada.

A taxa de desemprego feminino (gráfico n.º 6) é mais elevada nos concelhos do interior e economicamente mais desfavorecidos. De entre os concelhos da NUT Cávado, só Barcelos apresenta uma taxa de desemprego ao nível da população activa feminina inferior à da Região Norte, sendo que Terras de Bouro é o município com a mais elevada taxa de desemprego feminino.

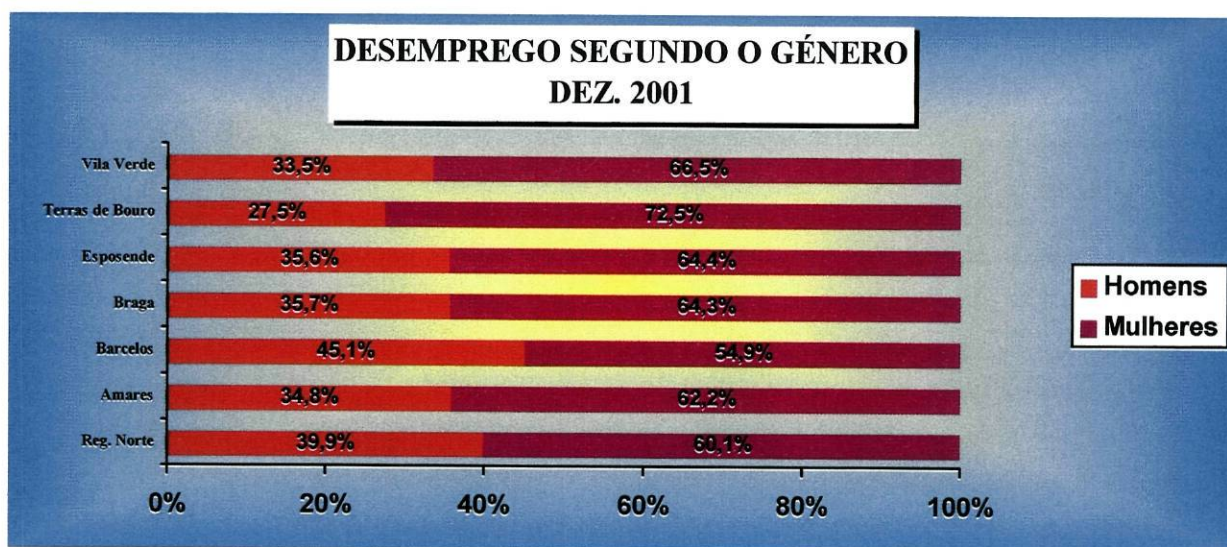


Gráfico N.º 6

Fonte: IEFP – Estatísticas trimestrais – 4.º trimestre de 2001

No que diz respeito ao desemprego por grupo etário podemos extrair algumas conclusões interessantes. Analisando o gráfico n.º 7 podemos ver que a maior taxa de desemprego se situa na faixa etária entre os 35 e os 54 anos. Por outro lado, são os municípios economicamente mais ricos com a maior taxa de desemprego na população acima dos 55 anos. São também estes os concelhos que detêm as menores taxas de desemprego nos grupos etários dos 25 a 34 anos e com idades inferiores a 25 anos.

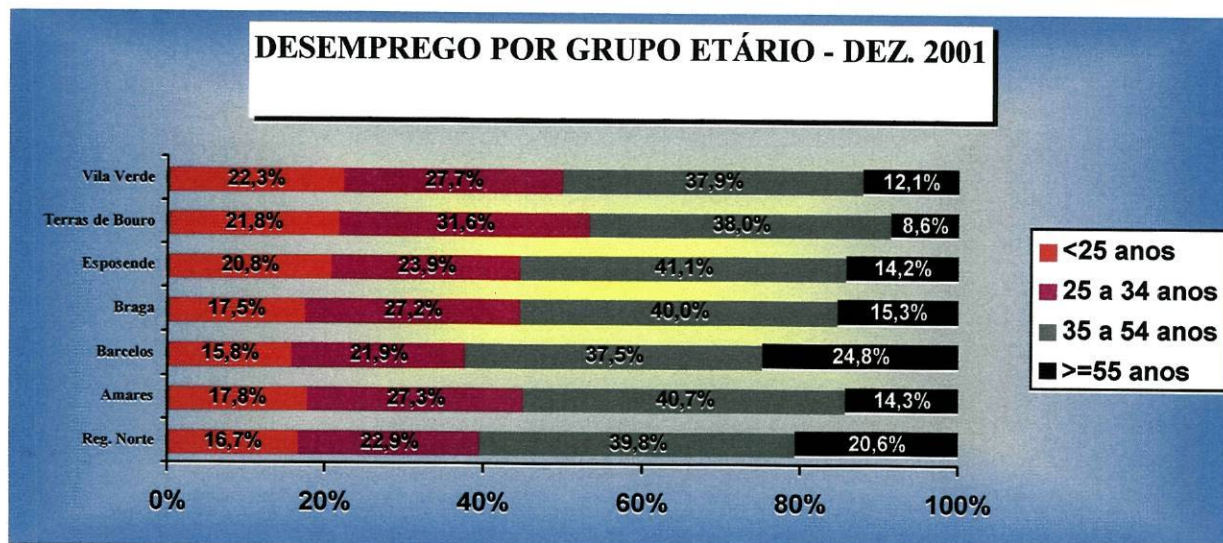


Gráfico N.º 7

Fonte: IEFP – Estatísticas trimestrais – 4.º trimestre de 2001

Estes dados traduzem uma realidade sociológica muito instável. Os trabalhadores com idades superiores a 55 anos possuem baixos níveis de escolaridade e são, regra geral, trabalhadores fabris. As empresas vão admitindo pessoal cada vez mais jovem e dispensando os efectivos com mais idade. Por isso, não é de estranhar que Barcelos, concelho fortemente industrializado, afine pelo mesmo diapasão. Em todos os restantes concelhos as médias de desemprego no escalão etário superior aos 55 anos são inferiores à média global da Região Norte.

Analisando o caso concreto de Terras de Bouro podemos afirmar que é o município do Distrito de Braga com a menor taxa de desemprego no faixa etária superior aos 55 anos. Ao invés é o sétimo com o índice de desemprego mais elevado no grupo etário inferior aos 25 anos e o que tem a taxa de desemprego mais elevada entre os 25 a 34 anos, apresentando, em termos comparativos, um índice mais favorável entre os 25 a 54 anos.

A precariedade deste desemprego está bem patente nos níveis de escolaridade destes efectivos (gráfico n.º 8). A esmagadora maioria deles possui habilitações iguais ou inferiores ao 3º Ciclo. São também os concelhos economicamente mais desenvolvidos que possuem o maior índice de desempregados sem nenhuma escolaridade. Outro dado a registar diz respeito à taxa de desemprego ao nível da escolaridade média ser inferior ao desemprego de efectivos com o grau superior de ensino.

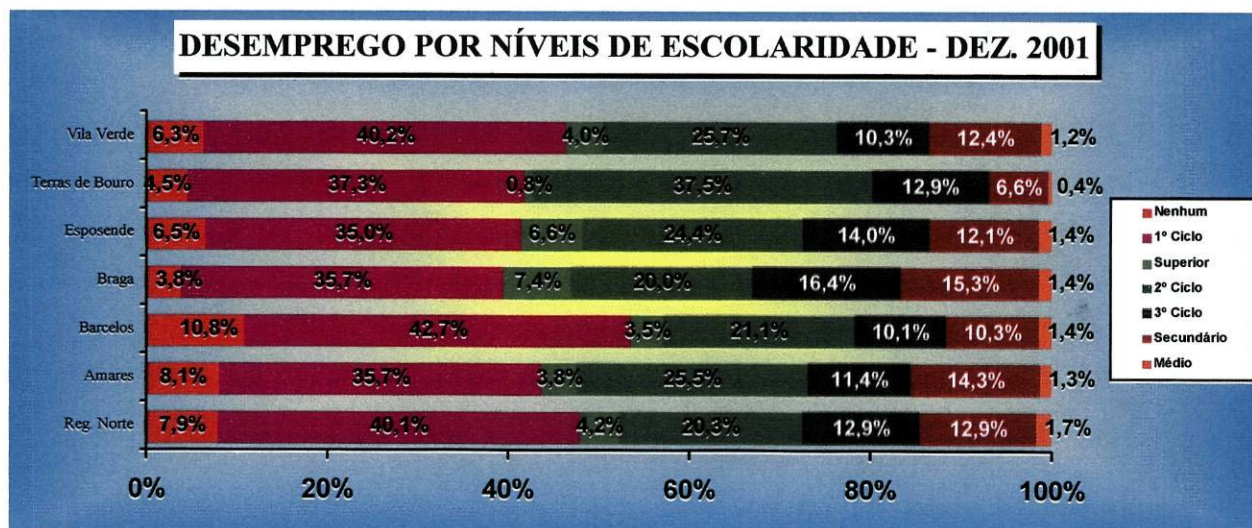


Gráfico N.º 8

Fonte: IEFP – Estatísticas trimestrais – 4.º trimestre de 2001

Os valores aferidos para o concelho de Terras de Bouro indicam claramente que aproximadamente $\frac{3}{4}$ da população desempregada possui apenas o 1º e o 2º Ciclo. O que geralmente se verifica é que as pessoas que trabalham na agricultura enviam os seus filhos para as escolas secundárias de Rio Caldo e Padre Martins Capela, os quais geralmente concluída a escolaridade obrigatória dedicam-se sobretudo às actividades hoteleiras. Geralmente trabalham durante o período da época alta e depois inscrevem-se os outros meses no Centro de Emprego de Braga. As localidades onde preferencialmente trabalham são o Gerês e a Póvoa de Varzim.

Temos que ter em atenção que os dados aqui analisados reportam aos meses em que este fenómeno se verifica.

Por outro lado, a taxa de desemprego no nível de escolaridade média e superior é a mais baixa do Vale do Cávado. Geralmente o que acontece é que os quadros médios e superiores, por falta de estruturas de ensino no concelho, tiram a sua formação no exterior e, por falta de emprego qualificado no concelho, aproveitam as ofertas existentes nos grandes centros urbanos.

Dado os baixos índices de escolaridade de Terras de Bouro, a taxa de desemprego ao nível do escalão das pessoas sem escolaridade seria bem maior caso esta população não fosse tão envelhecida.

2.3. BASE ECONÓMICA

2.3.1. O CONCELHO DE TERRAS DE BOURO NA ECONOMIA DO VALE DO CÁVADO

De seguida iremos analisar as principais transformações da economia do concelho de Terras de Bouro após a adesão do nosso país à União Europeia, tendo em atenção a comparação com o que se registou nos restantes concelhos do Vale do Cávado.

Para a realização desta análise recorreremos à informação disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, dando enfoque à evolução do número de estabelecimentos, número de pessoas ao serviço e a dimensão média dos estabelecimentos. Temos a noção de que este estudo não reflecte completamente a realidade, visto os dados não contemplarem o sector público e a economia social e familiar.

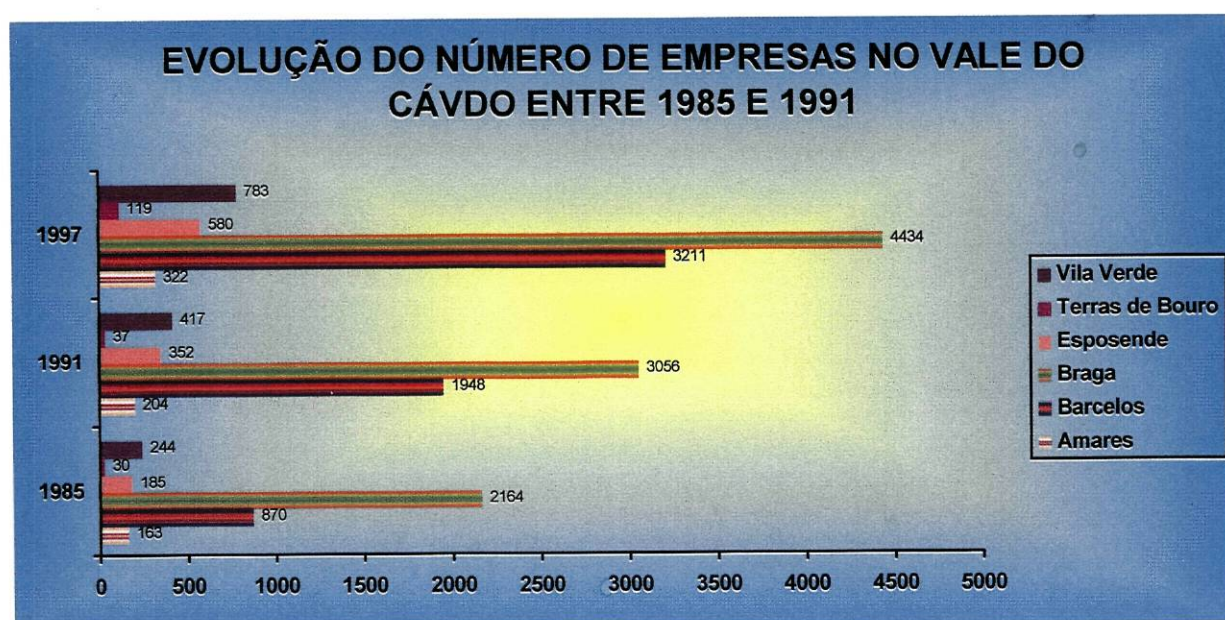


Gráfico Nº 9

Fonte: Quadros de Pessoal, D.E.M.E.S.S.

Analisando o gráfico nº 9 podemos concluir que, mercê da nossa adesão à União Europeia, se verificou um aumento considerável no número de estabelecimentos. No período compreendido entre 1985 e 1991, o maior dinamismo deu-se nos concelhos de Barcelos (+123,9%) e Esposende (+90,3%), Terras de Bouro (+23,3%), Amares (+25,2%) e Braga (+41,2%).

No período entre 1991 e 1997 foram os concelhos do interior que tiveram maiores índices de crescimento, nomeadamente Terras de Bouro (+221,6%).

Outro aspecto a reter é o elevado peso dos dois concelhos mais ricos do Vale do Cávado na totalidade do tecido empresarial da NUT. As empresas dos municípios de Braga e Barcelos representam, por defeito, 4/5 do total do tecido empresarial do distrito.

No que diz respeito à evolução do número de pessoas ao serviço (gráfico n.º 10) para os períodos em análise verificamos uma situação similar. Entre 1985 e 1991 os concelhos onde se verificaram os maiores acréscimos foram o de Barcelos e Esposende. Mais uma vez verificamos que Terras de Bouro foi o concelho que obteve o pior índice do Vale do Cávado.

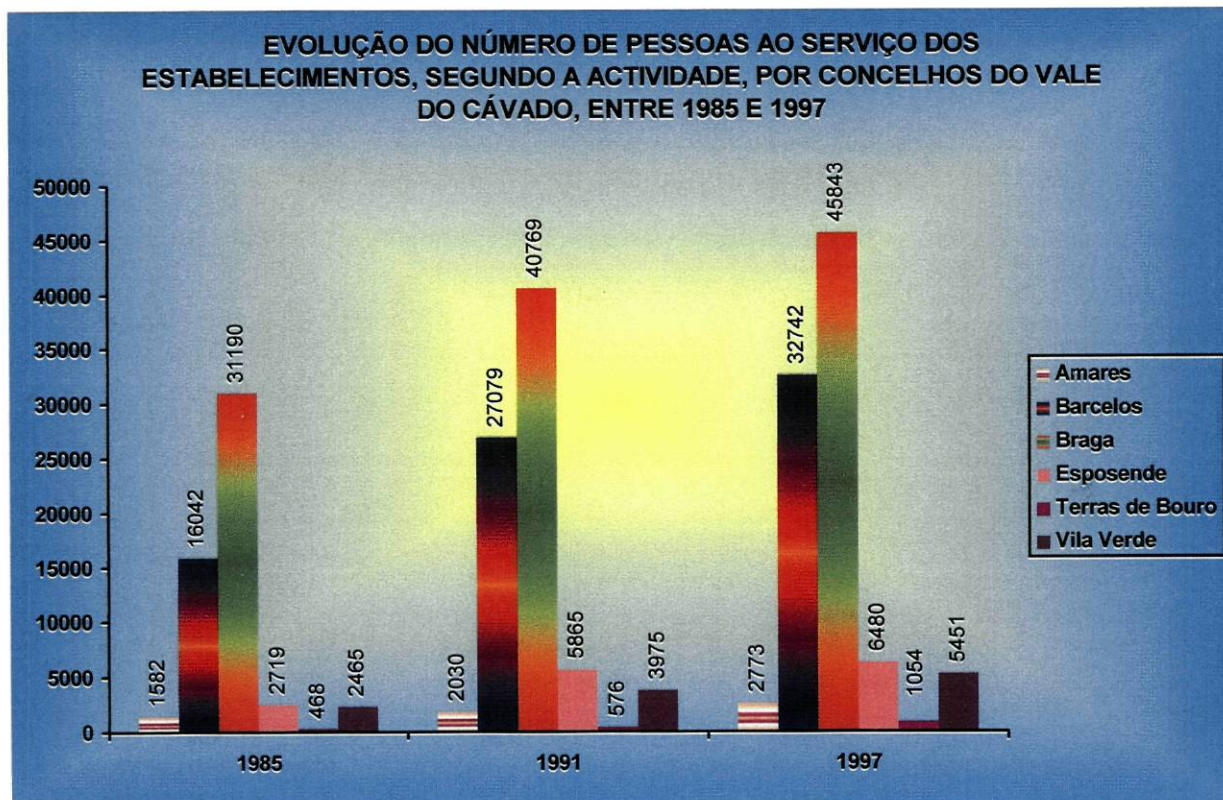


Gráfico Nº10

Fonte: Quadros de Pessoal, D.E.M.E.S.S.

Entre 1991 e 1997 o concelhos que maior subida teve em termos de emprego foi Terras de Bouro (+83,0%, sendo que todos eles registaram aumentos).

Reportando-nos á análise de Terras de Bouro verificamos, comparativamente, um aumento de pessoas ao serviço pouco significativo entre 1985 e 1991, para depois subir para índices acima da generalidade dos restantes concelhos em análise.

Em termos de volume de emprego verifica-se uma diminuição dos efectivos dos dois concelhos mais ricos da NUT.

Esta situação deve-se em grande medida à dimensão média das empresas. Como podemos ver pela tabela nº 7 apenas em dois deles existiam empresas com 499 ou mais trabalhadores ao seu serviço.

Nº DE ESTABELECIMENTOS, POR DIMENSÃO DO ESTABELECIMENTO											
	1 a 5	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 399	400 a 499	500 a 999	1000 e +	Total
Amares	229	77	35	17	2	0	2	0	0	0	362
Barcelos	2368	760	398	255	73	24	7	0	2	0	3887
Braga	3092	1002	524	310	86	28	17	1	2	1	5063
Esposende	407	133	55	44	8	4	3	0	1	0	655
Terras de Bouro	90	29	9	4	4	1	0	0	0	0	137
Vila Verde	596	177	82	46	7	1	2	0	0	0	911
TOTAL	13359	4292	2235	1398	415	172	74	10	15	5	21975

Fonte: MESS 1998

Como podemos facilmente constatar, as micro-empresas representam a quase totalidade do tecido produtivo.

2.3.2. ANÁLISE DO TECIDO EMPRESARIAL POR SECTOR DE ACTIVIDADE

2.3.2.1. AGRICULTURA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA ⁽¹⁰⁾

Uma análise sucinta dos elementos estatísticos disponíveis mostram-nos claramente que estamos na presença de um concelho com uma estrutura agrícola minifundiária, fragmentada e dispersa, com uma área de irrigação reduzida, onde predominam os produtores singulares autónomos, dedicando-se à exploração de hortas familiares, vinha, cereais, batatas e pecuária, havendo nesta o predomínio dos efectivos bovinos, suínos e aves. Os produtores singulares são maioritariamente homens com idades acima dos 55 anos, baixos índices de escolaridade, que dedicam entre 50% a 100% do seu tempo de trabalho à agricultura, tendo a maior parte deles uma actividade exterior principal remunerada.

Em primeiro lugar temos a registar em Terras de Bouro uma diminuição do número de explorações entre 1989 e 1999. Neste período, o número de explorações diminuiu 32,7%, contra um decréscimo de 30,6% do continente.

Terras de Bouro apresenta o maior índice de SAU (Superfície Agrícola Utilizada) por exploração agrícola, contra 9,8 do continente. Os índices mais elevados registam-se nos concelhos mais desfavorecidos. O valor da SAU por exploração é na Região Norte de 4,9 e no continente de 9,8.

⁽¹⁰⁾ Esta análise resulta do estudo comparado entre o Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e o Recenseamento Geral Agrícola de 1999.

Verifica-se também uma elevada dispersão. Em 1999 o número médio de blocos com SAU por exploração era em Terras de Bouro de 8,8, contra 6,8 em 1989. Os valores médios no continente eram francamente inferiores, 5,8 em 1999 contra 5,4 em 1989. Nenhum dos concelhos do Vale do Cávado apresenta um número médio de blocos por exploração superior à de Terras de Bouro. Neste período a SAU média por bloco subiu em Terras de Bouro de 0,6 para 1,3.

A natureza jurídica predominante da exploração é a de produtor singular autónomo (95,6%) logo seguida dos baldios (2,8%). No entanto, a área dos baldios representa 72% da área total das explorações. Relativamente à forma da exploração, a superfície utilizada explorada por conta própria tem um peso relativo de 82,3%, contra 95% em 1989. O peso relativo da área utilizada por conta própria é de 97%, quando em 1989 representava 91%. Este índice excede largamente o peso desta forma de utilização no Continente (73,3%), a qual, mesmo assim, subiu relativamente aos valores da década anterior, a qual representava 70% da SAU.

A superfície irrigável do concelho de Terras de Bouro é de 1567 ha, a qual representa 18,5% do total da SAU, contra 35,9% da Região Norte e 21% do Continente.

Outro dado a reter é o da diminuição da população agrícola familiar. Esta decresceu em Terras de Bouro 16,4%, contra 10,4% no Continente. Nos produtores singulares predominam os homens (65,4%), valor inferior ao que regista para o Continente (77%) e para a Região Norte (71,4%). Os produtores singulares são maioritariamente idosos, sendo que 89,1% têm mais de 40 anos, valor próximo do que regista o Continente (90,2%) e a Região Norte (91,8%).

No que concerne ao nível de instrução predominam os dirigentes sem escolaridade (35,3%) e os trabalhadores com escolaridade básica (63,9%), totalizando 99,2%, contra 95,5% da Região Norte e 95,2% do Continente. Reportando-nos ao período de 1989 vemos que a percentagem de efectivos sem escolaridade diminuiu, passando de 50% para 35,3%, assim como o índice de trabalhadores que detêm o grau de ensino secundário e superior, o qual registou uma quebra de 2% para 0,8%. Este decréscimo tem muito a ver com a própria estrutura demográfica, marcadamente envelhecida e com baixos níveis de escolaridade. Daí verificar-se um aumento dos efectivos ao nível do ensino básico e, simultaneamente, um aumento dos trabalhadores na faixa etária situada acima dos 40 anos.

Outro aspecto a reter é a existência da pluriactividade e do plurirendimento. As profundas transformações nas estruturas da produção e na organização social conduziram a rápidos aumentos de produtividade do trabalho. Face a este cenário, a exploração camponesa ou a pequena exploração familiar entrou em crise estrutural, uma vez que a intensificação do trabalho, como forma de se obter mais rendimentos, tem limites no sistema tradicional. O agricultor viu-se assim confrontado com a impossibilidade de rendibilizar a sua exploração: o preço de mercado dos produtos agrícolas era e é inferior ao valor médio dos produtos similares por si produzidos. Confrontado com esta realidade, só resta ao agricultor duas hipóteses: ou envereda pela inovação tecnológica e pela modernização da sua exploração ou condena esta à marginalidade e, na pior das situações, ao desaparecimento.

Se a segunda hipótese se verificar, o agricultor que não deseje abandonar a sua profissão é obrigado a dedicar-se a uma segunda actividade. Por isso, a agricultura a tempo parcial é entendida como uma forma de resistência mais ou menos transitória á proletarização.

Para que seja possível, torna-se necessário que nas suas proximidades existam postos de trabalho alternativos. Se esta condição não se verificar, o potencial agricultor acabará por abandonar a prática agrícola.

Tem sido este o cenário que tem ocorrido em Terras de Bouro. Os últimos dados do Recenseamento Geral Agrícola mostram que 28,9% dos produtores singulares deste sector dedicam-se exclusivamente ao trabalho agrícola e 26,8% consagram menos da metade do seu tempo laboral a esta actividade. Estes valores são respectivamente, para a Região Norte, de 21,5% e de 41,5% e, para o Continente, de 16,9% e de 48,7%. Estes indicadores revelam a dependência deste território das actividades primárias e a carência de actividades capazes de dar resposta a uma crescente procura de rendimentos noutros sectores alternativos de actividade. Isto mesmo é confirmado pela percentagem de produtores agrícolas singulares com actividade exterior remunerada, havendo a registar que 16,6% deles auferem de um rendimento proveniente de outra actividade económica principal e 1,6% conjugam a sua actividade agrícola com uma actividade secundária exterior remunerada. Estes índices situam-se abaixo das médias globais da Região Norte e do Continente. Os rendimentos agrícolas são, em Terras de Bouro, complementados com salários provenientes da construção civil, segurança social e remessas provenientes da emigração.

Os dados estatísticos existentes revelam que em Terras de Bouro se verifica uma acentuada diminuição das actividades do sector primário. O número de pessoas ao serviço diminuiu, assim como a SAU, o nº de explorações, as áreas ligadas à utilização das terras, com excepção dos prados e pastagens permanentes, e o número de animais. Regista-se também um aumento percentual do número de indivíduos acima dos 40 anos, assim como um acréscimo nos índices de pluriactividade e plurirendimento.

Não deixa de ser curioso, embora perfeitamente explicável, que se tenha verificado um aumento da mecanização neste concelho, acompanhando a tendência geral que se registou na Região Norte e no Continente. No entanto, tal facto fica a dever-se à conjugação de dois factores: as oportunidades decorrentes dos sistemas de incentivos comunitários articuladas com a possibilidade de prestação de serviços aos actores locais, seja a nível do sector primário ou outros. Os trabalhos agrícolas hoje realizados são efectuados por este tipo de equipamentos, ao contrário do passado onde era utilizada a tracção animal. Por outro lado, e ainda há bem pouco tempo, a recolha de lixos e os serviços realizados para a autarquia local eram efectuados por tractores, os quais também tinham muita influência ao nível da exploração florestal e recolha de forragens. Este tipo de equipamento adapta-se perfeitamente à orografia do território, suprime as carências decorrentes da diminuição do efectivo animal e é suficiente para cobrir a procura de trabalhos que assentam numa agricultura cada vez mais a tempo parcial e dependente de rendimentos gerados no exterior da exploração.

2.3.3. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

A representatividade da indústria transformadora em Terras de Bouro é praticamente nula e, para além disso, pouco diversificada. A análise dos dados disponíveis revela-nos que estamos na presença de empresas familiares e, conseqüentemente, estruturadas em modelos de gestão patriarcais e fortemente hierarquizados.

Ao analisarmos, a dois dígitos, a estrutura da indústria transformadora neste concelho verificamos que só estão representados três ramos de actividade: indústria alimentar, indústria do vestuário e a fabricação de produtos e de máquinas, equipamento e material de transporte.

Estas empresas apresentam, em termos comparativos com os outros municípios, um rácio de nº de trabalhadores por estabelecimento muito baixo.

2.3.3.1. INDÚSTRIA ALIMENTAR

A indústria alimentar (tabela n.º 8) não sendo das mais representativas do concelho de Terras de Bouro é, certamente, das mais fortes. Aqui se encontra instalada uma empresa que assimila muita mão de obra (as Águas do Fastio). As restantes empresas são do sector da panificação. As ameaças externas que pesam sobre estas indústrias não se fazem sentir e os mercados em que operam encontram-se em franca expansão.

Analisando a evolução do número de estabelecimentos e do número de pessoas ao serviço nesses estabelecimentos para o período compreendido entre 1985 e 1997, constatamos que, no que concerne aos estabelecimentos, Terras de Bouro cresceu abaixo da média da sua NUT III, apresentando mesmo a taxa de variação mais baixa. No entanto, o mesmo já não sucedeu relativamente à taxa de variação de pessoas ao serviço, onde o crescimento foi superior. Os índices de crescimento mais elevados, para o período entre 1985 e 1997, registaram-se no município de Amares. Apesar de tudo, o ritmo de crescimento deste concelho, no período entre 1991 e 1997, foi inferior ao dos seis anos anteriores. Entre 1985 e 1997 a taxa de variação mais elevada do número de pessoas ao serviço por estabelecimento teve também um decréscimo neste concelho. Isto demonstra que nem sempre o aumento do número de empresas é acompanhado pelo acréscimo de pessoas ao serviço.

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	3	7	9	113,3	28,6	200,0	87	103	73	18,4	-29,1	-16,1
Barcelos	29	33	50	13,8	51,5	72,4	453	529	619	16,8	17,0	36,6
Braga	27	36	58	33,3	61,1	114,8	422	459	748	8,8	63,0	77,3
Esposende	9	9	17	0	88,9	88,9	92	128	166	39,1	29,7	80,4
T. Bouro	2	2	3	0,0	50,0	50,0	36	60	92	66,7	53,3	155,6
Vila Verde	8	12	16	50,0	33,3	100,0	100	159	215	59,0	35,2	115,0
TOTAL	195	246	371	26,2	50,8	90,3	3626	3966	5764	9,4	45,3	59,0

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Terras de Bouro foi o município que registou a taxa de variação mais favorável da sua NUT. No entanto, o crescimento verificado no período entre 91 a 97 ficou aquém daquele que se registou entre 85 a 91.

Outro aspecto a reter é o de que o número de pessoas por estabelecimento aumentou consideravelmente em Terras de Bouro relativamente à média geral do Vale do Cávado.

Os decréscimos do número de pessoas por estabelecimento ficam a dever-se, em parte, aos processos de reestruturação tecnológica e organizacional das empresas. O que acontece em Terras de Bouro é que as unidades produtivas ligadas a este sector operam em ramos de actividade (padarias e empresas de águas) que exigem não só a produção de bens, mas também a sua distribuição e comercialização.

A pouca representatividade também se faz sentir ao nível do mercado de trabalho. O concelho de Terras de Bouro era, em 1985, responsável por 1% da mão de obra do distrito ligada a este sector, tendo em 1991 e 1997 subido para 1,5% e 1,6% respectivamente. De resto, a mão de obra está concentrada nos quatro concelhos mais ricos: 83,1% em 1985, contra 81,0% em 1991 e 72,0% em 1997.

2.3.3.2. INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO

A indústria do vestuário é praticamente inexistente no concelho de Terras de Bouro: apenas registamos a presença de empresas ligadas a este sector no período entre 1991 e 1997.

Esta indústria está praticamente concentrada no concelho de Barcelos, sendo que nos municípios limítrofes, registaram-se, devido ao efeito difusor, as maiores taxas de variação do número de estabelecimentos.

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	2	5	13	150,0	160,0	550,0	47	289	491	514,9	69,9	944,7
Barcelos	198	749	1227	278,3	63,8	519,7	10115	17425	20252	72,3	16,2	100,2
Braga	112	265	243	136,6	-8,3	117,0	5259	8731	7896	66,0	-9,6	50,1
Esposende	24	80	102	233,3	27,5	325,0	1560	3553	2252	127,8	-36,6	44,4
T. Bouro	0	0	1	-	-	-	0	0	69	-	-	-
Vila Verde	20	77	124	285,0	61,0	520,0	517	1507	1996	191,5	32,4	286,1
TOTAL	1171	2886	4179	146,5	44,8	256,9	85895	113650	100541	32,3	-11,5	17,1

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Os maiores índices de variação de nº de pessoas ao serviço entre 1985 e 1997 verificaram-se nos concelhos de Amares e Barcelos. Uma análise da tabela n.º 9 permite-nos aferir que os concelhos com maior crescimento em termos do nº de pessoas ao serviço foram, para o período entre 1985 e 1991, os de Amares, Vila Verde e Esposende e, para o período entre 1991 e 1997, Amares, Vila Verde e Barcelos. De resto, para este último período, com excepção destes municípios, todos os outros apresentam taxas de variação negativas. Na base deste

decréscimo está a exigência que as empresas sentem em promover uma maior flexibilização, reorganização da produção e desconcentração da produção.

O que acabamos de referir entende-se perfeitamente quando analisamos a evolução do número de pessoas por estabelecimento. Este rácio decresceu em todos os concelhos, com particular ênfase para os mais industrializados. Terras de Bouro era mesmo o município onde se verificava a relação mais elevada (69 pessoas por estabelecimento).

2.3.3.3. INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DA CORTIÇA

Mais de uma terça parte da indústria da madeira e da cortiça está concentrada no concelho de Braga (tabela n.º 10). O peso relativo de Terras de Bouro é muito diminuto, pese o facto da sua representatividade ter vindo a aumentar, daí que se tenha aqui verificado as maiores taxas de variação do distrito, as quais se situam muito acima das médias globais.

No que concerne à variação do número de pessoas ao serviço verifica-se uma situação idêntica à da indústria do vestuário, apenas com a variante deste fenómeno ter surgido mais cedo. As maiores quebras registaram-se no período compreendido entre 1991 e 1997 e os únicos municípios que registaram índices positivos entre 1985 e 1997 foram Barcelos, Esposende e Terras de Bouro.

Em Terras de Bouro funcionam pequenas unidade produtivas de raiz familiar e que operam para o mercado local. As empresas dedicam-se essencialmente à serração e produção de mobiliário para particulares ou em regime de subemprego.

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	16	19	21	18,8	10,5	31,3	94	78	85	-17,0	9,0	-9,6
Barcelos	52	82	95	57,7	15,9	82,7	462	596	547	29,0	-8,2	18,4
Braga	175	179	217	2,3	21,2	24,0	1928	1606	1508	-16,7	-6,1	-21,8
Esposende	13	16	20	23,1	25,0	53,8	118	138	128	16,9	-7,2	8,5
T. Bouro	1	2	5	100,0	150,0	400,0	20	18	26	-10,0	44,4	30,0
Vila Verde	19	28	34	47,4	21,4	78,9	295	370	249	25,4	-32,7	-15,6
TOTAL	406	471	577	16,0	22,5	42,1	4289	4147	3720	-3,3	-10,3	-13,3

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

O número de trabalhadores por estabelecimento tem vindo a diminuir, sendo que Terras de Bouro foi o município que registou a quebra mais elevada: 20 funcionários por unidade produtiva, em 1985, para 9 em 1991 e 5 em 1997. Neste ano era, depois de Amares, o concelho com menor índice, quando em 1985 detinha a taxa mais elevada do Vale do Cávado.

2.3.4. ELECTRICIDADE, GÁS E ÁGUA

Estando instalado neste concelho um dos maiores complexos hidroeléctricos do país, Alto-Cávado e Rabagão, e funcionando numa das suas freguesias, Valdozende, o Centro de Produção de Electricidade do Cávado-Lima, Terras de Bouro apresenta um dos indicadores mais favoráveis da Região relativamente a este sector de actividade (tabela n.º 11).

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	1	1	1	0,0	0,0	0,0	11	11	7	0,0	-36,4	-36,4
Barcelos	1	2	6	100,0	200,0	500,0	81	72	86	-11,1	19,4	6,2
Braga	3	3	8	0,0	166,7	166,7	251	216	230	-13,9	6,5	-8,4
Esposende	1	1	1	0,0	0,0	0,0	46	37	20	-19,6	-45,9	-56,5
T. Bouro	3	3	3	0,0	0,0	0,0	235	208	98	-11,5	-52,9	-58,3
Vila Verde	1	1	2	0,0	100,0	100,0	26	28	33	7,7	17,9	26,9
TOTAL	25	24	50	-4,0	108,3	100,0	1504	1281	1029	-14,8	-19,7	-31,6

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Por isso, e no contexto da sua NUT, as empresas de Terras de Bouro ligadas a este sector são representativas, quer em número de estabelecimentos ou no que concerne ao número de pessoas ao serviço.

Ainda que as taxas de variação do número de estabelecimentos tivesse sido positiva, as taxas de variação do número de pessoas ao serviço foi, na generalidade dos concelhos, muito negativa. Se exceptuarmos o período 85/91, Terras de Bouro é mesmo dos concelhos com as variações negativas mais elevadas.

Esta situação acarretou uma diminuição no número de pessoas por estabelecimentos. Terras de Bouro é um dos municípios com o maior número de trabalhadores por unidade produtiva ao longo do período que abordamos. A redução fez-se sentir de-se essencialmente entre 1991 e 1997, quando no período anterior até se registaram algumas subidas de vulto. De salientar que o número de pessoas por estabelecimento teve uma quebra acentuada em Terras de Bouro, passou de 78,3 em 1985 para 69,3 em 1991 e 32,7 em 1997.

2.3.5. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

O sector da construção civil e obras públicas foi dos sectores da economia nacional que mais beneficiou com a adesão do nosso país à União Europeia. O grande volume de obras em infra-estruturas e o aumento do poder de aquisição dos portugueses vieram a dinamizar este sector. A importância dos investimentos fez-se sentir particularmente nos grandes aglomerados urbanos.

77,1% das empresas do Distrito de Braga concentravam-se, em 1997, no município de Braga (tabela n.º 12). As empresas de Terras de Bouro ligadas a este sector têm um peso relativo muito diminuto: 1,0% em 1985, contra 0,6% em 1991 e 0,8% em 1997. De igual modo, o peso do número de trabalhadores por estabelecimento era muito baixo, apesar de ter existido um incremento, subindo de 0,6% em 1985 para 1,0% em 1991 e 1,1% em 1997.

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	55	54	78	-1,8	44,4	41,8	827	802	996	-3,0	24,2	20,4
Barcelos	87	178	324	104,6	82,0	272,4	1085	1568	2718	44,5	73,3	150,5
Braga	285	372	568	30,5	52,7	99,3	3719	5030	6451	35,3	28,3	73,5
Esposende	20	43	97	115,0	125,6	385,0	215	590	1587	174,4	169,0	638,1
T. Bouro	9	8	18	-11,1	125,0	100,0	77	159	230	106,5	44,7	198,7
Vila Verde	68	93	172	36,8	84,9	152,9	694	668	1075	-3,7	60,9	54,9
TOTAL	930	1296	2257	39,4	74,2	142,7	12744	15269	20604	19,8	34,9	61,7

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Registamos também que a taxa de variação das empresas situam-se a níveis mais elevados que as taxas de variação das pessoas ao serviço. Esta situação reflecte a expansão do mercado das obras públicas associada ao aparecimento de empresas em nome individual, resultante do crescente recurso à subcontratação, da precarização do trabalho e do recurso a mão de obra barata proveniente dos países do Leste e da CPLP.

Uma análise sucinta da tabela anteriormente apresentada indica-nos que no período entre 1985 e 1991 se verificou uma diminuição do número de empresas nos concelhos de Amares e Terras de Bouro. Ainda que esta descida tenha sido acompanhada também por uma diminuição do número de pessoas ao serviço, em Terras de Bouro aconteceu o contrário, tendo-se registado, neste período, um aumento desta taxa em 106,5%. Não deixa de ser curioso que no período entre 1991 e 1997 foram os concelhos do interior e economicamente mais desfavorecidos que maiores índices de crescimento apresentaram, tanto ao nível do número de estabelecimentos como no número de pessoas ao serviço.

O número de trabalhadores por estabelecimento indica-nos claramente que, regra geral, há uma tendência para a diminuição do número de efectivos.

2.3.6. COMÉRCIO, HOTÉIS E RESTAURANTES

Este sector não só é um dos mais representativos da economia de Terras de Bouro, como tem vindo a aumentar a sua importância ao longo das duas últimas décadas. Em 1985 as empresas ligadas a este sector representavam 30,0% do total do tecido empresarial, subindo a sua representatividade para 35,1% em 1991 e 57,1% em 2001.

Mas se as empresas ligadas ao sector HORECA têm uma grande importância económica e resulta da crescente procura turística, a importância do comércio tem associada a si uma relevância social inquestionável.

2.3.6.1. COMÉRCIO POR GROSSO

O comércio grossista está basicamente concentrado nos concelhos de Braga, Guimarães, Barcelos e Famalicão (tabela n.º 13). Nestes municípios concentravam-se, em 1985, 95,0% do total dos estabelecimentos grossistas do Distrito de Braga, tendo descido, tanto em 1991 como em 1997, para 91,6%. Este peso relativo aumenta quando falamos do número de pessoas ao serviço. Nestes concelhos concentrava-se, em 1985, 96,4% da mão de obra ligada a este sector. Contrariamente a outros sectores de actividade, a redução da mão de obra foi pouco acentuada, tendo descido para 94,4% em 1991 e 94,1% em 1997.

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	4	6	12	50,0	100,0	200,0	30	59	55	96,7	-6,8	83,3
Barcelos	44	83	166	88,6	100,0	277,3	384	775	1088	101,8	40,4	183,3
Braga	147	234	349	59,2	49,1	137,4	1499	2287	2794	52,6	22,2	86,4
Esposende	8	21	23	162,5	9,5	187,5	35	116	82	231,4	-29,3	134,3
T. Bouro	0	0	2	-	-	-	0	0	3	-	-	-
Vila Verde	8	21	29	162,5	38,1	262,5	51	96	111	88,2	15,6	117,6
TOTAL	441	789	1343	78,9	70,2	204,5	4095	6742	8576	64,6	27,2	109,4

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

A taxa de variação dos estabelecimentos grossistas foi sempre positiva entre 1985 e 1997, havendo a registar um maior dinamismo nos concelhos do interior e economicamente menos desenvolvidos, com excepção de Terras de Bouro que só veio a ter estabelecimentos grossistas em 1997, mesmo assim com um número de trabalhadores muito diminuto. Tratam-se de estabelecimentos familiares e com pouca relevância nos contextos sócio-económicos do distrito e do próprio concelho.

Também podemos verificar que, com excepção de Esposende no período entre 1991 e 1997, as taxas de variação do número de pessoas ao serviço foram sempre positivas, tendo-se verificado um maior dinamismo entre 1985 a 1991.

O número de trabalhadores por estabelecimento aumentou, entre 1985 e 1991, nos concelhos de Amares, Barcelos, Celorico de Basto, Esposende e Famalicão, tendo diminuído em todos os municípios do Distrito entre 1991 e 1997.

2.3.6.2. COMÉRCIO A RETALHO

Sendo o comércio uma actividade que procura territórios onde se conjuguem a dimensão do mercado com o poder de compra dos seus habitantes, não é de estranhar que estas actividades privilegiem os grandes aglomerados urbanos, pese o facto da concorrência dos hipermercados também aí se fazer sentir de um modo mais acutilante. No entanto, também os estabelecimentos das aldeias se encontram ameaçados, uma vez que as grandes superfícies disponibilizam transportes gratuitos para que estas populações possam aceder às catedrais do consumo.

A exemplo do que acontecia com o comércio grossista, o comércio retalhista (tabela n.º 14) está concentrado nos quatro concelhos a que temos vindo a fazer referência, os quais albergavam, em 1997, 86,2% das empresas do Distrito, contra 89,3% em 1991 e 89,0% em 1985. No que concerne ao número de pessoas ao serviço, estes municípios viram aumentar a sua importância neste espaço geográfico manteve-se praticamente constante: 89,9% em 1985, contra 90,8% em 1991 e 89,3% em 1997.

O peso relativo do comércio retalhista de Terras de Bouro no contexto do distrito é irrelevante, pese o facto de entre 1991 e 1997 ter aumentado a sua representatividade ao nível do número de estabelecimentos (de 0,3% para 0,6%) e do número de pessoas ao serviço (de 0,2% para 0,3%).

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	17	32	58	88,2	81,3	241,2	75	117	192	56,0	64,1	156,0
Barcelos	175	317	511	81,1	61,2	192,0	741	1205	1777	62,6	47,5	139,8
Braga	523	747	1073	42,8	43,6	105,2	2628	4506	6092	71,5	35,2	131,8
Esposende	43	62	114	44,2	83,9	165,1	178	249	332	39,9	33,3	86,5
T. Bouro	5	6	20	20,0	233,3	300,0	13	16	51	23,1	218,8	292,3
Vila Verde	35	63	156	80,0	147,6	345,7	169	325	549	92,3	68,9	224,9
TOTAL	1529	2243	3625	46,7	61,6	137,1	6854	10607	15872	54,8	49,6	131,6

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

No que diz respeito às taxas de variação do número de estabelecimentos e do número de pessoas ao serviço verificamos que, globalmente, existiu um fenómeno inverso. Enquanto que a taxa de variação do número de estabelecimentos apresenta um maior dinamismo no período entre 1991 e 1997, com a taxa de variação do número de pessoas ao serviço o maior dinamismo verificou-se no período entre 1985 e 1991, pese o facto de neste espaço temporal se registarem índices negativos para os concelhos de Celorico de Basto e de Cabeceiras de Basto. Em Terras de Bouro as maiores taxas de crescimento, tanto para um como para o outro indicador, verificaram-se entre 1991 e 1997.

Uma análise cuidada do número de pessoas do comércio retalhista por estabelecimento indica-nos que estamos na presença de pequenas empresas familiares e extremamente

estratificadas. Os índices globais do Distrito dizem-nos que em 1985 estas empresas tinham em média 4,5 pessoas ao seu serviço, contra 4,7 em 1991 e 4,4 em 1997, seguindo, com excepção de Barcelos, a tendência dos municípios mais ricos. No que diz respeito a Terras de Bouro, os estes índices mantiveram-se praticamente estáveis, sendo que foram sempre os mais baixos de entre todos os municípios que compõem estes distrito.

Pelo conhecimento que possuímos deste sector podemos afirmar que, para além de serem empresas familiares e estratificadas, são poucos os estabelecimentos com pessoal remunerado, onde se regista a predominância de empresas em nome individual, com um quadro de pessoal com baixos índices de escolaridade e de idades superiores a 50 anos. Para além disso, a área de exposição de venda ao público é muito reduzida e, fundamentalmente nas zonas rurais, coloca muitos obstáculos arquitectónicos aos consumidores.

2.3.6.3. RESTAURANTES E HOTÉIS

Ainda que o peso relativo dos estabelecimentos de Terras de Bouro ligados a este sector tenha, se comparado com a totalidade dos estabelecimentos HORECA do distrito, uma expressão diminuta, a verdade é que estes números escondem outras realidades espaciais, a saber:

- ✓ são os cafés e não os estabelecimentos turísticos que provocam estes desníveis;
- ✓ muitos estabelecimentos estão registados como comércio a retalho (mercearias), mas funcionam também como cafés;
- ✓ existem muitos particulares que alugam as suas casas, mas não estão colectados como empresas.

No entanto, os índices aferidos revelam também que o concelho de Terras de Bouro a ganhar representatividade ao nível deste sector (tabela n.º 15). Em 1997 as empresas HORECA de Terras de Bouro representavam 3,4% do total do tecido empresarial e assimilavam 4,4% da mão de obra do Distrito.

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	8	12	43	50,0	258,3	437,5	30	51	175	70,0	243,1	483,3
Barcelos	41	70	133	70,7	90,0	224,4	177	341	558	92,7	63,6	215,3
Braga	133	228	416	71,4	82,5	212,8	927	1239	1908	33,7	54,0	105,8
Esposende	20	41	60	105,0	46,3	200,0	166	386	397	132,5	2,8	139,2
T. Bouro	4	7	46	75,0	557,1	1050,0	35	45	251	28,6	457,8	617,1
Vila Verde	13	29	55	123,1	89,7	323,1	50	106	178	112,0	67,9	256,0
TOTAL	378	667	1352	76,5	102,7	257,7	2166	3410	5653	57,4	65,8	161,0

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Por isso, não é de estranhar que, entre 1985 e 1997, a maior taxa de variação dos estabelecimentos se tenha registado em Terras de Bouro, assim como a taxa de variação mais elevada do número de pessoas ao serviço.

Por outro lado, este concelho deteve sempre, a nível distrital, dos mais elevados índices do número de pessoas por estabelecimento: 8,8 em 1985, contra 6,4 em 1991 e 5,5 em 1997. Estes índices ultrapassavam as médias gerais do Distrito que eram de 5,7; 5,1 e 4,2 respectivamente.

Extremamente importantes, sobretudo quando se pensa que o sector do turismo venha a constituir-se como uma actividades económicas mais importantes, em virtude de a redução do horário de trabalho e como estratégia para combater um desemprego galopante, são as infra-estruturas hoteleiras.

Ao nível destas infra-estruturas o distrito de Braga teve um acréscimo de hotéis de 15,8% e uma descida do número de pensões de 8,2%, tendo-se mantido o número dos outros estabelecimentos. Em Terras de Bouro verificou-se que o número de estabelecimentos existentes nos anos 90 não sofreu alterações (tabela n.º 16).

Comparando o concelho de Terras de Bouro com os outros municípios do distrito vemos que é o quarto concelho com maior número de hotéis, pese o facto da sua representatividade ter descido de 10,5% para 9,1%. Ao nível das pensões a situação é ainda mais satisfatória, uma vez que detém o maior número deste tipo de estabelecimentos, tendo, inclusive, aumentado a sua representatividade de 22,4% em 1991 para 24,4% em 1999. No que diz respeito aos outros tipos de estabelecimentos a situação manteve-se constante: os concelhos mais representativos são Esposende e Guimarães; Famalicão perdeu para Amares o único estabelecimento que possuía e a representatividade de Terras de Bouro manteve-se constante.

Tabela N.º 16																		
ESTABELECIMENTOS, QUARTOS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO																		
	1991									1999								
	HOTÉIS			PENSÕES			OUTROS ESTABEL.			HOTÉIS			PENSÕES			OUTROS ESTABEL.		
	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de alojamento	Estabelecimentos	Quartos	Cap. de alojamento	Estabelecimentos	Quartos	Cap. de alojamento	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de alojamento	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de alojamento	Estabelecimentos	Quartos	Capacidade de alojamento
Amares	1	70	230	9	234	468	-	-	-	1	70	149	5	131	240	1	32	65
Barcelos	-	-	-	5	84	184	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Braga	7	433	863	9	176	379	1	30	60	9	11	205	443	1
Esposende	4	397	830	2	59	118	3	75	150	3	315	630	4	80	138	3	75	184
T. Bouro	2	110	206	11	229	466	1	25	54	2	11	244	510	1
V. Verde	-	-	-	2	54	97	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
TOTAL	14	14	1010	2129	38	836	1712	5	130	264	15	779	36	660	1331	6	107	249

Fonte: I.N.E (Anuários Estatístico 1992 e 2000)

Não é possível fazer a análise da evolução do número de quartos e capacidade de alojamento em hotéis para Terras de Bouro visto estes indicadores não estarem disponíveis. Em termos qualitativos e pelo conhecimento que temos das dinâmicas territoriais neste concelho

podemos afirmar que verificaram profundas reestruturações ao nível da modernização desses estabelecimentos em virtude das vantagens que derivaram da implementação dos programas comunitário, nomeadamente o SIR (Sistemas de Incentivos Regionais), o RIME (Regime de Incentivos às Micro-empresas) e o SIFIT III (Sistema de Incentivos Financeiros ao Turismo).

Passando à análise do número de quartos e capacidade de alojamento é visível que, apesar do número de pensões se ter mantido constante, se registou, para o período compreendido entre 1991 e 1999, um acréscimo de 103,5% para os primeiros e de 109,0% para a segunda.

Apesar dos bons indicadores ao nível das infra-estruturas, Terras de Bouro ⁽¹¹⁾ detém, logo a seguir a Amares e Fafe, a pior taxa de ocupação de estabelecimentos hoteleiros (tabela n.º 17), muito longe das médias de Portugal, do Continente e da Região Norte. De resto, só Braga, Esposende e Guimarães é que se aproximam das médias de Portugal e do Continente e ultrapassam a média global da Região Norte. Estes valores indiciam, por um lado, o carácter sazonal do turismo no concelho de Terras de Bouro e, por outro, revelam que a ocupação dos estabelecimentos hoteleiros em zonas urbanas não depende apenas do fenómeno turístico, mas está associada a outros fenómenos como os negócios, congressos, seminários....

Tabela N.º 17		
TAXA DE OCUPAÇÃO E ESTADIA MÉDIA EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS		
	TAXA DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS	ESTADA MÉDIA POR HÓSPEDE EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS
Norte	30,4	1,8
Amares	11,9	3,1
Barcelos
Braga	38,8	1,6
Esposende	35,1	2,9
Terras de Bouro	18,5	2,7
Vila Verde

Fonte: INE

Já no que concerne à estada média por hóspede em unidade hoteleira, Terras de Bouro apresenta, logo a seguir a Braga, o índice mais favorável do distrito.

2.3.7. TRANSPORTES

Terras de Bouro é, conjuntamente com Celorico de Basto, o concelho do Distrito de Braga com menor número de empresas e de pessoas ligadas a este sector (tabela n.º 18). A maior empresa de transportes existente no concelho é a Empresa Hoteleira do Gerês. Entre 1985 e 1991 a representatividade das empresas deste concelho no contexto distrital aumentou de 1,5% para 2,8%, tendo caído para 1,4% em 1997. Com o número de pessoas ao serviço a tendência foi idêntica: 0,8% em 1985, contra 1,6% em 1991 e 0,4% em 1997.

Para o período compreendido entre 1985 e 1997, o município de Terras de Bouro apresenta a mais elevada taxa de variação negativa do número de pessoas ao serviço, sendo que é

(11) Os dados apresentados apenas abrangem os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo

o único concelho que, para o mesmo período, apresenta taxas de variação negativas ao nível do número de estabelecimentos. Tal facto fica a dever-se ao abrandamento entre 1991 e 1997, já que no período entre 1985 e 1991 é o município com maior dinamismo.

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	3	4	8	33,3	100,0	166,7	24	36	35	50,0	-2,8	45,8
Barcelos	10	20	32	100,0	60,0	220,0	220	315	450	43,2	42,9	104,5
Braga	36	45	69	25,0	53,3	91,7	1486	1108	1280	-25,4	15,5	-13,9
Esposende	5	4	7	-20,0	75,0	40,0	29	29	82	0,0	182,8	182,8
T. Bouro	2	5	4	150,0	-20,0	-10,0	33	54	15	63,6	-3900,0	-54,5
Vila Verde	7	15	19	114,3	26,7	171,4	69	70	70	1,4	0,0	1,4
TOTAL	133	176	277	32,3	57,4	108,3	3959	3409	3545	-13,9	4,0	-10,5

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Ao nível do número de trabalhadores por estabelecimento verificou-se uma progressiva deterioração, passando do rácio 16,5 em 1985 para 10,8 em 1991 e 3,8 em 1997, médias estas muito inferiores aos valores gerais do Distrito: 28,8 em 1985, contra 19,4 em 1991 e 12,8 em 1997

2.3.8. BANCOS, SEGUROS E SERVIÇOS ÀS EMPRESAS

O sector financeiro de Terras de Bouro é o mais débil de todo o Distrito de Braga. As empresas deste município representavam em 1985 apenas 0,1% do total do tecido empresarial financeiro do distrito, tendo melhorado em 1991 (0,6%), para ter uma ligeira quebra em 1997 (0,5%). Esta fragilidade ainda é mais ao nível dos quadros afectos a este sector de actividade: 0,4% em 1985 contra 0,3% em 1991 e 1997.

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	2	6	15	200,0	150,0	650,0	22	36	58	63,6	61,1	163,6
Barcelos	15	50	119	233,3	138,0	693,3	205	422	507	105,9	20,1	147,3
Braga	69	147	362	113,0	146,3	424,6	991	1239	2227	25,0	79,7	124,7
Esposende	4	16	31	300,0	93,8	675,0	48	140	493	191,7	252,1	927,1
T. Bouro	1	3	5	200,0	66,7	400,0	9	13	18	44,4	38,5	100,0
Vila Verde	2	7	31	250,0	342,9	1450,0	27	49	147	81,5	200,0	444,4
TOTAL	205	462	1089	125,4	135,7	431,2	2412	3815	6323	58,2	65,7	162,1

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Mesmo assim, Terras de Bouro teve sempre taxas de variação positiva do número de pessoas ao serviço superiores à média global do distrito, já o mesmo não ocorrendo

relativamente ao número de estabelecimentos, onde apenas registou um dinamismo superior à média geral do distrito no período entre 1985 a 1991.

No que diz respeito ao número de pessoas por estabelecimento, com excepção de 1985, as médias de Terras de Bouro eram as mais baixas do distrito, observando-se uma deterioração progressiva: 9,0 em 1985 contra 4,3 em 1991 e 3,6 em 1997.

2.3.9. SERVIÇOS À COLECTIVIDADE

Relativamente ao sector dos serviços prestados à colectividade, quer as empresas ou o número de pessoas ao serviço concentram-se praticamente nos concelhos de Braga, Barcelos, Guimarães e Famalicão (tabela n.º 20). Nestes municípios operavam, em 1985, 87,9% das empresas do distrito e 92,3% da mão de obra afecta a este sector. Estes valores eram, respectivamente, para o ano de 1991 de 88,8% e 89,1% e, para o ano de 1997, de 86,6% e 84,4%.

O peso relativo de Terras de Bouro é praticamente nulo. Ao nível dos estabelecimentos desceu de 0,3% em 1985 para 0,0% em 1991, tendo havido uma subida de 0,6% em 1997. No que diz respeito à mão de obra registou-se um aumento de representatividade entre 1985 (0,2%) e 1991 (0,3%), tendo apresentado igual índice em 1997.

Concelhos	Nº de Estabelecimentos						Nº de Pessoas ao Serviço					
	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97	1985	1991	1997	Tx. Var. 85/91	Tx. Var. 91/97	Tx. Var. 85/97
Amares	23	23	30	0,0	30,4	30,4	77	121	218	57,1	80,2	183,1
Barcelos	84	122	220	45,2	80,3	161,9	616	873	1165	41,7	33,4	89,1
Braga	331	405	623	22,4	53,8	88,2	2691	3470	4540	28,9	30,8	68,7
Esposende	20	27	64	35,0	137,0	220,0	89	119	408	33,7	242,9	358,4
T. Bouro	3	0	11	-100,0	-	266,7	10	0	78	-100,0	-	680,0
Vila Verde	23	28	71	21,7	153,6	208,7	79	161	264	103,8	64,0	234,2
TOTAL	879	1106	1903	25,8	72,1	116,5	5869	8117	12810	38,3	57,8	118,3

Fonte: DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

Foi, porém, o concelho de Terras de Bouro aquele em que se verificou o maior acréscimo de número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço no período compreendido entre 1985 e 1997. No entanto, as dinâmicas verificadas entre 1985 e 1991 levaram à extinção das empresas ligadas a estes sector, tendo-se depois verificado um aumento significativo entre 1991 e 1997.

Por último podemos constatar que se em 1985 o número de pessoas por estabelecimento era em Terras de Bouro (3,3) inferior à média global do distrito de Braga, em 1997 ultrapassava essa média geral, 7,1 contra 6,7.

2.4. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Os indicadores sobre as condições de habitação e higiene, o grau de evolução dos transportes e comunicações, o sistema educativo e as infra-estruturas básicas de saúde, dão um panorama credível do grau de desenvolvimento da uma dada região e das condições sociais das respectivas populações.

2.4.1. HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

Os dados referidos na tabela n.º 21 demonstram que o parque habitacional em Terras de Bouro cresceu, com excepção do período entre 1991 e 2001, sempre a um ritmo inferior à média global da Região Norte. Para além disso, o seu ritmo de crescimento foi sempre inferior ao dos outros concelhos que compõem a NUT.

Podemos verificar que até 1990 se registou um crescimento acentuado do número de alojamentos, fruto quer do crescimento demográfico verificado, quer da diminuição da dimensão média das famílias. Estas dinâmicas foram particularmente sentidas nos concelhos mais urbanos do Vale do Cávado. A partir da década de 90, comparando os edifícios construídos com os edifícios existentes, a média de crescimento abrandou.

O maior índice de crescimento do parque habitacional de Terras de Bouro deu-se entre 1971 e 1990. Para tal muito contribuiu o retorno dos emigrantes.

Tabela N.º 21						
EDIFÍCIOS SEGUNDO A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO						
	Edifícios	Edifícios construídos antes de 1919	Edifícios construídos entre 1919 e 1945	Edifícios construídos entre 1946 e 1970	Edifícios construídos entre 1971 e 1990	Edifícios construídos entre 1991 e 2001
REGIÃO NORTE	1098997	100591	104573	240200	434682	218951
DIST. DE BRAGA	231801	17883	16016	43771	99735	54396
Amares	7120	610	388	1095	3222	1805
Barcelos	31610	2014	1760	5949	14019	7868
Braga	32662	2176	2582	6515	13272	8117
Esposende	12924	311	606	2329	6154	3524
Terras de Bouro	4376	915	300	639	1613	909
Vila Verde	16965	1394	1050	2916	7723	3882

Fonte: INE (Censos 2001)

Quando analisamos o peso relativo dos edifícios por tipo de utilização (tabela n.º 22); Terras de Bouro é, de entre os concelhos que compõem o distrito de Braga, aquele que possui a taxa mais elevada de edifícios com apenas um alojamento e o que detém a taxa mais baixa de edifícios com 2 a 6 alojamentos. As construções existentes são antigas e terreas, verificando-se ainda uma pouca procura.

Tabela N.º 22			
PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS POR TIPOLOGIA			
	Edifícios com 1 alojamento	Edifícios com 2 a 6 alojamentos	Edifícios com 7 a 12 alojamentos
NORTE	86,8%	10,8%	1,7%
DISTRITO DE BRAGA	86,1%	12,1%	1,3%
Amares	93,4%	6,0%	0,5%
Barcelos	89,6%	9,3%	0,6%
Braga	76,9%	16,1%	4,7%
Esposende	89,8%	8,9%	1,1%
Terras de Bouro	96,4%	3,4%	0,2%
Vila Verde	94,8%	4,7%	0,5%

Fonte: INE (Censos 2001)

Por outro lado, o número de alojamentos vagos e de uso sazonal (tabela n.º 23) têm os índices mais elevados no concelho de Terras de Bouro. Este município é o concelho com a menor taxa de edifícios de uso exclusivamente residencial. Tem-se registado neste concelho uma contínua busca de habitações abandonadas por pessoas da cidade, que as recuperam e fazem delas a sua residência secundária.

Tabela N.º 23							
EDIFÍCIOS POR TIPO DE UTILIZAÇÃO							
	TOTAL EDIFÍCIOS	Edifícios de uso Exclusivamente Residencial	%	Edifícios de uso Principalmente Residencial	%	Edifícios de uso Principalmente Não Residencial	%
NORTE	1098997	989446	90,0%	99088	9,0%	10463	1,0%
Distrito de Braga	231801	208502	89,9%	21699	9,4%	1600	0,7%
Amares	7120	6694	94,0%	399	5,6%	27	0,4%
Barcelos	31610	28303	89,5%	3138	9,9%	169	0,5%
Braga	32662	29178	89,3%	3268	10,0%	216	0,7%
Esposende	12924	11805	91,3%	1070	8,3%	49	0,4%
Terras de Bouro	4376	3598	82,2%	748	17,1%	30	0,7%
Vila Verde	16965	14769	87,1%	1996	11,8%	200	1,2%

Fonte: INE (Censos 2001)

Contudo, a produção de habitação revela-se pouco dinâmica, seja pelo fraco dinamismo demográfico do concelho, ou pela dificuldade na obtenção de licenças de construção. As 220 licenças concedidas em 1996 pela Câmara para construção e obras de conservação e beneficiação representavam apenas 0,8% do total das licenças concedidas no Distrito de Braga. Não deixa de ser curioso que apesar de tudo foi dos concelhos com maior índice de licenças concedidas por edifícios concluídos 83,6%. Este cenário, porém, degradou-se em 1999, quando o número de licenças concedidas foram de 100 e a taxa de execução a mais baixa do distrito, apenas 67,0%.

No que diz respeito às infra-estruturas básicas verificou-se em todos os concelhos do distrito avanços significativos na melhoria das condições de vida das populações. Mesmo assim podemos verificar que, com excepção da rede de abastecimentos de água, Terras de Bouro possui os piores indicadores da sua NUT e encontra-se aquém das médias globais do país e do distrito de Braga.

Tabela N.º 24

ALOJAMENTOS FAMILIARES SEGUNDO AS INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Unidade Territorial	1991							2001						
	Totais	Sem electricidade	%	Sem água	%	Sem esgotos	%	Totais	Sem electricidade	%	Sem água	%	Sem esgotos	%
Portugal	3084400	70149	2,3	347291	11,3	287.374	9,3	3567983	16018	0,4	94157	2,6	118576	3,3
Dist. Braga	194337	3.204	1,6	30.243	15,6	18.272	9,4	247444	775	0,3	7702	3,1	9019	3,6
Amares	4447	170	3,8	905	20,4	663	14,9	5419	26	0,5	181	3,3	413	7,6
Barcelos	26695	573	2,2	4.259	16,0	1.136	4,2	33974	124	0,4	1020	3,0	843	2,5
Braga	37332	183	0,5	3.266	8,7	1.460	3,9	50375	56	0,1	675	1,3	658	1,3
Esposende	7425	148	2,0	1.022	13,8	437	5,9	9366	22	0,2	116	1,2	170	1,8
T. Bouro	2553	101	4,0	613	24,0	644	26,0	2602	38	1,5	192	7,4	317	12,2
Vila Verde	11552	530	4,6	2.996	25,9	2.194	19,0	13550	110	0,8	792	5,8	816	6,0

Fonte: INE - Censos 1991 e 2001

Este facto é constatado no próprio Plano de Actividades da autarquia, o qual privilegia essencialmente os investimentos ao nível da melhoria das condições de vida das populações, sobretudo no que diz respeito ao saneamento e às acessibilidades. Este concelho ainda não ultrapassou a fase do combate às carências elementares do desenvolvimento em detrimento da criação de bases sólidas para o desenvolvimento local.

Saliente-se que a morfologia do território, os pequenos núcleos populacionais dispersos, a baixa densidade populacional e os níveis de desenvolvimento económico e social das populações tornam, numa visão puramente tecnocrática, os custos inerentes aos investimentos em infra-estruturas incomportáveis em termos de rendibilidade, factores que contribuem para a manutenção deste cenário desfavorável. As reduzidas condições de habitabilidade, uma oferta deficiente de habitação, a falta de oportunidades de emprego e uma escassez de bens e serviços a todos os níveis, são factores de repulsão que leva a própria população activa empregada neste concelho a procurar habitação em centros urbanos melhores equipados. A generalidade dos quadros médios e superiores do concelho residem na cidade de Braga. Podemos afirmar, com conhecimentos de causa, que se a Póvoa de Lanhoso é hoje o dormitório de Braga, esta cidade é o dormitório de Terras de Bouro.

2.4.2. SAÚDE

O concelho de Terras de Bouro apresenta uma má cobertura em termos de equipamentos de Saúde (tabela n.º 25).

Existem apenas um Centro de Saúde sem internamento (localizado na sede do concelho), uma extensão do Centro de Saúde (localizada na freguesia de Rio Caldo), três farmácias, um serviço de análises clínicas e dois consultórios médicos, os quais têm serviço permanente. Dado o facto deste concelho possuir um número diminuto de freguesias (17 ao todo), os rácios das percentagens de freguesias equipadas com Centros de Saúde e consultórios médicos com serviço permanente são superiores à médias globais da Região Norte e do Vale do Cávado, observando-se, no que concerne aos outros indicadores, índices mais desfavoráveis. De realçar ainda que, se extrairmos os consultórios médicos e consultórios médicos com serviço permanente, o município de Terras de Bouro é aquele onde se regista a maior distância média das freguesias não equipadas ao equipamento ou serviço. Este índice chega a ser preocupante no que diz respeito ao Hospital Geral (31,6Km) e Clínicas de Saúde com Internamento (29,4Km). Estamos na presença de um concelho extenso e de montanha, com taxas de cobertura muito desfavoráveis

relativamente às médias globais da Região Norte e do Vale do Cávado e ainda dos índices apresentados pelos concelhos da sua NUT. Isto reflecte-se numa rede de cuidados de saúde pouco diferenciada.

Tabela N.º 25								
FREGUESIAS EQUIPADAS E DISTÂNCIA MÉDIA DAS FREGUESIAS NÃO EQUIPADAS AO EQUIPAMENTO OU SERVIÇO, POR EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS								
Equipamentos e Serviços	Reg. Norte	Reg. Cávado	Amares	Braga	Barcelos	Esposende	T. Bouro	V. Verde
Estabelecimentos de Saúde Oficiais								
Hospital Geral								
Número de Freguesias equipadas	28	3	-	1	1	1	-	-
Percentagem de Freguesias equipadas	1,4	1,1	-	1,6	1,1	6,7	-	-
Percentagem da população residente servida	9,1	6,2	-	10,5	3,9	9,3	-	-
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	14,7	8,4	15,3	3,7	7,7	12,5	31,6	15,2
Hospital Especializado								
Número de Freguesias equipadas	5	-	-	-	-	-	-	-
Percentagem de Freguesias equipadas	0,2	-	-	-	-	-	-	-
Percentagem da população residente servida	4,7	-	-	-	-	-	-	-
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	X	-	X	-	X	X	X	X
Centro de Saúde sem Internamento								
Número de Freguesias equipadas	93	9	1	3	2	1	1	1
Percentagem de Freguesias equipadas	4,6	3,4	4,2	4,8	2,2	6,7	5,9	1,7
Percentagem da população residente servida	26,2	11,4	12,3	18,0	5,8	9,3	8,2	5,9
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	3,9	4,7	5,5	2,7	6,0	3,5	8,2	7,5
Centro de Saúde com Internamento								
Número de Freguesias equipadas	25	-	-	-	-	-	-	-
Percentagem de Freguesias equipadas	1,2	-	-	-	-	-	-	-
Percentagem da população residente servida	1,8	-	-	-	-	-	-	-
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	2,6	3,9	13,5	3,3	0,1	-	29,4	9,1
Extensão de Centro de Saúde								
Número de Freguesias equipadas	441	42	2	11	2	4	1	6
Percentagem de Freguesias equipadas	21,8	15,8	8,3	17,7	8,3	26,7	5,9	10,3
Percentagem da população residente servida	37,5	22,0	10,1	19,3	10,1	37,3	12,6	20,1
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	1,3	2,6	6,1	1,5	6,1	1,5	18,7	3,6
Estabelecimentos de Saúde Particulares								
Hospital/Clinica								
Número de Freguesias equipadas	46	9	1	2	1	2	-	-
Percentagem de Freguesias equipadas	2,3	3,4	4,2	3,2	4,2	13,3	-	-
Percentagem da população residente servida	13,2	15,9	5,8	23,9	5,8	17,1	-	-
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	17,3	7,6	X	X	X	X	X	X
Posto de Enfermagem								
Número de Freguesias equipadas	195	26	2	7	2	4	-	4
Percentagem de Freguesias equipadas	9,6	9,8	8,3	11,3	8,3	26,7	-	6,9
Percentagem da população residente servida	38,7	28,1	18,2	35,0	18,2	42,2	-	22,4
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	5,4	5,1	8,0	2,9	8,0	1,9	26,9	6,9
Farmácia								
Número de Freguesias equipadas	474	65	4	21	4	6	3	10
Percentagem de Freguesias equipadas	23,4	24,5	16,7	33,9	16,7	40,0	17,6	17,2
Percentagem da população residente servida	64,3	50,0	30,8	64,5	30,8	62,4	38,3	32,0
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	2,6	1,9	2,6	1,2	2,6	1,7	3,7	2,9
Serviço de Análises Clínicas								
Número de Freguesias equipadas	275	26	3	9	3	2	1	3
Percentagem de Freguesias equipadas	13,6	9,8	12,5	14,5	12,5	13,3	5,9	5,2
Percentagem da população residente servida	49,7	29,4	24,6	44,9	24,6	18,0	8,2	18,0
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	4,8	4,6	4,8	2,9	4,8	3,9	12,3	5,9
Consultório Médico								
Número de Freguesias equipadas	425	72	5	22	5	5	2	8
Percentagem de Freguesias equipadas	21,0	27,2	20,8	35,5	20,8	33,3	11,8	13,8
Percentagem da população residente servida	60,7	50,4	40,7	64,2	40,7	37,4	10,3	32,3
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	X	X	X	X	X	X	X	X
Consultório Médico com Serviço Permanente								
Número de Freguesias equipadas	185	31	2	7	2	2	2	3
Percentagem de Freguesias equipadas	9,1	11,7	8,3	11,3	8,3	13,3	11,8	5,2
Percentagem da população residente servida	32,9	25,9	18,2	32,1	18,2	17,1	10,3	13,3
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: INE, Inventário Municipal da Região Norte, 1998

De referir que em todos os concelhos existem Centros de Saúde sem internamento e extensões de Centros de Saúde, os quais prestam cuidados primários de saúde e articulam as suas necessidades com o Hospital Geral de São Marcos. Este Hospital, porém, apresenta diversas insuficiências, não tanto ao nível das especialidades clínicas e diversidade de recursos, mas essencialmente ao nível dos acessos e das infra-estruturas físicas. Está projectada uma nova unidade hospitalar e uma Faculdade de Medicina para Braga, cenário este que pode alterar significativamente a rede de saúde pública dos concelhos do Vale do Cávado.

RECURSOS FÍSICOS E HUMANOS RELATIVOS AO SECTOR DA SAÚDE						
	Médicos por 1000 habitantes.	Camas Hospitalares por 1000 habitantes	Médicos por concelho de residência	Consultas efectuadas nos hospitais	Consultas efectuadas nos Centros de Saúde	Consultas efectuadas nos Postos Médicos
Norte	2,8	3,3	10199	26683	9288756	662739
Cávado	2	5,1	772	1867	951793	32819
Amares	0,7	0,3	12	-	40408	-
Barcelos	0,7	6,8	84	378	316424	-
Braga	3,9	6,6	600	1150	356614	30783
Esposende	1,8	2,9	57	338	72765	130
T. de Bouro	0,5	-	5	-	37131	1906
Vila Verde	0,3	-	14	-	128451	-

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte - 2000

Terras de Bouro apresenta, ao nível dos recursos físicos e humanos (tabela n.º 26), valores muito desfavoráveis. No que diz respeito ao número de médicos por 1000 habitantes, só o concelho de Braga possui médias superiores à da Região Norte e ao dos concelhos do Vale do Cávado, o mesmo sucedendo no que concerne ao indicador do número de camas hospitalares por 1000 habitantes, embora, neste caso, seja o concelho de Barcelos que regista o índice mais favorável. O concelho de Terras de Bouro é, conjuntamente com Vila Verde, o município com piores indicadores. Esta situação verifica-se também no que diz respeito ao número de médicos por concelho de residência. No entanto, se tivermos em conta o número de residentes por concelho, facilmente constatamos que o número de consultas efectuadas nos Centros de Saúde e nos Postos Médicos são elevadas.

Podemos concluir que o grau de cobertura é bastante baixo e a procura elevada. Por outro lado, as más acessibilidades, a falta de unidades de internamento, o espaço exíguo das instalações existentes, a falta de recursos humanos e a desarticulação funcional entre os diversos equipamentos colectivos dos serviços de saúde dificultam a promoção da saúde pública nas suas mais diversas vertentes.

2.4.3. ENSINO

O concelho de Terras de Bouro apresenta a mais elevada taxa de analfabetismo dos concelhos do Vale do Cávado (tabela n.º 27) e quase duplica a média global da Região Norte. Apesar de ter sido, logo a seguir a Vila Verde, o concelho onde se registou a maior descida deste indicador, a situação é preocupante, atingindo 15,6% da população. Preocupante é também o número da população com apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico, a qual totaliza 41,6% do total dos residentes no concelho, média esta que é a mais elevada dos concelhos pertencentes a esta NUT. Ao invés, é o concelho com menor índice de residentes com o grau de ensino superior, apenas 3,2%. Estes indicadores reflectem claramente que estamos na presença de um município com um elevado índice de envelhecimento, e onde as pessoas bem cedo abandonaram o sistema formal de ensino para trabalharem e ajudarem as suas respectivas famílias. Esta realidade está bem patente quando comparamos este concelho com os restantes do Vale do Cávado. Nota-se claramente que são os municípios economicamente mais desenvolvidos onde se verifica uma maior concentração de população com formação superior.

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO										
NUTS CONCELHOS	Analfabetos Com 10 e mais anos	S/nenhum nível de ensino	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior	Taxa de Analfabetismo	
									1991	2001
Região Norte	272547	515079	1386766	557752	395422	480825	21970	329479	9,9	8,3
Cávado	26146	55103	136887	67908	44479	51178	2320	35188	9,5	7,6
Amares	1752	3047	7327	3100	1847	2167	49	984	12,3	10,8
Barcelos	8001	17276	45998	25370	14375	12697	363	6017	9,3	7,6
Braga	8286	20167	49342	22580	18924	27898	1621	23660	6,9	5,8
Esposende	2115	4745	12027	6929	3559	3628	140	2297	9,1	7,3
T. de Bouro	1166	1634	3471	1419	852	685	18	271	18,2	15,6
Vila Verde	4826	8234	18722	8510	4922	4103	129	1959	15,4	11,9

Fonte: INE - Censos 2001

No que concerne aos recursos físicos, ou seja, infra-estruturas, a componente demográfica apresenta-se como relevante para a localização destes equipamentos colectivos. Nos concelhos de Braga e Barcelos estão concentrados 60,8% do total dos estabelecimentos de ensino da NUT Vale do Cávado (tabela n.º 28). No caso de Barcelos tal facto fica a dever-se à conjugação de dois factores: é um concelho altamente industrializado, com elevada capacidade de fixação das populações, e tem uma divisão administrativa *sui generis*, porque tem 89 freguesias. Uma análise atenta destes indicadores diz-nos ainda claramente que é também nos municípios economicamente mais desenvolvidos onde se verifica uma maior incidência dos estabelecimentos de ensino privado.

Tabela N.º 28

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SEGUNDO O ENSINO MINISTRADO EM 2000/2001

NUTS CONCELHOS	ENSINO PÚBLICO E PRIVADO								
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico			Ensino Secundário		Ensino Superior	
	Público	Privado	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Público	Privado	Público	Privado
Região Norte	1 769	647	3 800	616	462	153	55	45	49
Cávado	239	56	362	59	48	16	5	3	3
Amares	22	1	28	3	2	1	-	-	-
Barcelos	81	9	100	18	13	3	2	1	-
Braga	54	37	102	25	21	7	3	2	3
Esposende	17	5	31	4	4	2	-	-	-
Terras de Bouro	5	2	28	3	2	2	-	-	-
Vila Verde	60	2	73	6	6	1	-	-	-

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte - 2001

Analisando o número de alunos e de docentes segundo o ensino ministrado (tabela n.º 29) vemos que em Terras de Bouro está concentrada 1,5% da comunidade discente e 2,2% da comunidade docente. No entanto, se exceptuarmos os índices de educação pré-escolar pública e do 2º Ciclo do Ensino Básico, as taxas alunos por professor em Terras de Bouro são das mais favoráveis, superando mesmo as médias da Região Norte e do Vale do Cávado. A este nível, os alunos das escolas do concelho gozam de condições pedagógicas bastante favoráveis. De resto, os maiores índices de alunos por professores dão-se nas edilidades mais industrializadas, ao qual não é alheio o fenómeno de fixação das populações nos grandes centros urbanos e o envelhecimento das regiões interiores.

Tabela N.º 29

ALUNOS MATRICULADOS SEGUNDO O ENSINO MINISTRADO EM 2000/2001

NUTS CONCELHOS	ENSINO PÚBLICO E PRIVADO								
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico			Ensino Secundário		Ensino Superior	
	Público	Privado	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Público	Privado	Público	Privado
Região Norte	45 620	39 246	200 627	106 310	155 920	103 637	18 004	10 806	75 053
Cávado	6 675	4 169	23 062	12 045	18 628	13 270	1 893	1 218	17 065
Amares	462	42	1 050	604	826	615	-	-	-
Barcelos	2 399	796	7 031	3 441	5 107	2 597	271	281	856
Braga	1 965	2 808	9 656	5 099	8 428	7 893	1 622	585	16 209
Esposende	623	308	1 943	1 155	1 676	944	-	111	-
Terras de Bouro	102	55	405	277	389	135	-	-	-
Vila Verde	1 124	160	2 977	1 469	2 202	1 086	-	241	-

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte - 2001

A maior concentração de alunos verifica-se nos 1º e 3º Ciclos do Ensino Básico, sendo que Amares e Terras de Bouro são os que apresentam maiores índices, 61,4% e 52,2% respectivamente. Isto faz-se à custa da baixo peso relativo dos alunos do Ensino Secundário. Tal facto fica a dever-se à baixa diversificação da oferta dos cursos ministrados nos estabelecimentos existentes no concelho. Por isso, muitos alunos abandonam a rede escolar do município para integrarem a rede escolar dos concelhos economicamente mais desenvolvidos, onde a

diversificação é maior e, conseqüentemente, as qualificações da mão-de-obra são superiores. A oferta formativa ao nível do Ensino Superior está concentrada no concelho de Braga, com a Universidade do Minho, a Universidade Católica e a Escola Superior de Enfermagem. Em Barcelos existe o Instituto Politécnico do Cávado e Ave. A oferta de ensino é muito diversificada, destacando-se áreas de formação como:

- Artes, Arquitectura e Design;
- Ciências do Território;
- Ciências Empresariais, de Organização e Administração;
- Engenharias Básicas;
- Engenharias, Ciências e Tecnologias Aplicadas;
- Ensino e Ciências da Educação;
- Secretariado, Contabilidade e Áreas de Apoio à Gestão;
- Ciências Humanas e Sociais;
- Ciências da Saúde.

A oferta da formação superior tem sofrido um forte crescimento e diversificação, havendo ainda a registar o forte incremento dado pela oferta privada de formação superior. A evolução da população discente indica claramente uma preferência pelas áreas das engenharias básicas e engenharias, ciências e tecnologias aplicadas. No entanto, a oferta de mão de obra qualificada nestas áreas começa a ficar aquém dos níveis de procura, pese o facto da evolução do tecido empresarial e dos desafios que este enfrenta continuar a exigir uma aposta nestas áreas de formação, nomeadamente nas áreas de apoio á gestão.

O comportamento da população discente é norteado pela síntese entre as apetências individuais com as expectativas de recompensa. Esta dinâmica determina a preferência por cursos com grande potencial de inserção, situação esta que exige intervenções a montante e a jusante dos processos de formação, nomeadamente em matéria de cooperação e animação de redes entre a comunidade de ensino superior e os agentes económicos, socioculturais e institucionais da região.

Analisando a estrutura do pessoal docente segundo o ensino ministrado (tabela n.º 30) vemos que existe uma relação entre os comportamentos da comunidade discente e a comunidade docente.

Tabela N.º 30									
PESSOAL DOCENTE SEGUNDO O ENSINO MINISTRADO EM 2000/2001									
NUTS CONCELHOS	ENSINO PÚBLICO E PRIVADO								
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico			Ensino Secundário		Ensino Superior	
	Público	Privado	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Público	Privado	Público	Privado
Região Norte	3 013	2 122	14 938	11 993	14 956	12 059	1 653		
Cávado	420	215	1 712	1 295	1 733	1 468	137		
Amares	32	2	101	55	63	75	-		
Barcelos	127	37	515	356	459	281	30		
Braga	136	144	636	584	773	880	107		
Esposende	41	20	149	133	165	76	-		
Terras de Bouro	6	5	45	30	57	20	-		
Vila Verde	78	7	266	137	216	136	-		

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte - 2001

Podemos concluir que a rede escolar em Terras de Bouro é insuficiente e extremamente dispendiosa, uma vez que o número de alunos existentes é muito reduzido. Por outro lado, existe uma baixa diversificação da oferta. Quando hoje falamos nos agrupamentos verticais e cruzamos esta exigência com a estrutura de povoamento neste concelho, facilmente concluimos que a qualidade do ensino neste município tende a deteriorar-se.

2.4.4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

De realçar que apesar do lançamento e incremento do ensino profissional e técnico-profissional generalizado e de muito se insistir na ligação entre empresas, escolas e mundo da formação, a quase globalidade das empresas de Terras de Bouro, têm passado ao lado do mundo da formação técnico-profissional, o que poderá advir, grandemente, da reduzida dimensão daquelas. Deste modo, os recursos humanos encontram-se subaproveitados, perdendo-se uma oportunidade de dotar o tecido produtivo buriense dos meios necessários para o seu próprio desenvolvimento.

De facto, esta região evidencia insuficiências estruturais muito graves quanto aos níveis de instrução e qualificação da população, a qual trabalha directa ou indirectamente na agricultura. Aliás, esta carência, quer qualitativa quer quantitativa, de activos (a par do elevado grau de envelhecimento da população), corresponde a um dos seus principais estrangulamentos.

Tabela N.º 31			
ESTABELECIMENTOS, COMUNIDADE DOCENTE E DISCENTE			
Concelho	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de docentes
Região Norte	77	10 806	2 526
Cávado	7	1 218	266
Amares	-	-	-
Barcelos	2	281	56
Braga	3	585	108
Esposende	1	111	39
Terras de Bouro	-	-	-
Vila Verde	1	241	63

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Norte - 2001

A formação profissional é promovida pelo Fundo Social Europeu e inserida no Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social. O maior promotor no Vale do Cávado é o IEFP, com uma vastíssima oferta formativa, insuficiente, porém, para satisfazer a procura. Os concelhos de Terras de Bouro e Amares não possuem Escolas Profissionais, estando unidos a Vila Verde na Escola Profissional Amar Terra Verde. Como veremos mais adiante, os níveis de qualificação profissional em Terras de Bouro são muito baixos e a aprendizagem faz-se no próprio local de trabalho.

2.4.5. SEGURANÇA SOCIAL

Barcelos, Vila Verde e Terras de Bouro são os concelhos que apresentam os piores indicadores em matéria de Segurança Social, situando-se abaixo das médias globais da Região Norte e do Vale do Cávado (tabela n.º 32).

Ao nível da valência creche, o concelho de Vila Verde só apresenta valores mais favoráveis que Terras de Bouro no que concerne à percentagem da população residente servida com este tipo de equipamento. Mesmo assim a cobertura deste equipamento é ainda suficiente, ainda que a distância média das freguesias não equipadas a equipamento ou serviço não ser muito elevada.

Já no que diz respeito ao Lar de Idosos, apesar de ter, comparativamente, boas percentagens de freguesias equipadas e da população residente servida, a distância média das freguesias não equipadas a este equipamento ou serviço é extremamente elevada. Não nos podemos esquecer que estamos na presença de um município com um elevado peso de população envelhecida. Sabemos, por observação directa, que nos espaços mais isolados de montanha, vivem muitas famílias compostas por casais idosos viúvas(os) sem família próxima, uma vez que os seus descendentes abandonaram as aldeias em busca de melhores condições de vida. Por isso mesmo, tendo em atenção o índice e o perfil da população envelhecida, o grau de cobertura e a distância ao equipamento não são satisfatórios.

Tabela N.º 32								
FREGUESIAS EQUIPADAS E DISTÂNCIA MÉDIA DAS FREGUESIAS NÃO EQUIPADAS AO EQUIPAMENTO OU SERVIÇO, POR EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS								
Equipamentos e Serviços	Reg. Norte	Reg. Cávado	Amares	Braga	Barcelos	Esposende	T. Bouro	V. Verde
Estabelecimentos de Saúde Oficiais								
Creche								
Número de Freguesias equipadas	356	43	3	17	11	8	2	2
Percentagem de Freguesias equipadas	17,6	16,2	12,5	27,4	12,4	53,3	11,8	3,4
Percentagem da população residente servida	51,0	36,1	27,1	47,0	24,8	69,5	13,1	15,0
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	2,1	2,8	3,0	2,2	2,9	0,3	3,8	6,3
Lar de Idosos								
Número de Freguesias equipadas	253	28	2	11	1	4	3	7
Percentagem de Freguesias equipadas	12,5	10,6	8,3	17,7	1,1	26,7	17,6	12,1
Percentagem da população residente servida	37,6	22,3	18,6	32,4	3,9	40,0	21,3	19,8
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	3,7	4,4	3,1	2,6	6,3	2,6	11,9	5,1
Centro de Dia								
Número de Freguesias equipadas	384	39	4	14	6	5	3	7
Percentagem de Freguesias equipadas	19,0	14,7	16,7	22,6	6,7	33,3	17,6	12,1
Percentagem da população residente servida	49,0	31,0	29,2	39,9	18,6	55,8	21,0	19,8
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	2,3	3,5	1,9	2,3	5,3	1,3	7,5	3,8

Fonte: INE, Inventário Municipal da Região Norte, 1998

No que concerne aos Centros de Dia existentes, a taxa de cobertura é basicamente a mesma, mas regista-se uma diminuição nas distâncias ao equipamento. Só Amares, relativamente à percentagem de freguesias equipadas, e Barcelos e Vila Verde, no que diz respeito a este indicador e à percentagem de população residente servida, é que registam índices mais desfavoráveis. No entanto, a distância ao equipamento continua a ser superior no município de Terras de Bouro.

Os dados aqui referidos mostram claramente que o grau de cobertura dos equipamentos sociais em Terras de Bouro não são favoráveis. A solidariedade intergeracional neste concelho sofreu um forte revês com o êxodo populacional. Se no passado as crianças eram sociabilizadas exclusivamente pela família e bem cedo aprendiam a amanho a terra, hoje os poucos activos existentes intercalam os trabalhos agrícolas com actividades sazonais. As necessidades só não se

fazem sentir com pertinência devido ao papel amortecedor dos avós. Mas este cenário é completamente diverso quando nos referimos à terceira idade. Como já foi dito, há casais idosos e viúvas (os) que vivem entregues ao seu próprio destino. O grande problema deste grupo chama-se solidão e os equipamentos existentes são insuficientes para colmatarem a procura existentes e ainda mais aquela que se perspectiva.

2.4.6. ACESSIBILIDADES, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O crescimento económico depende, em grande medida da construção e/ou reabilitação da rede de transportes. No entanto, esta construção e/ou reabilitação pode exercer um efeito de sucção sobre os recursos existentes em determinados territórios. Para que tal não aconteça é necessário definir estratégias que conduzam à integração espacial de recursos humanos e actividades. Intimamente associada a esta estratégia está a valorização dos espaços regionais, através do reforço do seu peso de atracção, a promoção de um crescimento equilibrado e o desenvolvimento de um modelo de difusão e descentralização espacial do desenvolvimento económico.

Sendo uma região de montanha, o sistema viário de Terras de Bouro é excêntrico. Neste sentido, persistem as dificuldades de atravessamento tanto na ligação dos principais núcleos internos, como na ligação destes com o exterior. Ainda que ao nível das vias se tenham registado algumas melhorias, com obras de beneficiação, as distâncias em horas mantêm-se elevadas, o que se traduz em avultados prejuízos económicos.

Ao nível do espaço do Vale do Homem, Terras de Bouro dispõe de um sistema viário excêntrico quanto aos principais pólos de atracção do seu território (barragens, núcleo religioso de S. Bento, Termas do Gerês, para além do PNPG), facto que acarreta alguns inconvenientes, tanto para os habitantes, como para os visitantes – dificultando o usufruto das potencialidades turísticas aliadas à sua existência.

Quanto ao Espaço do Vale do Cávado é de evidenciar o significativo melhoramento das condições de interrelação e acessibilidade com os concelhos limítrofes de Vieira do Minho e Amares. No entanto, têm-se mostrado muito aquém em relação à Sede e parte considerável do Vale do Homem. Daí que se verifique uma certa tendência para um enfraquecimento das relações das populações nele residentes com a Sede concelhia, dado que estas recorrem àqueles concelhos, com o intuito de atender as suas actividades diárias.

Ao nível dos transportes Terras de Bouro apresenta índices muito desfavoráveis (tabela n.º 33). No que concerne aos transportes públicos temos a registar que a média global da NUT Cávado situa-se acima daquela que é aferida para a Região Norte. No entanto, no contexto desta NUT, Terras de Bouro apresenta, se exceptuarmos o índice de Amares para a percentagem da população residente servida, os indicadores mais desfavoráveis dos concelhos do Vale do Cávado. O mesmo sucede com a praça de taxis, onde só Amares continua a ter piores indicadores. Os transportes públicos em Terras de Bouro são assegurados pelas empresas Rodoviária Entre Douro e Minho e a Empresa Hoteleira das Águas do Gerês. A primeira opera

essencialmente no Vale do Homem, enquanto que a segunda assegura o Vale do Cávado e faz a ligação deste à sede do concelho.

Tabela N.º 33								
FREGUESIAS EQUIPADAS E DISTÂNCIA MÉDIA DAS FREGUESIAS NÃO EQUIPADAS AO EQUIPAMENTO OU SERVIÇO, POR EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS								
Equipamentos e Serviços	Reg. Norte	Reg. Cávado	Amares	Braga	Barcelos	Esposende	T. Bouro	V. Verde
Transporte Rodoviário								
Carreira Transportes Públicos (5 ou + dias p/ semana)								
Número de Freguesias equipadas	1603	241	20	56	79	15	14	57
Percentagem de Freguesias equipadas	79,2	90,9	83,3	90,3	88,8	100,0	82,4	98,3
Percentagem da população residente servida	87,8	92,6	85,9	92,3	90,4	100,0	91,3	97,1
Praça de Táxis								
Número de Freguesias equipadas	1266	127	4	28	49	8	5	33
Percentagem de Freguesias equipadas	62,5	47,9	16,7	45,2	55,1	53,3	29,4	56,9
Percentagem da população residente servida	82,8	66,2	30,8	66,2	67,5	73,4	52,6	74,1
Rede de Transportes Urbanos								
Número de Freguesias equipadas	268	71	2	62	2	-	1	2
Percentagem de Freguesias equipadas	13,2	26,8	8,3	100,0	2,2	-	5,9	3,4
Percentagem da população residente servida	38,2	42,6	5,4	100,0	1,8	-	7,9	7,1
Transporte Ferroviário								
Estação ou apeadeiro								
Número de Freguesias equipadas	168	15	-	6	9	-	-	-
Percentagem de Freguesias equipadas	8,3	5,7	-	9,7	10,1	-	-	-
Percentagem da população residente servida	26,4	9,9	-	12,5	15,4	-	-	-
Dist. Média Freg. N/Equipadas ao Equip./Serviço	9,9	8,1	15,9	3,6	5,5	14,7	36,1	15,5
Comunicações								
Estação ou posto de correio								
Número de Freguesias equipadas	837	107	6	21	40	7	9	24
Percentagem de Freguesias equipadas	41,4	40,4	25,0	33,9	44,9	46,7	52,9	41,4
Percentagem da população residente servida	64,9	51,5	32,9	55,7	49,8	53,2	53,4	47,9
Distribuição Domiciliária de Correio (5 dias p/ semana)								
Número de Freguesias equipadas	1848	251	21	61	85	13	15	56
Percentagem de Freguesias equipadas	91,3	94,7	87,5	98,4	95,5	86,7	88,2	96,6
Percentagem da população residente servida	92,1	94,0	91,2	97,1	95,7	78,1	97,1	91,1
Posto de Telefone Público								
Número de Freguesias equipadas	1841	238	22	51	82	14	15	54
Percentagem de Freguesias equipadas	91,0	89,8	91,7	82,3	92,1	93,3	88,2	93,1
Percentagem da população residente servida	92,9	93,5	91,7	92,7	95,0	95,8	87,2	92,8

Fonte: INE, Inventário Municipal da Região Norte, 1998

Relativamente à rede de transportes urbanos Braga aparece-nos como um oásis. Todos os outros municípios apresentam valores baixíssimos.

Só Braga e Barcelos é que têm transporte ferroviário. Não é de estranhar que Barcelos tenha índices mais favoráveis, uma vez que a rede ferroviária atravessa o concelho em toda a sua extensão, enquanto que Braga é uma estação terminal. Neste contexto, Terras de Bouro é o concelho que maior distância guarda a este tipo de equipamento.

2.5. INCIDÊNCIA DOS FUNDOS ESTRUTURAIS NO CONCELHO DE TERRAS DE BOURO

Interessa aqui aprofundar a incidência dos fundos estruturais neste espaço geográfico e as suas políticas e opções estratégicas, de modo a determinarmos a sua importância em termos de desenvolvimento sustentado. Dado o facto de não existirem registos completos sobre o IQCA, analisaremos a afectação de verbas do II QCA e III QCA para este concelho.

2.5.1. PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

2.5.1.1. INTERREG

2.5.1.1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A União Europeia assumiu o compromisso de reduzir as diferenças económicas entre as diversas regiões, através das actuações levadas a cabo pelos Estados membros e as autoridades regionais. Esta acção obedece ao princípio da subsidiariedade, o qual pretende responder à necessidade de se construir o grande mercado da União Europeia em condições de certa homogeneidade para todos os membros e fomentar o espírito de solidariedade como factor de coesão social e territorial.

A operacionalização destes objectivos está plasmada no Tratado da União, o qual reforçou algumas iniciativas que já se vinham realizando na Europa, visando a redução das diferenças regionais e estabelecendo mecanismos de carácter financeiro e institucional. Foi determinante a entrada em funcionamento do Comité das Regiões, o que supõe um passo decisivo para o desenvolvimento da fisionomia regional europeia.

O esforço para a redução das diferenças económicas sofreu um forte impulso quando o Conselho Europeu de Edimburgo aprovou, em Dezembro de 1992, as perspectivas financeiras para o período de 1993/1999, com ênfase especial nas acções estruturais. Os apoios são concentrados nos Estados membros menos prósperos, nas regiões ultraperaeriféricas e nas zonas rurais da União Europeia. Estas iniciativas têm por objectivo reforçar a coesão europeia, promovendo um desenvolvimento económico e social mais equilibrado da Comunidade. Neste sentido, foram definidos, para o período de 1994-1999, cinco grandes objectivos, a saber:

- adaptação económica das regiões menos desenvolvidas (Objectivo 1);
- reconversão económica das zonas em declínio industrial (Objectivo 2);
- luta contra o desemprego de longa duração, inserção profissional dos jovens e integração das pessoas expostas à exclusão do mercado de trabalho (Objectivo 3);
- adaptação dos trabalhadores às mudanças industriais e à evolução dos sistemas de produção através de medidas preventivas anti-desemprego (Objectivo 4);
- adaptação das estruturas de transformação e de comercialização dos produtos da agricultura e da pesca (Objectivo 5a);
- diversificação económica das zonas rurais (Objectivo 5b).

Portugal, até à entrada em vigor do IIQCA, foi tido como uma região pertencente ao objectivo 1. É neste contexto que surge, em 1990, o Programa INTERREG I. O objectivo inicial deste programa era preparar as regiões fronteiriças para uma Europa sem fronteiras. O INTERREG I deu lugar ao INTERREG II, o qual acumula as funções do INTERREG I com as funções do programa REGEN, que tinha por finalidade a ligação à rede transeuropeia de

transporte e de distribuição de energia as regiões de objectivo 1. É sobre a explanação dos objectivos deste programa que vamos de seguida incidir a nossa análise.

2.5.1.1.2. O PROGRAMA INTEREG E O DESENVOLVIMENTO E A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Sensivelmente mais agudas tornaram-se as disparidades regionais na Comunidade com a adesão de Portugal e Espanha. Esta problemática, assume extremos quando se particulariza a situação das regiões fronteiriças comuns a Portugal e Espanha.

Constituindo regiões periféricas à escala comunitária e no contexto dos seus próprios países, a fronteira luso-espanhola, caracteriza-se por ser um dos espaços geográficos menos desenvolvidos da Comunidade e com uma elevada área de extensão. Este espaço fronteiriço assume grande importância, sobretudo para Portugal, uma vez que, a fronteira com Espanha é a fronteira com a Europa: é através dela que todas as ligações terrestres se realizam, apesar da assumida importância que os transportes aéreos ou marítimos exercem.

Este vasto espaço é caracterizado por baixas densidades demográficas, a população envelhecida, uma rede urbana pouco desenvolvida, um sistema produtivo dependente da agricultura e com índices de produtividade baixos, uma incipiente actividade industrial, um sector terciário de base tradicional, índices de acessibilidade fracos que acentuam o isolamento, um fraco aproveitamento dos recursos endógenos, um baixo nível de educação e formação profissional e más condições de vida, nomeadamente ao nível do saneamento básico e saúde. Estes constrangimentos condicionam o desenvolvimento homogéneo e sustentado das zonas raianas. As instituições europeias sentiram a necessidade de corrigir estes condicionalismos, constituindo o Programa de Desenvolvimento para as Regiões Fronteiriças de Portugal e Espanha um instrumento indispensável à vitalização social e económica destas áreas.

No entanto, o empenhamento por si só de ambos os países, no sentido de levar avante um programa como este, não se perspectivava como suficiente: o esforço de investimento ultrapassava a capacidade de financiamento, havendo a necessidade de se recorrer ao apoio de fundos estruturais comunitários.

A Política Regional Comunitária, através dos Fundos Estruturais FEDER, FSE e FEOGA-Orientação ⁽¹²⁾ tem por objectivo corrigir as disparidades estruturais que existem entre as várias regiões da Comunidade de forma a promover a Coesão Económica e Social da Europa. Como algumas regiões apresentavam problemas particulares que requeriam actuações específicas, a Comissão criou as Iniciativas Comunitárias ⁽¹³⁾ que são financiadas pelos Fundos Estruturais, onde se inclui a Iniciativa Comunitária INTERREG entre outras..

A impossibilidade de desenvolvimento das regiões fronteiriças decorre, em grande parte, do tipo de relações históricas que se estabelecem entre os Governos Centrais de cada país e as regiões periféricas dos mesmos. Este tipo de relacionamento incentivava o aparecimento de

⁽¹²⁾ Existe ainda a possibilidade de se recorrer a empréstimos do BEI.

⁽¹³⁾ Para o período de 1989-93 foram propostas 14 Iniciativas Comunitárias, para 1994-99 foram 13.

problemas específicos que favoreceram o desenvolvimento do atraso estrutural dessas regiões em relação às restantes.

A Cooperação Transfronteiriça assume-se como um instrumento importante para a superação do obstáculo “distância”, que as priva das vantagens inerentes à proximidade aos centros de decisão.

Foi através de medidas específicas que se procurou melhorar as condições de desenvolvimento regional e urbano destas regiões causticadas pelo constrangimentos supra mencionados. Os domínios de intervenção correspondiam a uma visão integrada dos territórios e tentavam aproveitar um vasto conjunto de sinergias. Estes domínios incidiam sobre:

- ✓ o ordenamento do território;
- ✓ a protecção da natureza;
- ✓ a protecção contra incêndios;
- ✓ a protecção civil;
- ✓ a criação e desenvolvimento das infra-estruturas de transportes;
- ✓ o aprovisionamento de energia;
- ✓ o abastecimento de água, esgotos e lixos;
- ✓ a criação e desenvolvimento de infra-estruturas sociais;
- ✓ a cooperação cultural;
- ✓ o desenvolvimento do turismo;
- ✓ a resolução de problemas relativos aos trabalhadores.

Nas acções de Cooperação Transfronteiriça foi grande a necessidade do conhecimento aprofundado dos sistemas de planeamento do país vizinho, de modo a tornar essa cooperação eficiente e eficaz.

Apresentado conjuntamente pelos Governos de Portugal e Espanha à Comissão da União Europeia, o INTERREG teve aprovação em Julho de 1989.

Esta iniciativa comunitária estende-se fundamentalmente às regiões abrangidas pelos objectivos nº 1 (regiões menos desenvolvidas), nº 2 (zonas afectadas pelo declínio industrial) e nº 5 b (zonas rurais), tendo como regiões elegíveis as fronteiras terrestres externas e internas da Comunidade, segundo o Nível III da Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS III).

Numa primeira fase (período de 1989/93) o INTERREG foi concebido como um “programa piloto”, destinado na sua maioria ao melhoramento das acessibilidades inter e intra fronteiriças, nele participando basicamente investimentos elegíveis pelo FEDER, embora com alguma colaboração do FSE e FEOGA-Orientação, podendo ser ainda mobilizados empréstimos do BEI. Foi um programa que serviu fundamentalmente de base para o lançamento de intervenções futuras mais vastas.

Numa segunda fase (INTERREG II - 1994/99), as preocupações alargaram-se: passou a acumular as funções do INTERREG I e do REGEN, dado constituir duas vertentes distintas (cooperação transfronteiriça e conclusão de redes de energia).

A delimitação das regiões fronteiriças (regiões abrangidas pelo objectivo nº1 de acordo com o Anexo do regulamento (CEE) nº 2052/88 do Conselho) não se restringiu às unidades administrativas de menor dimensão, que incluem fronteira física, alargando-a antes a um conjunto de zonas contíguas, que mantêm com as primeiras relações de interdependência estreitas, nomeadamente em termos de actividade e movimentos de população.

2.5.1.1.3. OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO INTERREG I E DO INTERREG II

Os **objectivos gerais** do INTERREG I visavam:

- promover a criação de condições de desenvolvimento económico e social de forma equilibrada de ambos os lados da fronteira;
- contribuir para a fixação das populações e o crescimento ordenado dos centros urbanos de dimensão média com importância fronteiriça;
- melhorar a integração da economia destas regiões no espaço económico mais vasto da Península Ibérica.

As linhas directrizes da iniciativa comunitária INTERREG II são coincidentes em grande medida com as do primeiro. Tendo presente estes pressupostos, os **objectivos** definidos para o INTERREG II de Portugal e Espanha foram os seguintes:

- promover o desenvolvimento económico e social de forma equilibrada dos dois lados da fronteira, através da valorização do potencial endógeno de desenvolvimento das regiões fronteiriças, da melhoria das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico, da dinamização das relações de intercâmbio e da articulação dos mercados transfronteiriços locais e regionais e do aproveitamento das novas oportunidades de investimento decorrentes do estabelecimento do Mercado Interno;
- contribuir para a fixação das populações sendo, para tal, preciso assegurar a valorização dos recursos humanos e a criação de emprego;
- ordenar o território transfronteiriço, apostando-se na melhoria das acessibilidades, no crescimento ordenado dos sistemas de centros urbanos de dimensão média e com importância fronteiriça e na gestão coordenada dos recursos naturais, ambientais e arquitectónicos, fomentando o seu aproveitamento conjunto;
- incentivar os mecanismos de cooperação transfronteiriça, através do reforço da cooperação institucional e do apoio à criação e funcionamento de órgãos ou redes de cooperação transfronteiriça de natureza empresarial e sociocultural.

2.5.1.1.4. SUBPROGRAMAS E MEDIDAS DO INTERREG I E DO INTERREG II

Um conjunto de sub-programas (¹⁴), foram necessários para a implementação destes objectivos gerais e específicos, estando estes associados a um conjunto de medidas e acções, as quais diferem tratando-se de território português ou espanhol.

O sub-programa 1 (estradas de integração e articulação) constitui o eixo dominante do INTERREG I, onde se procura neutralizar a excessiva dependência de cada um dos espaços da faixa fronteira em relação aos respectivos centros e eixos dominantes, bem como, superar o efeito de barreira que a fronteira tem imposto, tentando tornar operacionais algumas ligações transfronteiriças dos dois países. Por outro lado, engloba a totalidade das actuações sobre as redes de estradas nas faixas fronteiriças. As medidas 1.1 (estradas de atravessamento), 1.2 (estradas de ligação) e 1.6 (estradas de articulação interna) eram dirigidas ao território português e só a primeira dependia da Administração Central, reservando-se as restantes para a iniciativa do poder local.

O sub-programa 2 destinava-se à agricultura e desenvolvimento rural. Pretendia criar condições de melhoria da produtividade do sector agrário e da actividade da população rural, dado constituírem ainda um elemento sócio-económico de grande relevância no território abarcado pelo programa. Estava decomposto nas medidas 2.1 (aproveitamento hidroagrícola) e na 2.2. (estudos para o desenvolvimento rural).

Neste sub-programa 4 (recuperação do património e turismo) pretendia-se pugnar pela valorização do património natural e paisagístico de interesse ambiental inserido na faixa fronteira, bem como proceder à recuperação do património histórico-artístico, visando a criação de pólos de atracção turística. Competia à Administração Central a defesa do património natural (medida 4.1) e a renovação do património histórico-artístico (medida 4.2). Este último objectivo estava também disponível para a Administração Local (medida 4.3).

No caso específico do sub-programa 5, a preocupação centra-se fundamentalmente na procura da promoção de uma gestão criteriosa dos recursos aquíferos, nomeadamente os de natureza fluvial, a melhoria das condições de abastecimento de água e de funcionamento dos sistemas de saneamento básico, bem como, a contribuição para a recuperação ambiental do meio hídrico.

No caso espanhol este sub-programa, abarca duas vertentes diferenciadas, onde a regularização hídrica é orientada basicamente para a exportação de hidro-electricidade e o saneamento dos cursos fluviais fronteiriços que actualmente têm vindo a sofrer uma forte deterioração ambiental afectando negativamente um dos recursos turísticos da faixa fronteira não costeira. Procura constituir ainda, complementarmente, um incentivo à eliminação de problemas que estrangulam o potencial da faixa litoral Sul-Atlântica: a insuficiência do abastecimento do sistema urbano, o esgotamento dos aquíferos e a deterioração da qualidade das águas litorais devido à ausência de saneamento.

(¹⁴) Dos sete sub-programas existentes só seis se aplicavam ao território português

O sub-programa 6 (acções de cooperação transfronteiriça com participação do FEDER e FEOGA) estava orientado para uma área inovadora, onde o lançamento de acções-piloto no domínio da cooperação transfronteiriça assume grande destaque. Promove acções de cooperação entre as regiões fronteiriças luso-espanholas, tendo como objectivo a criação de oportunidades de emprego e investimentos, adequadas aos impactos esperados pelo mercado interno. A prioridade irá para os domínios da agricultura, indústria e turismo, tendo também em atenção o planeamento da utilização comum de certos tipos de infra-estruturas ou equipamentos.

O sub-programa 7 destinava-se fundamentalmente para o apoio da gestão do programa, estando incluídos estudos específicos de potenciação das acções de cooperação transfronteiriça e acções de divulgação e informação, com financiamento do FEOGA - O.

O Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças de Portugal e Espanha (INTERREG II) estrutura-se em 4 sub-programas, associados a um conjunto de objectivos específicos, medidas (também estas, associadas a determinados objectivos específicos) e acções, pontualmente divergindo tratando-se de Portugal ou de Espanha:

O sub-programa 1 estava decomposto nas seguintes medidas:

- Agricultura e desenvolvimento rural (Medida 1);
- Equipamentos de apoio à actividade produtiva (Medida 2)
- Formação profissional, emprego e intercâmbio educativo e científico (Medida 3).
- Reforço dos equipamentos urbanos (Medida 4)
- Dinamização e cooperação empresarial e turística (Medida 5)
- Dinamização e cooperação social e institucional (Medida 6)

A medida 1 pretendia atingir o desenvolvimento rural e agrícola desejado.

A medida 2 partia do princípio de que a dotação da zona fronteiriça de um tecido económico mais e melhor estruturado é um factor importante, na medida em que permite uma melhor incorporação do valor dos produtos endógenos e explora as vantagens comparativas destas regiões. Neste contexto, assumiu-se a importância de se criar condições de localização e melhoramentos no funcionamento de actividades nas regiões transfronteiriças (infra-estruturas de apoio, espaços dotados de equipamentos passíveis de atrair investimento).

Através da medida 3 procurava-se alterar o cenário socio-laboral dominante nas regiões fronteiriças, que as faziam ser, em sentido negativo, distintas das restantes.

Através da medida 4 procurava-se intervir na melhoria das condições de exercício de funções urbanas, na componente de equipamento socio-económico, no bem estar das populações. De facto, através do reforço das funções dos centros urbanos (renovação e ordenamento urbano: gestão do tráfego, melhoria dos espaços e equipamentos públicos, serviços de abastecimento de água, esgotos e lixo, etc.), especialmente nas cidades médias da zona de fronteira, é que estes se poderiam transformar em centros polarizadores do território.

A medida 5 estava essencialmente orientada para as pequenas estruturas empresariais. Pretendia-se criar condições que permitissem o germinar de acções concretas de

desenvolvimento económico, estimulando o aparecimento de motivações para novas formas organizativas e para a inovação e modernização das estratégias dos agentes regionais.

Com a medida 6 pretendia-se promover iniciativas públicas, privadas ou associativas, a dinamização da actividade dos agentes sociais e económicos e a intensificação do diálogo e concertação transfronteiriça, de forma a serem capazes de contribuir para o reforço do tecido económico, social e institucional das regiões fronteiriças.

O sub-programa 2, no que a Portugal dizia respeito, estruturava-se nas seguintes *medidas*:

- protecção do património natural;
- recuperação do património cultural.

O património natural constitui obrigatoriamente um elemento base da cooperação transfronteiriça, na medida em que, os parques e reservas naturais correspondem a espaços de continuidade transfronteiriça onde é importante pensar em comum.

A medida relativa à recuperação do património cultural pretendia contribuir para melhorar a imagem da zona transfronteiriça, através de acções de renovação, reabilitação e recuperação do património histórico e cultural.

O sub-programa 3 dizia respeito às acessibilidades e às comunicações, e os projectos inseridos medida já estavam previamente definidos.

Por último, o sub-programa 4 pretendia garantir o suporte financeiro e organizativo necessário à realização adequada do programa e das acções a financiar, bem como a criação de instrumentos de apoio à tomada de decisão sobre as acções de desenvolvimento a levar a cabo na área fronteiriça.

2.5.1.1.5. IMPACTE DO INTERREG EM TERRAS DE BOURO

O sub-programa 1 (aproximadamente 59 milhões de ECUS) e o sub-programa 3 (aproximadamente 85 milhões de ECUS) foram responsáveis por cerca de 88% dos fundos aprovados para o nosso país no âmbito do INTERREG II (tabela n.º 34).

Tabela N.º 34		
DOTAÇÕES FINANCEIRAS POR SUB-PROGRAMAS E MEDIDAS		
Sub-programas/Medidas	Fundos aprovados	Nível de execução
1. Desenvolvimento sócio-económico	59848	64.0
1.1. Agricultura e desenvolvimento rural	4453	25.8
1.2. Equipamentos de apoio à actividade produtiva	34632	92.8
1.3. Formação profissional, emprego e inter. educativa e científica	23	1.5
1.4. Reforço dos equipamentos urbanos	8808	90.4
1.5. Dinamização e cooperação empresarial e turística	3254	17.3
1.6. Dinamização e cooperação social e institucional	8676	99.0
2. Ambiente e património arquitectónico	19102	82.6
2.1. Protecção dos recursos hídricos	5723	82.1
2.2. Protecção do património natural	7729	78.3
2.3. Recuperação do património arquitectónico	5650	90.1
3. Melhoria da permeabilidade da fronteira	85872	94.5
3.1. Acessibilidades	85649	95.7
3.2. Telecomunicações	223	15.7
4. Gestão e acompanhamento	607	91.3
4.1. Implementação e divulgação do programa	290	87.3
4.2. Estudos e avaliação	316	95.4

Fonte: Carvalho

Os projectos apresentados pelo concelho de Terras de Bouro no âmbito do INTERREG II (tabela n.º 35) totalizam apenas 1.561.870,89 euros, dos quais 1.171.403,17 foram comparticipados. A pouca aderência a esta iniciativa comunitária ficou a dever-se ao facto de parte dos projectos da autarquia terem sido apoiados por outro tipo de iniciativas. Para além disso verificou-se uma certa morosidade na apresentação de candidaturas, a primeira foi aprovada em 1996. Muitas das verbas disponíveis já estavam hipotecadas, o que redundou num desaproveitamento de fluxos financeiros necessários ao desenvolvimento do concelho. Por outro lado, registou-se também a falta de dinheiro disponível pela autarquia, a qual não conseguiu executar totalmente os projectos em tempo oportuno.

Tabela N.º 35					
PROJECTOS DA AUTARQUIA COMPARTICIPADOS PELO INTERREG II					
Valores em Euros					
DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	INVESTIMENTO ELGÍVEL APROVADO	COMPARTICIPAÇÃO	EXECUÇÃO		OBS.
			A EXECUTAR	PAGAR	
Arranjo urbanístico do Gerês – 2ª Fase	448.918,11	336.688,58		16.834,43	Retenção 5%
Sistemas simplificados de esgotos de Bairro, Ermida, Campo, Admeus, Seara e S. Bento, Parada, Alqueirão e Covide	258.347,38	193.760,54	9.298,94	9.691,31	Retenção 5%
Abastecimento de água à Ermida, Vila do Gerês e Admeus	130.610,23	97.957,67		4.897,88	Retenção 5%
Saneamento básico de Seara e S. Bento, Bairro, Ermida, Paredes, Escola C+S, Covide, Alqueirão, Campo e Bairro	723.995,17	542.996,38	26.597,63	27.149,81	Retenção 5%
TOTAL	1.561.870,89	1.171.403,17	35.896,57	58.573,43	

Fonte: GAT - Vale do Cávado

Os projectos apresentados enquadraram-se em áreas de actuação como Habitação e urbanização e saneamento e abastecimento de águas. Todos os projectos tiveram a comparticipação de 75%. No entanto, os investimentos relativos ao saneamento básico e salubridade tiveram uma taxa de execução de 96%. Os dois projectos com maior relevância foram o saneamento básico e a 2ª fase do arranjo urbanístico do Gerês, sendo responsáveis por 75% do total do investimento.

2.5.1.2. PRONORTE

Em 9 de Julho de 1993, após aprovação em Conselho de Ministros, Portugal apresentou à Comissão Europeia o Plano de Desenvolvimento Regional. O PRONORTE concretizava para a Região Norte o PDR apresentado pelo nosso país. Este documento tinha como principal missão:

- fomentar um crescimento rápido da economia portuguesa, de modo a que esta se aproximasse dos padrões médios da União Europeia (convergência real);
- reduzir as disparidades regionais no interior do nosso país (convergência regional).

Da missão aqui definida e da análise dos problemas e dos estrangulamentos da Região Norte, resultaram um conjunto de objectivos genéricos que se concretizaram num Eixo prioritário que visava o fortalecimento da base económica regional.

Do diagnóstico efectuado para a Região Norte foram identificados os seguintes constrangimentos:

- a inexistência de uma rede urbana regional capaz de parar o êxodo rural;
- insuficientes infra-estruturas de acessibilidade, sobretudo no que diz respeito aos céleres eixos viários de ligação ao exterior, ao sistema de transportes da Área Metropolitana e da articulação dos eixos viários das regiões do interior com grandes centros urbanos;
- dificuldades na exportação dos produtos tradicionais da região, os quais se agravaram com a adesão ao SME;
- baixos índices de formação da população activa;
- deterioração do património ambiental.

No entanto, a Região também oferecia algumas oportunidades, designadamente:

- a importância da Área Metropolitana do Porto no contexto da internacionalização da Região;
- o potencial de formação superior e de investigação científica e tecnológica;
- um modelo industrial com elevado *know how* ao nível do conhecimento de mecanismos de participação no comércio internacional;
- as diversificadas e intensas relações transfronteiriças com Espanha;
- existência de bons equipamentos turísticos, capazes de explorar com eficácia as novas correntes de procura turística interna e externa;
- as potencialidades agrícolas;
- as potencialidades que a REN oferece.

Face ao diagnóstico dos constrangimentos e oportunidades o PRONORTE propôs-se atingir os seguintes objectivos:

- consagrar o factor de concentração e qualificação urbanas;
- assegurar que os domínios das políticas de desenvolvimento rural e local tenham uma nova expressão;

- privilegiar o investimento municipal no acesso aos fundos de coesão;
- criar condições para que se possa atingir maiores níveis de integração das políticas e intervenções sectoriais;
- apoiar o lançamento de iniciativas de promoções externas.

Estes objectivos concretizavam-se num eixo prioritário, que pretendia fortalecer a base económica regional, e estava estruturado em três sub-programas:

- sub-programa A, dirigido ao investimento municipal;
- sub-programa B, dirigido ao investimento intermunicipal;
- sub-programa C, destinado a apoiar a dinamização Regional e Local.

O sub-programa A era composto apenas por uma única medida (infraestruturação e equipamentos municipais), dividida em sete acções, estando a acção quatro reservada ao Vale do Cávado. A dotação financeira deste programa era de 78 milhões de contos, sendo a dotação para o Vale do Cávado de 7,69%, ou seja, aproximadamente 6 milhões de contos.

O sub-programa B estruturava-se em três medidas, decompostas em várias acções. A medida 1 dirigia-se para criação de acessibilidades, nomeadamente os reforços da rede urbana (acção 1.1) e da rede regional (acção 1.2).

A medida 2 relacionava-se com a defesa do ambiente e procurava concretizar este objectivo através do reforço da rede urbana regional (medida 2.1) e reforçando também as redes regionais de infra-estruturas de equipamentos de índole ambiental. A despesa pública deste sub-programa representava quase 62 milhões de contos, sendo a dotação do Vale do Cávado de 5 milhões e quinhentos mil contos (8,23%).

A medida 3 destinava-se ao apoio para a criação de infra-estruturas ao nível do equipamento sócio-económico.

O sub-programa C dividia-se em duas medidas. A primeira estava orientada para o apoio à dinamização económica e à cooperação e promoção, através de um sistema de informação de apoio ao desenvolvimento. A medida 2 destinava-se à assistência técnica, gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do programa.

2.5.1.2.1. INVESTIMENTOS DO PRONORTE POR MUNICÍPIOS DO VALE DO CÁVADO

A dotação financeira do PRONORTE (tabela n.º 36) para o concelho de Terras de Bouro foi a mais baixa dos concelhos do Vale do Cávado, representando apenas 9,45% do total investido nesta NUT. Os concelhos com maior dotação financeira foram Braga e Barcelos, sendo estes também os municípios que maior aposta fizeram no investimento intermunicipal (sub-programa B). Comparativamente com os outros concelhos, a aposta de Terras de Bouro recaiu sobre a infraestruturação e equipamentos municipais, representando as despesas de investimento intermunicipal apenas 20,1% das despesas totais.

Tabela N.º 36

DOTAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MUNICÍPIOS DO VALE DO CÁVADO E REPARTIÇÃO POR MUNICÍPIO – PERÍODO 1994/1999

Unidade: mil contos

MUNICÍPIO	SUB-PROGRAMA A	SUB-PROGRAMA B	TOTAIS SPA + SPB	%
C. M. De Amares	1.116.399		1.116.399	9.66
C. M. De Barcelos	1.382.270	1.814.614	3.196.884	27.65
C. M. De Braga	682.185	2.354.720	3.036.905	26.27
C. M. De Esposende	789.967	500.000	1.289.967	11.16
C. M. Terras de Bouro	872.082	220.000	1.092.082	9.45
C. M. de Vila Verde	1.197.097	631.000	1.828.097	15.81
TOTAL	6.040.000	5.520.334	11.560.331	100

Fonte: GAT – Vale do Cávado

2.5.1.2.2. IMPACTE DO PRONORTE NO CONCELHO DE TERRAS DE BOURO

O que anteriormente acabamos de afirmar reflecte-se quando analisamos mais em pormenor os investimentos efectuados no âmbito deste programa (tabela n.º 37). O total de investimento realizado pela autarquia foi de aproximadamente 1 milhão e 158 mil contos, 71% do qual foi participado pelo PRONORTE. Tal como anteriormente foi afirmado, o sub-programa A representou a maior parte do investimento. São projectos que envolvem “obra física”. Daí que o maior montante de investimento tenha situado sido na abertura, reparação e beneficiação de estradas municipais, com um peso relativo no total de investimento de 51,9%.

Verificou-se também, em termos de investimento, uma forte aposta no sector da habitação e urbanização, tendo sido transferidos para este sector 32,4% do investimento total. 43,7% dos investimentos realizados destinaram-se à rede viária, 13,3% foram para os arranjos urbanísticos das duas vilas, 19% destinou-se ao turismo (Centro de Animação Termal do Gerês), 9,4% ao desporto (Centro Náutico de Rio Caldo), 8,5% à educação (Pavilhão Gimnodesportivo de Rio Caldo) e 5% para o saneamento básico.

Tabela N.º 37

AVALIAÇÃO DA TAXA DE EXECUÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999

Unidade: mil contos

DESIGNAÇÃO	INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO	COMPARTICIPAÇÃO	POR EXECUTAR EM 1998	OBSERVAÇÕES
Centro Náutico de Rio Caldo – Conclusão	109.136.708	81.852.531	863.292	Fechou
Proj. de Controle e Gestão de Res. Sól. Urbanos	5.000.000	3.750.000		Fechou
Proj. Rede de San. dos Aglom. abrangidos POAC	7.000.000	5.250.000		Fechou
E.M da E.N. 304 à E.N 308 – Rio Caldo – 1ª fase	50.000.000	37.500.000		Fechou
Via circ. à sede do concelho – 1ª fase	64.000.000	48.000.000		Fechou
Arranjo urbanístico da sede do concelho	95.000.000	71.250.000		Fechou
E.M da E.N. 304 à E.N 308 – 2ª fase (ligação S.Pedro)	50.000.000	37.500.000	35.000.000	Hom. Nov98
Const. da E.M da Barragem Vilarinho – Brufe – 1ª fase	75.000.000	45.000.000	30.000.000	Hom. Nov98
Reab. da E.M Bouças – Vergaço – Mixões da Serra	68.490.000	51.367.500	30.000.000	Hom. Nov98
Pavilhão Gimnodesportivo de Rio Caldo	98.500.000	49.250.000	48.500.000	Hom. Nov98
Req. da rede viária Municipal	148.060.000	111.045.000		Hom. Nov98
Via circundante à sede concelho – 2ª fase	50.000.000	37.500.000		Em homolog.
Ampl. da rede de esg. E ETAR – sede do concelho	57.750.000	28.875.000		Em homolog.
Arranjo urb. do largo da Feira e envolvente – 1ª fase	60.000.000	45.000.000		Em candidatura
Centro de Animação Termal do Gerês	220.000.000	165.000.000		
TOTAL	1.157.936.708	818.140.031	183.784.509	

Fonte: GAT – Vale do Cávado

Um destes projectos (Centro Náutico de Rio Caldo) veio a possibilitar a realização de provas de motonáutica na barragem de Caniçada. Ainda que esta prova tenha projectado o nome do concelho no exterior

Ainda que a capacidade da autarquia em autofinanciar-se na execução dos projectos tenha aumentado ao longo dos tempos, notamos que foi dos municípios do Vale do Cávado que maiores dificuldades apresentou na execução dos seus projectos. Também aqui se verificou uma apresentação tardia dos mesmos. A maior parte dos projectos realizados foram apresentados em 1998.

Não deixa de ser curioso a verba que foi destinada a estudos, apenas 12 mil contos. Não se verificaram quaisquer investimentos da autarquia ao nível de equipamentos sócio-económicos e de dinamização da actividade económica.

2.5.1.3. OUTRAS OBRAS COFINANCIADAS NO II QCA

A maior parte das obras realizadas ao nível do saneamento e abastecimento de água foram objecto de projectos apresentados a outros programas de apoio comunitário (tabela n.º 38).

Tabela N.º 38				
AVALIAÇÃO DA TAXA DE EXECUÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999				
Unidade: escudos				
PROGRAMA	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	INVESTI-MENTO	COMPAR-TICIPAÇÃO	SITUAÇÃO FINANCEIRA DO PROJECTO EM 15/NOV/99
POA	San. básico da Vila do Gerês, ETAR do Gerês e de Paredes	63.491.000	47.618.250	54.307.484
PROSIURB	Ampliação da rede de esgotos e construção de ETAR	66.000.000	9.900.000	16.629.983
PROSIURB	Loteamento industrial	17.600.000	8.800.000	0
PROSIURB	Restauro e ampliação dos Paços do Concelho	44.000.000	22.000.000	Executado
PROSIURB	Arranjo urbanístico da Sede do Concelho	62.000.000	9.300.000	Executado
PPDR/FEDER	Remodelação da rede de abastecimento de água em Brufe	3.592.086	2.694.065	3.470.540
PPDR/FEDER	Remodelação da rede de abastecimento de água em Cibões	22.897.492	17.173.119	15.785.078
PPDR/FEDER	Remodelação da rede de abastecimento de água em Gondoriz	20.592.766	15.444.575	24.233.251
PPDR/FEDER	Const. de abrigos de passageiros em Brufe, Gondoriz e Cibões	6.000.000	4.500.000	Executado
PPDR/FEDER	Rede de águas residuais e ETAR em Assento/Cibões	7.745.000	5.498.950	2.276.817
TOTAL		313.918.344	142.928.959	116.703.153

Fonte: Câmara Municipal de Terras de Bouro

Os Programas POA e o PPDR/FEDER foram os mais solicitados para este tipo de apoios. Os investimentos fizeram-se sentir prioritariamente nas zonas onde se verificou uma maior aposta turística. Merece especial realce o que aconteceu nas freguesias da Serra Amarela (Brufe, Cibões e Gondoriz), onde se registou, nos lugares de Brufe e de Coteló, uma recuperação das casas de habitação segundo a traça tradicional.

O Programa PROSIURB financiou sobretudo obras relativas ao sector da habitação e urbanização. Também aqui se notaram dificuldades com a execução dos programas. Relativamente ao loteamento industrial temos a dizer que a sua execução foi nula. De resto, o parque industrial existente no concelho, localizado em Pesqueiras, está inactivo.

3. A INICIATIVA PRIVADA EM TERRAS DE BOURO E PRINCIPAIS POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS DESTE TERRITÓRIO

3.1. JUSTIFICAÇÃO DOS INQUÉRITOS

Caso restringíssemos o nosso estudo aos dados estatísticos oficiais disponíveis, o mesmo “pecaria” pelo seu carácter limitado. Daí que se nos afigure necessário recolher outras informações junto das populações locais. Neste sentido, escolhemos a figura do empresário porque sintetiza um conjunto de informações diversas que agrupa:

- a sua sensibilidade face às oportunidades de um determinado território e o seu grau de adesão relativamente às oportunidades criadas e promovidas pelo poder local;
- o ponto de partida das empresas, quando confrontadas com os desafios que lhes são colocados;
- a capacidade de inovação e de risco da iniciativa privada;
- a relação de parceria que conseguem estabelecer.

Os empresários sentem e traduzem as expectativas das populações. Estando radicados num dado território não só se identificam com a população, mas também vivenciam um conjunto de expectativas capazes de potenciarem e darem sentido ao investimento público promovido pelas autarquias locais.

Foi esta relação que nos levou a realizar um inquérito junto dos empresários terrabourenses.

3.2. DEFINIÇÃO DOS INQUÉRITOS

3.2.1. OBJECTIVOS

A definição dos objectivos do inquérito foi sempre uma preocupação nossa desde o início, de modo a podermos estabelecer uma definição e fixação dos conteúdos. Foi com base nisto que aferimos a utilidade de algumas questões e estabelecemos quais aquelas que deveríamos omitir. Neste sentido, tentamos adaptar os objectivos do inquérito à problemática que lhe deu origem, às características das empresas, os mercados onde actuavam e as apostas estratégicas do concelho.

Numa primeira fase do inquérito procuramos caracterizar as empresas inquiridas relativamente ao espaço onde actua, ciclo de vida em que se encontra, forma jurídica que a caracteriza, sector de actividade onde opera, montante e origem do capital social, a quem pertencem os activos e caracterização dos recursos humanos que nelas actuam.

Numa segunda fase tentamos inquirir acerca da política de recrutamento e de formação das empresas, qual a posição destas relativamente aos mercados, clientes e fornecedores que

constituem o seu meio ambiente de tarefa, quais as políticas de planeamento adoptadas, caracterização dos investimentos realizados e qual o grau de informação sobre os fundos estruturais de apoio às empresas.

Por último, tentamos aferir que tipo de diagnóstico fazem os empresários do seu concelho e quais as apostas estratégicas para a dinamização da economia local.

3.2.2. CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

Foram realizados 107 inquéritos e os resultados obtidos permite-nos aferir que 9,4% das empresas tinham entre 0 a 2 anos, 14,2% entre 3 a 5 anos e as restantes idade superior a 5 anos (tabela n.º 39). Esta tipologia pretende aferir em que ciclo de vida as empresas se encontram: fase de introdução (0 a 2 anos); crescimento (3 a 5 anos) e de maturidade e declínio (idades superiores a 5 anos). Os resultados obtidos permitem-nos afirmar que o tecido empresarial do concelho é bastante idoso.

Tabela N.º 39	
ANO DE FUNDAÇÃO	
Tipologia	Percentagem
0 a 2 anos	9,4
3 a 5 anos	14,2
> 5 anos	76,4

Fonte: Inquérito aos empresários

No que diz respeito à sua distribuição espacial (tabela n.º 40), 47,7% das unidades produtivas inquiridas estavam situadas nos dois maiores aglomerados urbanos do município, as vilas do Gerês e de Covas. 34,6% delas situavam-se nas 3 freguesias do Vale do Cávado (Rio Caldo, Vilar da Veiga e Valdozende), contra 65,4% indagadas no Vale do Homem. Assim sendo, esta amostra é abrangente e podemos considerar a sua distribuição equitativa.

Tabela N.º 40	
LOCAL DA ENTREVISTA	
Freguesias	Percentagem
Balança	2,8
Brufe	1,9
Campo do Gerês	7,5
Carvalheira	10,3
Chorense	8,4
Cibões	5,6
Covide	2,8
Gondoriz	5,6
Moimenta	18,7
Rio Caldo	1,9
S. Mateus da Ribeira	1,9
Valdozende	3,7
Vilar da Veiga	29,0

Fonte: Inquérito aos empresários

Relativamente ao número de trabalhadores ao serviço (tabela n.º 41) predominam as empresas de cariz familiar (72,9% têm entre 0 a 4 trabalhadores ao seu serviço) e as PMEs (27,1%). Não existe nenhuma empresa situada no escalão com mais de 500 trabalhadores.

Tabela N.º 41	
ESCALÕES DE PESSOAL	
Escalão de pessoal	Percentagem
0 a 4 trabalhadores	72,9
5 a 499 trabalhadores	27,1
>= 500 trabalhadores	0

Fonte: Inquérito aos empresários

Outro dado a reter é a natureza jurídica das próprias empresas (tabela n.º 42). 79,2% são empresas em nome individual, contra 17,0% de sociedade por quotas, 0,9% de sociedades anónimas, 2,1% de outras formas jurídicas.

Tabela N.º 42	
NATUREZA JURÍDICA	
Natureza jurídica	Percentagem
Nome individual	79,2
Sociedade por quotas	17,0
Sociedade Anónima	0,9
Associação	0,9
Empresa Municipal	0,9
Fundação	0,9

Fonte: Inquérito aos empresários

O sector de actividade mais representativo (tabela n.º 43) é o sector terciário (78,5%), onde se regista uma grande predominância dos estabelecimentos HORECA (54,2%). Segue-se o sector secundário com 15,9% dos inquiridos, o primário com 0,9% e as actividades mal definidas com 4,7%.

Tabela N.º 43	
SECTOR DE ACTIVIDADE	
Sector	Percentagem
Sector primário	0,9
Sector secundário	15,9
Sector terciário	78,5
Actividades não especificadas	4,7

Fonte: Inquérito aos empresários

O capital social é relativamente baixo (tabela n.º 44). 16,9% das empresas tinham um capital superior a 25.000 euros, enquanto que só 1,8% tinham um capital entre 2.000 a 25.000 euros. A origem do capital social é a poupança própria em 76,5% dos casos, seguindo-se a herança (5,9%), a poupança familiar (2,9%), a doação de quotas (2,9%), o crédito particular (2,9%) e o crédito bancário (2,9%).

Tabela N.º 44	
CAPITAL SOCIAL	
Capital	Percentagem
0 euros (empresa em nome individual)	43,9
de 2.000 euros a 25.000 euros	1,8
>= a 25.000 euros	16,9
Não sabe ou não responde	37,4

Fonte: Inquérito aos empresários

O regime de propriedade (tabela n.º 45) mais saliente é a propriedade própria (77,9% dos casos), seguindo-se o arrendamento (15,4%) e a pertença familiar (3,8%). Estes indicadores têm um comportamento análogo quando falamos do regime de propriedade do equipamento. Em 93,3% dos casos é propriedade própria, seguindo-se-lhe a pertença familiar (2,9%) e o arrendamento (1,9%).

Tabela N.º 45			
REGIME DE PROPRIEDADE			
Propriedade		Equipamento	
Origem	Percentagem	Origem	Percentagem
Poupança própria	76,5	Propriedade própria	93,3
Poupança familiar	2,9	Pertença da família	2,9
Herança	5,9	Arrendado	1,9
Doação de quotas	2,9	Outra	1,9
Crédito particular	2,9		
Crédito bancário	8,8		

Fonte: Inquérito aos empresários

Relativamente à distribuição dos recursos humanos das empresas por escalões etários (tabela n.º 46) nota-se que a população jovem está a ser muito penalizada no acesso ao mercado de trabalho. 64,5% das empresas não têm nos seus quadros trabalhadores situados na faixa entre os 16 a 24 anos e 19,6% dos inquiridos apenas têm um trabalhador inserido nesta tipologia. São as empresas de maior dimensão que contribuem para a fixação da população jovem. Este cenário é ligeiramente diferente quando nos situamos no escalão etário entre os 25 a 35 anos. Verifica-se que o número de empresas inquiridas sem trabalhadores nesta tipologia é de 46,7%, ao passo que 23,4% delas têm um trabalhador nestas circunstâncias. É na faixa etária entre os 36 e 64 anos que se regista um decréscimo acentuado na inexistência de trabalhadores ao serviço. Apenas 15,0% das empresas referem a inexistência de mão de obra enquadrada neste escalão, contra 37,4% que admitem apenas um trabalhador e 31,8% que mencionam dois colaboradores. No que diz respeito à incidência de trabalhadores com idade igual ou superior a 65 anos, 7,5% da amostra admite possuir um trabalhador ao seu serviço e 2,8% referem somente dois.

Tabela N.º 45 - A			
NÚMERO DE TRABALHADORES EMPREGADOS POR ESCALÃO ETÁRIO			
16 aos 24 anos	25 aos 35 anos	36 aos 64 anos	>= 65 anos
14,3%	28,4%	54,9%	2,5%

Fonte: Inquérito aos empresários

A faixa etária com maior número de trabalhadores ao serviço situa-se entre os 36 a 64 anos, seguindo-se a dos 25 a 35 anos. Notamos também que a percentagem de população jovem é muito diminuta.

Os índices apresentados são muito semelhantes ao do número de trabalhadores por áreas funcionais (tabela n.º 46). 45% dos inquiridos afirmam possuir um dirigente ao serviço da sua unidade produtiva, contra 28,0% que reconhecem a existência de dois dirigentes. Não deixa de ser curioso que muitas destes inquiridos se afirmem como empresas em nome individual, nas quais o número de dirigentes coincide com o número de operários ao serviço destas entidades. Onde se regista uma grande carência de recursos humanos é na área funcional dos quadros técnicos, com 98% das empresas a reconhecerem a inexistência de colaboradores neste nível de gestão. Esta situação é idêntica ao número de funcionários administrativos por unidade produtiva, onde 90,9% das entidades inquiridas referem que não os possuem. No que concerne ao número de operários vemos que 56,6% afirmam que não têm ou possuem apenas um ou dois funcionários ao seu serviço. O número de operários aumenta proporcionalmente à medida que a dimensão do número de trabalhadores também cresce.

Tabela N.º 46			
NÚMERO DE TRABALHADORES EMPREGADOS POR ÁREAS FUNCIONAIS			
Dirigentes	Quadros Técnicos	Administrativos	Operários
27,8%	1,3%	2,2%	68,7%

Fonte: Inquérito aos empresários

O número de quadros técnicos e quadros médios é muito diminuto, face à percentagem de operários apresentada. De referir ainda que o número de dirigentes e operários coincide muitas vezes.

Relativamente aos níveis de escolaridade só apenas 3,7% da força de mão de obra não sabe ler nem escrever. 66,4 % dos inquiridos afirmam que os seus colaboradores têm o primeiro, segundo e terceiros ciclos do ensino básico completo, contra 29% que admitem a existência de colaboradores com o ensino secundário, 6,5% que referem a existência de colaboradores com o nível IV da formação e 11,2% que assumem possuírem no seu quadro de pessoal trabalhadores com o nível de escolaridade do ensino superior. No entanto, estes trabalhadores representam, na presente amostra, apenas 4% do total, contra os 75% dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Tabela N.º 47					
NÚMERO DE TRABALHADORES EMPREGADOS POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE					
Não sabe ler nem escrever	4ª classe	Até ao 9º ano	Ensino Secundário	Nível 4	Ensino Superior
0,7%	34,1%	40,4%	18,7%	2,0%	4,1%

Fonte: Inquérito aos empresários

3.3. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Relativamente ao recrutamento e formação profissional (tabela n.º 48), 73,6 % das empresas referem que não definem os cargos, funções, tarefas e perfis dos candidatos a admitir. Quando este recrutamento é feito, 31,2% das empresas utilizam a estratégia de admissão de pessoal através de informações fornecidas por outros. 0,9% destas empresas incorporam um departamento de formação nas suas estruturas organizacionais e 10,4% possuem estruturas de apoio à formação.

Tabela N.º 48		
RECRUTAMENTO E SELECÇÃO DE PESSOAL		
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	SIM	NÃO
Define as funções e as tarefas dos cargos e o perfil dos candidatos?	26,4%	73,6%
Faz o recrutamento através de informações fornecidas por outros?	32,1%	67,9%
Recorre aos serviços de empresas especializadas	2,8%	97,2%
Possui um departamento na sua empresa para o efeito?	0,9%	99,1%

Fonte: Inquérito aos empresários

Para além disso, só 10,4% das empresas possuem estruturas de apoio à formação (tabela n.º 49), embora seguramente nenhuma delas esteja acreditada.

Tabela N.º 49		
ESTRUTURAS DE APOIO À FORMAÇÃO		
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	SIM	NÃO
Possui na sua empresa estruturas de apoio à formação?	10,4%	89,6%

Fonte: Inquérito aos empresários

A aprendizagem é feita através da "tarimba", uma vez que 80,2% dos inquiridos afirmam que os seus colaboradores vão aprendendo à medida que vão executando as suas tarefas (tabela n.º 50), isto porque, segundo 82,1% das respostas, referem que as tarefas a executar não obrigam a uma grande especialização. Também por isso, só 17% dos inquiridos recorrem a mão de obra com experiência no tipo de trabalho que pretendem ver executado. De uma forma muito coerente, embora perigosa, 84,9% dos inquiridos consideram que a formação profissional não é necessária para as suas empresas.

Tabela N.º 50	
SE NÃO POSSUI COMO SE PROCESSA A APRENDIZAGEM?	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
As pessoas vão aprendendo à medida que vão executando o trabalho	80,2%
Recorremos a mão de obra com experiência nesse tipo de trabalho	17,0%
As tarefas a executar não obrigam a uma grande especialização	82,1%
A formação profissional não é necessária para a minha empresa	84,9%

Fonte: Inquérito aos empresários

A não necessidade da formação profissional não significa, por parte de quem tomou contacto com os seus benefícios, a sua desvalorização (tabela n.º 51). 34% dos inquiridos reconhecem que de entre os seus colaboradores há quem tenha tido formação.

Tabela N.º 51		
COLABORADORES COM FORMAÇÃO		
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	SIM	NÃO
De entre os seus colaboradores há algum que tenha formação?	34,0%	66,0%

Fonte: Inquérito aos empresários

Destes (tabela n.º 52), 88,9% referem que o seu desempenho é superior ao dos colegas sem formação, 8,3% consideram-no igual e só 2,8% é que afirmam ser pior.

Tabela N.º 52	
SE SIM, QUAL É O SEU NÍVEL DE DESEMPENHO RELATIVAMENTE AOS COLEGAS?	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Melhor	88,9%
Igual	8,3%
Pior	2,8%

Fonte: Inquérito aos empresários

Também não é de estranhar o facto de apenas 9,4% dos inquiridos admitirem a concessão de estágios a estudantes universitários ou formandos provenientes de escolas profissionais ou centros de formação (tabela n.º 53).

Tabela N.º 53		
ESTÁGIOS CONCEDIDOS		
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	SIM	NÃO
Já concedeu estágios a estudantes universitários ou formandos provenientes de Escolas Profissionais ou Centros de Formação?	9,4%	90,6%

Fonte: Inquérito aos empresários

No entanto, só 30% das empresas inquiridas reconhecem as mais valias resultantes da colaboração deste público ao nível dos processos organizacionais e tecnológicos da empresa (tabela n.º 54). Como principal razão do insucesso foi apontada a curta durabilidade do tempo de estágio (60% das respostas), havendo apenas a registar 20% de opiniões que apontam para o desajustamento das competências às necessidades das empresas.

Tabela N.º 54	
SE SIM, COMO AVALIA O SEU DESEMPENHO?	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Trouxeram mais valias e alteraram os processos organizacionais e tecnológicos	30,0%
As competências não se ajustavam às necessidades da empresa	20,0%
O tempo de estágio foi curto para que pudesse retirar alguma conclusão	60,0%

Fonte: Inquérito aos empresários

Estes dados espelham perfeitamente a realidade do concelho e dos seus recursos humanos. Só 11,2% dos trabalhadores têm origem geográfica no exterior do município, 79,4% dizem que são da própria freguesia e 29% admitem ser do concelho (tabela n.º 55).

Tabela N.º 55	
ORIGEM GEOGRÁFICA DOS TRABALHADORES	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Freguesia	79,4%
Concelho	29,0%
Exterior	11,2%

Fonte: Inquérito aos empresários

Analisando os mercados consumidores dos principais produtos/serviços formatados pelas empresas, verificamos a existência de cruzamentos de sinergias resultantes de mobilidades sazonais com um mercado circunscrito a actividades locais, permanentes e de proximidade. Sendo um inquérito de escolha múltipla, 31,8% das empresas afirmam que os seus clientes não pertencem ao mercado local, contra 68,2% que o admitem ser. O mercado regional, porém, tem um peso relativamente elevado na economia do município, recolhendo 57,9% das respostas. Comparando a procura nacional com a procura internacional, podemos constatar que esta é muito superior à primeira, 38,3% contra apenas 4,7% (tabela n.º 56).

Tabela N.º 56	
MERCADOS A QUE OS PRODUTOS/SERVIÇOS SE DESTINAM	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Mercado local	68,2%
Mercado regional	57,9%
Mercado nacional	4,7%
Mercado internacional	38,3%

Fonte: Inquérito aos empresários

Esta discrepância é facilmente justificada pela sazonalidade dos produtos/serviços e o tipo de clientela das empresas locais (tabela n.º 57). Verificamos aqui a confluência de complexos vectores conjuntivos e disjuntivos. Só 18,1% das empresas referem como principais clientes outras unidades produtivas, quando 81,9% do mercado está estruturado numa procura individual. As relações regionais estabelecem-se aos níveis dos sectores primário e secundário, sendo que o terciário está fundamentalmente direccionado para a procura interna e para a oferta de produtos/serviços de um turismo sazonal. A procura interna está estruturada na presença de um comércio rural que vai sobrevivendo num mercado em recessão. A procura externa está alicerçada numa procura sazonal e externa.

Tabela N.º 57	
PRINCIPAIS CLIENTES	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Empresas	18,1%
Particulares	81,9%
Organismos do Estado	0%
Outros	0%

Fonte: Inquérito aos empresários

Como anteriormente afirmamos, as empresas inquiridas encontram-se, em termos temporais, numa fase de descontinuidade. Tratando-se, na sua esmagadora maioria, de pequenas unidades estratégicas de negócio, podemos constatar que a formulação da estratégia radica na liderança em custos (67%), contra 25,3% que escolhem o serviço diferenciado e de qualidade e 7,7% a especialização em determinadas linhas de produto e de mercado (tabela n.º 58).

Tabela N.º 58	
ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS DOS CONCORRENTES	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Liderança em custos	67,0%
Diferenciação	25,3%
Focalização	7,7%

Fonte: Inquérito aos empresários

Se cruzarmos estes indicadores com a pouca diversidade do tecido produtivo e a reduzida procura do mercado interno, facilmente constatamos que estas empresas se vêm confrontadas com:

- custos crescentes;
- diminuição de lucros;
- perda de mercado, resultante da concorrência territorial;
- novos competidores, apesar da sua reduzida penetração;
- pressões externas, sobretudo no que concerne a possível legislação laboral;
- alteração dos valores sociais;
- exigência de novos serviços.

A liderança em custos associada à diminuição da procura interna e de uma especialização e imagem territorial constituem um dos grandes óbices do desenvolvimento deste concelho.

O fenómeno da subcontratação é praticamente inexistente (tabela n.º 59). Apenas 2,8% das empresas afirmam operar neste cenário. Tratando de empresas ligadas ao artesanato ou à agro-pecuária, todas referem uma grande dificuldade de corresponderem às exigências da procura. As unidades produtivas ligadas ao artesanato referiram-nos que os custos de produção são extremamente elevados para poderem suscitar interesses a jusante. A empresa ligada ao sector agro-pecuário referiu a impossibilidade de definir preços, os quais estavam indexados aos praticados pelas empresas congéneres espanholas.

Tabela N.º 59		
EXTERNALIZAÇÃO DE CUSTOS		
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	SIM	NÃO
A sua empresa recorre à subcontratação?	2,8%	97,2%
A sua empresa é subcontratada?	2,8%	97,2%

Fonte: Inquérito aos empresários

Das três empresas que afirmaram ser subcontratadas nenhuma soube definir exactamente o número de clientes. Este dado é de fácil explicação visto estas empresas operarem na produção de artesanato. São contactadas por intermediários que buscam oportunidades de negócio, nas feiras onde expõem ou através de retalhistas que, ocasionalmente, em viagens turísticas, tomam conhecimento dos produtos por elas formatados.

Outro dos grandes óbices detectados dizem respeito ao planeamento das actividades (tabela n.º 60). 55,1% das empresas não planeiam as suas acções.

Tabela N.º 60		
PLANEAMENTO DAS ACTIVIDADES		
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	SIM	NÃO
A sua empresa costuma planejar as suas actividades?	44,9%	55,1%

Fonte: Inquérito aos empresários

Das que o fazem, 41,7% referem uma periodicidade mensal, 8,3% trimestral, 10,4% semestral, 25% anual e 14,6% sempre que se verifiquem desvios relativamente aos objectivos (tabela n.º 61).

Tabela N.º 61	
SE SIM, COM QUE REGULARIDADE?	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Mensalmente	41,7%
Trimestralmente	8,3%
Semestralmente	10,4%
Anualmente	25,0%
Sempre que se verifiquem desvios relativamente aos objectivos e cenários estabelecidos	14,6%

Fonte: Inquérito aos empresários

A sazonalidade das actividades justifica esta periodicidade. No entanto, se tivermos em atenção as fases do planeamento, as respostas obtidas obrigam-nos a indagar acerca qualidade do planeamento efectuado.

Tabela N.º 62	
FASES MAIS IMPORTANTES DO PLANEAMENTO	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Objectivos que a empresa pretende atingir	91,7%
As necessidades que a empresa sente	66,7%
Os problemas que a empresa enfrenta	54,2%
As oportunidades disponíveis	58,3%

Fonte: Inquérito aos empresários

Das empresas que assumem planejar as suas actividades (tabela n.º 62), as opções de escolha recaem, prioritariamente sobre:

- os objectivos (91,7%);
- as necessidades (66,7%);

- os problemas (54,2%);
- as oportunidades disponíveis (58,3%).

Estes valores indiciam a adopção do planeamento projectivo em detrimento do planeamento estratégico. Quando perguntamos se as empresas procuram resolver todos os problemas resultantes do diagnóstico realizado (tabela n.º 63), 75% delas respondem afirmativamente e só 58,3% reconhecem que estabelecem prazos de implementação e nomeiam responsáveis e colaboradores para operacionalizarem o plano.

Tabela N.º 63		
HIERARQUIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E PLANO DE ACÇÃO		
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	SIM	NÃO
Procura resolver todos os problemas que resultam do diagnóstico?	75,0%	25,0%
Estabelece prazos de implementação do plano e estabelece responsabilidades?	58,3%	41,7%

Fonte: Inquérito aos empresários

Estes dados indicam claramente que as empresas:

- não hierarquizam os objectivos;
- não estabelecem planos rigorosos de implementação;
- não definem critérios de avaliação e controlo.

Relativamente ao investimento (tabela n.º 64) notamos que, malgrado a debilidade do tecido empresarial, este tem sido efectuado: 75,7% dos inquiridos realizaram investimentos.

Tabela N.º 64		
INVESTIMENTOS REALIZADOS		
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	SIM	NÃO
A sua empresa realizou investimentos nos últimos anos?	75,7%	24,3%

Fonte: Inquérito aos empresários

Destes, 82,7% fizeram-no ao nível da modernização e/ou ampliação das instalações (tabela n.º 65), 49,4% apostaram também no reforço tecnológico da capacidade produtiva, 8,5% escolheram a renovação tecnológica ao nível dos métodos de comercialização, 13,6% elegeram a renovação tecnológica ao nível da gestão e, finalmente, 19,8% apostaram nos investimentos não directamente produtivos.

Tabela N.º 65	
SE SIM, EM QUE ÁREAS?	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Modernização e/ou ampliação das instalações	82,7%
Renovação tecnológica ao nível da capacidade produtiva	49,4%
Renovação tecnológica ao dos métodos de comercialização	8,5%
Renovação tecnológica ao nível da gestão	13,6%
Aposta em investimentos não directamente produtivos	19,8%
Outras	3,7%

Fonte: Inquérito aos empresários

Não deixa, porém, de ser curioso o facto de 76,6% da origem dos fluxos financeiros terem a sua proveniência em capitais próprios, contra 11,7% da articulação entre fundos estruturais e comparticipação privada e igual cifra de crédito bancário e/ou organismos do Estado (tabela n.º 66).

Tabela N.º 66	
ORIGEM DOS FUNDOS INVESTIDOS	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Fundos estruturais e comparticipação privada	11,7%
Fundos próprios	76,6%
Crédito bancário e/ou de organismos do Estado	11,7%

Fonte: Inquérito aos empresários

Uma das razões apontadas radica no desconhecimento dos programas regionais e sectoriais de apoio às iniciativas empresariais (tabela n.º 67).

Tabela N.º 67		
CONHECIMENTO DE PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL		
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	SIM	NÃO
Tem conhecimento de programas sectoriais, regionais ou iniciativas comunitárias de apoio às empresas?	66,4%	33,6%

Fonte: Inquérito aos empresários

33,6% das empresas invocam o seu desconhecimento. De entre os programas ou iniciativas comunitárias (tabela n.º 68) mais conhecidas encontram-se:

- o PROCOM (49,3% das respostas);
- o LEADER (23,2%);
- o POE (27,5%);
- o RIME (7,2%);
- o PITER (5,8%).

Tabela N.º 68	
IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS SECTORIAIS, REGIONAIS OU DE INICIATIVAS COMUNITÁRIAS CONHECIDAS PELAS EMPRESAS	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
PROCOM	49,3%
POE	27,5%
LEADER	23,2%
RIME	7,2%
PITER	5,8%
PAMAF	4,3%
PRODEP	1,4%
AGRIS	1,4%
SIR	1,4%
SIFIT	1,4%
POSI	1,4%
POCTI	1,4%
Outros	1,9%

Fonte: Inquérito aos empresários

Sendo um meio pequeno, onde a informação circula rapidamente e o controlo se faz por ajustamento mútuo, 29,9% das empresas não têm conhecimento acerca de fundos estruturais aplicados na sua freguesia ou concelho (tabela n.º 69). Este défice de informação, pelas razões anteriormente apontadas, é preocupante.

Tabela N.º 69		
FUNDOS ESTRUTURAIS APLICADOS NA FREGUESIA/CONCELHO		
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	SIM	NÃO
Teve conhecimento acerca de fundos estruturais que tivessem sido aplicados por empresas da sua freguesia/concelho?	70,1%	29,9%

Fonte: Inquérito aos empresários

Das empresas que tiveram conhecimento da aplicação de fundos estruturais, 38,9% consideraram o seu impacto bom, 27,8% julgam-no suficiente, 12,5% acham que foi muito bom, 1,4% admitem ter sido mesmo excelente, 9,7% afirmam que foi mau e para os restantes 9,7% foi medíocre (tabela n.º 70).

Tabela N.º 70	
AVALIAÇÃO DO IMPACTO	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Mau	9,7%
Medíocre	9,7%
Suficiente	27,8%
Bom	38,9%
Muito Bom	12,5%
Excelente	1,4%

Fonte: Inquérito às empresas

As causas de sucesso (tabela n.º 71) apontadas foram muito diversificadas e registou-se uma grande dispersão nas respostas. No entanto, aquelas que colheram mais opiniões favoráveis foram:

- modernização das instalações (25,1%);
- modernização dos sectores e aumento da sua competitividade (4,7%);
- captação do investimento (4,7%)
- modernização dos espaços públicos (1,9%).

Tabela N.º 71	
CAUSAS DE SUCESSO	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Modernização das estruturas físicas e melhor qualidade da oferta	25,1%
Modernização dos sectores de actividade	4,7%
Captação do investimento	4,7%
Modernização dos espaços públicos	1,9%
Outros	3,6%
Não sabe ou não responde	29,9%

Fonte: Inquérito aos empresários

De entre as causas de insucesso (tabela n.º 72) dos fundos estruturais foram apontadas:

- a falta de apoio ao comércio rural (7,5%);
- fundos estruturais aplicados sem critérios e beneficiando apenas alguns (3,7%);
- a falta de sustentabilidade dos projectos (1,9%);
- aposta em sectores onde a concorrência é elevada, criando-se com isso impactos negativos (4,7%);
- modernização das estruturas físicas sem o conseqüente enquadramento estético (3,7%);
- incapacidade de gestão por parte das empresas (1,9%);
- falta de acesso à informação (1,9%);

Tabela N.º 72	
CAUSAS DE INSUCESSO	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
O comércio rural não foi contemplado	7,5%
Os investimentos não exploraram as potencialidades paisagísticas	3,7%
Impacto negativo ao nível da concorrência	4,7%
Incapacidade de gestão das empresas beneficiadas	1,9%
Falta de acesso à informação	1,9%
Fundos estruturais aplicados sem critérios e beneficiando apenas alguns	3,7%
Projectos insustentáveis	1,9%
Outros	6,3%
Não sabe ou não responde	35,5%

Fonte: Inquérito aos empresários

Quando abordamos as apostas estratégicas do concelho, os inquiridos apontaram como principais problemas (tabela n.º 73):

- más acessibilidades (55,1%);
- falta de mão de obra abundante e qualificada (58,9%);
- um tecido empresarial débil e pouco diversificado, com um sector terciário pouco desenvolvido (71,0%);
- falta de infra-estruturas e incentivos locais para a instalação de empresas (83,2%);
- inexistência de estruturas de investigação e desenvolvimento (76,2%);
- más condições de vida (42,9%);
- reduzida dimensão do mercado (42,9%).

Tabela N.º 73	
PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE IMPEDEM O DESENVOLVIMENTO	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	%
Más acessibilidades	55,1%
Falta de mão de obra abundante e qualificada	58,9%
Tecido empresarial débil e pouco diversificado, com um sector terciário pouco desenvolvido	71,0%
Falta de infra-estruturas e incentivos locais para a instalação de empresas	83,2%
Inexistência de estruturas de investigação e desenvolvimento	76,2%
Más condições de vida	42,9%
Reduzida dimensão do mercado	42,9%

Fonte: Inquérito aos empresários

De entre as principais oportunidades que as empresas do concelho de Terras de Bouro têm para se desenvolver foram referidas (tabela n.º 74):

- a mão-de-obra barata (44,3%);
- os baixos custos de instalação (24,5%);
- a existência de incentivos fiscais às regiões do interior (24,3%);
- um ambiente natural agradável (93,5%);
- a sua proximidade ao concelho de Braga (58,5%).

Tabela N.º 74	
PRINCIPAIS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO	
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PERCENTAGEM
Mão de obra barata	44,3%
Baixos custos de instalação	24,5%
A existência de incentivos fiscais às regiões do interior	24,3%
Um ambiente natural agradável	93,5%
Proximidade ao concelho de Braga	58,5%

Fonte: Inquérito aos empresários

Com o principais oportunidades de negócio (tabela n.º 75) as empresas colocaram como principal prioridade a aposta na área florestal e empresas que transformem os produtos do sector primário, logo seguida do turismo. Não deixa, porém, de ser curioso que a aposta na área florestal recolha também um grande número de escolhas como a 4ª prioridade de desenvolvimento. Por outro lado, a criação de condições para o investimento externo e a aposta na criação de pequenas e médias de âmbito local não se constituem como necessárias para o desenvolvimento do concelho.

Tabela N.º 75				
PRINCIPAIS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO				
PARÂMETROS DE CARACTERIZAÇÃO	PRIORIDADES			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Criar condições para a captação de investimento externo	14,0%	27,1%	50,5%	11,2%
Apostar na criação de pequenas e médias empresas de âmbito local	7,5%	33,6%	33,6%	24,3%
Apostar no sector do turismo	32,7%	23,4%	15,0%	28,0%
Apostar na área florestal e empresas que transformem os produtos do sector primário	45,8%	15,9%	0,9%	36,4%

Fonte: Inquérito aos empresários

3.4. PRINCIPAIS OPORTUNIDADES E ESTRANGULAMENTOS DO CONCELHO DE TERRAS DE BOURO

Qualquer concelho possui um conjunto de potencialidades e estrangulamentos que influenciam o seu desenvolvimento. A SWOT a seguir apresentada sistematiza toda a

informação recolhida na análise dos indicadores disponíveis e no estudo de caso. A definição dos factores críticos de sucesso baseia-se na escolha de elementos que, pela sua importância e prioridade, assumem particular relevância para a definição de um plano de acção eficiente e eficaz, nos diversos domínios do desenvolvimento integrado sucintamente apresentados nos quadros seguintes:

SISTEMA TERRITORIAL

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ a capacidade polarizadora da cidade de Braga, capaz de captar fluxos humanos ao nível regional e supra-regional; ✓ a particularidade do património construído que resultou da gestão e uso dos solos nos assentamentos urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ a localização excêntrica do concelho, com uma rede urbana desequilibrada e pouco conectada; ✓ núcleos urbanos de reduzida dimensão e dispersos; ✓ fraco poder polarizador dos dois núcleos urbanos mais importantes, situados nas periferias do concelho; ✓ território extenso e muito acidentado; ✓ o efeito de fronteira acentuado pela morfologia dos solos; ✓ o abandono e a decadência das construções tradicionais; ✓ a redução drástica do pastoreio e da recolha de matos, com o conseqüente empobrecimento dos solos e o aumento do risco de incêndios; ✓ o abandono dos campos, quedas dos socos, erosões, degradação da paisagem; ✓ construções de novas casas e garagens, introduzindo-se novos modelos e materiais estranhos; ✓ construções de novos caminhos, com traçados desajustados.

POPULAÇÃO E EMPREGO

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ alguma capacidade de absorção de mão de obra da população residente, verificando-se um aumento significativo dos postos de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ acentuado decréscimo populacional; ✓ baixa densidade populacional; ✓ elevados índices de emigração; ✓ elevada taxa de envelhecimento; ✓ baixos índices de fecundidade; ✓ baixos índices de natalidade e elevados índices de mortalidade; ✓ incapacidade para repor a sua população; ✓ baixa taxa de actividade; ✓ elevada taxa de desemprego, atingindo fundamentalmente a população feminina, os grupos etários abaixo dos 25 anos e pessoas com baixos índices de escolaridade; ✓ emprego precário ligado ao fenómeno da sazonalidade.

TECIDO EMPRESARIAL

Domínio político e institucional

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ supressão das fronteiras com a integração na União Europeia; ✓ a existência de fundos estruturais; ✓ o papel das autarquias no desenvolvimento local. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ política nacional de contenção de custos, que se reflecte no desinvestimento e na recessão da economia; ✓ acções de promoção regional e local que se têm revelado ineficazes; ✓ indefinição da base económica regional que impede a valorização de aproveitamento dos recursos endógenos; ✓ “floresta” legislativa e outras prescrições legais como condicionantes do meio ambiente geral do território; ✓ falta de incentivos financeiros; ✓ apoios ao desenvolvimento do tecido empresarial muito morosos; ✓ incapacidade da autarquia na promoção e valorização dos recursos endógenos.

Domínio económico, dos recursos e financiamento

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ a importância do turismo como impulsionador do desenvolvimento sócio-económico do concelho; ✓ possibilidade de aproveitamento de recursos locais com uma política de marketing-mix eficaz; ✓ diversidade de recursos / produtos tradicionais capazes de configurar um produto global alternativo; ✓ boas condições climáticas no período de Verão; ✓ abundantes recursos hídricos; ✓ ambiente natural agradável; ✓ poluição pouco significativa; ✓ marcada proporção de espaços com vocação florestal e silvo-pastoril; ✓ a singularidade do património ambiental e construído; ✓ a crescente procura das residências secundárias; ✓ a integração do concelho numa Região de Turismo; ✓ elevada capacidade de alojamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ perda de solo fértil, erosão das encostas e diminuição das reservas de água (secagem de poços e nascentes); ✓ falta de iniciativa empresarial e oportunidades de negócio; ✓ baixos níveis de rendimento e de consumo; ✓ dificuldades na obtenção de recursos financeiros provenientes de fundos estruturais e reduzida capacidade de autofinanciamento; ✓ mercados de reduzida dimensão; ✓ assoreamento de albufeiras, rios e ribeiros; ✓ pobreza dos recursos cinegéticos, piscatórios e da fauna em geral; ✓ pobreza dos recursos florestais, de pastagens, da vegetação em geral; ✓ acentuada dependência externa; ✓ fraca articulação entre políticas de desenvolvimento local e de desenvolvimento nacional; ✓ incapacidade de se geral mecanismos de criação de sinergias; ✓ falta de apoio ao desenvolvimento do sectores económicos em geral e do sector turístico em particular; ✓ pouca mão de obra disponível; ✓ concorrência elevada e alicerçada em estratégias de liderança em custos.

Domínio da estrutura produtiva

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ existência de algumas unidades industriais bem dimensionadas e com alguma importância no contexto regional; ✓ mão de obra barata e com pouca capacidade reivindicativa; ✓ a existência de uma zona industrial infra-estruturada; ✓ forte tradição associativa; ✓ o conhecimento dos agricultores sobre as condições específicas dos solos; ✓ o aparecimento de estruturas locais de apoio à produção agro-florestal, numa extensa área de baldios; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ estrutura agrícola minifundiária, fragmentada e dispersa, com uma área de irrigação reduzida, onde predominam os produtores singulares autónomos; ✓ uma indústria transformadora pouco representativa; ✓ tecido empresarial de reduzida dimensão e pouco diversificado; ✓ recursos humanos pouco qualificados, com falta de quadros médios e superiores; ✓ problemas ao nível de transferência da investigação e inovação tecnológica para as empresas; ✓ baixa oferta local de qualificação; ✓ pouca intercomunicabilidade entre os diversos sectores da economia; ✓ dificuldade das empresas em acompanharem as actuais exigências do mercado; ✓ um acentuado envelhecimento da mão de obra existente; ✓ grande deterioração das taxas de actividade; ✓ um comércio completamente pulverizado e ameaçado pelas grandes superfícies comerciais; ✓ sector financeiro muito deficitário; ✓ reduzida dimensão do mercado; ✓ ausência de mercados que promovam os produtos autóctones.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Domínio das acessibilidades, transportes e comunicações

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ a aposta da autarquia na abertura e beneficiação das acessibilidades; ✓ o razoável estado de conservação da rede viária municipal e regional; ✓ adequada distribuição de energia e telecomunicações. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ redes viárias estreitas e sinuosas; ✓ restrições ao tráfego rodoviário em espaços de difícil gestão ambiental; ✓ articulação ineficaz de meios de transportes colectivos entre o Vale do Homem e o Vale do Cávado, desconectados entre si; ✓ serviços de transporte público com uma cobertura territorial deficiente; ✓ posição periférica relativamente aos grandes eixos viários de estruturação de uma rede supranacional; ✓ interrupção das acessibilidades e telecomunicações resultantes da eclosão de intempéries associadas às condições meteorológicas e do relevo do concelho.

Domínio das condições de vida

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ uma política de distribuição de água praticamente gratuita; ✓ opção da autarquia por investimentos ao nível da melhoria das condições de vida das populações, sobretudo no que diz respeito ao saneamento e às acessibilidades; ✓ a crescente procura de residências secundárias. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ fraco dinamismo do parque habitacional; ✓ baixa taxa de edifícios de uso exclusivamente residencial; ✓ reduzidas condições de habitabilidade; ✓ restrições do PDM em termos de construção de habitações.

Domínio da saúde

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ a construção de uma nova unidade hospitalar e uma Faculdade de Medicina para Braga. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ má cobertura em termos de equipamentos de Saúde; ✓ elevada distância média das freguesias não equipadas aos equipamentos ou serviços de saúde; ✓ rede de cuidados de saúde pouco diferenciada; ✓ falta de unidades de internamento; ✓ espaço exíguo das instalações existentes; ✓ falta de recursos humanos; ✓ desarticulação funcional entre os diversos equipamentos colectivos dos serviços de saúde, situação que dificulta a promoção da saúde pública nas suas mais diversas vertentes.

Domínio do ensino

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ uma taxa favorável de alunos por professores. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ elevada taxa de analfabetismo; ✓ baixos índices de escolaridade; ✓ comunidade docente e discente diminuta; ✓ oferta de opções de ensino pouco diversificada.

Domínio da formação profissional

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ a Escola Profissional Amar Terra Verde. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ recursos humanos subaproveitados, em virtude da reduzida dimensão das empresas de Terras de Bouro inviabilizarem a aposta na formação; ✓ baixos níveis de qualificação profissional.

Domínio da Segurança Social

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ distância média das freguesias não equipadas com a valência creche é pouco elevada. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ a valência Lar de idosos tem baixo grau de cobertura e uma elevada distância média ao equipamento; ✓ elevada distância média aos Centros de Dia.

Domínio cultural

Potencialidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ possibilidade de expansão turística; ✓ uma grande tradição cultural e a manutenção das actividades artesanais e gastronómicas; ✓ riqueza e variedade ao nível do património construído, arqueológico e geológico; ✓ importância regional e nacional das termas do Gerês; ✓ grande riqueza etnográfica e folclórica; ✓ grande número de associações culturais, recreativas e desportivas; ✓ apoio da autarquia às associações. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ falta de técnicos municipais e quadros na área da cultura; ✓ falta de iniciativas dos agentes modeladores do território; ✓ comunicação dos eventos culturais ineficaz; ✓ degradação e delapidação do património existente; ✓ má articulação entre as iniciativas privadas e as públicas, mercê da inexistência de uma política Cultural eficaz.

4. CRÍTICA

Globalização e desenvolvimento local. Que futuro para os territórios desfavorecidos? A formulação do tema da dissertação coloca problemas analíticos, porque deixa antever que a relação do sujeito com o objecto de análise não é neutra. É tão importante o acontecimento (resenha histórica que estrutura o actual *status quo*) como o não acontecimento daquilo que poderá vir a ocorrer (possibilidades de uma metanarrativa que confronte a "fatalidade" do pensamento único com as possibilidades de uma cidadania efectivamente global). Embora o discurso não possa assumir um carácter argumentativo, deve espelhar e confrontar os diversos posicionamentos face a uma realidade complexa que estrutura as dinâmicas económicas, sociais e culturais do mundo hodierno. Neste sentido, a bissectriz do enquadramento teórico-conceitual com o estudo de caso poderá fornecer pistas acerca da existência ou não de zonas de continuidade e de ruptura entre as políticas de desenvolvimento local com o fenómeno da globalização.

Face a este cenário a pergunta persiste: *que futuro para os territórios desfavorecidos?* Para uns este mundo está a jogar um jogo que muito dificilmente poderá vir a ganhar e estranhamente todos lhe parecem dar razão, para outros as oportunidades que decorrem de um mercado globalizado são suficientemente indeléveis para mobilizarem os actores em torno de redes complexas capazes de promoverem a integração de economias, culturas e territórios diversos na sua génese e aspirações. Neste discurso encruzilhada entre a "desconfiança" e a "ingenuidade", entre a preservação e o aprofundamento de conquistas históricas e o aproveitamento de oportunidades, uma outra pergunta se coloca: que espaço existe para a democracia e quais as margens de liberdade que a humanidade está a construir?

Os objectivos das políticas de desenvolvimento endógeno perseguem o desenvolvimento dos territórios através do diagnóstico das potencialidades e da mobilização dos actores locais. Estas potencialidades, apesar de terem valor em si, só serão operacionais quando puderem ser estrategicamente transformadas em produtos capazes de se afirmarem num ambiente de tarefa de escalas progressivas, de acordo com os seus sentidos evolutivos. Todo este marketing-mix territorial tem sido objecto de estudo com vista à implementação de estratégias operacionais que promovam o bem estar social das pessoas onde estas se encontrem. Nem sempre os objectivos são alcançados, as necessidades suprimidas e os problemas resolvidos, mas a produção do conhecimento, relevante ou não, desafia a criatividade, mobiliza vontades e promove o sonho utópico do ser individual e social encontrar no mito de Sísifo a sua verdadeira essência de ser em si, para os outros e com os outros.

Neste sentido, a denúncia é tão importante como os caminhos apontados para a afirmação individual e colectiva. Uma vez que a ciência social deve promover o debate e encontrar consensos:

- ✓ que problemas podem resultar da globalização?
- ✓ que vantagens a globalização oferece?

- ✓ que margens de manobra a endogeneidade possui?

São inúmeros os autores que alertam para os perigos que decorrem de uma globalização generalizada que se estrutura em dinâmicas puramente economicistas. Se, por um lado, a exigência de um desenvolvimento humano sustentado fez emergir o paradigma ambientalista (não exclusivamente arreigado ao ambiente natural, mas mais associado à qualidade de vida generalizada), por outro, a *práxis* revela que o *aparteid* social é concomitante com o *aparteid* territorial. Por isso, não se pode falar em coesão social sem se incluir nela a dimensão territorial. O que temos hoje é uma realidade em rede, a qual faz aumentar as interdependências regionais. Se tudo está em rede, a ideia de território acaba por diluir-se e a própria acção humana torna-se descontextualizada. O que estrutura o local são as influências presentes e invisíveis, determinadas pela necessidade da desterritorialização da economia, a qual tem subjacente o objectivo de se adquirir um ritmo acelerado de acumulação do capital. O neo-liberalismo, porque necessita de novos mercados, de flexibilidade e de se mover sem barreiras, não só entende que o menos Estado é um elemento uniformizador, mas, apoiado no rápido desenvolvimento das novas tecnologias de informação, conseguiram eliminar as dificuldades que o espaço impunha à própria acumulação flexível. Para além disso, o espaço e o tempo virtual desligaram-se da copresença e permitiram a eclosão de novos comportamentos, valores e atitudes. A pós-modernidade acaba com a uniformização e recupera o direito à diferença, provocando o estiolamento das bases ecológicas da solidariedade. A actual identidade dos indivíduos, porque não baseada na heterogeneidade do cosmopolitismo, mas em vivências virtuais, é uma identidade restrita, onde se perde o valor da cidadania. Neste sentido, pode-se falar em espaços segregados e excluentes. O sentido de identidade, tão importante para o desenvolvimento dos territórios, uma vez que se torna necessário mobilizar os actores locais em torno de um projecto comum, está a diluir-se.

Reportando-nos ao caso do concelho de Terras de Bouro temos que colocar cinco questões essenciais:

- ✓ que realidade temos?
- ✓ que objectivos pretendemos atingir?
- ✓ que ameaças pesam sobre nós?
- ✓ estamos a explorar convenientemente as oportunidades?
- ✓ as dificuldades experimentadas por este município espelham as dificuldades sentidas pelos territórios desfavorecidos?

A realidade que temos foi suficientemente escarpada na análise dos constrangimentos e potencialidades atrás mencionada. Não questionamos a pertinência dos territórios desenvolverem estratégias de aproveitamento dos pontos fortes e das oportunidades e combaterem as ameaças e os seus pontos fracos. Trata-se de um esforço racional e equilibrado, capaz, no seio de uma concorrência generalizada, promover o bem estar dos cidadãos e desenvolver a coesão territorial e social. No entanto, como ninguém dá aquilo que não tem e as

culturas dominantes impõem-se sobre as dominadas, o jogo que nos é proposto conduz à dependência e à exploração das "municipalidades" por parte dos agentes globalizadores. Os territórios procuram desenvolver factores locativos com o intuito de captarem investimento, o poder económico desloca-se no espaço em busca de vantagens comparativas e competitivas sem fidelidade alguma aos territórios e aos seus agentes. Neste sentido, as empresas abandonam a sua dimensão sócio-afectiva e passam a responder apenas pela sua dimensão económica. Face a isto, continuamos a persistir na ideia de que a criação de emprego e de riqueza constitui o factor crítico de sucesso de maior relevância em termos de desenvolvimento local. FORRESTER (2001: 12) refere "que o social e o económico continuam a ser comandados pelas mutações a partir do trabalho, quando este último desapareceu". Hoje faz pouco sentido falar-se em emprego e desemprego, mas muito mais na ausência de emprego e das implicações sociais e territoriais a jusante que isso acarreta. O dever de trabalhar está bloqueado pelos interesses, pela imperícia geral e pelo sentido da história. Não deixa, porém, de ser curioso que o direito a viver depende cada vez mais do mérito, ou seja, das competências técnicas e conceptuais com que cada um de nós executamos as funções e as tarefas inerentes aos cargos assumidos.

As empresas em Terras de Bouro fogem parcialmente a estas dinâmicas de deslocalização da produção. Na sua esmagadora maioria são unidades produtivas arraigadas ao território, com um grande sentido pertença e de proximidade. Exploram oportunidades de negócio locais e mercados com comportamentos desiguais. Na esmagadora maioria dos casos existe, entre elas, um denominador comum: estão instaladas no concelho porque os recursos são rentáveis e não podem ser deslocalizados ou, então, são empresas familiares de autóctones que vêm na exploração do seu pequeno negócio a sua forma de sobrevivência e não têm capacidade económica e financeira de se expandirem para outros mercados. Esta vantagem, porém, não elimina dois grandes *handicaps*: a incapacidade de se passar do círculo de marketing territorial aplicado a um plano de acção comercial agressivo e as características dos recursos humanos que possuem.

O empresário terrabourense é, regra geral, um ser ensimesmado. Está habituado a que o procurem e não a conquistar clientes e/ou mercados. Vê na concorrência a sua desgraça, e não uma forma de oportunidade resultante do alargamento e diversificação da oferta. A angústia e o risco levam-no a não planear os seus negócios, preferindo o modelo de gestão "à vista". Tudo isto se reproduz num ambiente geral de forte concorrência. Este ambiente geral é caracterizado por uma elevada velocidade de transferência de tecnologia e inovação, pelo aumento da produtividade através da automação e pelos investimentos do governo nestas áreas competitivas. Como se não bastasse, a alteração das variáveis económicas, socioculturais e político-legais poderão ter um efeito devastador em todo o tecido empresarial do município. A título exemplificativo citamos a proposta de alteração ao subsídio de desemprego. Pretende-se, com esta proposta, combater uma estratégia de rendimento que assente na articulação do trabalho sazonal com o subsídio de desemprego. Assim sendo, as pessoas são obrigadas a procurarem trabalho durante o período em que estiverem desempregadas.

Se tal vier a acontecer, verificar-se-á em Terras de Bouro o abandono de algumas actividades agrícolas e acentuar-se-á o êxodo da população activa, visto não ser possível encontrar trabalho permanente nestas paragens.

No que diz respeito aos recursos humanos a situação ainda é mais periclitante. As actuais dinâmicas económicas e sociais olham para o recurso humano não qualificado e envelhecido como algo de supérfluo e prejudicial. Numa sociedade onde parece não haver espaço para todos, só os mais habilitados podem ainda ter algumas aspirações de integração. Hoje, a ideia de lucro precede a ideia de cidadania, a economia privada anónima reina sobre a economia social responsável e o pensamento único (baseado na globalização e no consumo) anestesiou a sociedade. A cultura de desterritorialização da economia marca uma ruptura com o trabalho ligado à era industrial e com o capitalismo de ordem imobiliária. "Trata-se de um mundo que vive, graças à cibernética e às tecnologias de ponta, à velocidade do imediato; de um mundo em que a velocidade se confunde com o imediato em espaços sem interstícios". (FORRESTER; 2001: 31). É este o mundo onde parecem terminar as afirmações identitárias sobre o espaço e as codificações afectivas dos lugares (atração/repulsa, etc.), face a um capitalismo neoliberal que utiliza estratégias, sociais e espaciais, de readaptação para a sua sobrevivência. Essas estratégias assentam na relação entre capitalismo, sociedade de consumo e produção de espaço. A ordem do território acaba por exprimir a ordem que assenta no estímulo do consumo individual e colectivo, assim como no estímulo da produção, meios fundamentais para a subsistência de uma sociedade capitalista. Face a isto, podemos constatar que a submissão do ordenamento à economia é hoje mais clara do que nunca, havendo uma preocupação essencial em resolver os "problemas" que podem travar o crescimento económico. Os recursos humanos de Terras de Bouro operam nesta lógica de ubiquidade do espaço, anonimato dos actores e indiferença do poder político. Alguns dos efeitos já se fizeram sentir e muitos outros poderão ocorrer. Quando analisamos os sectores económicos podemos verificar que as empresas dotadas de maior componente tecnológica cresceram, mas não se verificou, muito antes pelo contrário, qualquer acréscimo no número de empregos. Por outro lado, são as empresas menos inovadoras e de cariz familiar que mais empregos sazonais assimilam, empregos estes ocupados por pessoas com baixos níveis de escolaridade e qualificação e situados numa elevada faixa etária. Convém recordar que, tal como resultou da análise dos inquéritos, as apostas na renovação tecnológica ao nível dos métodos de comercialização; renovação tecnológica ao nível da gestão e aposta em investimentos não directamente produtivos foram aquelas onde foi realizado menos investimento. Face a isto convém perguntar: se avançarmos para a modernização do tecido empresarial e apostarmos na produtividade, que futuro terá a mão de obra deste concelho? Para muitos a resposta encontra-se na qualificação profissional da população residente. Ainda que tal constatação não atente contra um possível diagnóstico de necessidades de formação a realizar, a verdade é que convém questionar o papel da formação profissional no nosso país em geral e em Terras de Bouro em particular. A Formação Profissional não passou, na maior parte dos casos, de uma política assistencialista que visou reduzir a taxa de desemprego e evitar maiores fracturas sociais, mantendo as pessoas ocupadas. FORRESTER (2001: 94) denuncia esta situação quando

afirma que "em vez de se preparar as novas gerações para um modo de vida que já não passa pelo emprego (tornado praticamente inacessível), esforça-se, pelo contrário, por fazê-las entrar nesse lugar fechado que as recusa, com o resultado de as transformar em excluídos do que nem sequer existe".

No entanto, a formação profissional é particularmente importante, pois dela depende, em grande medida, a fixação de uma população jovem, profissionalmente desqualificada e sem oportunidades locais de emprego que, de outra forma, acabaria por abandonar a região. É, assim, exigido a qualquer entidade ou conjunto de entidades que promovam formação, um esforço prévio de planificação, que tome em consideração os recursos existentes, as características da população alvo e as perspectivas de desenvolvimento da região.

Em Terras de Bouro temos de reconhecer que a aposta na formação de activos na área do artesanato trouxe mais valias para o concelho. No entanto, a multiplicação de cursos e a escassez de mercado arrastou consigo a externalização dos custos de produção. Hoje, a maior parte das pessoas qualificadas trabalham à peça para o Entreposto Comercial Associação Pedras Brancas, a qual faz escoar o produto e redistribui lucros insuficientes para o rendimento e a fixação das pessoas. Torna-se fundamental repensar os modelos ou programas de formação profissional, especialmente naqueles destinadas às artes tradicionais, e que pecam pela sua rigidez e inadaptação às realidades do mundo rural. Temos que começar a pensar a Formação não só numa perspectiva um tanto urbana, ou pelo menos não regionalizada, mas numa perspectiva ajustada a uma realidade rural que se traduz numa população pouco escolarizada e desprovida de infra-estruturas básicas, como uma rede de transportes eficaz ou edifícios públicos, o que dificulta a concretização de projectos de formação.

Relativamente à concorrência territorial, os espaços são assumidos, pelos agentes locais, como negócios no seu todo e nas partes em que se decompõem. A complexidade do fenómeno obriga à especialização e aparece mesmo uma nova disciplina: o marketing territorial, que é embebido na intervenção estratégica. Todos concorrem por recursos, de modo a oferecerem vantagens aos agentes globalizadores. De um modo genérico podemos afirmar que todos os territórios procuram ordenamentos muito análogos, dentro de um quadro normativo-institucional específico. Não está em discussão os princípios básicos do ordenamento do território nem as políticas benignas destinadas à revitalização de zonas desfavorecidas. Apoiar o desenvolvimento equilibrado e harmonioso das regiões, melhorar as condições de vida das populações, defender os recursos e fazer uma gestão racional do território são princípios que não atentam contra o bom senso. O que aqui está em causa é a percepção do espaço e o alcance concreto de políticas voluntaristas na sua valorização e promoção.

Tal como já afirmamos, o espaço está hoje estruturado em rede e, por isso mesmo, a ideia de território acaba por fragmentar-se. O que estrutura actualmente o local são as influências presentes e invisíveis. No entanto, surgem cada vez mais resistências a este fenómeno da desterritorialização (defesa de espaços etnicamente purificados, nacionalismos, requalificação urbana...), através da afirmação do local. Mesmo assim, uma vez generalizada a concorrência, torna-se imperativo manter a competitividade. Esta faz-se através de transformações tecnológicas

e organizacionais que libertam mão de obra excedente. A exemplo das pessoas, também os territórios preferem ser explorados a excluídos, venderem-se a resistir. Regiões inteiras têm sido tratadas como supérfluas e irrelevantes, ou seja, não atractivas para o capital. Os interesses económicos vigentes controlam, assim, a construção do próprio território e determinam a eclosão de espaços marginais. Nesta perspectiva os espaços são estruturados de modo abstracto, racional, baseados em relações funcionais e a partir de necessidades humanas consideradas universais. As regiões assim convertidas acumulam patologias sociais diversas: baixos níveis escolaridade, analfabetismo, ausência de projectos individuais e colectivos. Os indivíduos são integrados num círculo vicioso, cujo processo é difícil de romper e muitos deles formam a chamada cultura de subclasse, caracterizada pela anomia e pela aceitação de um fatalismo vital. Este parece ser o caso de Terras de Bouro: uma terra de "modernistas" inconsequentes, de "regionalistas" frustrados, de "potenciais fugitivos" solitários, de "apátridas" reprimidos e de "apáticos" instalados. O destino deste concelho não pode ser definido a partir de si mesmo, mas inserido num plano de redes funcionais com outros territórios mais desenvolvidos e com maior capacidade de afirmação. Os níveis de info-exclusão são elevados e a participação numa rede global de territórios, pese o facto deste município ser muito visitado devido ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, é nula. Ainda que o património natural e paisagístico possua uma grande relevância estratégica, os baixos índices de qualidade de vida e a inexistência de uma oferta cultural de qualidade não tornam este território atractivo aqueles que relativizam os condicionalismos naturais do espaço para a instalação das suas unidades produtivas.

Apesar de tudo, face às ameaças e pontos fracos, perspectivam-se também oportunidades que não convém negligenciar. Este território é procurado por uma nova corrente de turistas, sobretudo aqueles que procuram o espaço do Campo Gerês, que chegam à área do PNPG, composta por indivíduos que em termos de caracterização muito sumária, respondem ao conjunto dos seguintes atributos: estrangeiros em larga escala e maioritariamente jovens. São pessoas extremamente exigentes relativamente à qualidade dos serviços prestados, mas mais do que preocupados em contemplar ambientes requintados, procuram uma fruição plena da Natureza, inserida num espaço próprio, com tradições autênticas e perfeitamente identificativas da região que escolheram para combater os ambientes de grande desgaste psíquico, típicos dos grandes centros urbanos. No entanto, para a satisfação deste tipo de turistas, exige-se ponderar bem todos os aspectos relativos à formação de profissionais capazes, para que o produto final seja efectivamente um produto de qualidade. Assim, importa saber potenciar as infra-estruturas de acolhimento e orientação do visitante, que o PNPG e a Região possuem mas devem melhorar: casas Abrigo, áreas de recreio, centros de interpretação, sugestões de itinerários, visitas guiadas, sinalização dos acessos, povoações de centros de interesse... Tudo isto deve ser revisto e optimizado, tendo em atenção que aqui radica uma das grandes e únicas, ainda que débeis, possibilidades de afirmação do concelho.

No entanto, e dentro dos actuais paradigmas económicos e políticos, reconhecemos que a não participação nestas dinâmicas acarreta custos mais elevados que a procura de soluções fora do quadro político-institucional vigente. "O poder exercido é tal, o seu domínio está tão

consolidado, a sua força de saturação é tão eficaz que nada é viável ou funciona fora das suas lógicas" (FORRESTER; 2001: 54). Na impossibilidade da sociedade civil controlar o multi-Estado no seu todo e em todas as suas partes, resta-nos fazer um aproveitamento eficaz das políticas de desenvolvimento regional e local definidas para os territórios e lutar pela prossecução dos objectivos benignos que lhe estão subjacentes. Para além disso, reconhecemos o esforço e a pertinência que determinados planos de desenvolvimento estratégico tiveram na afirmação de determinados territórios. Muitos têm desenvolvido, com eficácia, estratégias de concentração (por desenvolvimento dos produtos, por desenvolvimento dos mercados ou de integração horizontal), estratégias de marketing diferenciado (como as cidades temáticas) e indiferenciado, estratégias de integração vertical a montante e a jusante (procurando complementaridades entre os territórios), estratégias de estabilidade, defensivas e até combinadas. Os resultados e a qualidade de alguns planos parecem ter surtido efeito. No entanto, mais uma vez, face à complexidade dos interesses em jogo, sabemos que percorremos um caminho, mas desconhecemos em que ponto nos encontramos.

Outro aspecto a referir prende-se com a problemática dos recursos endógenos e a sua capacidade em gerar riquezas. Concordamos com a generalidade dos autores que apontam no sentido de inventariar potencialidades e, mediante estratégias de gestão, transformá-las em produtos, capazes de serem comercializados e aportarem mais valias para os territórios. No entanto, os mercados dos produtos derivados são hoje mais importantes que os mercados clássicos. São mercados onde não se investe, mas apenas se aposta. Aposta-se em simulações de negócios, em transacções fictícias, em projecções arbitrárias, em resultados derivados dessas transacções, assumindo-se riscos, títulos, taxas de juros, câmbios... envolvidos nesses contratos, muitas vezes imaginados e sem limites temporais. É um mercado demencial e especulativo. Não cria riqueza, nem produção real, não gera emprego nem distribuição de rendimentos. No entanto, este mercado realiza cem vezes mais trocas que os referidos mercados clássicos (FORRESTER; 2001: 101 a 102). A globalização da produção e a explosão do capital financeiro não regulado têm contribuído para a depauperização dos povos e, simultaneamente, graças à sua integração global, dos próprios territórios (CHOMSKY, 1999: 36 a 38). Podemos afirmar que os grandes negócios à escala global ultrapassam, pela sua natureza e magnitude, os esforços de um desenvolvimento local humano sustentado. As grandes firmas transnacionais "traficam" grandes contratos com o Estado e apoderam-se de rendimentos cuja utilidade produtiva é duvidosa. Verifica-se uma enorme promiscuidade entre os poderes políticos e económicos, sendo que a economia subterrânea serve para financiar campanhas políticas e minar a soberania dos Estados, que deveriam ter um papel regulador. "Assiste-se assim à involução das grandes conquistas do liberalismo, através da emergência de autênticos feudalismos económicos susceptíveis de reduzir o poder soberano do Estado e a sua capacidade de regularização económica" (CORM; 1996:115). Os recentes acontecimentos parecem questionar a natureza da mobilidade que se defende. Quando se fala em mobilidade referimo-nos a mobilidade de fluxos financeiros, de mercadorias e de pessoas. Se a nível dos fluxos financeiros os constrangimentos foram ultrapassados, embora à custa de uma certa desordem mundial e da promoção da corrupção, a

discussão em torno da mobilidade de mercadorias está a ser mais difícil e a mobilidade de pessoas é ainda muito restritiva, uma vez que esta só poderá existir no momento em que não existam estrangulamentos à circulação e as competências sejam reconhecidas a nível global.

Subsistem ainda problemas ao nível da mobilização e da coordenação dos recursos endógenos, da solidariedade entre espaços contíguos, da defesa de um desenvolvimento integrado (tendo em atenção os aspectos económicos, sociais e culturais) e da integração do território no espaço global. Se é verdade que sobre o ponto de vista da fundamentação teórica estes objectivos não merecem reparos, também não é menos verdade que a *práxis* veio a demonstrar um aumento da concorrência territorial, a inexistência de organismos de coordenação capazes de articularem eficazmente as iniciativas locais com as iniciativas regionais e a completa balcanização dos espaços territoriais, onde nas zonas de textura entre dois concelhos se conferir vocações antagónicas a espaços contíguos.

Cresce ainda a incógnita sobre os espaços que o homem vai produzir, sobre as margens de liberdade e as restrições à intervenção no sentido de continuar uma certa cultura material. As novas dinâmicas do mercado internacional "apontavam" no sentido do desenvolvimento de mundo sem barreiras. No entanto, as desigualdades económicas entre o Norte e o Sul, a criação de blocos geo-económicos, a externalização de custos ambientais, a proliferação de uma cultura de intolerância alicerçada em valores pseudo-religiosos e em dinâmicas económicas excluentes, a luta pela imposição de um pensamento único com graves contradições internas, a proliferação de um individualismo personalizado e hedonista, as lutas de poder fundamentadas em alianças conjunturais... são factores que questionam um movimento de globalização que ainda soube compaginar a dimensão do ser com a dimensão do ter.

Podemos concluir com DECOUFLÉ (1977: 94 e 95) "a prospectiva geopolítica pode assim ultrapassar utilmente os esquemas dos estados-maiores para tentar integrar os novos e impacientes esforços da 'ciência das relações internacionais' no seio de uma reflexão mais ampla sobre os sistemas de domínio e de dependência. De resto, ela prolongar-se-á muito naturalmente por uma análise dos aspectos propriamente estratégicos destes sistemas, eliminando, à passagem, considerações exageradamente irresponsáveis sobre as 'relações de civilização' entre os povos. A necessária falta de pudor da geopolítica serve de algum ensinamento à prospectiva: afasta-a de objectivos falsamente inocentes e obriga-a a falar da sua verdadeira linguagem - a do poder"

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *glocal* é hoje uma realidade incontornável, que determina a vida dos povos e dos territórios. Não deixa de ser uma visão totalitária, uma vez que se arvora no direito de proclamar não existir solução possível fora deste sistema. Estamos na presença de um fenómeno histórico complexo, prolixo e caracterizado por dinâmicas estruturantes de dimensões diversas. Por isso, temos a consciência de que o tema abordado não foi suficientemente escalpelizado. São pinceladas de zarcão espalhadas numa tela em permanente tensão, rumo à sua inteligibilidade. Apesar de tudo, pelos factores que lhe estão subjacentes e pelos desafios que coloca à humanidade, o *glocal* pode ser, simultaneamente, solução e fonte de problemas. Estamos na presença de uma nova corrente filosófica de produção do espaço e de relações. Por um lado, temos a consciência exacta de uma inconveniente vulnerabilidade, materializada:

- ✓ na ocorrência de crises económicas que, em virtude das empresas e territórios estarem ligados em rede, se repercutem à escala global;
- ✓ na concentração de riquezas, à custa do enfraquecimento da coesão social;
- ✓ no empobrecimento do pensamento, atacado por uma ideologia que não teve de realizar grandes preocupações em elaborar doutrinas, limitando-se apenas a fomentar e uniformizar comportamentos, valores e atitudes;
- ✓ na fragilidade das estruturas reguladoras;
- ✓ nos impactos ambientais do crescimento económico;
- ✓ na corrupção do poder político-económico;
- ✓ na condenação ao esquecimento daqueles que não têm voz;
- ✓ no alheamento da sociedade civil face a questões que dizem respeito à própria afirmação e sobrevivência da democracia.

No entanto, as políticas de desenvolvimento dos territórios, os instrumentos financeiros que as materializam, as técnicas de planeamento estabelecidas (as quais procuram enquadrar de modo harmonioso as dimensões económicas, culturais e ecológicas) e os actores que as corporizam têm de jogar num tabuleiro onde as combinações das acções são complexas e o resultado é apenas um: a vitória. Esta pretensão é ainda mais exigente quando, num determinado espaço geográfico se combinam iniciativas endógenas com exógenas. Mais angustiante se torna quando não é possível combinar as iniciativas exógenas com as culturas endógenas, cenário próximo daquele que pudemos constatar para o concelho de Terras de Bouro. Face a isto, e embora este tivesse sido o nosso pressuposto, continuamos a colocar a questão: *Globalização e desenvolvimento local. Que futuro para os territórios desfavorecidos?*

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, N., 1985, *História da filosofia*, 1º Vol., 4ª Ed., Editorial Presença, Lisboa.
- AYDALOT, P. (1984) "A la recherche de nouveaux dynamismes spatiaux", in *Crise et Espace*, Ph. Aydalot (Ed.), Economica, Paris, pp. 38-59.
- BADOUIN, R., 1979, *Économie et aménagement de l'espace rural*, Col. L'économiste, 1ª Édition, PUF, Paris.
- BAILLY, A e COFFEY, W. (1992) "Activités de services et systèmes de production flexibles" in *Problèmes économiques*, nº 2.295, pp. 23-27.
- BANDEIRA, P. (2000), *Apenas o mundo, hoje, onde as revoluções são impossíveis. Da ilusão à desilusão de imaginários de pouca arquitectura entre os anos 60 e 90*, Barcelona.
- BANURI, T., J., 1993, "Que esperança para os países do Sul?", in *Terra património comum. A ciência ao serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*, ed. BARRÈRE, Col. Perspectivas Ecológicas, Nº 3, Instituto Piaget, Lisboa, págs. 163-171.
- BASSAND, M., "L'identité régionale, un concept carrefour" in FNRS/PNR4, Bulletin d'information, Nº 8, pp. 3-23.
- BASSAND, M. (1989), *Les facettes multiples de la dynamique locale*, Colloque Européen sur "La dynamique local et sa gestion" Commission Nationale Suisse pour L'UNESCO, Berne, pp. 9-17.
- BASSAND, M. (1982) *Le développement regional endogene, idées, ambiguïtes, espoirs*, Rapport de Recherche Nº 45, Institut de Recherche sur l'Environnement Construit, Lausanne.
- BENKO G. e LIPIETZ A, (1994) *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica*, Col. Vários, 1ª Ed., Celta Editora, Oeiras.
- CALDEIRA, M., J., 1995, *Residência secundária na área metropolitana de Lisboa. Outros espaços outras vivências*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995
- CARVALHO, L.(2000), *Políticas de desenvolvimento em regiões desfavorecidas. O caso de Portalegre*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CENTSLIVRES, P. (1982) *Identité régionale. Approche ethnologique, Suisse romande et Tessin*, " in FNRS/PNR5, Bulletin d'information, Nº 11, Berne, pp. 3-23.
- CHOMSKY, N., (1999), "Democracia e mercados na nova ordem mundial", in *Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*, Editora Vozes, Petrópolis.
- CORM, G., (1996), *A nova desordem económica mundial. Na origem dos fracassos do desenvolvimento*, Col. Economia e Política, nº 9, Instituto Piaget, Lisboa.

CRAVIDÃO, FERNANDA D., (1989), *Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*, Col. Estudos, Nº 10, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra.

FORRESTER, V. (1997), *O horror económico*, 3ª Ed., Edições Terramar, Lisboa.

GARCÍA, P. G. (1991), *Religion popular y mesianismo. Análisis de cultura Andaluza*, Universidad de Granada, Granada.

GEERTZ, C. (1992), *La interpretación de las culturas*, Col. Hombre e Sociedad, 5ª Edição, Editorial Gedisa, Barcelona.

CLARK, A. C., 1990, *As fontes do paraíso*, Orion - Clássicos de Ficção Científica, Edições 70.

CORM, G. (1996) *A Nova Desordem Económica Mundial. Na Origem dos Fracassos do Desenvolvimento*, Col. Economia e Política, Nº 9, Instituto Piaget, Lisboa.

CRETZAZ, B. (1993) *La Beaute du Reste. Confession d'un Conservateur de Musée sur la Perfection et l' Enfermement de la Suisse et des Alpes*, Editins ZOE, Genève.

DERRUAU, M., *Geografia Humana II*, 2º Vol., 3ª Ed., Col. Biblioteca de Textos Universitários, Editorial Presença, Lisboa.

DOLLFUS, O. (1973) *L'espace Geographique*, PUF, Paris.

DOLLFUS, O. (1995) *Mondialisation, competitivité, territoires et marché mondiaux*, in *L'espace géographique*, nº 5, pp. 270-279.

FAUCHEUX, S. e NOËL J.F., (1997), *Economia dos recursos naturais e do meio ambiente*, Col. Economia e Política, Nº 32, Instituto Piaget, Lisboa.

FERREIRA, V., 1986, *Contra-Corrente*, 4ª Ed., Livraria Bertrand, Lisboa.

GIRAUD, P. (1996) *A desigualdade do mundo. A economia do mundo contemporâneo*, Col. Actualidades, Ed. Terramar, Lisboa.

GUIDDENS, A., (1992) *As consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

GUINDANI, S. (1989) *Dimension socio-culturelle et developpement régionale: une approche interdisciplinaire et operationelle*, ETH-CERME-SEREG, Lausanne.

GUINDANI, S. e BASSAND, M. (1982) *Maldéveloppement régionale et identité*, Presses Polytechniques Romandes, Lausanne.

HARVEY, D. (1994) *Condição Pós-Moderna*, 8ª Edição, São Paulo, Edições Loyola.

HENRIQUES, J.M. (1990) *Municípios e desenvolvimento*, Edições Escher, Lisboa.

HIRSCHBERGER, J., 1986, *Historia de la filosofia*, 2º Vol., Col. Teologia Y Filosofia, 14º Vol., Editorial Herder, Barcelona.

HODGSON, G. M. (1994), *Economia e instituições. Manifesto por uma economia institucionalista moderna*, Col. Economia e Sociedade, Celta Editora, Oeiras.

LE BRAS, H. (1995), *Os limites do planeta. Mitos da natureza e da população*, Col. Economia e Política, Nº 4, Instituto Piaget, Lisboa.

LIPIETZ, A., 1993, "Uma economia a reconstruir", in *Terra património comum. A ciência ao serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*, ed. BARRÈRE, Col. Perspectivas Ecológicas, Nº 3, Instituto Piaget, Lisboa, págs. 145-153.

LIPOVETSKY, G. (1983) *A Era do Vazio. Ensaio Sobre o Individualismo Contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água.

LOPES, J. T. (2000). *A Cidade e a Cultura. Um Estudo sobre as Práticas Culturais Urbanas*, Porto, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto.

KAHN, R. (1993) *Facteurs de localisation, competitivite et colectivitos territoriales*, in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, Nº 2, pp 309-326.

MACNEILL, J; WINSEMIUS, P; YAKUSHIJI, Y, 1992, *Para além da interdependência: a relação entre a economia mundial e a ecologia da terra*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

LANGEVIN, P. (1990) *Le développement local : du mythe a la realite*, in *Les Cahiers du LERASS, Recherches en Sciences de la Societé*, Nº 21, pp. 119-125.

LEAKEY, RICHARD E., 1989, *As origens do homem*, 2ª Ed., Editorial Presença, Lisboa.

LIMA, J., (1994) *Deus, não tenho nada contra. Socialidades e eclesialidade no destino do Alto-Minho*, Biblioteca Humanística e Teológica, Nº 8, Ed. U.C.P. – Porto; Fundação Eng. António de Almeida, Porto.

MENDONÇA, J.P. (2001) *Desenvolvimento Rural na Zona Agrária de Lamego: Estruturas Produtivas e Organização Social*, Universidade de Santiago de Compostela.

MURTEIRA, M. (1997) *Economia do mercado global. Ensaio sobre condicionantes mega e macro das estratégias empresariais*, Col. Nova Série-Gestão, Nº 5, Editorial Presença, Lisboa.

NUNES, F., (1999), *Processo de planeamento de maketing territorial estratégico. Um instrumento de operacionalização de estratégias de política para a Área Metropolitana do Porto*, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

PELT, J. M., 1990, *A natureza reencontrada*, Col. Ciência Aberta, Nº 47, Edições Gradiva.

PERRIN, J., 1986, "Le phénomène Sofia-Antipolis dans son environnement régional, in *Milieus innovateurs en Europe*, Ph. Aydalot (Ed.), GREMI, Paris, pp. 283-302.

PETRELLA, R., 1990, *Portugal os próximos 20 anos. Reflexões sobre o futuro de Portugal (e da Europa)*, Col. Temas Actuais, VII Vol., Fundação Caloust Gulbenkian, Lisboa.

PERROUX, F. (1987) *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

PESSOA, F., 1985, *Ecologia e território. Regionalização, desenvolvimento, ordenamento do território numa perspectiva ecológica*, Col. Viver é Preciso, Nº 16, Edições Afrontamento, Porto.

PLANQUE, B. (1983) *Innovation et développement régionale*, Economica, Paris.

RATTI, R. (1989) *Gérer ses relations avec l'extérieur: politique régionale et identité*, R.E.L.I.E.R., pp. 169-183.

RAMBAU, P. (1981) *Representations de l'espace et identité collective*, in FNRS/PNR4, Bulletin d'information, Nº 8, pp. 133-137.

REIS, J.M. (1992), *Os espaços da indústria. A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Col. Saber Imaginar o Social/1, Edições Afrontamento, Porto.

SACHS, I., 1993, "Que desenvolvimento para o século XXI", in *Terra património comum. A ciência ao serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*, ed. BARRERE, Col. Perspectivas Ecológicas, Nº 3, Instituto Piaget, Lisboa, págs. 84-89.

SANTOS, B. S., (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*, 5ª edição, Porto, Coleção Histórias e Ideias/1, Edições Afrontamento.

SENN, L. (1990) *Sphère locale et globalisation de l'économie*, in Colloque A.S.R.D.L.F. – Mondialisation de l'Économie et Développement des Territoires, Saint-Etienne, pp. 117-126.

SIMOES, J. M.; PORTELA, J., e CEPEDA, F. (coords.) (1996), *A região fronteira de Trás-os-Montes: diagnóstico e estratégia de desenvolvimento*, Salamanca.

STÖR, W. (1990) "Territorial innovation complexes" in *Millieux Innovateurs en Europe*, Ph Aydalot (Ed.), GREMI, Paris, pp. 29-54.

TOFFLER, A. *O choque do futuro*, Col. Vida e Cultura, Nº 44, Edição Livros do Brasil, Lisboa.

THOMAS, T., 1994, *A ecologia do absurdo*, Edições Dinossauro, Lisboa.

TORGA, M. (1976) *Fogo preso*, Ed. do Autor, Coimbra.

OUTRAS FONTES:

Guia Europeu do Planeamento para Agenda 21 Local;
Lei das Autarquias Locais;
Lei nº 100/84, 29 de Março;
Lei nº 31/77;
D.R. 259, 1 - B Série, 9 de Novembro;
D.L. Nº 11/93;
INE – Censos de 1991 e 2001;
INE - Recenseamento Geral da População;
INE – Anuário Estatístico da Região Norte – 1992;
INE – Anuário Estatístico da Região Norte – 2000;
IEFP – Estatísticas trimestrais – 4º trimestre de 2001;
Quadros de Pessoal, D.E.M.E.S.S.;
MESS 1998;
DETEFP - Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social;
INE, Inventário Municipal da Região Norte, 1998
INE, Recenseamento Geral Agrícola;
GAT - Vale do Cávado;
Câmara Municipal de Terras de Bouro – Planos de Actividade de 2000 e 2002;
Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, (1996) - *O Entre Douro e Minho Agrário. Bases para a definição de uma realidade*, Formação Profissional Agrária 1996;
Sites da Internet da CCRN e dos Ministérios que tutelam os fundos comunitários.

ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
Tabela n.º 1. Distribuição da população segundo os grupos etários (2001) _	86
Tabela n.º 2. Taxa de actividade (1991 e 2001) _____	88
Tabela n.º 3. População economicamente activa e empregada por sectores de actividade _____	89
Tabela n.º 4. Taxa de desemprego (1991 e 2001) _____	89
Tabela n.º 5. Estatísticas e rácios do desemprego registado no 4.º trimestre de 2001 _____	90
Tabela n.º 6. Taxa de desemprego segundo a situação da pessoa face ao emprego _____	90
Tabela n.º 7. Número de estabelecimentos, por dimensão de estabelecimento_	95
Tabela n.º 8. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço na indústria alimentar _____	98
Tabela n.º 9. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço na indústria do vestuário _____	99
Tabela n.º 10. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço na indústria da madeira e da cortiça _____	100
Tabela n.º 11. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço na indústria de electricidade, gás e água _____	101
Tabela n.º 12. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço na indústria da construção civil e obras públicas _____	102
Tabela n.º 13. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço no comércio por grosso _____	103
Tabela n.º 14. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço no comércio a retalho _____	104
Tabela n.º 15. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço nos estabelecimentos HORECA _____	105
Tabela n.º 16. Estabelecimentos, quartos e capacidade de alojamento _____	106
Tabela n.º 17. Taxa de ocupação e estadia média em estabelecimentos hoteleiros _____	107
Tabela n.º 18. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço no sector dos transportes _____	108
Tabela n.º 19. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço no sector dos bancos, seguros e serviços às empresas _____	108
Tabela n.º 20. Número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço no sector dos serviços à colectividade _____	109
Tabela n.º 21. Edifícios segundo a época de construção _____	110
Tabela n.º 22. Percentagem de edifícios por tipologia _____	111
Tabela n.º 23. Edifícios por tipo de utilização _____	111
Tabela n.º 24. Alojamentos familiares segundo as infraestruturas básicas ____	112
Tabela n.º 25. Freguesias equipadas e distância média das freguesias não equipadas ao estabelecimento ou serviço, por equipamentos e serviços _____	113
Tabela n.º 26. Recursos físicos e humanos relativos ao sector da saúde	114
Tabela n.º 27. População residente segundo o nível de instrução _____	115
Tabela n.º 28. Estabelecimentos de ensino segundo o ensino ministrado em 2000/2001 _____	116
Tabela n.º 29. Alunos matriculados segundo o ensino ministrado em 2000/2001 _____	116
Tabela n.º 30. Pessoal docente segundo o ensino ministrado em 2000/2001 ____	117
Tabela n.º 31. Estabelecimentos, comunidade docente e discente _____	118

Tabela n.º 32. Freguesias equipadas e distância média das freguesias não equipadas ao estabelecimento ou serviço, por equipamentos e serviços _____	119
Tabela n.º 33. Freguesias equipadas e distância média das freguesias não equipadas ao estabelecimento ou serviço, por equipamentos e serviços _____	121
Tabela n.º 34. Dotações financeiras por sub-programa e medidas (Interreg II)	128
Tabela n.º 35. Projectos da autarquia de Terras de Bouro participados pelo Interreg II _____	129
Tabela n.º 36. Dotações atribuídas aos municípios do Vale do Cávado e repartição por município – Período 1994/1999 _____	132
Tabela n.º 37. Avaliação da taxa de execução em 31 de Dezembro de 1999 em Terras de Bouro do Programa Pronorte _____	132
Tabela n.º 38. Avaliação da taxa de execução em 31 de Dezembro de 1999 em Terras de Bouro de outros Programas do II QCA _____	133
Tabela n.º 39. Inquérito aos empresários – Ano de fundação da empresa _____	135
Tabela n.º 40. Inquérito aos empresários – Local da entrevista _____	135
Tabela n.º 41. Inquérito aos empresários – Escalões de pessoal das empresas	136
Tabela n.º 42. Inquérito aos empresários – Natureza jurídica das empresas _____	136
Tabela n.º 43. Inquérito aos empresários – Sector de actividade das empresas	136
Tabela n.º 44. Inquérito aos empresários – Capital Social das empresas _____	137
Tabela n.º 45. Inquérito aos empresários – Regime de propriedade das empresas _____	137
Tabela n.º 4-A. Inquérito aos empresários - N.º de trabalhadores empregados por escalão etário _____	137
Tabela n.º 46. Inquérito aos empresários - N.º de trabalhadores empregados por áreas funcionais _____	138
Tabela n.º 47. Inquérito aos empresários - N.º de trabalhadores empregados por níveis de escolaridade _____	138
Tabela n.º 48. Inquérito aos empresários - Recrutamento e selecção de pessoal _____	138
Tabela n.º 49. Inquérito aos empresários - Estruturas de apoio à formação _____	139
Tabela n.º 50. Inquérito aos empresários - Como se processa a aprendizagem _____	139
Tabela n.º 51. Inquérito aos empresários - Colaboradores com formação _____	140
Tabela n.º 52. Inquérito aos empresários - Qual o nível de empenho de quem tem formação _____	140
Tabela n.º 53. Inquérito aos empresários - Estágios concedidos _____	140
Tabela n.º 54. Inquérito aos empresários - Avaliação do desempenho _____	140
Tabela n.º 55. Inquérito aos empresários - Origem geográfica dos trabalhadores _____	141
Tabela n.º 56. Inquérito aos empresários - Mercados a que os produtos/serviços se destinam _____	141
Tabela n.º 57. Inquérito aos empresários - Principais clientes _____	141
Tabela n.º 58. Inquérito aos empresários - Estratégias competitivas dos concorrentes _____	142
Tabela n.º 59. Inquérito aos empresários - Externalização dos custos _____	142
Tabela n.º 60. Inquérito aos empresários - Planeamento das actividades _____	143
Tabela n.º 61. Inquérito aos empresários - Regularidade do planeamento _____	143
Tabela n.º 62. Inquérito aos empresários - Fases mais importantes do planeamento _____	143
Tabela n.º 63. Inquérito aos empresários - Hierarquização do problemas e plano de acção _____	144

Tabela n.º 64. Inquérito aos empresários - Investimentos realizados _____	144
Tabela n.º 65. Inquérito aos empresários - Áreas em que se realizou o investimento _____	144
Tabela n.º 66. Inquérito aos empresários - Origem dos fundos investidos ____	145
Tabela n.º 67. Inquérito aos empresários - Conhecimento dos fundos estruturais _____	145
Tabela n.º 68. Inquérito aos empresários - Identificação dos programas ____	145
Tabela n.º 69. Inquérito aos empresários - Fundos estruturais aplicados na freguesia/concelho _____	146
Tabela n.º 70. Inquérito aos empresários - Avaliação do impacte _____	146
Tabela n.º 71. Inquérito aos empresários - Causas do sucesso _____	146
Tabela n.º 72. Inquérito aos empresários - Causas do insucesso _____	147
Tabela n.º 73. Inquérito aos empresários - Principais problemas que impedem o desenvolvimento _____	147
Tabela n.º 74. Inquérito aos empresários - Principais oportunidades de desenvolvimento _____	148
Tabela n.º 75. Inquérito aos empresários - Principais apostas estratégicas ____	148

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico n.º 1. Evolução da população residente entre 1991 e 2001 nos concelhos do Vale do Cávado _____	84
Gráfico n.º 2. Evolução da população em Terras de Bouro entre 1864 e 2001 _	85
Gráfico n.º 3. Evolução da estrutura etária de Terras de Bouro entre 1991 e 2001 _____	87
Gráfico n.º 4. Taxa de natalidade (1999) _____	87
Gráfico n.º 5. Taxa de mortalidade (1999) _____	88
Gráfico n.º 6. Desemprego segundo o género – Dezembro de 2001 _____	91
Gráfico n.º 7. Desemprego por grupo etário – Dezembro de 2001 _____	91
Gráfico n.º 8. Desemprego por níveis de escolaridade – Dezembro de 2001 _	92
Gráfico n.º 9. Evolução do número de empresas no Vale do Cávado entre 1985 e 1991 _____	93
Gráfico n.º 10. Evolução do número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos, segundo a actividade, por concelho do Vale do Cávado, entre 1985 e 1997 _____	94

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura n.º 1. Cenário do subdesenvolvimento regional _____	38
Figura n.º 2. Cenário do desenvolvimento endógeno _____	39
Figura n.º 3. As duas roupagens do marketing territorial _____	79
Figura n.º 4. Localização do concelho de Terras de Bouro _____	81

ANEXOS

Globalização e Desenvolvimento Local. Que futuro para os territórios desfavorecidos?

O presente inquérito é **anónimo** e pretende conhecer a realidade empresarial do concelho de Terras de Bouro. O apuramento e análise dos resultados destinar-se-ão à Dissertação de Mestrado *Globalização e Desenvolvimento Local. Que futuro para os territórios desfavorecidos?*, cujo o autor é António Almeida Calheiros.

I

1. Ano de fundação da empresa: _____
2. Sede: _____
3. Número de trabalhadores aos serviço: _____
4. Forma jurídica:

Nome individual	Sociedade por quotas	Sociedade anónima	Outra. Qual?

5. CAE: _____
6. Capital social: _____

7. Origem do Capital Social:

Poupança própria Poupança familiar Herança Doação de quotas Crédito particular Crédito Bancário Crédito de organismos estatais Fundos comunitários

8. O espaço físico onde a sua empresa opera é: O equipamento é:

- Propriedade própria
- Pertença da família
- Arrendado
- Emprestado
- Outra

II

(Distribuição dos recursos humanos por idades, áreas de funcionais e níveis de escolaridade)

1. Distribuição dos trabalhadores por idades:

16 aos 24 anos	25 aos 35 anos	36 aos 64 anos	>= 65 anos

2. Distribuição dos trabalhadores por áreas funcionais:

Número de Dirigentes	Número de Quadros Técnicos	N.º Administrativos	N.º de Operários

3. Distribuição dos trabalhadores por níveis de escolaridade:

Não sabe ler nem escrever	4ª Classe	Até ao 9º Ano	Ensino Secundário	Ensino Secundário e Curso de Formação Profissional (Nível IV)	Curso Superior (indique a área de ensino e o nível de ensino atingido)

III

(Recrutamento e Formação Profissional)

1. Como procede ao recrutamento e selecção de pessoal para colaborar na sua empresa?
 - Define as funções e as tarefas dos cargos e o perfil dos candidatos a admitir? Sim Não
 - Faz o recrutamento através de informações fornecidas por outros? Sim Não

- Recorre aos serviços de empresas especializadas? Sim Não
- Possui um departamento na sua empresa para o efeito? Sim Não
- 2. Possui na sua empresa estruturas de apoio à formação? Sim Não
- 3. Se não possui como se processa a aprendizagem?
 - As pessoas vão aprendendo à medida que vão executando o seu trabalho
 - Recorremos a mão de obra com experiência nesse tipo de trabalho
 - As tarefas a executar não obrigam a grandes de especialização
 - A formação profissional não é necessária para a minha empresa
- 4. De entre os seus colaboradores há algum que tenha formação? Sim Não
- 5. Se sim, qual é o seu nível de desempenho em comparação com os seus colegas?
 - Melhor
 - Igual
 - Pior
- 6. Já concedeu estágios a estudantes universitários ou formandos provenientes de Escolas Profissionais ou Centros de Formação? Sim Não
- 7. Se sim como avalia o seu desempenho?
 - Trouxeram mais valias e alteraram os processos organizacionais e tecnológicos da empresa
 - As competências não se ajustavam às necessidades da empresa
 - O tempo de estágio foi curto para que se pudesse retirar qualquer conclusão
- 8. Origem geográfica dos trabalhadores:
 - Freguesia Concelho Exterior

III

(Mercado, clientes e fornecedores)

- 1. Os principais produtos/serviços que a empresa formata destinam-se:
 - Ao mercado local Ao mercado regional Ao mercado internacional
- 2. Quais as estratégias competitivas dos seus principais concorrentes?
 - Preço baixo Serviço diferenciado e de qualidade Especialização em determinadas linhas de produto e de mercado
- 3. Os seus principais clientes são:
 - Empresas Particulares Organismos do Estados Outros
 - Quais? _____
- 4. A sua empresa recorre à subcontratação? Sim Não
- 5. Se sim, qual a percentagem dessa subcontratação no volume de negócios? _____%
- 6. A sua empresa é subcontratada? Sim Não
- 7. Se sim diga o número de clientes _____ e o mercado para onde trabalha _____

IV

(Planeamento)

- 1. A sua empresa costuma planear as suas actividades? Sim Não
- 2. Se sim, com que regularidade?
 - Mensalmente Trimestralmente Semestralmente Anualmente Sempre que se verificam desvios relativamente aos objectivos e cenários estabelecidos
- 3. No planeamento das actividades tem sempre em atenção:
 - Os objectivos que a empresa pretende atingir As necessidades que a empresa sente
 - Os problemas que a empresa tem As oportunidades disponíveis
- 4. Procura resolver todos os problemas que resultam do diagnóstico que realiza à sua empresa?
 - Sim Não
- 5. No Plano de Acção estabelece sempre prazos de implementação e nomeia responsáveis e colaboradores para o operacionalizarem? Sim Não

V

(Investimentos)

1. Nos últimos anos a sua empresa tem efectuado investimentos? Sim Não
2. Se sim, diga em que áreas?
Modernização e/ou ampliação das instalações Renovação tecnológica ao nível da capacidade produtiva Renovação tecnológica ao nível dos métodos de comercialização
Renovação tecnológica ao nível da gestão Aposta em investimentos não directamente produtivos (formação profissional, higiene, segurança e saúde no trabalho, comunicação, divulgação da empresa no exterior....) Outra Qual? _____
3. Estes investimentos foram financiados:
Por fundos estruturais e participação privada Fundos próprios Crédito Bancário e /ou de organismos do Estado Outros . Quais?

VI

(Identificação dos instrumentos financeiros de política de desenvolvimento local)

1. Tem conhecimento de programas sectoriais, regionais ou iniciativas comunitárias de apoio às empresas? Sim Não
2. Se sim diga qual/quais? _____
3. Teve conhecimento acerca de fundos estruturais que tivessem sido aplicados por empresas da sua freguesia/concelho? Sim Não
4. Se sim, como avalia o impacto da sua aplicação?
(indique segundo a escala apresentada o número dos projectos apoiados de que tem conhecimento)

Mau	Mediocre	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente

5. Aponte as causas de sucesso:

6. Aponte as causas de insucesso:

VII

(Apostas estratégicas do concelho)

1. Aponte os principais problemas que, na sua opinião, impedem o desenvolvimento do tecido empresarial do concelho de Terras de Bouro
 1. Más acessibilidades
 2. Falta de mão de obra abundante e qualificada
 3. Um tecido empresarial débil e pouco diversificado, com um sector terciário pouco desenvolvido
 4. Falta de infra-estruturas e incentivos locais para a instalação de empresas
 5. Inexistência de estruturas de investigação e desenvolvimento

- 6. Más condições de vida
- 7. Reduzida dimensão do mercado

2. Indique as principais oportunidades que as empresas do concelho de Terras de Bouro têm para se desenvolver

- 1. Mão-de-obra barata
- 2. Baixos custos de instalação
- 3. A existência de incentivos fiscais às regiões do interior
- 4. Um ambiente natural agradável
- 5. A sua proximidade ao concelho de Braga

4. Qual deveria ser a aposta do concelho de Terras de Bouro na dinamização da sua economia?

- Numere de 1 a 4, de mais (1) para o menos (4) , as principais prioridades -

- 1. Criar condições para a captação do investimento externo ____
- 2. Apoiar a criação de pequenas e médias empresas de âmbito local ____
- 3. Apostar no sector do turismo _____
- 4. Apostar na área florestal e empresas que transformem os produtos do sector primário ____

Muito obrigado pela sua colaboração